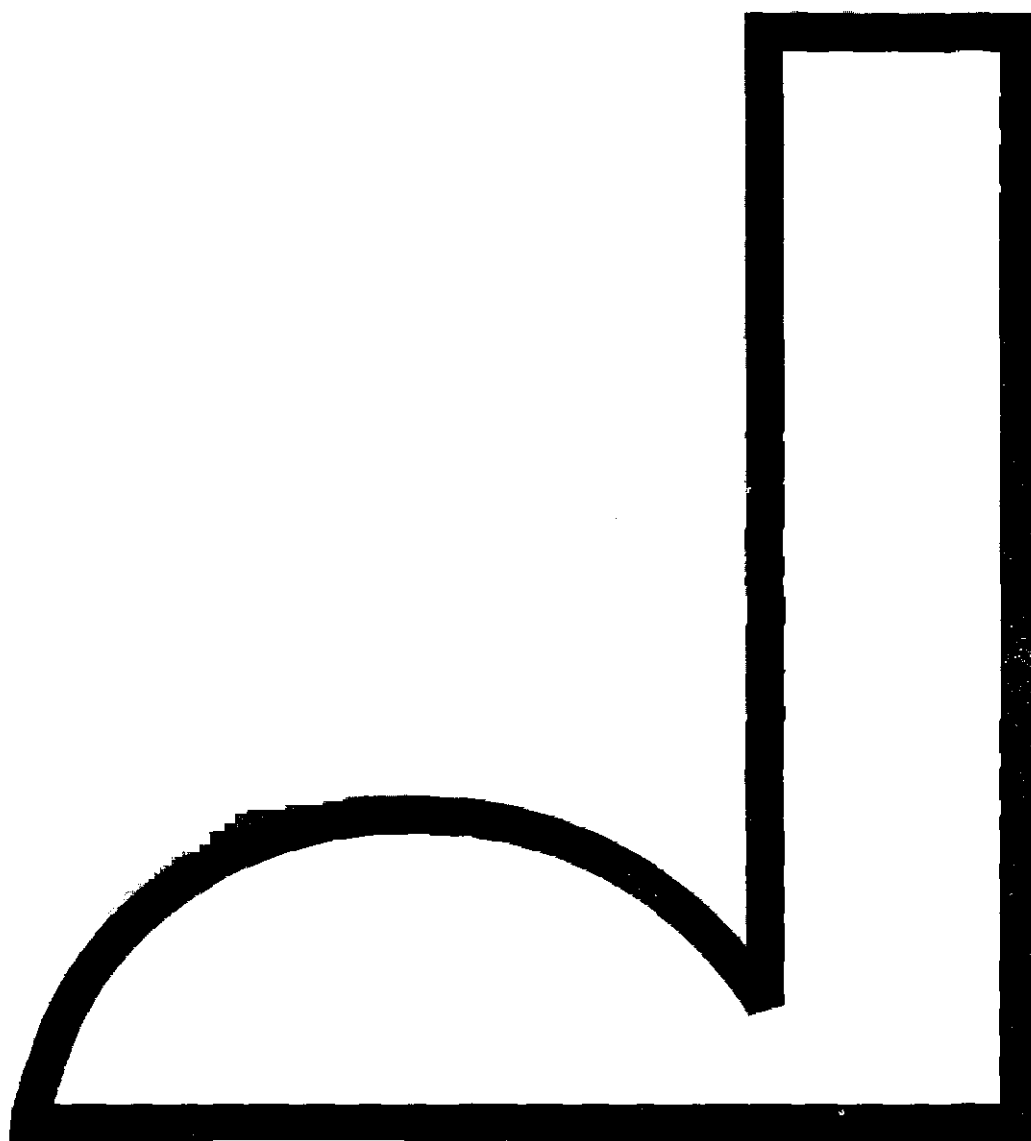




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo – PSDB – RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade – Bloco – PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio – PFL – TO</i></p>		<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior – PMDB – AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner – PMDB – SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy – Bloco – SP</i> <i>2º Lúdio Coelho – PSDB – MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro – PFL – MT</i> <i>4º Marluce Pinto – PMDB – RR</i></p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma – PFL – SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara – PSDB – CE</i> (1) Reeleitos em 2-4-97</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Amir Lando – PMDB – RO</i> <i>Ramez Tebet – PMDB – MS</i> <i>Alberto Silva – PMDB – PI</i> <i>Djaima Bessa – PFL – BA</i> <i>Bernardo Cabral – PFL – AM</i> (2) Designação: 30-6-99</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Lider <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Lider <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Lider <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB) – 13</p> <p>Lider <i>Marina Silva</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>José Eduardo Dutra</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB – 13</p> <p>Lider <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB – 3</p> <p>Lider <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Lider <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPS – 3</p> <p>Lider <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Lider <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Lider <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudianor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial</p>		<p><i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Correa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 2, de 2000, que aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova York, em 18 de dezembro de 1979, com a reserva prevista no Parágrafo 2º do Artigo 16. 00996

Nº 3, de 2000, que aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996. 00996

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 13ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 26 DE JANEIRO DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 65, de 2000 (nº 112/2000, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor Carlos Alberto Pessoa Pardellas, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial do Serviço Exterior, para, cumulativamente com a função de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer a de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.. 00997

Nº 66, de 2000 (nº 113/2000, na origem), de 21 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a escolha do Senhor *Valter Pecly Moreira*, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos. À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 01029

2.2.2 – Aviso de Ministro de Estado da Fazenda

Nº 34/2000, de 19 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requeri-

mento nº 691, de 1999, do Senador Iris Rezende. Ao arquivo. 01029

2.2.3 – Parecer

Nº 33, de 2000, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício nº S/59, de 1999 (nº 4.246/99, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título de tipo Global, conduzida por este Banco Central, na qualidade de agente do Tesouro Nacional. 01030

2.2.4 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 16, de 2000, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que faculta a dedução na declaração de rendimento do imposto de renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos. À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa..... 01036

2.2.5 – Leitura de requerimentos

Nº 33, de 2000, de autoria da Senadora Marina Silva, solicitando ao Ministro de Estado das Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão. 01037

Nº 34, de 2000, de autoria do Senador Jáder Barbalho e outros Srs. Senadores, solicitando

urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1999, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências. Será votado após a Ordem do Dia. 01038

2.2.6 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, com apresentação de seis emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999 (nº 3.808/97, na Câmara dos Deputados), que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações. O Projeto vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, para exame do projeto e das emendas, retornando em seguida à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame das emendas. 01038

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR *FRANCELINO PEREIRA* – Participação de S. Exª, como representante da Subcomissão Especial do Cinema Brasileiro, na abertura da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes/MG. 01050

SENADOR *GERSON CAMATA* – Repúdio à reportagem da revista *IstoÉ*, que envolve o nome de S. Exª a grupos criminosos no Estado do Espírito Santo. 01051

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Associando-se ao pronunciamento do Senador Gerson Camata. 01064

SENADOR *ROBERTO FREIRE* – Comemoração de 500 anos de descobrimento do Cabo de Santo Agostinho, pelo navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón. 01064

SENADOR *HUGO NAPOLEÃO* – Apresentação de denúncias de corrupção envolvendo o Governador do Estado do Piauí, Sr. Francisco de Assis Moraes Sousa "Mão Santa". 01066

2.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 35, de 2000, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 67 e 96, de 1999, por versarem sobre a mesma matéria. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente. 01070

2.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Resolução nº 6, de 2000, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que regulamenta a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, e dá outras providências. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 01070

Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2000 – Complementar, de autoria do Senador Roberto Freire, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvi-

mento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 01075

2.3 – ORDEM DO DIA

Item 1:

Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1999 (nº 58/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 01077

Item 2:

Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999 (nº 109/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4 de dezembro de 1995. **Aprovado.** À Comissão Diretora para redação final. 01077

Item 3:

Requerimento nº 6, de 2000, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1999 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. **Retirado**, nos termos do Requerimento nº 36, de 2000. O projeto retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais. 01078

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1999 (**Parecer nº 34, de 2000 – CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 37, de 2000. À promulgação. 01078

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999 (**Parecer nº 35, de 2000 – CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 38, de 2000. À promulgação. 01079

Requerimento nº 34, de 2000, lido no Expediente da presente sessão. **Aprovado.** 01080

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR *BERNARDO CABRAL*, como Líder – Redução de recursos destinados a projetos importantes para a Amazônia, como o Pró-Amazônia e o Promotec, inviabilizando o combate efetivo do narcotráfico na região. 01080

SENADOR GERALDO CÂNDIDO – Transcurso, no último dia 24 deste mês, do Dia Nacional do Aposentado. Reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelos aposentados e suas reivindicações. 01177

SENADOR ROMERO JUCÁ – Apelo para uma ampla publicidade da Portaria nº 3.342, do Governo Federal, que regulamenta o Programa de Recuperação Fiscal – Refis. 01178

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Comentários à reunião realizada no Congresso Nacional, em 19 de janeiro último, referente às dificuldades do agronegócio do caju. 01186

SENADOR ERNANDES AMORIM – Considerações ao programa "Brasil Empreendedor Rural", lançado pelo governo federal, para estimular o plantio e aumentar a renda dos produtores rurais.... 01187

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Conclusão dos trabalhos da coordenação do Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente – SEPLAN, e da Fundação Natureza do Tocantins – Naturatins, com a elaboração da Agenda Positiva do Tocantins. 01188

SENADOR AMIR LANDO – Resgate da soberania nacional. 01194

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Louvor à iniciativa da Caixa Econômica Federal em promover convênios com órgãos da administração federal, para financiamento de habitação residencial a funcionários públicos. 01195

2.3.4 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de Sessão Deliberativa Ordinária, a realizar-se,

amanhã, às 10 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 01196

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO

Agenda cumprida pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães, em 19 de janeiro de 2000 e publicada no *Diário do Senado Federal* do dia subsequente. 01197

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 86, de 2000, referente ao servidor Marcelo Augusto Bernardes Normando. 01198

Nº 87, de 2000, referente ao servidor Pedro Rocha Fortes. 01198

Nº 88, de 2000, referente à servidora Valéria Maia e Souza. 01199

Nº 89, de 2000, referente à servidora Valdelice de Almeida Pereira. 01200

Nº 90, de 2000, referente ao servidor Fernando Bassit Lameiro Costa. 01200

Nº 91, de 2000, referente ao servidor Ronaldo Ferreira da Silva. 01201

Nº 92, de 2000, referente à servidora Cristina Maria da Fonseca Sola. 01202

Nºs 93 e 94, de 2000. 01203

5 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2000(*)

Aprova o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 1979, com a reserva prevista no Parágrafo 2º do Art. 16.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Internacional Contra a Tomada de Reféns, concluída em Nova Iorque, em 18 de dezembro de 1979, com a reserva prevista no Parágrafo 2º do Art. 16.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2000. –
Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Geraldo Melo, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 2000(*)

Aprova o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, concluído em São Luiz, República Argentina, em 25 de junho de 1996.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Protocolo, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2000. –
Senador **Geraldo Melo**, Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

(*) O texto da Convenção acima citada está publicada no DSF de 9-1-99

(*) O texto do Protocolo acima citado está publicado no DSF de 30-1-99

Ata da 13ª Sessão Deliberativa Extraordinária em 26 de janeiro de 2000

2ª Sessão Legislativa Extraordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo e Ademir Andrade

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Agnelo Alves – Alberto Silva – Alvaro Dias – Amir Lando – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Edison Lobão – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Ernandes Amorim – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Althoff – Geraldo Cândido – Geraldo Lessa – Geraldo Melo – Gerson Camata – Gilberto Mestrinho – Gilvam Borges – Heloísa Helena – Hugo Napoleão – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Alberto Souza – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Alencar – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Jorge – José Roberto Arruda – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Luiz Estevão – Luiz Otávio – Luiz Pon-

tes – Luzia Toledo – Maguito Vilela – Maria do Carmo Alves – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Moreira Mendes – Mozarildo Cavalcanti – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Osmar Dias – Paulo Hartung – Paulo Souto – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Roberto Saturnino – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sérgio Machado – Tião Viana – Wellington Roberto.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A lista de presença acusa o comparecimento de 79 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM Nº 65, DE 2000 (Nº 112/2000, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que deixo fazer, do Senhor CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial do Serviço Exterior, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia.

Os méritos do Embaixador Carlos Alberto Pessoa Pardellas, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Fernando Henrique Cardoso

Brasília, 21 de janeiro de 2000.



EM Nº 12 /DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 19 de janeiro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 40, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor **Carlos Alberto Pessoa Pardellas**, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial do Serviço Exterior, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Bulgária, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Macedônia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e *Curriculum-vitae* do Embaixador **Carlos Alberto Pessoa Pardellas**, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA

Ministro de Estado das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS ALBERTO PESSÔA PARDELLAS

Rio de Janeiro/RJ, 25 de julho de 1933.

Filho de Raphael Garcia Pardellas e Angelina Pessoa Pardellas.

Curso de Engenharia Civil, Escola Nacional de Engenharia, UB.

Extensão Universitária em Engenharia Econômica, Escola Nacional de Engenharia.

Extensão Universitária em Administração de Empresas, Escola Fluminense de Engenharia.

CPCd, IRBr.

Curso de Especialização para Chefes de Setores de Promoção Comercial.

III CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 01 de fevereiro de 1965.
Segundo Secretário, merecimento, 30 de junho de 1967.
Primeiro Secretário, merecimento, 01 de janeiro de 1973.
Conselheiro, merecimento, 12 de dezembro de 1978.
Ministro de Segunda Classe, merecimento, 19 de junho de 1985.
Ministro de Primeira Classe, Quadro Especial, 04 de abril de 1993.

Membro do Quadro de Cooperação do Itamaraty com a Escola de Comando do Estado-Maior do Exército, 1966/67.
Auxiliar do Secretário-Geral de Política Exterior, 1966/67.
Auxiliar do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1975.
Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1977.
Chefe, interino, da Divisão da ALALC, 1977.
Assessor do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1976/78.
Assessor do Chefe da Divisão do Pessoal, 1978/79.
Chefe, interino, da Divisão do Pessoal, 1979.


Washington, Terceiro Secretário, 1967.
Washington, Segundo Secretário, 1967/71.
Bruxelas, Segundo Secretário, 1971/73.
Bruxelas, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1971/73.
Bruxelas, Primeiro Secretário, 1973.
São José, Primeiro Secretário, 1973/74.
São José, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1973/74.
São José, Encarregado de Negócios, 1973/74.
Londres, Conselheiro, 1979/85.
Londres, chefe do Setor de Promoção Comercial, 1979/85.
Londres, chefe da Seção de Interesses Argentinos, 1982/85.
Pequim, Chefe do Setor de Promoção Comercial, 1985.
Pequim, Ministro-Conselheiro, 1985/86.
Pequim, Encarregado de Negócios, 1985/86.

Santa-Sé, Ministro-Conselheiro, 1986/91.
Santa-Sé, Encarregado de Negócios, 1986/91.
Teerã, Embaixador, 1991/92.
Sófia, Embaixador, 1998.

XX Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1965 (assessor).
Reunião Anual da "American Political Science Association", Chicago, 1967 (participante).
Convenção do Partido Democrata, Chicago, 1968 (observador).
Convenção do Partido Republicano, Miami, 1968 (observador).
VI Conferência Anual do Programa Interamericano de Cooperação Católica, Nova York, 1969 (observador).
Seminário sobre Desenvolvimento Econômico do Brasil, Londres, 1971 (participante).
III Conferência da International Peace Academy, Helsinki, 1972 (representante).
Reunião dos Países Latino-Americanos Produtores de Café, Punta Arenas, Costa Rica, 1974 (representante).
XVI Conferência Ordinária da ALALC, Montevideu, 1976 (delegado).

XVII Conferência Ordinária da ALALC, Montevideu, 1977 (delegado).
À disposição do Secretário-Geral da OEA, em visita oficial do Brasil, 1976.
VIII Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1976 (delegado).
III Reunião da Comissão Mista Brasil-México, Brasília, 1976 (delegado).
Representante do Itamaraty no Grupo Técnico Brasileiro-Uruguaio do Protocolo de Expansão Comercial, 1976.
XX Reunião da Comissão Assessora de assuntos Monetários da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, Santiago, Chile, 1978 (delegado).
À disposição da Missão Especial da Costa Rica às solenidades de posse do Presidente da República, 1979.

Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.
Ordem da Coroa, Cavaleiro, Bélgica.
Ordem del Mérito de Mayo, Comendador, Argentina.
Ordem de São Gregório Magno, Comendador, Santa-Sé.


EDUARDO PRISCO PARAISO RAMOS
Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior



Ministério das Relações Exteriores

Informação Geral sobre a República da Macedônia

**Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos
Departamento da Europa
Divisão da Europa-II**

I. Aspectos Históricos

A Macedônia é um país montanhoso, sem saída para o mar, situado no centro da península Balcânica, a sudeste da Europa. Surgido da desagregação da Iugoslávia, no início da década de 90, o país enfrentou dificuldades para obter reconhecimento internacional, principalmente por parte da Grécia, que possui uma província com o mesmo nome. Entre seus 2,2 milhões de habitantes, há uma importante minoria albanesa (22,7%), cuja presença é motivo de crescente tensão étnica. Existem ainda grupos de turcos, sérvios, ciganos e outras etnias. A maioria dos macedônios é de cristãos ortodoxos, enquanto albaneses e turcos seguem o islamismo. A economia, baseada na agropecuária, começa a se recuperar da guerra na região e do bloqueio fronteiriço imposto pela Grécia, por onde escoava a maior parte das exportações. O dinheiro enviado pelos macedônios que vivem no exterior é uma importante fonte de renda para o país.

A atual República da Macedônia ocupa cerca de 40% da chamada "Macedônia geográfica", a área ampliada com as anexações feitas por Alexandre, o Grande, no século IV A.C. Os gregos usam o conceito da "Macedônia histórica", referindo-se ao território da época do rei Felipe II, pai de Alexandre, que corresponde aproximadamente ao da atual província grega de mesmo nome. Com a desagregação do Império de Alexandre, a Macedônia torna-se, em 148 A.C. província romana. Integra o Império Bizantino no século VI e, no século seguinte, principia a ser ocupada por povos eslavos. Do século IX ao século XII, faz parte do Império Búlgaro. A região sul, hoje integrante da Grécia, subsiste no âmbito greco-bizantino.

A partir do século XIV, a Macedônia é ocupada pelos turco-otomanos, mas a maioria da população se mantém cristã-ortodoxa. A dominação otomana termina em 1913 em seguimento às guerras balcânicas, e a Macedônia é repartida entre Grécia, Sérvia e Bulgária (Pirin). Após a 2ª Guerra Mundial, a parte sérvia transforma-se numa das seis repúblicas da Federação Iugoslava, com a capital em Skopje.

Com a desagregação da Iugoslávia, na década de 80, a Macedônia distancia-se do governo federal. Em 1990, as primeiras eleições livres dão a vitória aos separatistas. Um plebiscito, realizado em setembro de 1991, decide pela independência. A Grécia, temendo um movimento de anexação de sua província homônima, acusa o novo país de usurpar o nome "Macedônia" e veta seu reconhecimento pela União Européia (UE). Em 1993, contudo, o país é admitido na ONU. Também é reconhecido pelos países da UE, com exceção da Grécia, que em 1994 lhe impõe um bloqueio comercial.

Em meados de 1994, ocorrem conflitos com a minoria albanesa. Ativistas são presos e os deputados de origem albanesa boicotam o Parlamento. Em outubro, o presidente Kiro Gligorov é eleito por voto direto pela coalizão "Aliança pela Macedônia" (ex-comunistas, liberais, socialistas e o partido étnico albanês). Em dezembro, é declarado o estado de emergência, em razão do bloqueio comercial grego, e a Assembléia rejeita a lei que dá ao albanês "status" de língua oficial. Em 1995, a tensão étnica aumenta com a retomada do boicote à Assembléia e choques entre a polícia e estudantes.

Em abril de 1995, um tratado de cooperação militar é assinado entre Macedônia e Turquia, país com o qual a Grécia mantém relações tradicionalmente conflituosas. Em setembro de 1995, após negociações que resultaram inclusive na concordância da Macedônia em retirar a estrela de Vergina, símbolo da dinastia de Alexandre o Grande, do pavilhão nacional, a Grécia levanta o bloqueio econômico contra o país. As relações diplomáticas entre os dois países são estabelecidas em janeiro de 1996. Em 1996, também a Iugoslávia estabelece relações diplomáticas com a Macedônia.

A rebelião popular na vizinha Albânia, no início de 1997, leva ao reforço da segurança na fronteira para impedir o afluxo em massa de refugiados. Em 1998, as tensões étnicas se agravam com a explosão de duas bombas, em janeiro, em cidades com população de maioria albanesa e com a morte, em setembro, de um líder albanês em confronto com tropas do governo. O conflito na província iugoslava de Kosovo, também habitada por albaneses étnicos, provoca protestos contra o governo da Iugoslávia e fortalece o apoio dos macedônios de origem albanesa à guerrilha dos Exército de Libertação de Kosovo, que atua no país vizinho. Em maio, a ONU amplia o mandato de sua força de paz na Macedônia, que deverá permanecer até 1999.

Estima-se que no auge da crise do Kosovo, no primeiro semestre de 1999, mais de 250 mil refugiados albaneses tenham buscado abrigo no país, gerando tensões com a comunidade eslavo-macedônia, em função da possibilidade de desequilíbrio do mosaico étnico. Ao fim do conflito, os refugiados principiaram a retornar, embora em julho último as estimativas indicassem que por volta de 50 mil albaneses-kosovares ainda permaneçam na Macedônia.

Dentre os desdobramentos mais recentes no plano político, assinala-se que, em novembro de 1998, os partidos governistas perderam as eleições parlamentares para uma coalizão de direita formada pela Alternativa Democrática (DA) e pela Organização Revolucionária Macedônia Interna-Partido Democrático da Unidade Nacional Macedônia (VMRO-DPMNE), que obteve 62 das 120 cadeiras na Assembléia Federal. Em novembro de 1999, por sua vez, Boris Trajkovski, da coalizão VMRO-DPMNE, é eleito em segundo turno como o novo Presidente do país.

II. Política Interna

A Macedônia constitui uma democracia parlamentar governada por coalizão de centro-direita, compreendendo os seguintes partidos: VMRO-DPMNE (Organização Revolucionária Interna da Macedônia - Partido Democrático da Unidade Nacional Macedônia); a Alternativa Democrática-DA; o Partido Democrático dos Albaneses-DPA; e o Partido Democrático-Liberal (LDP). O Primeiro-Ministro é Ljubco Georgievski, da VMRO-DPMNE.

A atual Constituição do país foi adotada em novembro de 1991. O documento afirma a prevalência do sistema político multipartidário e da economia de mercado. O Poder Legislativo é exercido por uma Assembléia unicameral, integrada por 120 membros, eleitos para mandatos com a duração de 4 anos. Um novo sistema eleitoral foi introduzido em 1998, pelo qual 85% dos assentos na

Asssembléias são preenchidos por eleição direta e simples, e o restante de acordo com listas partidárias, a partir do voto proporcional.

A primeira figura política de renome do país foi o Presidente Kiro Gligorov, ex-representante da antiga república iugoslava da Macedônia no colegiado da desmembrada República Socialista Federativa da Iugoslávia. Gligorov foi eleito Presidente pelo Parlamento macedônio em 1991, retendo o cargo após a declaração de independência do país. Após a independência, a Constituição foi reformada adotando-se o voto direto para a Presidência, com mandato de 5 anos e possibilidade de 1 reeleição. Nas eleições realizadas em 1994, Gligorov obteve 77% dos votos.

O Presidente Kiro Gligorov empenhou-se, no decurso de seu mandato, em forjar uma unidade nacional para o novo país, advogando a cooperação inter-étnica. Sofreu, por suas posições moderadas, atentado em 1995. No período 1994-98, enquanto a Aliança Social Democrata da Macedônia-SDSM, sucessor da antiga Liga dos Comunistas da Macedônia, esteve no poder, sua relação com o Governo seguiu pacífica, passando a enfrentar, no entanto, desgastes na esteira das modificações redesenhadas pelas eleições parlamentares de 1998.

A) Eleições Parlamentares de 1998:

As eleições parlamentares de novembro de 1998 trouxeram à cena política local a preeminência de novas agremiações e partidos. A maioria dos assentos viu-se preenchida pela aliança eleitoral entre o VMRO-DPMNE (Organização Revolucionária Interna da Macedônia - Partido Democrático da Unidade Nacional Macedônia) com a Alternativa Democrática. A VMRO é o grupo político mais antigo do país. Sua criação remonta ao ano de 1893, com a finalidade de combater os turcos e conseqüentemente libertar o país do jugo do Império Otomano. Evoluiu para partido político no bojo das transformações que conduziram à ruptura da antiga federação iugoslava. A Alternativa Democrática-DA, por seu lado, constitui partido de orientação centrista, fundado em 1998, por Vasil Tupurkovski, um dos principais políticos do país no pós-independência, e último membro macedônio da Presidência rotativa da antiga República Socialista Federativa da Iugoslávia.

A VRMO aumentou seu prestígio junto ao eleitorado eslavo-macedônio a partir de 1996, como conseqüência do quadro de deterioração das relações inter-étnicas no país. O partido obteve o maior número de cadeiras nas eleições parlamentares de 1998. A aliança da VMRO com o DPMNE-Partido Democrático da Unidade Nacional Macedônia, formalizada em 1990, engendrou uma coligação de orientação de centro-direita e tendência nacionalista. A aliança derrotou a SDSM, que controlava o poder na República desde 1944.

Os principais partidos políticos na Macedônia são divididos em linhas étnicas, a exemplo do que se verifica em outras ex-Repúblicas iugoslavas. Desse modo, o VRMO-DPMNE é constituído quase que exclusivamente por membros da comunidade eslavo-macedônia, de ascendência búlgara. Desde 1998, a aliança vem assumindo perfil claro de agrupamento de orientação política de centro-direita. A SDSM é igualmente dominada pela comunidade eslavo-macedônia, embora se encontrem membros da comunidade valáquia entre seus quadros. O

Partido Democrático dos Albaneses-DPA e o Partido para a Prosperidade Democrática dos Albaneses-PDPA, conforme indicado por seus nomes, representam as forças para as quais converge a numerosa comunidade albanesa habitante da Macedônia. O PDPA, que congrega os albaneses de orientação mais moderada, entrou em coalizão com a SDSM no período de seu Governo, em 1994-98. O DPA, por seu turno, concentra políticos mais radicais, partidários da autonomia da Macedônia Ocidental, região que abriga o maior número dos 22,7% de albaneses do país.

A seguir, o quadro da combinação de forças no Parlamento macedônio após as eleições parlamentares de 1998:

PARTIDO POLÍTICO	Nº DE CADEIRAS NO PARLAMENTO	PERCENTUAL DE VOTOS (%)
VMRO-DPMNE	49	28,1
Alternativa Democrática	13	10,7
Partido Democrático dos Albaneses	11	7,4
Partido Liberal-Democrático	4	7
Aliança Social Democrata da Macedônia - SDSM	27	25,2
Partido para a Prosperidade Democrática dos Albaneses	14	12,3

Fonte: Economist Intelligence Unit – EIU / 1999

B) Eleições Presidenciais de 1999:

No primeiro turno das eleições presidenciais de novembro de 1999 para Presidente da República, venceu o candidato da SDSM, Tito Petkovski, que obteve 304 mil votos., contra 188 mil dados a Boris Trajkovski, da coligação governista VMRO-DPMNE. Quatro outros concorrentes dividiram entre si os mais de 400 mil votos restantes.

O resultado do primeiro turno foi interpretado como um sinal de descontentamento do eleitorado com as conseqüências da intervenção da OTAN no vizinho Kosovo e também de sua desaprovação à política do Primeiro-Ministro Ljubco Georgevski, considerada "demasiado leniente" por setores da opinião pública do país com relação à Albânia e à questão albanesa na Macedônia.

No segundo turno, entretanto, viu-se confirmada a vitória de Boris Trajkovski (53%) diante do candidato da SDSM (46%). Com a eleição de Trajkovski, atual Vice-Ministro das Relações Exteriores, e que ingressou na política partidária apenas em 1997, conclui-se período de 8 anos de gestão de Kiro Gligorov, considerado "Pai da Macedônia", e que conduzia o país desde 1991. Trata-se, assim, do primeiro país dos cinco egressos da ex-RSFI a ter na liderança máxima um político não vinculado ao regime anterior à queda do Muro de Berlim.

A reversão do quadro do primeiro turno pode ser explicado pela posição mais liberal que defende Trajkovski, que buscou evitar a polarização que a crise do Kosovo e a questão albanesa tendem a gerar na região, granjeando importantes votos do Partido Democrático dos Albaneses. A candidatura Petkovski viu-se enfraquecida, nesse contexto, pelas posições pró-Sérvia de membros da SDSM.

Excetuados certos grupos mais radicais, a eleição de Trajkovski foi recebida com satisfação tanto em âmbito interno, como pelos países vizinhos (acusações de fraude levantadas pelo partido derrotado não despertaram maior atenção), especialmente Bulgária e Albânia. Avalia-se que a conduta equidistante durante a crise do Kosovo, a que a Macedônia esteve especialmente exposta e quando recebeu promessas de recompensa – não cumpridas – da OTAN e da União Européia, credencie o Presidente eleito a promover as necessárias reformas econômicas internas, a melhorar as relações com os países vizinhos e a trabalhar em prol da harmonização das relações entre a maioria eslavo-macedônia e a minoria albanesa, estimada em 1/5 da população total do país.

III. Política Externa

De acordo com analistas internacionais, as conseqüências do conflito no Kosovo determinarão, em larga escala, o rumo da política externa da Macedônia nos próximos anos. A despeito de pleitear uma condição de neutralidade no curso do conflito, diversas ações macedônias foram interpretadas como hostis pela Iugoslávia. Estas incluíram: a) o apoio à posição ocidental no sentido de uma concessão de significativa autonomia à província sérvia do Kosovo, idéia lançada pelo Acordo de Rambouillet, mas que não constou do documento final de armistício; b) a permissão do uso do espaço aéreo macedônio para os ataques da OTAN; e c) a decisão de deixar uma força internacional ser estacionada em seu território. As relações com a Iugoslávia não devem melhorar no curto prazo, à luz inclusive da derrota do candidato comunista, de posições pró-sérvia, Tito Petkovski, nas recentes eleições presidenciais.

Embora a Macedônia possua o objetivo de longo prazo de integrar-se à União Européia, suas relações internacionais tendem compreensivelmente a concentrar-se no aspecto vital da segurança do país, com relação a seu imediato entorno. Com efeito, uma das preocupações centrais das potências ocidentais durante o conflito no Kosovo consistiu em evitar que a Macedônia fosse arrastada para o confronto, ou que desdobramentos da guerra étnica iugoslava tivessem lugar naquele país. A ascendência da VMRO-DPMNE, com sua plataforma nacionalista, foi, nesse sentido, vista, de início, como potencialmente desestabilizadora para a região. Dessa forma, os países ocidentais exerceram significativa pressão para que a coalizão vencedora das eleições parlamentares de 1998 adotasse política de moderação, bem como convidasse o Partido Democrático dos Albaneses para tomar parte no Governo.

Desde o conflito no Kosovo que EUA e UE têm prometido assistir ao desenvolvimento econômico e político da Macedônia. O Governo alemão sugeriu inclusive a idéia de organizar-se um fundo, modelado no Plano Marshall, para a reconstrução da região balcânica em geral, e ao qual a Macedônia poderia ter

acesso prioritário. A União Européia, por sua vez, estuda a eventualidade de celebração de "acordos de associação e estabilidade" com países balcânicos, entre os quais se incluiria a Macedônia. Estes acordos somente não contemplariam a possibilidade de acesso pleno à organização, mantendo em substância, no entanto, elevado engajamento na cooperação com esses países. Especula-se, todavia, que a prioridade na concessão de fundos para reconstrução dos países balcânicos deverá inicialmente ser canalizada para o Kosovo. Do mesmo modo, não se prevê em curto e médio prazos o ingresso na estrutura da OTAN, igualmente pleiteado pela Macedônia.

As relações com a Bulgária vêm evoluindo gradualmente nos últimos anos, registrando-se incremento dos investimentos búlgaros na Macedônia. Mencione-se que a visita, em fevereiro de 1999, do Primeiro-Ministro Georgievski a Sofia colaborou, nesse sentido, para o estabelecimento de uma nova atmosfera de cooperação entre os vizinhos, para o que também contribuiu o apoio de ambos os países, embora com reservas, à ação da OTAN no conflito do Kosovo.

No primeiro semestre do corrente ano, a intensificação do conflito no Kosovo entre sérvios e albaneses e os ataques da OTAN contra a Iugoslávia resultaram na fragilização política da Macedônia, o que teve o efeito de agravar as divisões étnicas no país, enquanto a leva de quase 300 mil refugiados, que durante o auge dos ataques buscou proteção na Macedônia, se transformou em pesado fardo para o Estado. O conflito no Kosovo teve consequências econômicas em geral desastrosas para a Macedônia, acarretando a interrupção de rotas comerciais e a paralisação de atividades produtivas, o que acirrou sobremodo o desemprego no país.

Em seguida ao armistício, contudo, verificou-se uma recuperação das condições de estabilidade, reduzindo-se a ameaça de confrontação étnica no país. O retorno de significativa parcela dos refugiados albaneses ao Kosovo vem igualmente contribuindo para a normalidade, assim como a alocação de tropas da KFOR ("Kosovo Force") naquela província, principalmente provenientes de países da OTAN, o que diminui a possibilidade de uma conflagração em larga escala na região.

O conflito no Kosovo produziu, entretanto, alto nível de polarização na sociedade macedônia, com a comunidade eslavo-macedônia apoiando em geral a causa sérvia, e a comunidade albanesa cerrando fileiras com seus compatriotas kosovares. Um dos problemas futuros para a convivência residirá no constante intercâmbio, que doravante tenderá inclusive a ampliar-se, entre as comunidades albanesas em Kosovo e na Macedônia. O pleno estabelecimento de instituições albanesas no Kosovo pode conduzir a comunidade albanesa da Macedônia à interpretação de que se encontra sub-representada no país, gerando demandas radicais. Prevê-se, portanto, a persistência de tensões étnicas no futuro próximo.

Em controvertida decisão, tomada em janeiro de 1999, o Governo do Primeiro-Ministro Ljubco Georgievski reconheceu diplomaticamente a República de Formosa (Taiwan), na esteira da concessão de benefícios comerciais e de investimentos por aquele país à Macedônia, o que vêm, desde então, despertando fortes reações do Governo da República Popular da China (RPC). Em agosto de 1999, principiou o cronograma de estabelecimento pleno, com capital de Formosa, de uma Zona de Processamento de Exportações-ZPE, na capital, Skopje. Ao custo inicial de US\$ 30 milhões, é esperada a geração de 20 mil postos de

trabalho pelo investimento. A República de Formosa (Taiwan) já investiu por volta de US\$ 80 milhões em projetos de infra-estrutura e cooperação técnica para a formação de pequenas e médias empresas no país, em 1999.

IV. Economia

A República da Macedônia é a mais pobre das unidades federativas da antiga Iugoslávia, sendo na década de 80, responsável em média por apenas 5% da produção daquele país. Sob o regime comunista, a economia era dirigida para a produção metalúrgica e de outros bens semi-acabados, visando à sua posterior colocação em outras repúblicas iugoslavas para processamento final. Outras indústrias importantes compreendiam o setor têxtil, alimentício e químico.

O colapso da República Socialista Federativa da Iugoslávia foi duramente sentido pela economia da Macedônia. As ligações comerciais com os mercados de outras repúblicas iugoslavas, que buscaram o separatismo, viram-se abruptamente cortadas, na esteira dos conflitos que engolfaram sucessivamente a cada uma. O parque siderúrgico da Macedônia, por exemplo, localizado nos arredores da capital Skopje, encontrou-se subitamente ocioso, em função da paralisação dos pedidos de estaleiros croatas. A imposição de sanções econômicas pela ONU contra a Sérvia e o Montenegro, em 1992, significou, por sua vez, que o país não mais poderia comerciar legalmente com aquele que representava o maior mercado interno da ex-Iugoslávia para seus produtos. O desmembramento da Iugoslávia acarretou, outrossim, o fim da redistribuição de fundos promovida pela Federação a partir de Belgrado. A situação conseguiu agravar-se ainda mais em seguimento ao bloqueio econômico decretado pela Grécia em fevereiro de 1994, como resultado da controvérsia relativa aos símbolos nacionais e designação do novo Estado.

O foco inicial da execução da política econômica concentrou-se, assim, na implementação de cenário de estabilização, a fim de fazer face à herança da hiperinflação iugoslava. Ressalte-se que o índice de inflação anual na Macedônia havia saltado de 115% em 1991 para 1690% em 1992, em função da política de financiamento do enorme déficit orçamentário pela maior oferta de meio circulante. Foram adotadas, nesse contexto, medidas rígidas de reforma fiscal e monetária, que terminaram por fazer com que a taxa de inflação caísse sucessivamente para 16% em 1995, e 3% em 1996.

Paralelamente a esse quadro, foi executada política de reestruturação industrial, combinada com programa de privatizações, praticamente encerrado em 1998. A transferência da maior parte das empresas estatais para os empregados sem o correspondente e necessário aporte de capitais de monta representa, entretanto, um dos pontos frágeis do processo de privatização implementado na Macedônia. Até 1998, ocorreu pequeno afluxo de investimentos estrangeiros no país, a maioria proveniente de empresas gregas, que vêm realizando inversões principalmente no setor energético da Macedônia (Hellenic Petroleum).

Em seguimento ao colapso iugoslavo, registrou-se significativo declínio no padrão de vida na Macedônia. O salário médio mensal em janeiro de 1999, no valor de US\$ 172, ainda não é suficiente para cobrir os custos da cesta

básica de alimentos. A taxa de desemprego ao fim de 1998 registrava, por seu lado, índice de 28%, correspondente a 285 mil trabalhadores ociosos. As consequências político-sociais do desemprego são consideráveis, na medida em que integrantes da comunidade albanesa constituem os mais afetados pelo fenômeno.

A Macedônia possui expressivo potencial de auto-suficiência em produtos essenciais do setor agrícola. No entanto, em função do difícil período de transição econômica, conjugado ao quadro do conflito balcânico, o país vem importando substantivas quantidades de alimentos (US\$ 240 milhões – 1997). O país tem uma estrutura fundiária dominada por pequenas propriedades familiares, que convive com um controle estatal de cerca de 30% da terra arável. No entanto, 90% da safra interna é produzida por pequenos proprietários privados. Há a tendência, a médio prazo, de que muitas dessas pequenas propriedades constituam unidades maiores, na contínua busca por maior eficiência produtiva.

Em tempos antigos, a Macedônia era famosa por suas minas de ouro e prata, e o país ainda possui grandes reservas de chumbo, zinco, cobre e cromo. No entanto, as empresas estatais em mais difícil situação econômica do país provêm desse setor, havendo o FMI recomendado inclusive a privatização e saneamento das 12 principais no ano de 1999. As produções de zinco e chumbo vêm experimentando, contudo, relativa recuperação, alcançando, em conjunto, 865 mil toneladas em 1998. A produção industrial viu-se, por fim, extremamente afetada pelo conflito no Kosovo, verificando-se quedas respectivamente de 13% e de 6%, no primeiro e segundo trimestres de 1999.

As exportações do país para a Iugoslávia, seu tradicional mercado, vêm sofrendo declínio gradual ao longo dos últimos anos, havendo a Alemanha desbancado em 1998 (US\$ 283 milhões) aquele país como maior mercado receptor de produtos da Macedônia. Mencione-se que a Macedônia constitui um dos poucos países da região do antigo Leste europeu que realiza substantiva parcela de suas receitas exportadoras com os EUA, que representam o terceiro mercado de exportações do país (US\$ 175 milhões – 1998), principalmente no setor de tabaco. O país importa, por sua vez, a totalidade do petróleo que consome (375 mil toneladas-1997).

O quadro a seguir fornece indicadores importantes relativos ao desempenho da economia da Macedônia:

Macedônia: Principais Indicadores Econômicos	1998
PIB	US\$ 3,5 bilhões
Renda Per Capita	US\$ 1765
Índice de Crescimento Anual	2,9%
Índice de Desemprego Anual	28%
Inflação Anual	0,8%
Balanco em Conta Corrente	-8,2% do PIB
Dívida Externa	US\$ 1,7 bilhões
Total das Exportações	US\$ 1,3 bilhões
Total das Importações	US\$ 1,7 bilhões

V. Relações Bilaterais

O Governo brasileiro reconheceu a independência da Macedônia em 17 de outubro de 1995, sob a denominação provisória de FYROM ("Former Yugoslav Republic of Macedonia"), adotada no contexto das Nações Unidas. O estabelecimento de relações diplomáticas, no entanto, deu-se somente em 15 de outubro de 1998, por intermédio de troca de Notas entre as delegações dos dois países junto à ONU.

A decisão de estabelecer relações diplomáticas com a Macedônia fundamentou-se na diretriz básica da universalidade da política externa brasileira. O Brasil mantinha presença na região dos Balcãs e, em particular, nos países que formavam a ex-Iugoslávia por meio da Embaixada em Belgrado e duas Embaixadas, em caráter não-residente (Zagreb e Ljubliana), cumulativas com a Missão Diplomática brasileira em Viena. Com o estabelecimento, em dezembro de 1998, da Embaixada em Skopje, cumulativa com a Embaixada em Sofia, o Brasil passa a ter representações diplomáticas em todos os países da Europa Central e Oriental, à exceção da Bósnia-Herzegovina. Cite-se que no texto do Decreto presidencial que formaliza a criação da Embaixada em Skopje é feita referência expressa ao país com o nome de "República da Macedônia".

Mencione-se que não há registro de convites para visitas bilaterais de alto nível, nem quanto à intenção de celebração de acordos específicos entre os dois países. Os dados relativos aos fluxos de comércio entre Brasil e Macedônia apontam para um intercâmbio incipiente, com média total girando em torno de pouco mais de US\$ 1 milhão anuais, verificando-se inclusive, nos últimos dois anos, tendência superavitária para aquele país. Entre os principais produtos brasileiros exportados para a Macedônia se encontram carne de frango e de suínos, além de autopeças e derivados de celulose. Entre os produtos importados daquele país, sobressaem o ferro-níquel e siderúrgicos em geral. Cite-se que as exportações brasileiras de carne suína, que chegaram a atingir valor de cerca de US\$ 1 milhão em 1997, sofreram abrupta queda em 1998, não existindo nenhum registro de operação em 1999. Atribui-se o problema à imposição pela Macedônia de barreiras sanitárias, alegadamente em função de surtos de febre aftosa no Brasil. Foi encaminhado a autoridades daquele país relatório sobre o progresso brasileiro alcançado no combate à praga em todo o território nacional.

A seguir, alinham-se dados relativos ao volume de intercâmbio bilateral:

Intercâmbio Comercial Brasil-Macedônia (US\$ Milhões FOB)

Período	Exportações Bras.	Importações Bras.	Saldo	Fluxo Total
1994	186	00	186	186
1995	155	00	155	155
1996	451	00	451	451
1997	1016	182	834	1198
1998	439	1133	-694	1572
1999 (*)	79	410	-331	489

Fonte: MDIC / SECEX / Sist. Alice - (*) OBS: Janeiro a Outubro - dados preliminares

VI. Dados Básicos

Nome oficial: FYROM ("Former Yugoslav Republic of Macedonia"), nome temporário, pendente de solução coordenada com a Grécia, país vizinho); e República da Macedônia (designação na prática acolhida por muitos países – Rússia, China, Bulgária, além do Brasil, que criou Embaixada naquele país cumulativa com a Embaixada em Sofia, reconhecendo o nome de "República da Macedônia")

Capital: Skopje (445 mil habitantes-1994)

Área do território: 25 713 Km²

População: 2,2 milhões de habitantes (1998)

População Urbana: 60% (1998)

Densidade demográfica: 85 habitantes/Km² (1998)

Crescimento Demográfico (% anual): 0,7% (1998)

Expectativa de Vida (Homens-Mulheres): 70 – 74 anos (1998)

Taxa de mortalidade infantil: 16/1000 nascimentos (1998)

Taxa de analfabetismo: 1% (1998)

Nacionalidade: Macedônia

Moeda: Dinar macedônio; **Cotação:** 58,5 / US\$ 1 dólar (Julho-1999)

Principais Cidades (1000/hab-1994): Kumanovo (94,6), Bitola (86,2), Prilep (71,9), Tetovo (65,3), Veles (56,8)

Idiomas: Macedônio (oficial / dialeto do búlgaro) e albanês

Divisões Étnicas (1996): Macedônios (67%), albaneses (21%), turcos (4%), sérvios (2%), outros (6%)

Religiões (1996): Cristianismo ortodoxo (53,8%), islamismo sunita (30,2%), outros (16%)

Sistema de Governo: República Parlamentarista

Constituição em Vigor: 1991

Divisão Administrativa: 123 municipalidades

Chefe de Estado: Presidente Boris Trajkovski, da coligação governista VMRO-DPMNE, eleito pelo voto direto, em novembro de 1999, para mandato de 5 anos

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Ljubco Georgievski (VMRO-DPMNE)

Chanceler: Aleksandar Dmitrov (VMRO-DPMNE)

Poder Legislativo: Assembléia Nacional unicameral composta por 120 representantes, eleitos por voto direto com mandato de 4 anos

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM Nº 66, DE 2000
(Nº 113/2000, na origem)

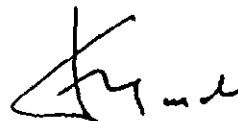
Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "b", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor VALTER PECLY MOREIRA, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

Os méritos do Embaixador VALTER PECLY MOREIRA, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 21 de janeiro de 2000.

Fernando Henrique Cardoso



EM Nº 13 /DP/ARC/G-MRE/APES


Brasília, 20 de janeiro de 2000

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 54, inciso I, alínea "b", e no art. 55, do Anexo I ao Decreto nº 2.246, de 6 de junho de 1997, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Valter Pécly Moreira, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre esse Organismo Internacional e **Curriculum-vitae** do Embaixador Valter Pecly Moreira, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



LUIZ FELIPE LAMPREIA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

I N F O R M A Ç Ã O

Curriculum Vitae

EMBAIXADOR VALTER PECLY MOREIRA

Rio de Janeiro/RJ, 27 de julho de 1948. Filho de Walter Moreira da Silva e Jaine Pecly Moreira. Bacharel em Direito, UEG/RJ. Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr. CAE, IRBr.

Carreira diplomática:

Terceiro Secretário, 02 de fevereiro de 1972.

Segundo Secretário, antigüidade, 19 de agosto de 1976.

Primeiro Secretário, merecimento, 20 de novembro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 17 de dezembro de 1986.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 25 de junho de 1993.

Ministro de Primeira Classe, merecimento, 22 de junho de 1998.

Funções na Secretaria de Estado:

Assistente do Chefe do Cerimonial, 1972/73.

Chefe, interino, do Serviço de Privilégios e Imunidades, 1973/74.

Assistente do Chefe da Divisão da Europa-I, 1981/83.

Chefe, substituto, da Divisão da Europa-I, 1981/83.

Assessor do Chefe do Departamento da Europa, 1983.

Chefe, substituto, da Divisão de Sistematização da Informação, 1983/85.

Adjunto do Cerimonial da Presidência da República, 1985/87.

Chefe da Divisão de Visitas, 1993/95.

Chefe do Cerimonial da Presidência da República, 1995/2000.

Postos no exterior:

Buenos Aires, Terceiro Secretário, 1974/76.
Buenos Aires, Segundo Secretário, 1976/77.
Bonn, Segundo Secretário, 1977/80.
Bonn, Primeiro Secretário, 1980/81.
Genebra, Delegação Permanente, Conselheiro, 1987/91.
Assunção, Conselheiro, 1991/93.
Assunção, Ministro-Conselheiro, 1993.

Reuniões internacionais:

- Conferência Interamericana Especializada sobre a Aplicação da Ciência e Tecnologia ao Desenvolvimento da América Latina, Brasília, 1972 (organizador).
- LXXVI Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1989 (conselheiro técnico).
- LXXVII Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1990 (conselheiro técnico).
- Reunião de Inauguração da sede permanente do Parlatino, São Paulo, 1994 (organizador).
- V Reunião da Comissão Mista Brasil-Noruega para o Comércio e Cooperação Econômica, Industrial e Técnica, Oslo, 1983 (membro).
- IX e X Reuniões da Comissão Mista Teuto-Brasileira de Cooperação Econômica, Brasília, 1982 (delegado) e Bonn, 1983 (membro).
- Grupo de Trabalho para Colaboração na Execução e Organização das Cerimônias de Posse do Presidente Ernesto Geisel, 1974 (membro).
- Grupo de Trabalho para a Organização das Cerimônias de Posse do Presidente Tancredo Neves, 1985 (chefe de setor).
- Grupo de Trabalho para a Posse do Presidente Fernando Henrique Cardoso, 1994 (coordenador-executivo).

Visitas bilaterais:

- Visita presidencial a Portugal, 1973 (organizador).
- Visitas presidenciais oficiais a Portugal, Cabo Verde e Estados Unidos da América, 1986 (organizador).
- Visitas presidenciais oficiais à Argentina e à Venezuela, 1987 (organizador).
- Visita presidencial oficial à Argentina, 1993 (comitiva de apoio).
- Visitas presidenciais oficiais ao Chile, Estados Unidos da América, Venezuela, Portugal, Bélgica, República Federal da Alemanha, China e Malásia, 1995 (comitiva técnica).
- Visitas presidenciais oficiais à Índia, México, Japão, Argentina, França, Paraguai, Angola e África do Sul, 1996 (comitiva técnica).
- Visitas presidenciais oficiais à Itália, Santa Sé, Canadá, Uruguai e Reino Unido, 1997 (comitiva técnica).

- Visita presidencial oficial à Espanha, 1998 (comitiva técnica).

- Visitas presidenciais oficiais à Alemanha, Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América e Peru, 1999 (comitiva técnica).

Viagens presidenciais:

- Viagem presidencial à ONU, Nova York, 1985 (organizador).

- Viagens presidenciais a Santiago do Chile (VII Reunião do Grupo do Rio) e Assunção, Paraguai (IV Reunião do Conselho do Mercosul), 1993 (comitiva de apoio).

- Viagens presidenciais a Colônia, Uruguai (V Reunião do Conselho do Mercosul), Santiago, Chile (posse presidencial) e Cartagena, Colômbia (IV Reunião Ibero-Americana), 1994 (comitiva de apoio).

- Viagens presidenciais às posses dos Presidentes do Uruguai, Argentina e Peru, e a Assunção, Paraguai (VIII Reunião do Conselho do Mercosul), Bariloche, Argentina (V Reunião Ibero-Americana), Nova York, EUA (50 Anos da ONU), Buenos Aires, Argentina (V Reunião do G-15), Punta del Este, Uruguai (IX Reunião do Conselho do Mercosul) e Madrid, Espanha (assinatura do Acordo Mercosul-União Européia), 1995 (comitiva técnica).

- Viagens presidenciais a Genebra e Lausanne, Suíça (Comitê Olímpico), Buenos Aires e San Luís, Argentina (X Reunião do Conselho do Mercosul), Santiago, Chile (VI Cúpula Ibero-Americana), Cochabamba, Bolívia (X Reunião do Grupo do Rio), Lisboa, Portugal (Cúpula de Presidentes dos Países de Língua Portuguesa), e Santa Cruz, Bolívia (Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável), 1996 (comitiva técnica).

- Viagens presidenciais a Londres, Reino Unido (Seminário sobre a América Latina), Assunção, Paraguai (XII Conselho do Mercosul), Puerto Suarez, Bolívia (Gasoduto Bolívia-Brasil), Assunção, Paraguai (XI Reunião do Grupo do Rio), Isla Margarita, Venezuela (VII Cúpula Ibero-Americana), e Montevideu, Uruguai (XIII Conselho do Mercosul), 1997 (comitiva técnica).

- Viagens presidenciais a Santa Cruz de la Sierra, Bolívia (Declaração sobre Cooperação na Área Energética e Física), Santiago, Chile (II Reunião de Cúpula das Américas), Genebra, Suíça (Cinquentenário do GATT/OMC), Lisboa, Portugal (Exposição Mundial de Lisboa), Nova York (Assembléia-Geral Especial da ONU sobre Entorpecentes), Ushuaia, Argentina (XIV Conselho do Mercosul), Assunção, Paraguai (posse presidencial), e Porto, Portugal (VIII Cúpula Ibero-Americana), 1998 (comitiva técnica).

- Viagens presidenciais a Santo Domingo, República Dominicana (Círculo de Montevideu), Havana, Cuba (XIX Cúpula Ibero-Americana), Roma e Florença, Itália (Reunião de Terceira Via) e Buenos Aires, Argentina (posse presidencial), 1999 (comitiva técnica).

Reuniões internacionais:

- XI Sessão do Grupo de Trabalho Intergovernamental "ad hoc" sobre Regras de Origem, UNCTAD, Genebra, 1987 (delegado).
- III Sessão do Grupo de Peritos UNCTAD/IMO sobre Privilégios e Hipotecas Marítimas e Assuntos Correlatos, Genebra, 1987 (delegado).
- LXXXI, LXXXII e LXXXIII Sessões do Conselho Executivo da OMS, Genebra, 1988, 1989 e 1990 (representante alterno).
- XII Sessão da Comissão do Carvão da OIT, Genebra, 1988 (delegado).
- XLI, XLII e XLIII Sessões da Assembléia Mundial da Saúde, Genebra, 1988, 1989 e 1990 (delegado suplente e delegado).
- LXXXII Sessão do Conselho Executivo do OMS, Genebra, 1988 (representante alterno).
- LVII Sessão Especial do Conselho do CIM, Genebra, 1988 (delegado observador).
- LXXV, LXXVI e LXXVII Sessões da Conferência Internacional do Trabalho, Genebra, 1988, 1989 e 1990 (conselheiro técnico).
- CCXXXIX a CCXLI Sessões do Conselho de Administração da OIT e suas Comissões, Genebra, 1988, 1989 e 1990 (delegado e representante suplente).
- I Sessão do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (OMM/PNUMA), Genebra, 1988 (delegado).
- XII Sessão da Comissão de Indústrias Mecânicas da OIT, Genebra, 1988 (delegado).

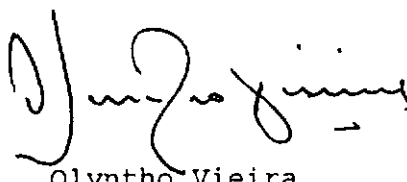
Condecorações brasileiras:

- Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.
- Ordem do Mérito Militar, Comendador, Brasil.
- Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.
- Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.
- Ordem do Mérito Forças Armadas, Comendador, Brasil.
- Medalha "Mérito Santos Dumont", Brasil.
- Medalha "Mérito Tamandaré", Brasil.
- Medalha da Inconfidência, Grande Medalha, Minas Gerais, Brasil.

Condecorações estrangeiras:

- Ordem de Dannebrog, Grã-Cruz, Dinamarca.
- Ordem do Mérito, Grande Oficial, Alemanha.
- Ordem do Libertador San Martín, Grande Oficial, Argentina.
- Ordem da Águia Azteca, Grande Oficial, México.
- Ordem de Isabel a Católica, Grande Oficial, Espanha.
- Ordem do Infante Dom Henrique, Grande Oficial, Portugal.
- Ordem do Mérito, Grande Oficial, Itália.
- Ordem de Bernardo O'Higgins, Grande Oficial, Chile.
- Medalha da República, Grande Oficial, Uruguai.
- Ordem do Libertador Simón Bolívar, Grande Oficial, Venezuela.

- Ordem do Leão, Grande Oficial, Finlândia.
- Ordem da Palmeira, Grande Oficial, Suriname.
- Ordem Nacional do Mérito, Grande Oficial, Paraguai.
- Ordem do Mérito por Serviços Distinguidos, Grande Oficial, Peru.
- Ordem Militar de Cristo, Comendador, Portugal.
- Ordem do Mérito, Comendador, França.
- Ordem do Sol Nascente, Comendador, Japão.
- Ordem do Cedro, Comendador, Líbano.
- Ordem da Rainha Vitória, Comendador (KCVO), Grã-Bretanha.
- Legião de Honra, Oficial, França.
- Ordem de San Carlos, Oficial, Colômbia.
- Ordem Francisco de Miranda, Terceira Classe, Venezuela.



Olyntho Vieira

Diretor-Geral, substituto, do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos****Departamento de Organismos Internacionais****Divisão da Organização dos Estados Americanos****ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**
Informação para o Senado Federal**Janeiro de 2000**

Sumário

- 1- Introdução**
- 2- Estrutura da OEA e Órgãos Principais do Sistema Interamericano**
- 3- Reformas da Carta da OEA: renovação de estruturas e objetivos**
- 4- Linhas Gerais da Atuação da OEA**
- 5- A Situação Financeira da Organização**
- 6- O Brasil na OEA**
- 7- A OEA e as Cúpulas das Américas**

1) INTRODUÇÃO

A OEA foi criada pela IX Conferência Internacional de Estados Americanos (Bogotá, maio de 1948), com base em mandato contido na Resolução IX da Conferência Internacional Interamericana sobre os Problemas de Guerra e Paz (México, 1945). A referida Resolução encomendava a reorganização, consolidação e fortalecimento do Sistema Interamericano.

Em 1889, a I Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, deu origem à União Internacional das Repúblicas Americanas, em cujo âmbito se reuniam os países que haviam ensaiado, ainda no século XIX, uma versão embrionária de panamericanismo, no modelo da pretendida Confederação Continental, idealizada por Simón Bolívar.

Nos vinte anos que se seguiram ao encontro de Washington, os integrantes do sistema procuraram estruturá-lo, dedicando-se a concertar as bases jurídicas que deveriam compor o código de conduta dos Estados associados.

Da IX Conferência Internacional dos Estados Americanos emanaram importantes documentos do sistema interamericano, como a própria Carta da OEA, o *Tratado Americano de Soluções Pacíficas*, conhecido como Pacto de Bogotá, e a *Declaração Interamericana de Direitos e Deveres do Homem*(*).

O Brasil foi um dos 21 primeiros signatários da Carta da OEA, cujo artigo 1º define a Organização como um organismo regional dentro das Nações Unidas, criado para conseguir uma ordem de paz e justiça, para promover a solidariedade de seus integrantes, intensificar a colaboração entre eles e defender a soberania, a integridade territorial e a independência dos Estados americanos. A Carta estabeleceu como propósitos essenciais da Organização: garantir a paz e segurança continentais; prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica de controvérsias entre

seus membros; organizar a ação solidária destes em caso de agressão; procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgissem entre os Estados-membros; e promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural.

São atualmente em número de 35 os Estados-membros da OEA: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (**), Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Há 45 Observadores Permanentes na OEA.

O Secretário-Geral da Organização é o colombiano Cesar Gaviria Trujillo, que iniciou, em 1º de janeiro de 2000, seu segundo mandato de cinco anos (até 1º de janeiro de 2005). Por ocasião do XXX Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da OEA, a ser realizado em Windsor, Canadá, em junho próximo, haverá eleições para Secretário-Geral-Adjunto, em decorrência do fim do mandato do caribenho Christopher Thomas.

Os Estados-membros da OEA estão hoje orientados politicamente pelo modelo democrático de governo, circunstância que se reflete na Organização sob a forma de crescente fortalecimento de seu papel como instrumento de promoção e consolidação da democracia na Região.

Reconhece-se hoje no nível regional a existência de um compromisso democrático, em nome do qual a Organização vem sendo autorizada não apenas a manifestar-se sobre questões relacionadas com a promoção da democracia, mas ainda a agir na defesa dos regimes democráticos dos países que a integram. As origens desse compromisso remontam a período anterior à própria criação da OEA, quando a comunidade interamericana consagrou o ideal democrático, como fonte de inspiração do exercício panamericanista.

(*) A Declaração Interamericana de Direitos Humanos foi assinada sete meses antes da

Declaração Universal de Direitos Humanos;

(**) O Governo de Fidel Castro está suspenso da OEA desde 1962.

2) ESTRUTURA DA OEA E ÓRGÃOS PRINCIPAIS DO SISTEMA INTRAMERICANO:

> Estrutura:

I - Corpos de Governo:

Assembléia Geral (principal instância política da Organização; reúne-se anualmente para deliberar sobre as questões que lhe são submetidas pelos Estados-membros e para definir diretrizes e linhas de ação em seus diferentes campos de atividade);

Conselho Permanente (além de desempenhar a função acima referida, atua como Comissão Preparatória da Assembléia-geral; integram o Conselho Permanente os Representantes Permanentes dos Estados-membros);

Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral -CIDI – (criado em 1996, é o foro para o diálogo interamericano sobre temas de cooperação, fortalecimento institucional e promoção de intercâmbio de conhecimentos e experiências, especialmente para ajudar a identificar a oferta e demanda de recursos de cooperação; subordina-se à Assembléia-Geral).

II - Comitês e Comissões Interamericanos:

a) Comissão Jurídica Interamericana (CJI):

Corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos; com sede no Rio de Janeiro, a CJI promove o desenvolvimento progressivo e a codificação do Direito Internacional; é composta de 11 juristas nacionais dos Estados-membros, com mandato de quatro anos, eleitos pela Assembléia-Geral;

b) Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH):

Órgão consultivo da OEA em matéria de promoção e defesa de direitos humanos; busca promover a observância, a proteção e a conscientização dos direitos humanos nos Estados-membros, investigando queixas de indivíduos e instituições e preparando estudos para órgãos públicos e privados; é composta de sete membros, nacionais dos Estados-membros (entre os membros, encontra-se um brasileiro, o Professor Antônio Augusto Cançado Trindade); a sede permanente da CIDH é em Washington, podendo transferir-se para território de qualquer Estado-membro para realizar reuniões ou desempenhar funções;

c) Corte Interamericana de Direitos Humanos

Com sede em São José, a Corte é uma Instituição judicial autônoma, com o objetivo de interpretar e aplicar a Convenção Americana de Direitos Humanos; compõe-se de sete juristas de Estados-membros da OEA; após autorizado pelo Congresso Nacional, o Governo brasileiro fez, no dia 10 de dezembro de 1998, a declaração facultativa de reconhecimento da competência contenciosa da Corte, prevista no artigo 62 da Convenção Americana de Direitos Humanos; com esse passo, o Brasil completou sua inserção no sistema interamericano de direitos humanos, assegurando à população que se encontra sob sua jurisdição a forma mais evoluída de proteção dos direitos humanos; a medida veio ao encontro de uma antiga reivindicação da sociedade civil e da meta do Programa Nacional de Direitos Humanos, que prevê, entre as ações a serem implementadas no âmbito externo, o aprofundamento da cooperação do Governo com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com o Instituto Interamericano de Direitos Humanos e com a Corte.

d) Comissão de Segurança Hemisférica (CSH)

Criada em 1995, sucedânea da Comissão Especial de Segurança Hemisférica (1992), é o órgão da OEA encarregado de promover os grandes debates sobre o tema da segurança no Hemisfério; a CSH teve como seu primeiro Presidente o então Representante Permanente do Brasil junto à OEA, Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro; a CSH propicia um processo sistemático e institucionalizado de lidar com as questões de segurança hemisférica, em lugar de depender de crises criadas pelas circunstâncias; seu objetivo consiste em criar uma atmosfera conducente ao processo de fomento da confiança da segurança, e à resolução de disputas por vias diplomática e política; a CSH tem sido vetor atuante no trato de questões de segurança, nomeadamente por meio da adoção de medidas de fomento da confiança e da segurança.

e) Comissão Interamericana para o Controle de Abuso de Drogas (CICAD)

A CICAD foi criada em 1986, com mandato de promover e facilitar o estabelecimento de uma estreita colaboração entre os Estados-membros no controle do tráfico, produção e consumo de drogas, de acordo com o Programa Interamericano de Ação do Rio de Janeiro, de 1986. O referido Programa apoia iniciativas de controle de drogas dos países latino-americanos e caribênhos; reúne-se duas vezes ao ano em Washington.

f) Comissão Interamericana de Telecomunicações (CITEL).

Criada em 1993, com o objetivo de facilitar e promover o desenvolvimento contínuo das telecomunicações no Hemisfério, a fim de impulsionar o processo de desenvolvimento regional;

g) Comissão Especial de Comércio (CEC)

Criada em 1993. Visa servir de foro para o diálogo e a cooperação sobre comércio e assuntos correlatos, bem como para promover a expansão e liberalização do comércio no Hemisfério.

III - Secretaria Geral:

Com sede em Washington, a Secretaria-Geral é o órgão permanente e central da OEA que executa os programas e políticas adotadas pela Assembléia-Geral e pelos Conselhos.

Escritório do Secretário Geral
Departamento de Informação Pública
Departamento de Serviços Legais
Escritório do Inspetor Geral
Escritório do Protocolo
Escritório de Relações Externas
Escritório de Seguimento das Cúpulas
Departamento de Bolsas
Escritório de Assuntos Culturais
Escritório de Ciência e Tecnologia
Unidade de Comércio
Unidade de Desenvolvimento Social e Educação
Unidade de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Unidade Intersetorial de Turismo
Unidade para a Promoção da Democracia

Escritório do Secretário-Geral Adjunto:
Escritório da Secretaria-Geral da OEA nos Estados-Membros
Secretaria de Conferências e Reuniões
Museu de Arte das Américas
Biblioteca Colón
Coordenação e Cooperação com Outras Organizações
Fundo Interamericano de Assistência para Situações de Emergência

Secretaria Executiva para o Desenvolvimento Integral
Subsecretaria de Assuntos Jurídicos
Subsecretaria de Administração

IV – Órgãos Principais

❖ Organismos Especializados da OEA:

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), estabelecida em 1902, com sede em Washington;

Instituto Interamericano da Criança (IIC), estabelecido em 1927, com sede em Montevideu;

Comissão Interamericana das Mulheres (CIM), estabelecida em 1928, com sede em Washington;

Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH), criado em 1928, e com sede na Cidade do México;

Instituto Interamericano do Índio (III), criado em 1940, e com sede na Cidade do México;

Instituto Interamericano para Cooperação para a Agricultura (IICA), criado em 1942, com sede em São José da Costa Rica;

❖ Outras Entidades e Organismos:

a) Tribunal Administrativo (TRIBAD);

b) Junta Interamericana de Defesa (JID);

c) Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento

❖ Conferências Especializadas:

Realizam-se quando o determine a Assembléia-Geral ou a reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores, por iniciativa própria ou a pedido de alguns dos Conselhos ou Organismos Especializados; elas tratam de assuntos técnicos especiais ou do desenvolvimento de aspectos específicos de cooperação interamericana, e cobrem vasta gama de temas;

❖ Órgãos recém-criados:

- Centro de Estudos da Justiça das Américas;

- Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento (AICD)

3- REFORMAS DA CARTA DA OEA: revisão de estruturas e objetivos.

1967 (Protocolo de Buenos Aires) = atendeu à preocupação dos Estados-membros em criar mecanismos que considerassem de maneira prioritária os temas de natureza econômica, social e cultural;

1985 (Protocolo de Cartagena das Índias), = introduziu os temas da promoção e consolidação da democracia, respeitado o princípio da não-intervenção, como novos objetivos da Organização;

1992 (Protocolo de Washington) = incorporou mecanismo político de suspensão de Estados onde houvesse ocorrido quebra da ordem democrática e, no campo econômico-social, definiu a pobreza crítica como obstáculo à democracia, ressaltando, portanto, a necessidade de combatê-la;

1993 (Protocolo de Manágua) = estabeleceu parâmetros mais bem definidos para a cooperação hemisférica, imprimindo-lhe um caráter integral; nesse contexto, foi criado o "Conselho Interamericano de Desenvolvimento Integral - o CIDI", que atua nos seguintes campos: educação; desenvolvimento social e geração de emprego produtivo; diversificação e integração econômicas, abertura comercial e acesso a mercados; desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia; fortalecimento das instituições democráticas; desenvolvimento sustentável do turismo; desenvolvimento sustentável e meio ambiente; e cultura.

4) PRINCIPAIS LINHAS DE AÇÃO DA OEA:

Fortalecimento da Democracia

A OEA auxilia no fortalecimento das instituições eleitorais, municipais e legislativas dos países-membros e promove programas de promoção de educação democrática. Contribui, ademais, para dar credibilidade ao processo democrático, já tendo enviado missões observadoras para monitorar cerca de 40 eleições em diferentes países do Hemisfério.

Segurança Hemisférica

O tema da segurança hemisférica vem sendo tratado no âmbito da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA, criada em 1995, por Resolução

adotada na XXV Assembléia-Geral da Organização. Sucedânea da Comissão Especial de Segurança Hemisférica, estabelecida pelo Conselho Permanente da OEA em 1992, a atual Comissão teve como seu primeiro Presidente o então Representante Permanente do Brasil junto à OEA, Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, no biênio 1995/1996

Construção da Paz

Missões da OEA apoiaram o processo de paz na Nicarágua, Suriname, Haiti e Guatemala. Ao mesmo tempo, por intermédio de um programa com a Junta Interamericana de Defesa, a Organização vem liderando esforços para a remoção de minas explosivas antipessoal deixadas no solo depois de anos de conflito na América Central. O Brasil é um dos mais ativos participantes desse Programa, com oficiais das Forças Armadas brasileiras participando dos trabalhos de supervisão e apoio, principalmente em Honduras e Nicarágua;

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos oferecem aos cidadãos do Hemisfério recursos para ajudar na investigação de casos de violação de direitos humanos. A Comissão realiza visitas aos países e publica relatórios. O Brasil reconheceu, em dezembro de 1998, a jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos em todos os casos relacionados com a interpretação e aplicação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, fato que reforça a firme disposição do Governo brasileiro em fortalecer o sistema interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos. Outros países do continente americano estão fazendo o mesmo, o que constitui marco importante para sociedades cada vez mais democráticas, abertas e respeitadoras dos direitos inalienáveis do ser humano;

Estímulo ao Comércio entre as Nações

A OEA vem dando apoio técnico a vários grupos de trabalho envolvidos na preparação da Área de Livre Comércio das Américas. A Organização está particularmente atenta ao desenvolvimento das economias mais frágeis do Continente, em busca de uma integração regional equilibrada;

Combate às Drogas

Por meio da Comissão Interamericana Contra o Abuso de Drogas (CICAD), a OEA vem trabalhando com os governos no fortalecimento do

sistema legal, oferecendo treinamento em programas de prevenção, apoiando a substituição de cultivos agrícolas e aprimorando o sistema de informações judiciárias e policiais. A Comissão busca também auxiliar os governos a desenvolver estratégias para combater o uso, a produção de drogas e o tráfico ilegal de produtos químicos e armas. O Brasil teve papel relevante na elaboração da Estratégia Hemisférica Antidrogas, aprovada em 1996, que prevê medidas substantivas para o controle e o tráfico de entorpecentes, graves problemas que ocasionam desestabilização social e política, não exclusivo das Américas; em 1999, foi aprovado o “Mecanismo de Avaliação Multilateral (MEM)” do combate às drogas. O objetivo desse mecanismo, de natureza recomendatória, é o de eliminar processos unilaterais de avaliação -como as certificações norte-americanas- muitas vezes considerados como sendo eivados de enfoque discriminatório.

Preservação do Meio Ambiente

A OEA vem desenvolvendo programas técnicos em áreas como do manejo de bacias hidrográficas, preservação da biodiversidade; gerenciamento de zonas costeiras e prevenção contra desastres naturais.

Combate ao Terrorismo

Na Assembléia-Geral da OEA de 1999 foram aprovadas as decisões emanadas da Terceira Conferência Especializada sobre Terrorismo, consolidadas no chamado Compromisso de Mar del Plata, documento que constituiu embrião da cooperação multilateral nesse setor, com grande potencial de benefício para todos os países membros da OEA. Na oportunidade, criou-se o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) e aprovou-se seu estatuto. Dessa forma, a Organização cumpre com o Plano de Ação sobre Cooperação Hemisférica para Prevenir, Combater e Eliminar o Terrorismo, adotado na Primeira Conferência Especializada Interamericana contra o Terrorismo (Lima, 1996). Em outubro de 1999, a CICTE realizou, em Miami, seu Primeiro Período Ordinário de Sessões, quando se aprovou o regulamento do novo foro e se definiu a composição de sua direção.

Corrupção

A preocupação com a probidade manifestou-se, no âmbito regional, desde o “Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano”, de 1991. A Resolução 1159/922 – “Práticas Corruptas no Comércio Internacional”, a Declaração de Manágua, de 1993, a Declaração de Belém do Pará, de 1994, a Cúpula das Américas, de 1994, e a

Declaração de Montruis, de 1995, reafirmaram a necessidade de medidas destinadas a combater a corrupção, a melhorar a eficiência da gestão pública e a promover a transparência na administração de seus recursos públicos. O Brasil e outros 20 países assinaram a Convenção Interamericana contra a Corrupção, primeiro instrumento internacional de seu gênero. Tem como objetivo promover e fortalecer o desenvolvimento, por cada um dos Estados-membros, dos mecanismos necessários a prevenir, detectar, sancionar e erradicar os atos de corrupção no exercício das funções públicas.

Cooperação para o Desenvolvimento

No âmbito da OEA, a cooperação para o desenvolvimento auspiciada pelo Conselho Interamericano para o Desenvolvimento Integral (CIDI) -foro para o diálogo político e técnico interamericano e sistema de promoção de novas formas de ação conjunta para o desenvolvimento- concentra-se em oito esferas: desenvolvimento social; educação; diversificação e integração econômicas, abertura comercial e acesso a mercados; desenvolvimento científico e intercâmbio e transferência de tecnologia; fortalecimento das instituições democráticas; desenvolvimento sustentável do turismo; desenvolvimento sustentável e meio ambiente; e cultura. Na última Assembléia-Geral da OEA, na Guatemala, foi aprovada a criação da "Agência Interamericana de Cooperação e Desenvolvimento" (AICD), que se pretende possa constituir instrumento que atenda de modo equitativo aos anseios de todos os países da região, no sentido de criar um programa estratégico de cooperação para o desenvolvimento e mobilizar recursos necessários à sua implementação. Vislumbra-se, com a criação da nova Agência, não só o fortalecimento da cooperação hemisférica, mas também a renovação da própria OEA em termos de consolidação de sua imagem e de sua credibilidade como foro de discussão política junto aos Governos e às sociedades dos países da região.

5- A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA OEA.

O orçamento da OEA, que se situa em torno de USD 78 milhões, encontra-se congelado desde 1994. Ao longo desses cinco anos, a Organização sofreu perda real de sua receita. Para poder manter-se dentro dos estritos limites orçamentários, procedeu-se a uma contenção de despesas, reduzindo-se, por exemplo, em 25% o quadro de pessoal.

O Brasil tem um débito importante em relação ao Fundo Ordinário da Organização. Conquanto a inadimplência no pagamento das contribuições não

implique perda de direito de voto, verificam-se pressões em favor da adoção de medidas coercitivas para com os países inadimplentes.

Documento elaborado, em 1999, pelo Secretário Adjunto de Administração sobre a crise financeira da Organização identifica os seguintes maiores devedores: Estados Unidos (USD 46,758,121), cuja quota anual é de USD 44,395,900; Brasil (USD 19,148,400), com quota anual de USD 6,382,800; Argentina (USD 7,316,000), com quota anual de USD 3,658,000; e Venezuela (USD 2,341,013), com quota anual de USD 2,388,900. O montante devido somente por esses quatro países naquele momento totalizava USD 75,563,534.

Com vistas a fazer face à carência de fluxo de caixa decorrente da não quitação das quotas devidas, o Secretariado aventou as seguintes opções:

- a) contração de linha de crédito comercial de até USD 10 milhões, proposta a que se opõem países em dia com suas contribuições e que sustentam que os custos financeiros decorrentes do empréstimo devem ser de responsabilidade dos países devedores;
- b) empréstimo de até USD 10 milhões do fundo voluntário (FEMCIDI) da OEA; e 3) suspensão dos trabalhos da OEA a partir de fins de novembro, dado o déficit orçamentário;
- c) suspensão dos trabalhos da OEA a partir de fins de novembro (1999), dado o déficit orçamentário.

O Brasil manifestou-se contrário à proposta no sentido de fazer recair sobre os devedores o pagamento de juros decorrentes da contratação de uma linha de crédito e mostrou-se disposto a acompanhar o consenso que se formasse em torno à sugestão de contratação de uma linha de crédito. meios para pagar, a curto prazo, o restante de sua dívida. Não foi favorável, entretanto, à contratação de linha de crédito, devido a impedimentos legais internos.

Sintetizado, a seguir, quadro demonstrativo da dívida do Brasil com o Fundo Ordinário da OEA.

FUNDO ORDINÁRIO - OEA

Ano	1997	1998	1999	2000	TOTAL DEVIDO
Quota anual	6,382,800.00	6,382,800.00	6,382,800.00	6,382,800.00	
Percentual brasileiro	8,55 %	8,55 %	8,55 %	8,55%	
Valor devido	5,472,004.51	6,382,800.00	6,382,800.00	6,382,800.00	24,620,404.5

Nota: o Brasil contribui, igualmente, para o fundo voluntário de cooperação técnica da OEA; o valor dessa contribuição em 1999 foi de USD 423,809.00, destinados às contas de Educação (USD 243,446.00) e de Ciência e Tecnologia (USD 180,363.00), com recursos alocados pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia..

6 – O BRASIL NA OEA:

A Organização dos Estados Americanos é o principal foro de concertação política do Hemisfério e o eixo de gravitação do sistema interamericano. Seus Estados-membros conformam uma das principais vertentes da política externa brasileira, e nisto consiste sua importância para o Brasil. Como um dos mais antigos organismos regionais do mundo, a OEA atravessou um século em busca de soluções para os principais problemas do Continente, mostrando notável capacidade não só de adaptação à conjuntura histórica mas até mesmo de inovação. Encontra-se atualmente em pleno processo de revitalização, marcado por novas perspectivas de atuação, ao lado de novos desafios.

Os princípios historicamente defendido e observados pela diplomacia brasileira na OEA são a autodeterminação, a não-intervenção, a solução pacífica de controvérsias e o não uso da força. Ademais, a atuação do Brasil há muito privilegia a promoção da democracia, da paz e do desenvolvimento.

Em razão das profundas mudanças na realidade internacional e regional, marcadas nos últimos anos pela crescente interdependência em diversas áreas temáticas, faz-se cada vez mais necessária a ação multilateral para enfrentar os novos desafios, tão variados como o desenvolvimento sustentável e a proteção internacional dos direitos humanos. O Brasil reconhece que a OEA, que já teve à frente de seu Secretariado-Geral um brasileiro, o Embaixador Baena Soares, ocupa posição de destaque para tratar regionalmente desses problemas e, nesse contexto, participa atentamente das discussões em torno de itens relevantes da agenda interamericana, tais como o fortalecimento das instituições democráticas, a segurança hemisférica, a proteção dos direitos humanos e o combate ao narcotráfico e crimes conexos.

7. A OEA E AS CÚPULAS DAS AMÉRICAS:

A Cúpula de Miami, em 1994, constituiu oportunidade histórica para que os Chefes de Estado e de Governo das Américas formassem uma nova agenda hemisférica, que desse impulso aos principais temas da agenda internacional e, ao mesmo tempo, permitisse o enfrentamento coletivo das novas ameaças de natureza global, tais como o terrorismo, a corrupção, as drogas, o tráfico de armas, entre outras.

O consenso geral, baseado nos princípios fundamentais da democracia e da economia de mercado, viabilizou um acordo de cooperação política e integração econômica sem precedentes no Hemisfério, do Canadá à Argentina.

Essa agenda foi promovida por uma ativa diplomacia presidencial, marcada por uma visão mais cooperativa do futuro. Nesse processo, ficou evidente a importância de se incentivar um novo multilateralismo continental para enfrentar os desafios da globalização, em cujo contexto a OEA passaria a cumprir novos e importantes mandatos.

Atualmente, a OEA consolida seu papel de Secretaria desse processo de integração hemisférica e, para tanto, estão sendo lançadas idéias conducentes a uma maior complementariedade de funções entre a Organização e o Grupo de Revisão e Implementação de Cúpulas (SIRG).

Embora a OEA não tenha participado diretamente dos preparativos da Cúpula de Miami, vem desempenhando papel importante no seguimento e aplicação de seu Plano de Ação, inclusive em relação aos temas referentes à luta contra o abuso de drogas, ao combate à corrupção e ao terrorismo, à segurança hemisférica, ao desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

A OEA passou a desempenhar papel ativo no trabalho preparatório da Segunda Cúpula, realizada em Santiago, em 1998, prestando apoio técnico e organizando reuniões em diversas áreas, como educação, ciência e tecnologia, participação da sociedade civil, drogas, entre outras.

Atualmente, o Escritório de Seguimento de Cúpulas assume integralmente as funções de Secretaria Técnica do SIRG, da comissão Especial de Gestão de Cúpulas Interamericanas (CEGCI), do Conselho Permanente da OEA, bem como a de centro de divulgação da documentação oficial e memória institucional do processo.

Assim, a nova agenda hemisférica da OEA incorpora, por um lado, os mandatos de sua Carta constitutiva e de seus órgãos políticos, e, por outro, os mandatos das Cúpulas das Américas.

(Arquivo DEA: Informação para o Senado Federal)

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nº 34/2000, de 19 do corrente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 691, de 1999, do Senador Iris Rezende.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

PARECER Nº 33, DE 2000

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício S/59, de 1999 (nº 4246, na origem), do Banco Central do Brasil, que encaminha ao Senado Federal relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida por este Banco Central, na qualidade de agente do Tesouro Nacional.

Relator ad hoc: Senador José Alencar

I – RELATÓRIO

O Presidente do Banco Central do Brasil, em conformidade com o art. 5º da Resolução nº 69, de 1996, do Senado Federal, encaminha a esta Casa relatório sobre operação de troca de títulos do tipo Brady por um novo título do tipo Global, conduzida por aquele Banco Central, na qualidade de agente do Tesouro Nacional.

Conforme anexos constantes do relatório, a operação de troca de títulos bradies por Bônus Global apresenta as seguintes características:

Características dos títulos *bradies* envolvidos na troca**Par Bonds**

Vencimento:	15/04/2024
Amortização:	única, no vencimento
Cupom:	5, 75 % aa (a ser pago em 15/04/2000) e 6 % aa (até o vencimento)
Pagamentos de juros:	15/04 e 15/10
Garantias:	de principal: títulos do tipo <i>zero coupon</i> do tesouro americano de juros: depósitos junto ao BIS
Vida média:	como o pagamento do principal está garantido, as obrigações do título consistem, para o emissor, em uma série uniforme de pagamentos de juros, resultando numa vida média de 11,75 anos.

Discount Bonds

Vencimento:	15/04/2024
Amortização:	única, no vencimento
Cupom:	Libor semestral + 13/16 % aa
Pagamentos de juros:	15/04 e 15/10
Garantias:	de principal: títulos do tipo <i>zero coupon</i> do tesouro americano de juros: depósitos junto ao BIS
Vida média:	como o pagamento do principal está garantido, as obrigações do título consistem, para o emissor, em uma série uniforme de pagamentos de juros, resultando numa vida média de 11,75 anos.

Debt Conversion Bonds (DCBs)

Vencimento:	15/04/2012
Amortização:	17 parcelas iguais, com início em 15/04/2004
Cupom:	Libor semestral + 7/8 % aa
Pagamentos de juros:	15/04 e 15/10
Garantias:	não possui garantias
Vida média:	8,5 anos

Capitalization Bonds (C Bonds)

Vencimento:	15/04/2014
Amortização:	21 parcelas iguais, com início em 15/04/2004
Cupom:	8 % aa (até 15/04/2000, a diferença entre o cupom pago, de 5,0%, e 8% é capitalizada semestralmente)
Pagamentos de juros:	15/04 e 15/10
Garantias:	não possui garantias
Vida média:	9,5 anos

Composição dos títulos aceitos na troca**Par Bonds**

Preço mínimo:	58,75%
Preço aceito:	58,75%
Volume aceito:	USD 299.209.000,00
Volume correspondente do novo título:	USD 176.743.000,00

Discount Bonds

Preço mínimo:	67,75%
Preço aceito (*):	69,00%
Volume aceito:	USD 1.461.880.000,00
Volume correspondente do novo título:	USD 1.014.239.000,00

(*) preço aceito (69,00%), maior do que o preço mínimo (67,75%), justifica-se pela necessidade de se incentivar um maior volume de participação dos *Discount Bonds*, títulos que proporcionam o maior ganho relativo para o País, no contexto da operação de troca.

Debt Convention Bonds (DCBs)

Preço mínimo:	64,125%
Preço aceito:	64,125%
Volume aceito:	USD 449.158.000,00
Volume correspondente do novo título:	USD 289.607.000,00

Capitalization Bonds (C Bonds)

Preço mínimo:	65,125%
Preço aceito:	65,125%
Volume aceito:	
– em valor de face original:	USD 653.299.000,00
– em valor capitalizado:	USD 792.588.879,80
Volume correspondente do novo título:	USD 519.411.000,00

Características do novo título

Emissor:	República Federativa do Brasil
Classificação de risco:	B2 / B+ (<i>Moody's / S & P</i>)
Tipo:	Bônus Global registrado na SEC
Volume:	USD 2,0 bilhões
Data da liquidação:	25/10/1999
Vencimento:	15/10/2009
Vida média:	10 anos
Cupom:	14,50% aa
Periodicidade:	Semestral (15/04 e 15/10)
Convenção:	30/360 dias.
Preço:	99,444%
Rendimento:	14,61% aa
<i>Spread</i> sobre o título de referência:	850 pontos base
Título de referência:	6,11% aa (<i>Treasury</i> 6%, 15/08/2009)
Listagem:	Bolsa de Valores de Luxemburgo
Instituições líderes:	<i>JP.Morgan & Co. e Chase Securities Inc.</i>

Informa o Sr. Presidente do Banco Central que a operação foi concluída com sucesso, em 25 de outubro de 1999, pois a emissão e colocação de títulos globais pelo governo brasileiro no mercado internacional, no valor de US\$2 bilhões, foi realizada para retirar do mercado bônus do tipo Brady, com valores de face totalizando US\$2.863.546.000,00 (dois bilhões, oitocentos e sessenta e três milhões, quinhentos e quarenta e seis mil dólares norte-americanos).

A operação foi realizada mediante processo competitivo sob a forma de leilão e, na escolha dos agentes da operação, com observância dos princípios basilares consagrados na Lei nº 8.666, de 21.06.1993. Conforme o relatório, dentre as vantagens básicas da operação de troca, destacam-se: a diferença entre os rendimentos de determinados títulos tipo Brady e os de um novo título tipo Global; o impacto sobre o perfil futuro de pagamentos por parte do Tesouro Nacional e o incremento das reservas internacionais do País, em decorrência da liberação de garantias vinculadas aos títulos antigos.

No que diz respeito às comissões negociadas com os agentes da operação, o Banco Central informa que foi acordado o pagamento de 0,75% do valor emitido, sobre a tranche de dinheiro novo, e de 0,55% sobre o valor emitido do novo título, sobre a tranche de troca. Para o Agente de Troca (Citibank-Londres), foi estabelecida uma remuneração fixa de US\$50,0 mil, mais um adicional de USD275,00 por proposta processada. Foram realizados, também, os gastos em operações da espécie, relativos a advogados no exterior, impressão e distribuição dos prospectos, publicidade e listagem dos títulos na Bolsa de Luxemburgo.

Com efeito, segundo o relatório, *“as condições financeiras do novo título, comparadas com os custos dos títulos retirados, proporcionaram ao País uma economia de USD 208 milhões, expressos em termos de valor presente. Obteve-se, também, uma redução de US\$863,5 milhões no estoque da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional e o ingresso de USD529 milhões em recursos decorrentes da liberação das garantias vinculadas ao bônus Par e Discount, contribuindo para reforçar as reservas internacionais do País. Em termos de perfil de pagamentos, logrou-se um alívio de USD129 milhões ao ano em amortizações entre os anos de 2004 e 2011, excluindo-se o ano de vencimento do novo bônus, 2.009”*.

Apresenta-se, abaixo, um resumo dos resultados da troca.

Resultados da troca,

◆ Resultado Financeiro (em valor presente líquido):	USD 208.147.000,00
◆ Redução do Estoque da Dívida:	
– em valor de face original:	USD 863.546.000,00
– considerando o saldo capitalizado do C Bond:	USD 1.002.835.880,00
◆ Garantias Liberadas:	USD 529.268.000,00

- ♦ Melhoria do perfil de pagamentos (redução nas amortizações):
 - entre 2004 e 2011: USD 129.459.157,00
 - em 2012: USD 103.038.099,00
 - em 2013: USD 76.617.040,00
 - em 2014: USD 38.308.520,00
- ♦ Os títulos retirados possuem vida média de 10,6 anos, contra 10 anos do novo título.

O Banco Central informa, ainda, que a tradução da documentação relativa à operação está sendo providenciada, para oportuna remessa a esta Casa.

É o relatório.

II – VOTO

A Resolução nº 69, de 1996, do Senado, “autorizou a União a realizar operações de recompra e de reestruturação dos títulos da dívida externa, contemplando a aquisição dos títulos, com deságio, no mercado secundário, a emissão de novos títulos para substituir os antigos ou outras modalidades de operações, com o objetivo de reduzir o estoque ou os encargos da dívida, alongar os prazos de pagamento ou ajustar o perfil do endividamento externo do setor público brasileiro”. Essa Resolução estabeleceu, também, conforme art. 5º, que o Banco Central prestará contas ao Senado Federal, mediante o envio de relatório circunstanciado sobre cada operação realizada e que esta Comissão emitirá o seu respectivo parecer (cf. § 4º do citado art. 5º).

O Banco Central, em cumprimento às determinações da citada Resolução, encaminha a esta Casa a quarta operação de troca de títulos da dívida já realizada. A 1ª foi realizada em junho de 1997, no valor de US\$3,0 bilhões pela troca de bradies; a segunda, em dezembro de 1997, no valor de US\$5,2 bilhões, pela troca de bradies, de propriedade de algumas instituições financeiras brasileiras, por Notas do Tesouro Nacional e a terceira emissão de Bônus Global, concluída em 30 de abril último, no valor total de US\$3,0 bilhões, em títulos no mercado internacional, sendo US\$2,0 bilhões resultantes de tranche em dinheiro e US\$1 bilhão decorrentes de troca por bônus Brady.

Em nosso entendimento, o presente relatório atende aos requisitos estabelecidos pela referida Resolução do Senado, porquanto presta as informações e demonstra os benefícios auferidos com a operação. Conforme relatado acima, os ganhos do conjunto da operação são expressos, sobretudo, pelos ganhos financeiros de US\$208 milhões, em termos de valor presente,

quando comparados aos custos dos títulos que foram retirados do mercado; pela redução de US\$863 milhões no valor do estoque da dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional; pelo ingresso de US\$529 milhões, mediante liberação de garantias e pelo alívio de US\$129 milhões ao ano, em amortizações, no período 2004 e 2011.

Salvo melhor juízo, o presente relatório reflete bem o exercício da autorização concedida pelo Senado Federal à União, em 1996, qual seja, permitir operações de troca de títulos por outros mais vantajosos para o País, especialmente os de reestruturação da dívida externa (bradies), com vistas à redução do estoque dos débitos, dos custos financeiros a eles associados e à atração de novos investidores voluntários. Além das vantagens financeiras diretas, depreende-se que essa operação tem impacto positivo sobre as reservas cambiais, assim como sobre a situação fiscal federal, contribuindo, portanto, para o encaminhamento de soluções para dois dos mais graves problemas macroeconômicos do País, na atualidade.

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente ao relatório do Banco Central, objeto do Ofício "S" nº 59, de 1999 (Ofício Externo) nº 04246, de 10/11/1999, na origem), e concluímos, assim, em conformidade com o art. 133, III, do Regimento Interno desta Casa, pelo arquivamento do referido relatório.

Sala da Comissão, 17 de Janeiro de 2000

1. NET SOASSUNA, PRESIDENTE
2. JOSÉ ALENCAR, RELATOR DO LDC
3. BELLO PARGA
4. LAURO CAMPOS (ABTENÇÃO)
5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
6. AGNELO ALVES
7. ROMERO JUCA
8. ANTONIO PAES E RABAN
9. GILBERTO MESTRINHO
10. PAULO SOUZO
11. FREITAS NETO
12. JEFFERSON PERES
13. CARLOS BEZERRA
14. BERNARDO CARVAL

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expendente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 16, DE 2000**

Faculta a dedução, na declaração de rendimentos do Imposto de Renda das pessoas físicas, de despesas com medicamentos para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a legislação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, para que, nos termos e condições do art. 2º, aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos possam deduzir, na declaração anual de rendimentos das pessoas físicas, despesas com medicamentos para uso próprio.

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 8º

II –

a) aos pagamentos efetuados, no ano calendário, a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, bem como às despesas com exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, e ainda, no caso de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos, às despesas com medicamentos para uso próprio;

§ 2º

V – no caso de despesas com aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, bem como com medicamentos

para uso próprio de aposentados e pensionistas com idade igual ou superior a sessenta anos, exige-se a comprovação com receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

É notório o abusivo aumento dos medicamentos desde a implantação do Plano Real. Consoante matéria recém-publicada no **Jornal do Brasil** (16-1-2000, Economia, pág. 5), dados do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal (CRF – DF) revelam que, do início do Plano Real, em julho de 1994, até janeiro de 2000, os cem medicamentos mais vendidos no Brasil tiveram, em média, aumento nominal de 145,14%, contra uma inflação de 85,30% no mesmo período, apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Deflacionados, os preços praticados por farmácias e drogarias apresentaram aumento real de 31,60% acima da inflação oficial. Consequentemente, o faturamento da indústria de medicamentos nesse período passou de US\$3,2 bilhões, em 1994, para US\$11 bilhões, no final de 1999 – um aumento de 182,5%. A média de preços dos trezentos medicamentos pesquisados mensalmente pelo CRF – DF subiu de US\$3,20, em julho de 1994, para US\$6,90, em janeiro de 2000.

O Governo se esquivava de qualquer explicação plausível quanto a justificativas apresentadas pelos laboratórios para reajustarem os preços de seus produtos. A questão é ainda mais patente, quando se sabe que, nesse mesmo período, o preço da matéria-prima, no mercado internacional dos remédios mais vendidos, caiu em média 49%. Por exemplo, o valor do diclofenaco de potássio, usado na manipulação do Cataflam (antiinflamatório) – o remédio mais vendido no País – foi ainda mais além: segundo dados do CRF – DF, caiu 75%. Uma queda bem superior aos 50% da desvalorização cambial. Como explicar, então, o aumento de 23,74% do mesmo Cataflam, neste período?

Aposentados e pensionistas, idosos em geral, com doenças crônicas graves que exigem controle constante, vêem, cada vez mais, esvair-se a perspectiva de sobrevida digna e devidamente amparada. Males crônicos, como a hipertensão, a osteopo-

rose, o Mal de Alzheimer (doença neurológica que destrói áreas do cérebro ligadas à memória e provoca problemas motores) exigem monitoramento e cuidados constantes. Aposentados e pensionistas, principalmente, têm de se socorrer da caridade de parentes e amigos para sobreviver. Sem saberem como reagir contra os abusivos aumentos, simplesmente privam-se dos medicamentos, abreviando a vida. Um suicídio lento, auxiliado pela conjuntura econômica e social.

É para minorar tão injusta situação que se apresenta este projeto de lei, na expectativa de contar com o apoio de nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. –
Senador Antonio Carlos Valadares, PSB – SE.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A partir de 1º de janeiro de 1996 o Imposto de Renda das pessoas físicas será determinado segundo as normas da legislação vigente, com as alterações desta lei.

Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I – de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo): – O projeto será publicado e remetido às Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, parágrafos 2º e 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, sejam fornecidas pelo Ministro das Minas e Energias, Sr. Rodolfo Tourinho, as seguintes informações sobre o desastre causado pelo vazamento na Refinaria de Duque de Caxias:

1) cópias das planilhas dos investimentos da Petrobrás em proteção ambiental, nos últimos cinco anos;

2) cópias dos demonstrativos de gastos da empresa em publicidade e divulgação externa, nos últimos cinco anos, detalhando o quantitativo aplicado em publicidade e divulgação explorando temas ambientais. Acrescentar material impresso demonstrativo deste item ou gravado, quando couber;

3) cópia de documentos que descrevam os procedimentos da empresa na prevenção de danos ambientais e na detecção de situações de emergência, bem como sua cessação;

4) explicações sobre o não-atendimento emergencial da situação de intenso vazamento de óleo durante horas, na manhã do dia 18-1-2000, segundo noticiário da imprensa;

5) descrição da estrutura funcional e organizacional dos departamentos, diretorias ou assembléias destinados especificamente à prevenção e reparos de danos ambientais;

6) em que consiste o "pacto" envolvendo ambientalistas, a Prefeitura do Rio e as dos municípios atingidos pelo desastre na operação de limpeza da baía, noticiado pelos jornais do dia 24-1-2000;

7) documentos que demonstrem as ações de curto, médio e longo prazos para despoluição da baía, relacionados a episódios de poluição provocada pela empresa anteriores a janeiro de 2000, na baía de Guanabara, com respectiva descrição e avaliação dos resultados;

8) descrição dos procedimentos previstos para a mitigação ou eliminação da poluição provocado pelo derramamento de 1.260.000 litros de óleo ocorrido em janeiro de 2000, inclusive estimativas de tempo necessário à recuperação do ecossistema;

9) documentos comprobatórios e descrição dos problemas técnicos existentes nos dutos da Refinaria Duque de Caxias, sejam relacionados à inadequação do terreno, conforme declarações feitas pela presidente da empresa aos jornais e TVs, sejam relacionados à tubulação, conforme denúncia formulada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 24-1-2000, na página 4, da seção 4;

10) que providências estão sendo tomadas para evitar outros acidentes dessa natureza;

11) por que a Reduc ainda não tem licença de funcionamento;

12) quais as razões para a manutenção da Reduc na baía da Guanabara, já confirmada como área de alto risco ambiental e já intensamente agredida por poluição; e

13) como será feita a compensação financeira dos prejuízos aos pescadores e demais setores da economia atingidos pelo acidente.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. – Senadora **Marina Silva**, Líder do Bloco de Oposição.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será **despachado** à Mesa para decisão, na forma do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso II, do art. 336, do Regimento Interno, **requeremos** urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1999, que disciplina o regime de emprego público do pessoal da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. – **Jáder Barbalho – Sérgio Machado – José Roberto Arruda – Francellino Pereira.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento lido será **votado** após a Ordem do Dia, na forma do disposto no art. 340, inciso II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999 (nº 3.808/97, na Câmara dos Deputados), que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

À matéria foram oferecidas seis emendas.

O projeto vai à Comissão dos Serviços de Infra-estrutura, para exame do projeto e das emendas, retornando em seguida à de Assuntos Econômicos, para exame das emendas.

São os seguintes as emendas oferecidas:

Emendas apresentadas perante à Mesa ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1999 (nº 3.808/97, na Casa de origem), que institui o *Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações*.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1-PLEN

Dê-se aos arts. 1º, a seguinte redação:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST, de natureza contábil, sob a gestão da Agência Nacional de Telecomunicações, tendo por finalidade proporcionar recursos destinados a cobrir a parcela do custo exclusivamente atribuível ao cumprimento das obrigações de universalização de prestadoras de serviços de telecomunicações no regime público, que não possa ser recuperada com a exploração eficiente do serviço, nos termos do disposto no inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Substitutivo recupera a concepção original do FUST, na forma expressa na PL 3939 de 1997 do Poder Executivo, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 1450/97 de presidência da República.

A proposta de origem, acompanhada de Exposição de Motivos nº 332/MC, de 19/11/1997 assinada pelo então Ministro das Comunicações Dr. Sérgio Motta destaca os seguintes pontos:

“2. A lei em tela atribui à Agência Nacional de Telecomunicações competência para regular as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público. O plano geral de metas de universalização, a ser elaborado pela agência e aprovado pelo Poder Executivo, explicitará os

objetivos com relação à disponibilidade física e ao atendimento a áreas rurais, regiões remotas ou a instituições de caráter público ou social”.

“3. Para custear essas obrigações de forma neutra em relação ao regime de competição, além de dotações do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previstas no inciso I, o inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472/97, cuidou de prever a instituição desse Fundo, determinando que para ele contribuirão empresas prestadoras de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.”

E mais:

“6. O projeto de lei propõe que o FUST seja gerido pela Agência Nacional de Telecomunicações, devendo seu orçamento ser submetido ao Poder Executivo para integrar a Lei Orçamentária Anual. “

A redação na forma ora proposta vai ao encontro dos dispositivos da Lei 9472 de 16/ 07/1997 – lei Geral das Telecomunicações, especialmente os arts. 19 e 22 que dispõem sobre a competência da Anatel.

Destaco que o inciso III do art. 22, expressa que compete ao Conselho Diretor da Anatel:

“III – propor o estabelecimento e alteração das políticas governamentais de telecomunicações;”

Ora, tal como se encontra redigido, o art. 2º do PL 60/99, ***“caberá ao Ministério das Comunicações formular as políticas, as diretrizes gerais e as***

prioridades que orientarão as aplicações do FUST....", contraria frontalmente a Lei Geral das Telecomunicações, a não ser que se pretenda, na contramão da história, alterá-la fazendo retornar ao Ministério das Comunicações atribuições que já foram operacional e legalmente transferidas à Anatel, a partir da reengenharia do setor de telecomunicações no Brasil.

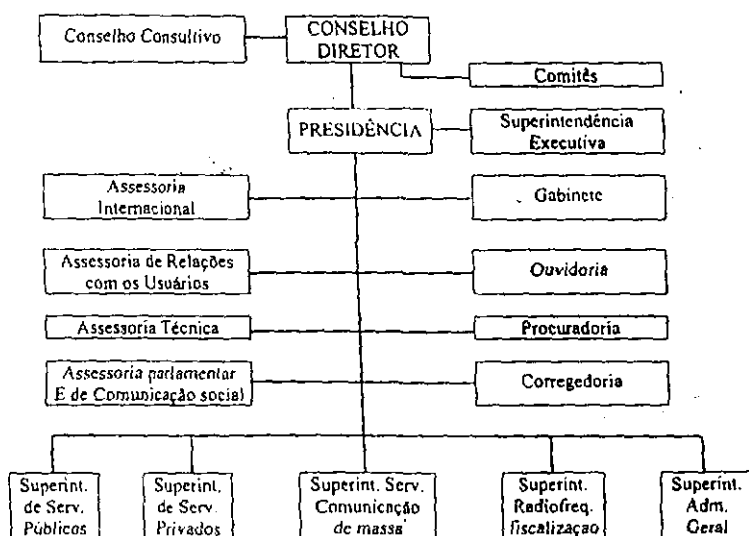
É possível visualizar o que afirmamos através da estrutura organizacional dos 2 órgãos, em anexo, que mostra claramente o Ministério das Comunicações já não dispõe da logística imprescindível às atribuições que lhe pretende outorgar o art. 2º do PLC 60/99, e cujo texto ora emendamos.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2000

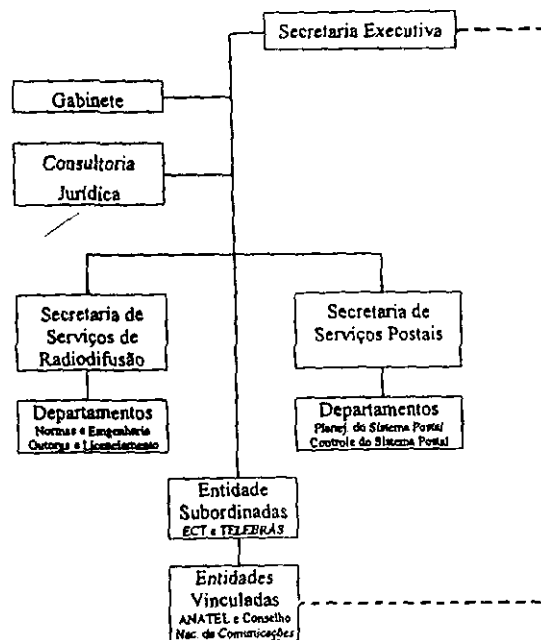
Handwritten signature/initials

ESTRUTURAS

ANATEL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



EMENDA SUPRESSIVA Nº 2-PLEN

Suprima-se o Art. 2º, renumerando-se os demais.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Substitutivo recupera a concepção original do FUST, na forma expressa na PL 3939 de 1997 do Poder Executivo, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 1450/97 de presidência da República.

A proposta de origem, acompanhada de Exposição de Motivos nº 332/MC, de 19/11/1997 assinada pelo então Ministro das Comunicações Dr. Sérgio Motta destaca os seguintes pontos:

“2. A lei em tela atribui à Agência Nacional de Telecomunicações competência para regular as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público. O plano geral de metas de universalização, a ser elaborado pela agência e aprovado pelo Poder Executivo, explicitará os objetivos com relação à disponibilidade física e ao atendimento a áreas rurais, regiões remotas ou a instituições de caráter público ou social”.

“3. Para custear essas obrigações de forma neutra em relação ao regime de competição, além de dotações do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previstas no inciso I, o inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472/97, cuidou de prever a instituição desse Fundo, determinando que para ele contribuirão empresas prestadoras de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.”

É mais:

“6. O projeto de lei propõe que o FUST seja gerido pela Agência Nacional de Telecomunicações, devendo seu orçamento ser submetido ao Poder Executivo para integrar a Lei Orçamentária Anual. “

A redação na forma ora proposta vai ao encontro dos dispositivos da Lei 9472 de 16/ 07/1997 – lei Geral das Telecomunicações, especialmente os arts. 19 e 22 que dispõem sobre a competência da Anatel.

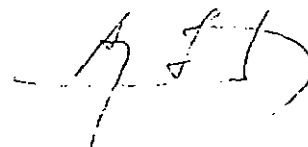
Destaco que o inciso III do art. 22, expressa que compete ao Conselho Diretor da Anatel:

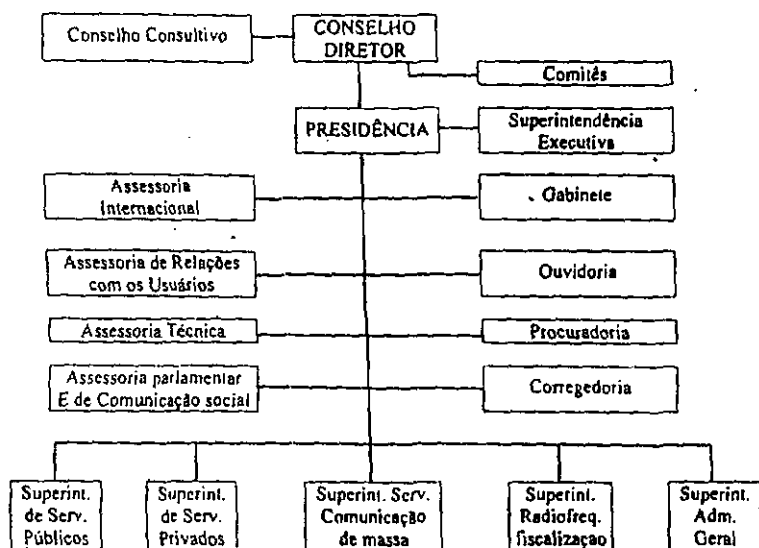
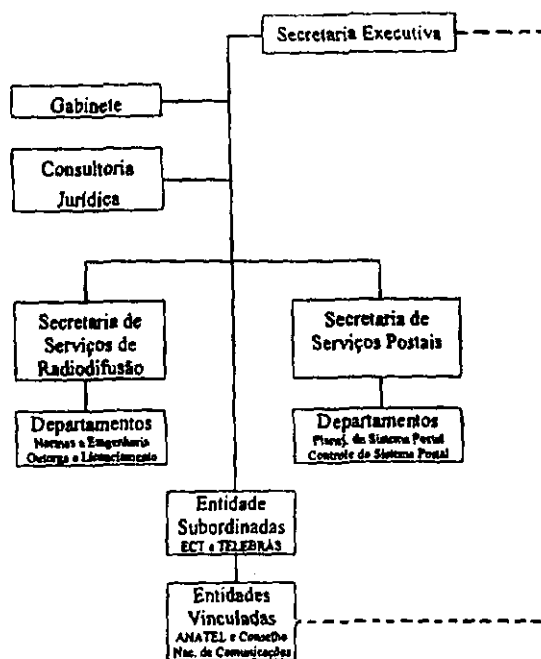
“III – propor o estabelecimento e alteração das políticas governamentais de telecomunicações;”

Ora, tal como se encontra redigido, o art. 2º do PL 60/99, **“caberá ao Ministério das Comunicações formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do FUST....”**, contraria frontalmente a Lei Geral das Telecomunicações, a não ser que se pretenda, na contramão da história, alterá-la fazendo retornar ao Ministério das Comunicações atribuições que já foram operacional e legalmente transferidas à Anatel, a partir da reengenharia do setor de telecomunicações no Brasil.

É possível visualizar o que afirmamos através **da estrutura organizacional dos 2 órgãos, em anexo**, que mostra claramente o Ministério das Comunicações já não dispõe da logística imprescindível às atribuições que lhe pretende outorgar o art. 2º do PLC 60/99, e cujo texto ora emendamos.

Sala das Sessões, 17 de janeiro de 2000



ESTRUTURAS**ANATEL****MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES****EMENDA ADITIVA Nº 3-PLEN**

Acrescente-se ao art. 4º, o inciso I com a seguinte redação, renumerando-se os demais incisos.

Art. 4º Compete à ANATEL:

I – definir os programas, projetos e atividades financiados com recursos do Fundo, nos termos do art. 5º desta Lei.

II -

JUSTIFICAÇÃO

O presente Substitutivo recupera a concepção original do FUST, na forma expressa na PL 3939 de 1997 do Poder Executivo, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 1450/97 de presidência da República.

A proposta de origem, acompanhada de Exposição de Motivos nº 332/MC, de 19/11/1997 assinada pelo então Ministro das Comunicações Dr. Sérgio Motta destaca os seguintes pontos:

“2. A lei em tela atribui à Agência Nacional de Telecomunicações competência para regular as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público. O plano geral de metas de universalização, a ser elaborado pela agência e aprovado pelo Poder Executivo, explicitará os objetivos com relação à disponibilidade física e ao atendimento a áreas rurais, regiões remotas ou a instituições de caráter público ou social”.

“3. Para custear essas obrigações de forma neutra em relação ao regime de competição, além de dotações do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previstas no inciso I, o inciso II do art. 81 da Lei nº 9.472/97, cuidou de prever a instituição desse Fundo, determinando que para ele contribuirão empresas prestadoras de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado.”

E mais:

“6. O projeto de lei propõe que o FUST seja gerido pela Agência Nacional de Telecomunicações, devendo seu orçamento ser submetido ao Poder Executivo para integrar a Lei Orçamentária Anual. “

A redação na forma ora proposta vai ao encontro dos dispositivos da Lei 9472 de 16/ 07/1997 – lei Geral das Telecomunicações, especialmente os arts. 19 e 22 que dispõem sobre a competência da Anatel.

Destaco que o inciso III do art. 22, expressa que compete ao Conselho Diretor da Anatel:

"III – propor o estabelecimento e alteração das políticas governamentais de telecomunicações;"

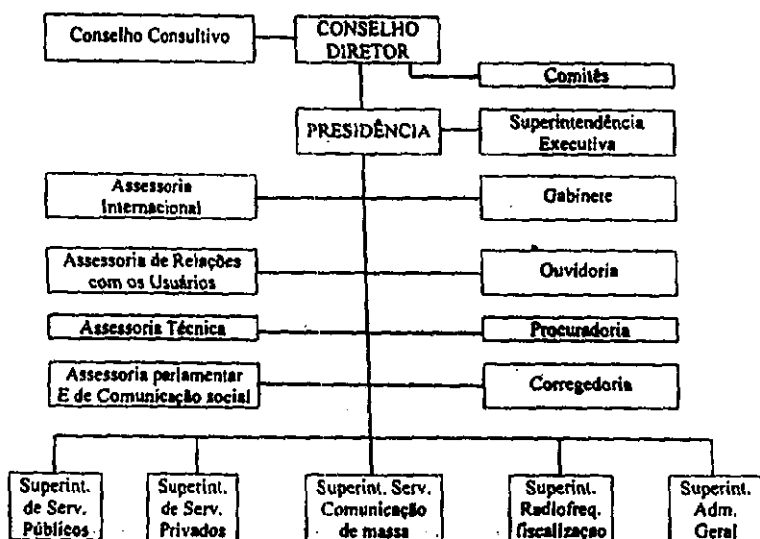
Ora, tal como se encontra redigido, o art. 2º do PL 60/99, "caberá ao Ministério das Comunicações formular as políticas, as diretrizes gerais e as prioridades que orientarão as aplicações do FUST....", contraria frontalmente a Lei Geral das Telecomunicações, a não ser que se pretenda, na contramão da história, alterá-la fazendo retornar ao Ministério das Comunicações atribuições que já foram operacional e legalmente transferidas à Anatel, a partir da reengenharia do setor de telecomunicações no Brasil.

É possível visualizar o que afirmamos através da estrutura organizacional dos 2 órgãos, em anexo, que mostra claramente o Ministério das Comunicações já não dispõe da logística imprescindível às atribuições que lhe pretende outorgar o art. 2º do PLC 60/99, e cujo texto ora emendamos.

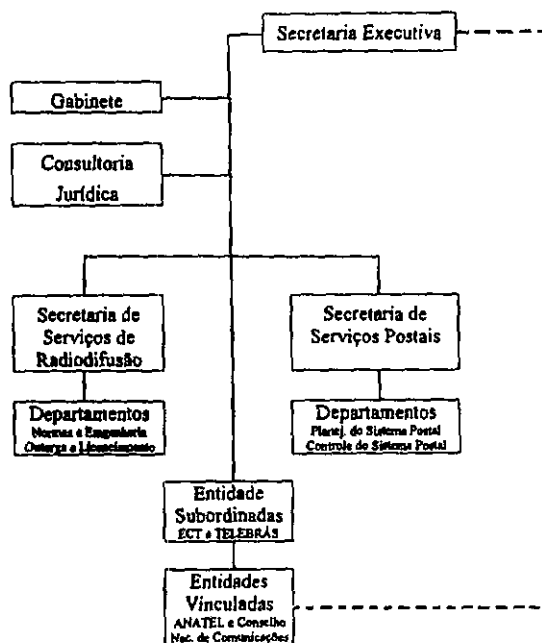
Sala das Sessões em 17 de janeiro de 2000

ESTRUTURAS

ANATEL



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



EMENDA Nº 4-PLEN

Dê-se ao Inciso VI do Artigo 5º a seguinte redação:

“VI - implantação de acessos para utilização de serviços de redes digitais de informação destinadas ao acesso público, inclusive da Internet, em condições favorecidas, a estabelecimentos de ensino e bibliotecas, bem como cooperativas agrícolas, para acesso a cotações nacionais e internacionais de ‘commodities’ incluindo os equipamentos terminais para operação pelos usuários;”

JUSTIFICAÇÃO

As cooperativas, localizadas nas regiões mais afastadas, necessitam ter acesso às cotações diárias dos produtos agrícolas no mercado interno e externo, para poder informar aos seus filiados e desse modo aumentar a competitividade do setor tanto em nível nacional, como em nível internacional.

Sala de Sessão,



Senador **GERSON CAMATA**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 5-PLEN

Dê-se ao § 1º do Art. 5º a seguinte redação:

Art 5º

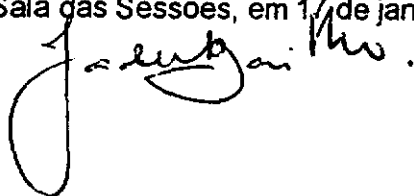
§ 1º Em cada exercício, pelo menos **cinquenta por cento** dos recursos do FUST serão aplicados em programas, projetos e atividades executados pela concessionária do Sistema Telefônico Fixo Comutado – STFC nas áreas abrangidas pela SUDAM e SUDENE.

JUSTIFICAÇÃO

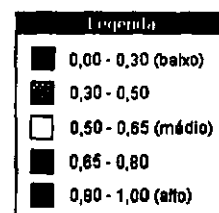
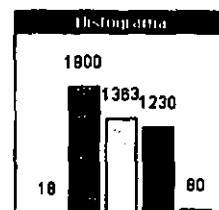
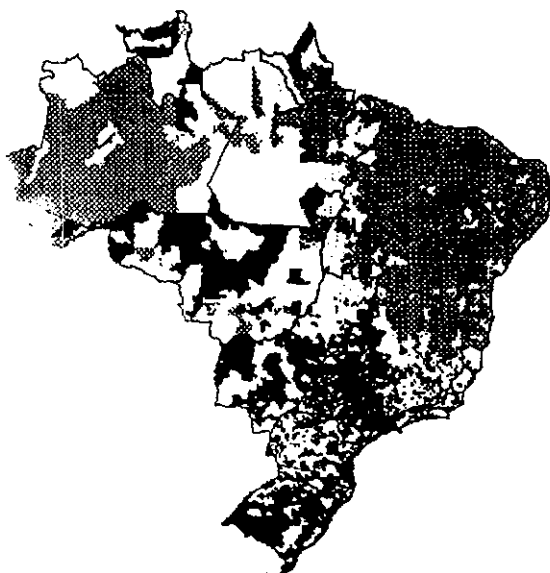
Os mais baixos índices de desenvolvimento humano – IDH – expressão mais moderna da pobreza estão concentrados em municípios das regiões norte e nordeste, em áreas de atuação da SUDAM E SUDENE (ver quadro anexo).

Este quadro justifica, por si mesmo, a emenda apresentada.

Sala das Sessões, em 17 de janeiro de 2000

**Brasil (Municípios)**

Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), 1991



EMENDA Nº 6-PLEN

Acrescente-se o Parágrafo 4º ao Artigo 5º, com a seguinte redação:

“§ 4º - A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional encaminhará anualmente à ANATEL, até o dia 30 de outubro de cada ano, relação das prioridades nacionais, indicando as regiões carentes de cada Estado, onde os recursos do FUST serão preferencialmente aplicados.”

JUSTIFICAÇÃO

Os parlamentares, por conhecerem o interior do País e de seus Estados de origem, poderão contribuir para um melhor aproveitamento dos recursos do FUST, evitando assim distorções na distribuição para localidades que não necessitem dessa dotação.

Sala de Sessão,



Senador GERSON CAMATA

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira por vinte minutos.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho de Minas Gerais, meu Estado, para falar da 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes e da Comissão Especial do Cinema, criada por esta Casa, presidida pelo Senador José Fogaça e tendo como Relator o Senador que lhes fala desta tribuna.

A 3ª Mostra de Cinema de Tiradentes vem sendo amplamente divulgada pela mídia em Minas e no País. Vem recebendo a atenção de Minas inteira e de cineastas, produtores e exibidores de cinema de todo o País. A expectativa tem sido, desde o primeiro instante, de um grande evento no espaço cultural de Minas e do Brasil, envolvendo entre 30 mil a 40 mil pessoas na bela e histórica cidade de Tiradentes.

As mostras anteriores realizadas em Tiradentes tiveram ampla repercussão, aumentando ainda mais o interesse, a admiração e o movimento turístico naquela cidade e na região.

Agora, a 3ª Mostra abriu-se em clima de festa e grande entusiasmo do público, com a presença de Lúcia Rocha, mãe de Glauber Rocha, Lúcia Camargo, Secretária de Cultura do Estado do Paraná, Ivan Ribeiro de Oliveira e Edson José Vidigal Paulucci, presidente e diretor da Telemar, e Carlos Reichenbach, grande cineasta e homenageado da noite.

A Comissão Especial do Cinema está participando do evento. Convidado, fui a Tiradentes, na condição de Relator da Comissão e com o objetivo de acompanhar de perto, envolver-me no clima e sentir o pulso de um importante acontecimento destinado à promoção do cinema nacional.

Coube-me a honra de presidir a sessão de abertura da programação e dos trabalhos, sendo, ao final, agraciado com o troféu da 3ª Mostra. O carinho a nós demonstrado por todos os presentes bem atestava a importância e a receptividade com que o povo do cinema vê os trabalhos da nossa Comissão Especial nesta Casa.

Por ser um acontecimento que se realiza em Minas, empenhei-me pessoalmente pela realização dessa 3ª Mostra, evento cultural que vai transcorrendo sob organização exemplar, eficiência, descontração, entusiasmo, alegria e paixão.

A Mostra vem sendo organizada, desde a sua primeira edição em 1998, por Quintino Vargas e Ra-

quel Hallak d'Angelo, jovens diretores da empresa Universo Produções, sediada em Belo Horizonte, com o apoio da Secretaria de Audiovisual do Ministério da Cultura e com o patrocínio da empresa de telecomunicações Telemar, do seu presidente, Ivan Ribeiro de Oliveira, e do seu Diretor de Integração Empresarial, Edson José Vidigal Paulucci.

Prestigiou a Mostra de Tiradentes o Governador de Minas, Itamar Franco, e seu Secretário de Cultura, Ângelo Osvaldo.

Entre 30 e 40 mil pessoas participarão da Mostra, aberta a todos e gratuita. Nos oito dias do período, 29 longas-metragens e 42 curtas-metragens serão mostrados. Trinta e nove vídeos serão exibidos. *Deus e o Diabo na Terra do Sol*, eleito o filme do Século XX por 36 críticos e especialistas, e mais cinco filmes que melhor representam a cinematografia nacional serão mostrados.

A viagem a Tiradentes possibilitou-me reunir com os realizadores de eventos audiovisuais lá presentes, ouvindo suas preocupações, propostas e solicitações. Participaram dessa reunião Esdras Rubim, Zita Carvalhosa, Cloris de S. Ferreira, Luiz Carlos Lacerda, Edina Fuji, Moema Müller, Ana Jardim e Lúcia Rocha.

Esse foi um encontro feliz porque, entre os projetos dos realizadores estava, precisamente, o da sua aproximação com a Comissão Especial do Cinema no Senado Federal.

Na condição de relator dessa Comissão, pude, então, receber das mãos de Esdras Rubim o projeto dos estatutos e a declaração dos propósitos do Fórum Nacional dos Organizadores de Eventos Audiovisuais brasileiros, entidade lançada no ano passado, no Rio Grande do Sul, durante o 27º Festival de Cinema de Gramado.

Esse Fórum é representativo do setor e surgiu para articular e fortalecer os eventos audiovisuais no atual quadro de transição por que passa a atividade audiovisual no Brasil.

São, ao todo, 45 os eventos do calendário nacional, a começar pela Mostra de Tiradentes, realizada em janeiro, e a terminar com os festivais de Natal, Rondônia e Teresina, em dezembro.

Os festivais e mostras trazem inegáveis contribuições como: a ampliação do público de produções nacionais, formação de novas platéias, divulgação de obras nacionais e estrangeiras de melhor qualidade, estímulo a novos talentos e à produção de novas obras, agregação de valor às obras audiovisuais e abertura de espaço para a realização de negócios.

Para um maior desenvolvimento dos festivais e mostras no Brasil, os seus realizadores estão a reivindicar quatro pontos principais: a elevação para 100% do benefício da Lei Rouanet; a indicação de um representante dos festivais para a Comissão Nacional do Cinema no Ministério da Cultura; a participação do Fórum na Comissão Especial do Cinema no Senado Federal e a manutenção do apoio financeiro da Secretaria para o desenvolvimento do audiovisual do MinC.

Essas as quatro reivindicações principais, e eu tive a grata satisfação de começar a atendê-las, ao encetar o diálogo da Comissão Especial do Cinema com os realizadores dos eventos audiovisuais.

Sr. Presidente, a sensação dos que estivemos em Tiradentes foi de aconchego. Cidade histórica, charmosa, intimista, dentro de tantos outros adjetivos que evoca, Tiradentes inspira a empatia entre os produtores, diretores, realizadores da mostra, atores e público num clima natural de conagração.

Sentar-se de frente a uma tela de cinema, em praça pública, o céu estrelado sobre a cabeça, dentro de um cenário que nos vem da história e da natureza, das montanhas é, sem dúvida, uma grande emoção.

Para muitas das pessoas ali presentes, as sessões podem ter sido o primeiro flerte de um promissor casamento com o cinema de nosso País, sua cultura e a cidadania. Exercitar nosso "amor próprio de cidadãos brasileiros", ter orgulho da criatividade e da produção do nosso País são atos básicos para erguermos a Nação.

A Mostra de Cinema cria, ali, uma oportunidade singular para o povo da cidade, da região, de todo o Estado e do País. Ir à Mostra de Tiradentes é uma experiência incomum para o País e para o nosso cinema.

Voltaremos a Tiradentes no fim desta semana para participar do encerramento e das comemorações da bela e importante Mostra de Cinema.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria que V. Exª me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito, Senador Roberto Freire, em primeiro lugar, e disporá de cinco minutos na prorrogação da Hora do Expediente.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. ÁLVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª fica inscrito, Senador Álvaro Dias.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB – PE) – Sr. Presidente, pela ordem sem revisão do orador.) – Gostaria de demonstrar a minha satisfação pelo **quorum** da Casa hoje de 76 Senadores. A sessão começou depois das 16 horas, mas mostra a presença maciça dos Senadores.

Não vejo, porém, registrada no painel a presença do Líder do Governo, Senador José Roberto Arruda. Gostaria de saber da Presidência se o nobre Senador registrou a justificativa da sua ausência na sessão que ora se realiza.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Carlos Wilson, a Mesa observa as justificativas apresentadas pelos Srs. Senadores após o encerramento da sessão, até porque ainda há tempo para que o Senador José Roberto Arruda compareça aos trabalhos desta tarde.

Espero que V. Exª esteja informado da forma como desejava.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós que militamos na vida pública convivemos quase que diariamente, semanalmente, mensalmente com anjos e demônios. Recebemos daqueles que representam um elogio quando conseguimos um recurso para o Estado, quando aprovamos um projeto de lei ou melhoramos a legislação do País. Os demônios, também, são aqueles que de vez em quando fustigam, atacam e, escondidos na moita, na sombra, atiram-nos injúrias mais infamantes do que podemos suportar.

Esta semana estou convivendo com demônios. A revista **IstoÉ**, que ultimamente vem desfechando violentos ataques contra políticos capixabas a contra Estado do Espírito Santo, publica uma matéria na qual me aponta para a Nação como integrante de uma organização criminosa do Estado. E me aponta

senta em uma fotografia em que o Ministro da Defesa leva um tiro, uma outra personalidade leva dois tiros e eu, três. E faz acusações, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, baseadas em um documento que não existe. Apresenta como base da execração que faz contra mim um boletim secreto que teria sido redigido pela PM2 – Polícia Secreta do Estado do Espírito Santo, em 1989.

Segundo a revista, o boletim é baseado em informação que teria sido passada à PM2 pelo então Delegado da Polícia Federal no Espírito Santo, Dr. Oscar Camargo. A revista traz minha fotografia na capa e me ataca moralmente, e tudo é baseado nesse papel.

Vejam V. Ex^{as} – tive acesso ao tal papel –, o documento não tem nenhuma assinatura; apenas um carimbo secreto. Ninguém o redigiu; ninguém se responsabiliza por ele. O documento, covarde, apócrifo, num determinado momento, depois de fazer as acusações, traz uma frase que revela a malícia com que a argumentação foi engendrada. O escritor desse boletim apócrifo atribui as informações sobre mim ao Dr. Oscar Carvalho, da Polícia Federal.

Leio: "Como não apresentou nada de concreto, apenas acusações sem provas, que provocaram reações, o desgaste da figura do Superintendente da Polícia Federal é inevitável".

Será que aqueles que levaram esse documento ao repórter não lhe mostraram que, além de não ter assinatura e ser falso, continha a ressalva de que não havia nenhuma prova? Será que enganaram o repórter da Revista? Ou será que o repórter omitiu – e aí é grave – a existência desse parágrafo que diz que não há nenhuma prova?

Não pára aí. Entre as inúmeras manifestações que venho recebendo durante toda a semana, de autoridades, de todo mundo, fui surpreendido por uma carta que o Delegado da Polícia Federal, Dr. Oscar Camargo, que é citado como autor do documento, manda para a revista *Isto É*. A ele é atribuída a autoria do documento falso. E o Delegado da Polícia Federal do Espírito Santo, que é aposentado e estava em São Paulo, manda uma carta para a Revista *Isto É*, a qual tive acesso. Passo a ler a cópia:

"Na condição de Superintendente Regional do Departamento da Polícia Federal do Espírito Santo, fiz cumprir determinação ministerial no sentido de averiguar atividades relacionadas ao narcotráfico, furto de veículos e crimes e mandos em ocorrência naquele Estado nos idos de 1989."

E vai historiando:

"Dessa forma, todo o trabalho investigativo que resultou da notícia-crime foi imediatamente comunicado à autoridade judiciária competente, estadual e federal, através de inquéritos policiais, todos devidamente fiscalizados e acompanhados por representantes do Ministério Público, em razão do alcance e da amplitude das investigações."

E diz aqui o Delegado, a quem é atribuída toda essa ignomínia, essa infâmia, essa lama que atiraram sobre mim:

"Em nenhum momento de tais investigações, amplamente divulgadas, esbarram no nome do ilustre Senador Gerson Camata, de invejável e ilibada carreira política no Estado. O nome do destacado político não constou em nenhum procedimento investigatório remetido à Justiça e a meu saber na condição ou de indiciado ou de investigado."

Então, vejamos Vossas Excelências. Produziram um documento falso, sem assinatura, repito, baseado na declaração de um delegado que nunca fez as declarações e que foi à Revista esclarecer que são falsas, porque nunca fui sequer indiciado ou investigado, e proclamar minha vida política ilibada.

Sr. Presidente, isso esconde, no atual regime democrático brasileiro, distorções gravíssimas. Observe V. Ex^{as}: no período dos militares, fui radialista, jornalista e político. Tive oportunidade de visitar companheiros presos nos quartéis, mas nunca um Delegado de Polícia Federal ou um Comandante Militar julgou-me terrorista porque visitei alguém acusado de terrorismo, ou acusou-me de subversivo porque visitei alguém acusado de subversão. Mas, no regime democrático, depois da Constituição de 1988, descobri-se que, nos porões do Palácio do Governo do Espírito Santo, funcionários públicos – e o pior, policiais – eram pagos com dinheiro do Governo do Estado e, portanto, do contribuinte, para produzir peça inflamatória secreta, sem nenhuma assinatura, contra adversários políticos.

Isso é extremamente grave. Por isso, estou pedindo ao atual Governador, José Inácio – não foi no tempo dele, pois assumiu recentemente – que abra uma investigação. Temos que descobrir quem produzia esses documentos e quem era o criminoso que mandava produzir esses documentos nos porões do Palácio. Quero também que abram todos os arquivos desses documentos secretos, para que eu tenha

acesso a eles, porque pode haver acusações contra mim ou outro cidadão do Espírito Santo que ficaram 20 anos escondidas.

Observem que quem toma tais atitudes não aparece, não mostra o rosto, não tem nome. Os repórteres do Espírito Santo conhecem a vida do Estado; por isso não recebem documentos apócrifos. Levam-nos para os jornalistas de fora que vão ao Estado. Na verdade, quando tentam infamar-me dessa maneira fazem uma campanha contra o Estado do Espírito Santo. Tratam os cidadãos Estado como se todos fossem assassinos, narcotraficantes, envolvidos em crimes, prejudicando-os economicamente e em seu relacionamento com a autoridades federais. Fiquei sabendo que o Ministro Velloso, depois da infâmia que fizeram contra sua pessoa, afirmou que não voltará ao Estado, onde é querido e possui um apartamento onde passava suas férias de verão. Na tentativa de atingir-me, na ânsia de fazer carreira política, de destruir-me, de infamar-me, acabam prejudicando também o Estado do Espírito Santo. Lá aparecem, entre as acusações, uma agenda falsa que, segundo consta, foi tirada da casa de um industrial do Espírito Santo acusado por um crime. Até a presente data, no inquérito original, tal agenda não aparece. Só existe na mão de alguns jornalistas de fora do Estado. Na agenda consta que, em 1988, um industrial do Espírito Santo ajudou candidatos do PMDB que eram ligados à minha pessoa. Claro, os candidatos do PMDB normalmente são ligados a mim. Agora, não aparece em nenhum momento que fui pedir um recurso. Ora, em 1988 – época em que eu não era candidato, e as eleições eram municipais –, contribui para alguns candidatos do PMDB, em 1993 ele foi acusado, mas não foi ainda condenado. E ainda levanto dúvidas sobre a veracidade da agenda, já que provei que esse documento é falso. Então que tipo de ligação se pode fazer numa horas dessas?

Vejam V. Ex^{as} que rui por terra e se transforma aquilo que parecia um libelo numa verdadeira infâmia. Os criminosos são aqueles que tentaram jogar sobre mim uma culpa, produzindo esses documentos falsos. Eles são covardes, não aparecem, se escondem, não têm coragem de acusar, porque sabem que tudo não passa de uma infâmia, uma mentira. E não têm coragem de dizer aos repórteres do Espírito Santo que me conhecem e conhecem outras figuras. Hoje o tradicional jornal **A Gazeta**, do Espírito Santo, de maior circulação em todo o Estado, e apoiado pela **Rede Globo**, com mais de dez emissoras de rádio, lança um repto a esses infamantes num magistral editorial, diga-se de passagem. Diz ele:

"Não sendo a campanha apenas contra Elcio, parece mais uma escalada para a desmoralização dos políticos do Espírito Santo, com acusações apressadas, sem o devido embasamento e conseqüentemente irresponsáveis. Algum pequeno grupo estaria querendo limpar o terreno, atirando todos os concorrentes ao mesmo monte de entulho, de sorte que só ele, apenas ele, o pequeno grupo, sobrevivesse incólume ao mar de lama que está construindo com as suas denúncias".

Mas o jornal vai mais longe. Vejam que repto que o jornal lança aos homens de vida pública no Espírito Santo. Diz aqui o jornal **A Gazeta**, com a responsabilidade do jornal mais respeitado do Estado:

"Está na hora de pedir um basta e de cobrar responsabilidades. Não é possível que se continue impunemente a lançar mais e mais carne aos leões. Homens de bem estão sendo ultrajados, desmoralizados, postos em uma penitência de sofrimentos sem limites.

Será necessário descobrir a quem interessa essa desordem institucional. Quem pretende ser o herdeiro de terra arrasada que hoje se planta? Faremos isso" – vejam o que diz o jornal – "convocando todos os políticos influentes do Estado a reagir contra tanta iniquidade. Os que calarem a sua palavra de apoio à condenação desses atos poderão ser incluídos no rol dos principais suspeitos".

É esse o repto que o jornal lança e que, na verdade, penso que é o Estado inteiro que o faz.

Ainda há outros aspectos aqui. Não fica nisso. A Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo faz também um libelo violento contra isso ao exigir que os autores dessas denúncias apareçam. O PMDB do Paraná me envia matéria, assim como a Federação da Agricultura do Estado do Espírito, que diz:

"A Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo, manifestando a opinião de toda a sua diretoria, de todos os sindicatos e, acreditamos, de todos os seus milhares de associados, deseja manifestar a V. Ex^a o mais irrestrito apoio contra a injuriosa publicação feita pela revista.

Lamentamos profundamente que alguns irresponsáveis aproveitem-se das liberdades democráticas em que vivemos

para denegrir a imagem de figuras do mais elevado respeito, como V. Ex^a."

De modo que tenho da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo um libelo contra essas pessoas que covardemente praticam tais atos.

Numa hora como esta, fico impotente. Sou levado à execração pública nacional com dados falsos. Todas as entidades do meu Estado me manifestam apoio.

Qual o reparo que posso obter dessa revista? Primeiro, para processá-la, tenho de ir a São Paulo. V. Ex^{as} sabem que, em São Paulo, estão os melhores advogados do Brasil, mas também os que cobram mais caro. Um, por exemplo, pediu-me R\$60 mil para fazer a primeira interpelação. É o equivalente a oito salários meus. Vivo desse salário.

Tornamo-nos, então, impotentes diante das pessoas que nos infamam. A lei precisa ser mudada. Se moro no Espírito Santo e a revista que me ofendeu circula naquela cidade, poderia ter o direito de processá-la naquele local ou de pedir publicamente, neste Senado, que ela tenha um ato de consciência pública, que, diante da demonstração de que os documentos não são verdadeiros, ela diga: "Fomos enganados por esses pescadores de águas turvas, por esses infamantes. Levamos seu nome à execração e estamos lhe pedindo desculpas. Reconhecemos a carta do delegado." Mas V. Ex^{as} sabem, eles publicam as desculpas na Carta ao Leitor, que ninguém lê. Daqui a 10 ou 20 anos pode ocorrer isso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente ganhei uma ação contra a Federação Nacional dos Jornalistas. Fui diretor dessa federação que, há 13 anos, publicou, em um pequeno jornal, um artigo infamante contra mim. Entrei com uma ação e agora a ganhei. O Supremo Tribunal Federal já mandou para execução à sede da Federação: R\$77 mil pedindo desculpas.

Isso demorou 13 anos, porque eles têm um sistema interessante: eles arranjam uma testemunha no Acre, uma testemunha no Rio Grande do Sul – temos que ver na legislação, porque isso não pode continuar a existir – e uma testemunha no Pará. V. Ex^a sabe: vai a carta precatória para ouvir a testemunha no Rio Grande do Sul, passam-se dois anos e acabou. Preclusão. Mas a nossa honra tem preclusão?

É a pergunta que devemos fazer a todos nós, porque ocorreu comigo, já ocorreu com muitos colegas aqui e pode ocorrer com outros.

A Sr^a Luzia Toledo (PSDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço com prazer a Senadora Luzia Toledo, minha colega de representação.

A Sr^a Luzia Toledo (PSDB – ES) – A minha indignação é tão grande, Senador Gerson Camata, que não quero, neste momento, demonstrá-la sentada. Quero ficar em pé, porque o que aconteceu com V. Ex^a, com o Ministro Elcio Alvares e com o Ministro Velloso é uma campanha que estão fazendo contra o Estado do Espírito Santo.

Difamar Senador Gerson Camata, que já foi aprovado nas urnas como Vereador pelo povo capixaba, pelo povo de Vitória; foi aprovado pelo povo do Estado como Deputado Estadual; aprovado como Deputado Federal, Governador do Estado; com uma história no Espírito Santo – até hoje, V. Ex^a tem o nome de Governador Gerson Camata no Estado do Espírito Santo –, Senador por duas vezes, e vem uma campanha apenas porque o nome de V. Ex^a apareceu numa agenda.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Falsa, Excelência.

A Sr^a Luzia Toledo (PSDB – ES) – Falsa! Numa suposta agenda falsa! A mídia trouxe para o Brasil inteiro a figura do Senador Gerson Camata. Solidarizo-me com V. Ex^a, Senador Gerson Camata, o que já fiz na nossa imprensa local. Neste Senado Federal, a Casa mais democrática deste País, digo-lhe que o povo potiguar, neste momento, está indignado. Tenho pena dos que fizeram isso com V. Ex^a, cujos nomes todos sabem. Esse episódio não veio à tona de graça, como também não vieram à baila os nomes do ex-Ministro Elcio Alvares e do Ministro Velloso, amigo do Espírito Santo e que, embora mineiro, dizia ser do nosso Estado, porém hoje diz claramente que para lá não volta. Então, temos um Governador que está mostrando gerenciamento, que restabeleceu aquilo de que mais precisávamos, e agora o Espírito Santo está no rumo certo. Mas como fazê-lo, Senador Gerson Camata, nobre Presidente, se o nosso nome e o do Estado do Espírito Santo, abençoado até na sua denominação, só estão hoje nas páginas difamatórias deste País inteiro. Solidarizo-me com V. Ex^a, Senador Gerson Camata. Voltarei à tribuna para falar sobre o assunto. Senador Gerson Camata, quanto mais eles falarem, mais V. Ex^a será querido no nosso Estado, porque lá V. Ex^a é um mito, e todos sabem disso. Muito obrigada.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Luzia Toledo. Se eu tiver que pedir que a revista corrija a calúnia feita contra mim, tenho que me qualificar: nome, carteira de identidade,

residência. Eles não; pegam um papel apócrifo e podem fazer o diabo contra mim. Está errado isso. Penso que as pessoas deveriam ter documentos também e usá-los corretamente, não como fazem. Para ir contra, tenho que me qualificar; eles, para virem contra mim, não precisam se qualificar, saber de onde veio a informação – e tem a tal de fonte secreta, que não fala. Isso me magoa muito, ficamos impotentes diante de algo que atinge todo o Brasil. No Espírito Santo as pessoas riem, não acreditam, mas fora de lá, aqueles que não me conhecem podem acreditar, e eu só tenho esta tribuna para me defender.

O Sr. Paulo Hartung (PSDB – ES) – Senador Gerson Camata, solicito um aparte a V. Exª.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço, com muito prazer, meu companheiro de Bancada, Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (PSDB – ES) – Senador Gerson Camata, quero dar um depoimento que considero importante, primeiramente transmitindo minha solidariedade a V. Exª, em meu nome e em nome de um imenso contingente de capixabas que tenho a honra de representar. Solidariedade em função dos episódios que V. Exª acaba de descrever na tribuna do Senado. Penso que devo dar um depoimento da minha trajetória pessoal. Convivo com V. Exª – acredito eu – desde o início da década de 80.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Já fomos aliados e, depois, adversários.

O Sr. Paulo Hartung (PSDB – ES) – Já estive-mos em campanhas no mesmo palanque, como em 1982, num processo importante da renovação política do nosso Estado, depois de um período longo sem eleições para Governador do Estado, e já estivemos em palanques separados, como agora mesmo, nesse último pleito eleitoral, quando V. Exª optou por apoiar um outro candidato ao Senado. Em todos esses anos de convivência – e na vida pública, normalmente, há muita informação, conversa-se com diversas pessoas, recebem-se muitas denúncias apócrifas, anônimas e inominadas –, em nenhum momento dessa trajetória, vi o nome de V. Exª envolvido em algo relativo a problemas de crime organizado no nosso Estado, de violência ou de qualquer tipo de ação nesse sentido. Acredito ser importante dar este depoimento, mas sem sofismar a realidade. Temos problemas no Espírito Santo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Em todo Estado.

O Sr. Paulo Hartung (PSDB – ES) – Não podemos tapar o sol com a peneira. Temos problemas no

Espírito Santo. Somos representantes do nosso Estado; acabei de ser eleito, há um ano, Senador, com uma belíssima votação, e temos responsabilidades. Há problemas graves no Espírito Santo, e eles precisam ser corrigidos. Há impunidade no Espírito Santo? Há. Se não houvesse, os indicadores de homicídio na região da grande Vitória não seriam os maiores do País, superando a cidade do Rio de Janeiro, e assim por diante. Temos problemas, precisamos superá-los, mas não os superaremos nunca, permitindo aquela cena que eu aprendi ainda no movimento estudantil: que alguém suba no prédio mais alto da Cidade de Vitória, com um saco de penas, e jogue essas penas pela Cidade de Vitória afora e pelo Espírito Santo – penas da calúnia, da difamação. Com isso nós não podemos ser coniventes; com isso eu não sou conivente. Não podemos ser coniventes nem com os erros que existem no Espírito Santo e nem com as injustiças praticadas. Estou aqui desde cedo, sabia que V. Exª ia usar a tribuna; por isso fiz questão de estar aqui para apartear-lo. Creio que a minha palavra é bastante credenciada para contribuir com o discurso de V. Exª. Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço, Senador Paulo Hartung. V. Exª pode prestar esse depoimento, pois foi meu aliado e meu adversário. E não faltaram pessoas que vieram a mim dizer que V. Exª estava envolvido nisso. Mas V. Exª vem para o claro e proclama que me conhece, que nunca ouviu – eu ouvi bem V. Exª dizer – nenhuma mancha sobre a minha conduta política nessas acusações que me são feitas.

Agradeço; o seu testemunho é importante. Sabe V. Exª que as pessoas que, por trás de documentos falsos, induzem policiais a praticar atos violentos contra cidadãos são as mesmas que desmontaram a polícia do Espírito Santo. Enquanto ficam assacando acusação contra mim, levam a culpa de terem desmontado a polícia e os pobres estão morrendo. Todo fim de semana, os jornais noticiam a carnificina que levou Vitória a ser considerada uma das capitais mais violentas do Brasil. Os pobres estão morrendo e a polícia dizendo que são os narcotraficantes do Rio de Janeiro que estão indo para lá. Eles não tomam providência, não fazem uma denúncia, mas contra o Camata têm que fazer; é impressionante a insensibilidade. Se eles quisessem faturar politicamente com o povo, diriam: vamos levantar a polícia e melhorá-la, para que não haja tantos crimes contra os pobres. Mas não; eles querem destruir alguém que está na

frente, para que eles sigam atrás, solapando o terreno.

É muito interessante como conclui o editorial da **Gazeta**: "Se permitirmos que os nossos Senadores e Deputados sejam igualmente ultrajados por denúncias inconsistentes, mais pobres ficaremos. Os poucos sobreviventes herdarão uma terra sem honra e sem homens."

Esse libelo do jornal é muito importante e levanta o povo do Espírito Santo contra isso. E quero aqui lançar um repto a essas pessoas que acusam e não aparecem. Se algum dia, Senador Paulo Hartung – e V. Ex^a sabe disso, assim como o Deputado Aloísio e o Deputado Ricardo Ferraz –, alguém provar que eu levantei a mão para praticar uma indignidade dessas, que eu procurei um juiz para obstruir uma investigação, que eu pedi a um policial que não investigasse, se alguém bem-intencionado provar, eu abro mão de qualquer imunidade e vou responder por isso. Todavia, quero pedir a essas pessoas que apareçam, ponham a cara na reta, não sejam covardes, mostrem provas verdadeiras, não falsifiquem documentos e vamos, juntos, melhorar o aparelho policial do Estado do Espírito Santo para que se apurem todas as mazelas que existem. Não somos perfeitos. As mazelas que há no Amazonas, no Piauí ou em Minas existem lá também, talvez até mais graves. São graves, porque desde 1989 estão dizendo que há crime e não apuram nada; só ficam aproveitando para jogar infâmia em cima de alguns políticos adversários deles.

Então, creio que está na hora de a polícia apurar.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer, ouço o aparte do Senador Gilvam Borges. Em seguida, ouço os Senadores Roberto Requião e, por fim, o meu Líder, Senador Jader Barbalho, pedindo à Mesa que tenha um pouco de consideração.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Gerson Camata, sem sombra de dúvida, essa é uma campanha sórdida, covarde, cujos métodos utilizados pelos algozes de V. Ex^a são de causar repugnância. Estive, a convite da Senadora Luzia Toledo, caminhando pela costa do Espírito Santo. Fiz os 100 quilômetros dos passos de Anchieta. Nessa caminhada, aproveitei para contactar as pessoas dos Municípios que eu ia atravessando. Vi, em depoimentos, que V. Ex^a é um mito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado. Não é tanto assim.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – V. Ex^a é uma pessoa querida e estimada. Ontem mesmo, V. Ex^a ia passando e, sem ler a reportagem, eu disse a um colega do meu Estado, não da Casa: este homem é um dos mais fortes da política do Espírito Santo. Estive lá e ouvi testemunhos de pessoas do povo. Senador Gerson Camata, não interessam os meios, o que justifica são os fins, a busca do objetivo. É o maquiavelismo puro. É a forma da blasfêmia, a forma vil de atingir os homens de bem, um crime hediondo. Eu, pelo menos, considero dessa forma. Lamentavelmente, há aqueles que tentam destruir homens públicos da envergadura de V. Ex^a e de Elcio Alvares. Quando abri a revista e vi a reportagem sobre tráfico de drogas, percebi o absurdo e a violência do serviço de inteligência das forças, dos que têm acesso a esses veículos de comunicação de impacto nacional. Isso é terrível. Observem essas denúncias. Senador Gerson Camata, solidarizo-me com V. Ex^a. Não sou homem de jogar confetes. Nas casas políticas, são comuns os elogios e a troca de gentilezas. Não sou dado a essa prática. Sempre procuro manifestar-me com espiritualidade, com a avaliação intelectual da minha consciência. V. Ex^a é um homem de bem, simples e de caráter, que hoje paga por não se curvar, por permanecer imponente. O seu povo, a sua sociedade, a sua gente, o seu Estado e os colegas de outros Estados da Federação reconhecem isso. V. Ex^a é um gigante. Essas são as palavras do seu amigo, Senador Gilvam Borges, que não tem intimidade com V. Ex^a, mas que o admira à distância.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço-lhe muito, mas gigante é V. Ex^a, que andou 100 Km a pé pelas terras do Espírito Santo.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – Senador Gerson Camata, parte da minha família viveu durante muito tempo no Espírito Santo. Tenho raízes no Estado. Durante esses últimos dois dias, mantive bastante contato com personalidades capixabas. A exclamação é uma só: "O Camatã, não". Essa expressão está na boca dos seus amigos e dos seus inimigos. A infâmia não lhe atinge em seu Estado. Conheço-o há mais de uma dezena de anos, e aqueles que o conhecem há décadas não têm dúvida alguma sobre seu comportamento. Trago ao conhecimento do Plenário documento expedido pela Executiva do PMDB do Paraná e dirigido a V. Ex^a e a sua esposa, Deputada Rita Camata: "Nesse momento de infâmia, recebam nos-

so apoio irrestrito, respaldado pela convicção da integridade que sempre pautou suas vidas públicas. O consolo para a calúnia é o pensamento lúcido do poeta: 'Seu prestígio é medido pelo número de inimigos que você tem'. O PMDB do Paraná está com vocês". Sou Presidente do Partido, recebi o texto da Executiva, assinei-o e encaminhei-o a seu Gabinete.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado.

O Sr. Roberto Requião (PMDB – PR) – No momento em que V. Ex^a é atingido dessa forma dura, como também fui atingido por outra revista de circulação nacional, é importante que não se cogite agredir um valor maior que as nossas honras pessoais: a liberdade de imprensa. No entanto, está na hora de termos um instrumento de resposta. Este Senado aprovou, por unanimidade, um texto de minha autoria, um projeto de lei garantindo o quase imediato direito de resposta no mesmo espaço e da mesma forma. A velocidade é essencial nesse processo. De nada vale um julgamento treze anos depois, uma resposta igualmente prolongada no tempo. O Senado aprovou o projeto por unanimidade, mas a Câmara Federal o engavetou. Apelo à Liderança do meu Partido, o PMDB, e à Liderança dos outros Partidos no Senado da República para que esse texto seja colocado em votação pelo Presidente da Câmara Michel Temer. Não é possível que uma matéria aprovada há mais de três anos, por unanimidade, no Senado da República dormite nas gavetas da Câmara Federal. A V. Ex^a e à Deputada Rita Camata a minha solidariedade pessoal e a dos paranaenses.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – V. Ex^a, Senador Roberto Requião, me conforta com as suas palavras e com a nota do PMDB.

Fala-se agora na Câmara da lei da mordada, que não resolveria no caso, porque todos esses documentos não são oficiais de inquérito, são falsos. Se quiserem infamar, não adianta impedir que o juiz forneça informações. Eles buscam documentos falsos, apócrifos e fazem a infâmia que quiserem.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço meu querido Líder com prazer.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Senador Gerson Camata, tive, como tantos outros companheiros, o privilégio de ser seu colega na Câmara dos Deputados e fui Governador do Pará na mesma época que V. Ex^a era Governador do Espírito Santo. Hoje, somos colegas no Senado. Nesse momento, em

nome de todos os companheiros do PMDB do Brasil, solidarizo-me com a sua justa indignação por esse episódio que lamentavelmente não é apenas V. Ex^a a vítima. Frequentemente, os homens públicos deste País são vítimas de episódios como o que vive V. Ex^a. O Brasil e o Espírito Santo principalmente conhecem V. Ex^a, e não tenho dúvida de que sobreviverá a esse episódio. Além da solidariedade que merece de todos que o conhecemos, esse é o momento para meditação. Como disse bem o Senador Roberto Requião, não admitimos – nós que lutamos contra o arbítrio, contra a ditadura – a possibilidade de cercear o direito da imprensa. De forma alguma! Os Parlamentares têm imunidade, e, em alguns casos, a imprensa tem o direito à irresponsabilidade. Não quero absolutamente generalizar, até porque o Congresso, o Parlamento e a Democracia têm a imprensa como companheira na representação dos interesses populares. O Senador Roberto Requião referiu-se a algo mais do que justo. O direito de resposta na mesma dimensão é um dever da imprensa. O Senador Edison Lobão foi à tribuna por ter sido divulgado em um jornal que S. Ex^a era um dos maiores devedores do Banco do Brasil. Recordo-me bem que, num final de tarde, assisti ao discurso do Senador Edison Lobão, mostrando o jornal que trazia, na primeira página, a sua fotografia, colocando-o como um dos maiores devedores do Banco do Brasil. Fez um discurso indignado, provando que não tinha financiamento no Banco do Brasil. Na manhã seguinte, curioso, fui ler o jornal. E, nos dias que se sucederam, não havia nenhuma linha do discurso do Senador Edison Lobão, nem da carta que S. Ex^a leu e enviou ao jornal. Pergunto: Será que isso é justo? Será que é ético? Quer dizer, o jornal pode colocar que o Senador Edison Lobão é um dos maiores devedores do Banco do Brasil, ou seja, que não paga ao Banco do Brasil. O Senador vem à tribuna, manda uma carta para o jornal, e este se acha com direitos. Pergunto: quem tem imunidade ou irresponsabilidade? É o Senador Edison Lobão ou o jornalista e o jornal que publicou a matéria? Logicamente, não é o Senador Edison Lobão. Evidentemente, não foi S. Ex^a, que não teve a retratação solicitada e justa. Assim, espero que o Congresso Nacional não cuide, com relação à imprensa, de colocar jornalista em cadeia.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Absolutamente.

O Sr. Jader Barbalho (PMDB – PA) – Ou de cercear a imprensa de fazer as suas investigações e de publicá-las. Agora, nesta Casa, devemos ter a coragem, em nome da própria liberdade de imprensa e

da democracia, de estabelecer um tipo de legislação que fixe responsabilidade. Como Presidente e Líder do PMDB, orientarei o Partido nesse sentido. Não tenho o direito, como Parlamentar, de assacar contra a honra de ninguém, da mesma forma que ninguém tem o direito de assacar contra a minha, nem contra a de V. Ex^a ou de qualquer cidadão. Há o episódio da Escola Base em São Paulo, em que destruíram a vida daquele casal de educadores, e ficou por isso mesmo. Isso não é possível! Isso não é liberdade de imprensa! Isso não é imunidade de imprensa! Isso é irresponsabilidade! Esse episódio que V. Ex^a vivencia não é apenas seu, mas do Congresso Nacional e da sociedade brasileira. Democracia implica responsabilidade, necessariamente. Portanto, a solidariedade não é apenas a V. Ex^a, mas à democracia. E este é o apelo que faço como Líder, recebendo o apoio do Senador Roberto Requião: que cuidemos disso com responsabilidade. E tenha certeza de que a imprensa e os jornalistas responsáveis não ficarão nem um pouco amuados com o Congresso Nacional, se este estabelecer uma legislação pertinente a respeito da matéria. A solidariedade, companheiro Gerson Camata, não é apenas minha; seguramente é da sociedade brasileira em relação a V. Ex^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Meu querido Líder Jader Barbalho, a manifestação de V. Ex^a me conforta nesta hora. V. Ex^a é o Líder do PMDB, foi Deputado e Governador à mesma época que eu, acompanhou minha vida toda, logo pode prestar esse depoimento com a consciência tranqüila. V. Ex^a sabe o que diz. Observou que em minha fala fiz uma única reclamação. Primeiro, fiz um apelo à revista para que dissesse que realmente lhe havia sido entregue um documento apócrifo que mencionava a falta de provas; que tinha omitido tal informação ou sido enganada. É normal, todos erram. A segunda reclamação é a respeito da impotência em que nos encontramos, pois devemos processar em São Paulo, o que é caro. Deveria haver outro sistema para que a pessoa fosse à Justiça. Por exemplo, se a revista é de circulação nacional, a ofensa não foi só em São Paulo, onde fica a sede; eu suponho que chegou ao Maranhão, ao Espírito Santo, onde seria mais acessível a Justiça.

Reclamei também da demora. Quanto à outra causa, receberei agora R\$77 mil, mas isso demorou 13 anos. E se eu tivesse morrido? Teria morrido difamado, porque a causa teria acabado. Graças a Deus, fui preservado para ver isso.

Sr. Presidente, gostariam de falar ainda o Senador Pedro Piva, o Senador José Roberto Arruda e o Senador Iris Rezende, assim como o Senador José

Fogaça e o Líder do PFL, Hugo Napoleão. Talvez S. Ex^{as} pudessem fazer uma manifestação mais rápida. Isso é muito importante para mim, Sr. Presidente, pelo momento que atravesso, diante dessa tempestade criada com infâmia, calúnia e documentos falsos.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – É importante para a Casa, também, Senador Gerson Camata. Apenas registraria, para conhecimento dos apartes, a necessidade, dentro do possível, de que abreviem as suas intervenções. De modo algum a Mesa poderia, nesta hora, limitar o tempo de que V. Ex^a necessita para a defesa de sua honra e de sua dignidade.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Ouçoo o Senador Pedro Piva e, posteriormente, o Senador José Roberto Arruda.

O Sr. Pedro Piva (PSDB – SP) – Senador Gerson Camata, infelizmente, não tive o prazer, durante a minha vida, de conhecê-lo há décadas, como diversos dos nossos companheiros aqui presentes. No entanto, durante os cinco anos em que o conheço, aprendi a admirá-lo cada dia mais. E a sua postura nesta tribuna dá bem o exemplo disso. Em nenhum momento V. Ex^a alterou sua voz; em nenhum momento se irritou com essas acusações falsas, levianas e absolutamente fora de propósito. É essa sua postura que o dignifica, que o engrandece e dá a V. Ex^a o respeito que tem de toda a sociedade, de todo o País. Não é só o Espírito Santo que se revolta e repudia as acusações feitas a V. Ex^a, mas todo o Brasil. Em meu nome e no do PSDB, como Vice-Líder do Partido, bem como no dos Senadores Álvaro Dias e Osmar Dias, que me pedem para ser seu intérprete devido ao adiantado da hora e ao apelo do Sr. Presidente, quero dizer que jamais, Senador Gerson Camata, qualquer pessoa aqui presente ou mesmo aqueles que o conhecem pelos seus atos como Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e, agora, Senador, depois de 30 anos de serviços prestados à Nação, deixarão que alguma página de jornal venha manchar sua dignidade, seu currículo! Jamais, Senador Camata! V. Ex^a estará sempre no topo do respeito de todo o País.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a. Acolho o seu aparte e quero guardar como recordação da minha vida esse momento de solidariedade que V. Ex^a me presta.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite, quero ouvir, pela ordem em que percebi os microfones levantados, o Senador Roberto Arruda, o Líder do PFL, Hugo Napoleão, o Senador José Fogaça e, logo após, o Se-

nador Arlindo Porto. Então, eu encerraria, porque sei que as matérias da Ordem do Dia devem ser apreciadas ainda na sessão de hoje.

O Sr. José Roberto Arruda (PSDB – DF) – Senador Gerson Camata, em primeiro lugar, faço minhas as palavras de todos aqueles que tiveram a oportunidade de apartear-lo antes. Em segundo lugar, quero dizer a V. Ex^a, como Líder do Governo nesta Casa, que sou testemunha do apreço, da consideração, do respeito e da amizade pessoal que tem por V. Ex^a o Presidente Fernando Henrique e o Governo que represento aqui, neste instante. Em meu nome pessoal, Senador Gerson Camata, desejo expressar a admiração que tenho por V. Ex^a, por essa sua maneira ao mesmo tempo firme e simpática de ser, por essa maneira simples, humilde até, de emprestar a todos nós, que privamos de sua convivência, a sua experiência parlamentar e de homem público. V. Ex^a foi Deputado, Governador e é Senador, e todos que conhecem a vida pública de V. Ex^a são unânimes em colocar como uma de suas características principais a honestidade de caráter, de posicionamento e de atitude como homem público. Portanto, ao me solidarizar com V. Ex^a, quero, por último, acrescer a esta solidariedade, se me permite, em um momento tão difícil, uma pequena nota de bom humor, que é outra característica de V. Ex^a e que apenas tomo emprestado. V. Ex^a ganhou a causa anterior, referente à difamação que sofreu, treze anos depois, por via judicial. Portanto, mais do que a recompensa material, V. Ex^a tem a recompensa da decisão. V. Ex^a notou que, graças a Deus, está podendo assistir, no gozo pleno de sua saúde física e mental, ao resultado dessa decisão. Tenho dois desejos: o primeiro é o de que V. Ex^a, também desta vez, possa assistir ao pleno reconhecimento do reparo desta injustiça. O segundo é que esta causa demore muito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador. Pelas palavras de V. Ex^a, a minha manifestação de gratidão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Senador Gerson Camata, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço o Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Prezado amigo, Senador Gerson Camata, precisamente dentro de cinco dias, vamos completar, V. Ex^a e eu, 25 anos de conhecimento. Eis que no dia primeiro de fevereiro de 1975, tomamos ambos posse como Deputados Federais de nossos respectivos mandatos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador, não fale muito alto, senão vão desconfiar que não somos tão jovens.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Não são 25 meses nem 25 dias; são 25 anos. Conquanto tenha falado até sobre um aspecto de razoável longevidade, refiro-me ao tempo para demonstrar que no curso desses anos, V. Ex^a sempre foi um ardoroso e impecável Deputado. Fomos Governador de Estado juntos, na virada da História do Brasil e no apoio a Tancredo Neves. Depois, Senadores por duas vezes.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E das Diretas.

O Sr. Hugo Napoleão (PFL – PI) – Sempre. Fomos Senadores em 1986 e 1994; continuamos juntos. Em nenhum momento, V. Ex^a foi questionado sobre quaisquer circunstâncias. Suas contas foram aprovadas no Tribunal de Contas Estadual e no Tribunal de Contas da União. Veio a CPI do Orçamento, e o nome de V. Ex^a não passou sequer à margem. Mais uma vez, resta-me transmitir-lhe minha solidariedade. Assim o fiz quando cedi o tempo generosamente concedido pelo Senador Leomar Quintanilha. Gostaria de dizer a V. Ex^a e à sua digna e respeitada esposa, Deputada Rita Camata, que a solidariedade da Bancada do PFL se traduz por meu intermédio e pelo que ouvi do Senador Romeu Tuma – que dá o testemunho, quando foi Diretor-Geral da Polícia Federal, da questão que V. Ex^a sempre fez em apurar os crimes onde quer que acontecessem –, dos Senadores Edison Lobão, Bernardo Cabral e, por que não dizer, de todos os Senadores. Receba a nossa solidariedade.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Hugo Napoleão. Efetivamente, começamos em 1975 – eu já vinha de dois mandatos: quatro anos como Vereador e quatro anos como Deputado Estadual.

Brincando com amigos, eu dizia o seguinte: podem bater, porque já apanhei tanto que a couro das costas já está duro, já não dói mais. Mas essas coisas acontecem na nossa vida.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço o meu querido companheiro de Bancada, Senador José Fogaça.

O Sr. José Fogaça (PMDB – RS) – Senador Gerson Camata, sinto-me na obrigação de dar também um depoimento. Sou Colega de V. Ex^a aqui no Senado nestes dois últimos mandatos. Fui eleito no mesmo evento eleitoral de V. Ex^a, em 1986, e ambos

fomos reeleitos em 1994. Quem acompanhou V. Ex.^a, ao longo de tanto tempo, não pode se furtar a um depoimento. Fui Presidente Nacional do PMDB e estive no Espírito Santo, Colatina, Vitória, acompanhado principalmente a participação política de V. Ex.^a naquelas comunidades. A palavra usada aqui talvez seja a única que sintetize o apreço, o amor, o quase fanatismo do povo capixaba por V. Ex.^a: V. Ex.^a é um mito no Estado do Espírito Santo. E, quando vemos esse tipo de denúncia, ficamos pensando o seguinte: essa denúncia deve está sendo feita por alguém que passa as noites tramando, nas sombras, destilando ódio contra seus inimigos. Supostamente, esse é o alvo de alguém que fica urdindo traições, montando armadilhas, preparando casca de banana, articulando difamações. Mas de V. Ex.^a não vi outro comportamento que não o de transparência absoluta, de leveza no trato, de respeito aos seus Colegas e aos seus adversários. Jamais ouvi uma palavra de V. Ex.^a que ferisse a honra de qualquer um dos seus mais frontais adversários, nesses anos todos. V. Ex.^a é um poço de simplicidade, apesar de ser um mito para o povo de seu Estado. Não posso deixar de me indignar com isso e também não posso deixar de registrar aqui que sinto muito falta, Senador Gerson Camata, a cada dia me convenço disso, para o bem e para o mal, da Lei de Imprensa que, em 1992 – não foi no ano passado ou há dois anos, mas em 1992, o Senado aprovou e está engavetada na Câmara. Sinto muita falta. E tenho certeza que ela, pelo seu conteúdo profundamente democrático, visceralmente democrático, faz duas coisas: é proibido proibir, não se pode proibir nada – juiz, promotor público, qualquer um pode dar informação; mentiroso pode mentir; denunciante falso pode falsificar. É proibido proibir, diz a Lei de Imprensa. Mas quem comete crime de difamação, injúria, calúnia apenas tem de assumir a responsabilidade pelo que fez. É simples! Agora, na verdade, V. Ex.^a me convence: este é um País da impunidade. Impunidade pela qual V. Ex.^a não tem nenhuma responsabilidade, porque também votou a favor da Lei de Imprensa. Senador Gerson Camata, nesta hora, é impossível deixarmos de lembrar isso, Senador Gerson Camata. Minha solidariedade a V. Ex.^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Agradeço a V. Ex.^a, com quem convivi todos esses anos, por esse depoimento, que me engrandece e me conforta muito.

Sr. Presidente, agradeço ao Senador Roberto Saturnino, que me cedeu seu tempo na Hora do Expediente. Vim do Espírito Santo e não pude me inscrever a tempo. Disse-lhe que precisava me defender

e o Representante do Rio de Janeiro ajudou-me, num gesto de atenção e compreensão que enobrece sua figura magistral de amigo e companheiro.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG) – Senador Gerson Camata, estamos acompanhando o pronunciamento de V. Ex.^a, bem como o dos nossos companheiros do Senado. Difamação, calúnia, injustiça e até ingratidão são palavras vividas no dia-a-dia, especialmente, por nós, homens públicos. Difícil, às vezes, de acolher, difícil de aceitar, principalmente quando se tem a consciência tranqüila daquilo que se realiza. V. Ex.^a vem, com esse equilíbrio, com essa ponderação, com essa tranqüilidade de consciência, expor o que aconteceu, apresentando alguns documentos, algumas mensagens recebidas do seu Estado, acolhendo, aqui, sem dúvida, a solidariedade dos Pares que me antecederam, os quais tivemos oportunidade de ouvir. V. Ex.^a, seguramente, tem uma folha de serviço prestada ao seu Estado que transcende este momento. Tive oportunidade de conhecê-lo, por intermédio do nosso amigo comum, Governador Hélio Garcia, na década de 90, eu e o seu Vice, e pudemos então acompanhar de perto o desempenho de seu trabalho ao longo desse tempo. O nosso Estado de Minas Gerais se considera uma extensão do Espírito Santo. Não são apenas dois Estados da Federação, mas são dois Estados intimamente ligados, com uma convivência muito fraterna, uma convivência muito próxima. Os capixabas e mineiros constituem, sem dúvida, uma união de pensamento, de ação e de busca de dias melhores para o nosso povo e para o nosso País. Vários Senadores, seguramente, gostariam de fazer uso da palavra e, por isso, alguns que estão mais próximos – os Senadores José Alencar, Luiz Pontes, Luiz Otávio, Geraldo Althoff, Carlos Wilson, Agnelo Alves –, em função da exigüidade de tempo, pediram-me que registrasse, mais do que a solidariedade, o respeito à sua pessoa, à dignidade da sua pessoa, à ação da sua pessoa. Que este momento seja mais uma oportunidade para reforçar a sua determinação de lutar pelo seu Estado, pelo povo do Espírito Santo, de honrar esta Casa. Isso deve servir-lhe de estímulo para que continue valorizando o Senado da República, o Poder Legislativo. V. Ex.^a, a Deputada Rita Camata e seus familiares indubitavelmente enfrentam momentos difíceis, que, porém, hão de passar não apenas numa mensagem de sua memória, mas também na consciência daqueles que hoje buscam so-

bremaneira denegrir a sua imagem. Que V. Ex.^a continue ponderado, equilibrado, mas firme e digno, como deve ser um homem público. Esperamos todos nós que os autores dessa calúnia possam ler o poema de Malba Tahan – *Calúnia* –, a fim de que saibam avaliar quanto mal puderam fazer com esse gesto, que, embora aparentemente pequeno, cala fundo não apenas em V. Ex.^a, mas em todos nós, seus amigos e colegas. Que V. Ex.^a tenha força para superar este momento, e, mais do que nunca, que o povo potiguar saiba valorizar o seu grande ídolo, herói e homem público, o Senador Gerson Camata

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador Arlindo Porto, V. Ex.^a é generoso. Agradeço-lhe e a todos os companheiros que, por suas palavras, manifestaram também a sua solidariedade. V. Ex.^a se lembra de quando fizemos campanha nas fronteiras de Minas e Espírito Santo, pelas Diretas, depois a favor de Tancredo Neves, com o Senador Paulo Hartung, os Deputados Rita Camata e Aloízio Santos, então do PMDB. Ricardo Ferraço era garoto, e não participou daquela campanha. Mas V. Ex.^a me conhece desde aquela época e este depoimento é muito importante para mim.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Concede-me V. Ex.^a um aparte, eminente Senador Gerson Camata?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muita satisfação.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PSB – RJ) – Nobre Senador Gerson Camata, confesso que estava aflito, tinha um compromisso e o estava levando a termo e receoso de não ter oportunidade de apartear-lo neste momento, que, se é importante para V. Ex.^a e para toda esta Casa, é, acredite, importante para mim também. Dou este depoimento também em nome dos Senadores Sebastião Rocha e Ademir Andrade, pois o tempo não permite que nos estendamos. Serei breve. Quero dizer a V. Ex.^a que conheço sua biografia, a história de sua vida de homem público e particular. V. Ex.^a é um brasileiro muito acima de todas essas tentativas tolas e malvadas de calúnias. V. Ex.^a tem serviços prestados ao País, ao seu Estado e a esta Casa. Realmente tem o preito de admiração e de respeito de todos nós. Faço questão de prestar este depoimento. Conheço a vida de V. Ex.^a, que acompanho há muito e não queria deixar de participar dessa soma de testemunhos e de depoimentos que V. Ex.^a, com muita justiça, colhe a seu favor e contra essas tentativas vãs de atingirem sua pessoa. Como disse, V. Ex.^a está muito acima disso tudo. Tenho minha admiração renovada e muito respeito pelo trabalho e pela figura de V. Ex.^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador Roberto Saturnino, se V. Ex.^a não tivesse conseguido chegar, já teria, por meio da cessão de seu tempo, feito esse grande aparte que me enche o coração de alegria.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – V. Ex.^a concede-me um aparte, Senador?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com prazer, Senador.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Nobre Senador Gerson Camata, quando V. Ex.^a me procurou ontem, buscando a permuta na inscrição para se manifestar no dia de hoje, me dei conta então da notícia veiculada na revista *IstoÉ*. Procurei inteirar-me do teor das informações nela contidas. Encheram-me de indignação a denúncia vazia, infundada e a tentativa vã de procurar denegrir a imagem de um dos maiores expoentes da vida pública nacional, que é V. Ex.^a.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Obrigado.

O Sr. Leomar Quintanilha (PPB – TO) – Tenho o privilégio de conviver com V. Ex.^a nesta Casa e aqui, pelos seus atos, pela firmeza e coerência das suas ações, aprendi a admirá-lo e a respeitá-lo. Aliás, V. Ex.^a, com esse tipo de comportamento, conquistou esse sentimento da totalidade da Casa. Veja a manifestação unânime, o desejo de todos de registrarem solidariedade pelo momento por que passam V. Ex.^a e sua família. Em meu nome pessoal e em nome do PPB, quero lhe trazer, mais do que a solidariedade, a convicção de que esse tipo de tentativa, de denúncia vazia, fraca, jamais conseguirá atingir o homem público que V. Ex.^a é. Portanto, continue contando com o respeito e a admiração não só dos seus colegas da Casa, mas, seguramente, de todo o povo brasileiro.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Senador Leomar Quintanilha nos conhecemos a tanto tempo por intermédio do Deputado Antônio Jorge, seu conterrâneo lá de Tocantins, através do Governador Eduardo Siqueira, nosso amigo comum, foi nosso companheiro também da Câmara dos Deputados.

De modo que agradeço muito as colocações que V. Ex.^a faz e as guardo no coração pelo resto da minha vida.

Muito obrigado.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Com muito prazer.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Gerson Camata, quando li a matéria o meu sentimen-

to foi de revolta, mas, logo a seguir, procurei analisar o que poderia ter gerado um assunto como aquele. Dois fatos me afloraram a mente: a política em letra minúscula, "politicagem", que deve ter dado a origem àquela matéria, e o mau repórter, porque só mesmo um mau repórter, desconhecendo o passado e o comportamento de V. Ex^a, poderia noticiar ou ecoar ou exponenciar uma notícia como aquela. Isso ocorre em qualquer profissão: há bons e maus repórteres, bons e maus padres, bons e maus políticos. Lembrei-me de que, na semana passada, estive em um jantar e levei uma caixa de bombons para a Dona Ruth Cardoso. Um repórter disse que eu levava um corte de tecido e de mau gosto. Então, há pessoas que distorcem a verdade e fazem uma inverdade parecer verdadeira. Com V. Ex^a não vai "colar" isso. É o meu segundo mandato convivendo com V. Ex^a. Sei, bem como o povo do Espírito Santo e o Brasil sabem, da lisura do comportamento de V. Ex^a. Em nome da Bancada da Paraíba, em nome dos paraibanos, o nosso desagravo e o nosso pedido de desculpas por esses que não sabem o que estão fazendo.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ilustre Senador, conheço o repórter. Suponho que ele foi iludido, enganado. Quando mostraram os documentos falsos e apócrifos a ele, não devem ter apresentado tudo, porque, apesar de apócrifos, os documentos ainda diziam que não havia prova nenhuma daquela acusação. Ele deveria ter ouvido o Delegado da Polícia Federal – que foi Delegado no Espírito Santo, que agora manda carta para a revista, dizendo que nunca o meu nome foi apontado, reconhecendo a minha reputação como ilibada. Este é o delegado a quem todo o documento apócrifo é atribuído. Não existe. Inventaram.

Assim, agradeço a V. Ex^a pela solidariedade. Sabe V. Ex^a que esse fato é comum em nossa vida, mas, às vezes, fere e nos causa dor. A indignação da Casa me alegra também, porque vejo que aqueles que me conhecem sabem que nunca participaria de uma organização de narcotráfico, do crime organizado.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senador Gerson Camata, não convivi com V. Ex^a no Espírito Santo, mas o nosso convívio amistoso e respeitoso, no Senado, sempre me fez admirá-lo por sua conduta ilibada, séria e honesta. Mas tenho o testemunho do povo de Rondônia, talvez o Estado mais capixaba além do Espírito Santo. De lá, a notícia que sempre me foi passada do político Gerson Camata, em todos

os cargos que ocupou, foi um homem sério, trabalhador e de reputação ilibada. E é esse testemunho que os rondonienses, em parte também seus conterrâneos, fazem-me trazer a esta tribuna, reafirmando a lisura de sua conduta. Sabemos que, nesta hora, quando a honra está em jogo, ninguém pode ficar calado, sobretudo quando assacadas injúrias, difamações e calúnias dessa ordem, as quais, além de ferir o foro íntimo, não há dúvida, agredem muito mais a imagem do homem público. Ser grande, como dizia Shakespeare, não é empenhar-se em grandes causas; é lutar até por uma pena quando se trata da honra. Eis a luta de V. Ex^a. E veja a situação adversa: uma acusação falsa, uma imputação sem fundamento lhe obriga a ir à tribuna e dizer que não fez o que nunca foi feito. Esta, a situação de desvantagem do acusado nessa circunstância. Por isso, o dano a ser reparado, sabemos, seguirá uma rota tortuosa, mas a verdade há de triunfar e a reparação então pelo reconhecimento público também há de ocorrer.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador Amir Lando, agradeço muito a V. Ex^a, que, como bem disse, tem em seu Estado, Rondônia, cerca de 20% de capixabas que lá vivem e trabalham. V. Ex^a certamente muitas vezes ouviu desses capixabas simples, lavradores, que foram para lá, algum depoimento sobre a minha vida.

Sr. Presidente, quero agradecer primeiramente a tolerância de V. Ex^a, agradecer novamente ao Senador Roberto Saturnino, que me cedeu a vez para este pronunciamento, agradecer as manifestações da Casa, aos Deputados do Espírito Santo, Aloízio Santos, Ricardo Ferraço e Rita Camata, que aqui vieram também, aos apares de todos, principalmente, o do Senador Paulo Hartung e o da Senadora Luzia Toledo, que me conhecem e são do meu Estado.

Confesso a V. Ex^a que cheguei aqui com um pouco de ódio, mas os apares dos meus companheiros transformaram esse ódio em indignação. Não levo ódio, não desejo vingança, mas quero que se apure, por exemplo, quem produz esses documentos no Estado do Espírito Santo. É preciso que haja a apuração de todos os documentos secretos que existem no Estado, pois pode haver infâmia contra todos, inclusive contra a Senadora Luzia Toledo, o Senador Paulo Hartung e contra os Deputados Aloízio Santos e Ricardo Ferraço. É realmente necessário que se apure a responsabilidade para saber quem produz tais documentos e quem manda produzi-los, porque a polícia recebe ordens de alguém.

Tais fatos não podem acontecer. Nós já nos indignávamos ainda quando isso acontecia no tempo

dos militares. Entretanto, estamos em uma democracia, onde isso não pode ocorrer de jeito nenhum. Se abrimos todos os arquivos da ditadura, por que não abriremos os arquivos da democracia?

De modo que essas pessoas também deveriam aparecer e assumir as suas injúrias. Por outro lado, esse editorial do jornal **A Gazeta**, escrito hoje com um primor de língua portuguesa, bem como todos os apartes, as manifestações da Federação da Agricultura, do Comércio e da Indústria do meu Estado e também as do PMDB, tudo isso faz com que aumente em mim a vontade de corrigir esses fatos para que não aconteçam com nenhum dos companheiros, porque, repito, lá no Estado as pessoas não acreditam. No entanto, cheguei ao aeroporto de Brasília outro dia meio constrangido, porque é natural ficarmos chateados com essa situação, que fere o coração, o sentimento e a dignidade, deixando-nos impotentes diante dos acontecimentos.

Faço um apelo à revista: poderiam publicar uma nota, informando que houve um engano, que o repórter foi iludido e que não foi bem assim que tudo ocorreu. A revista aumentaria a admiração do povo brasileiro pelo seu trabalho. Seria um gesto de dignidade, como muitas vezes ocorre conosco neste Congresso: quando algum companheiro se excede, pedimos desculpas, para que a Casa prossiga com seus trabalhos num ambiente de cordialidade.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Considero muito importante a sua atitude franca de, com muita tranquilidade, trazer os mais completos esclarecimentos sobre essa matéria, a qual, pelo que pude depreender, não apresenta, até o momento, pelo volume de informações ali apresentadas, uma consistência que possa levar os eleitores a uma convicção bastante clara dos acontecimentos. V. Exª, com muita sinceridade, procurou esclarecer, da melhor maneira possível, os fatos, contribuindo para que a verdade venha inteiramente à tona. Ainda que muitas vezes, Senador Gerson Camata, tenhamos opiniões diversas, nosso relacionamento sempre foi baseado em respeito mútuo e correção, apesar de ora concordarmos, ora divergirmos. É muito importante que V. Exª venha à tribuna com essa franqueza para dizer o que aconteceu.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. O depoimento de V. Exª é muito relevante. Embora mais discordemos

do que concordemos em nossas teses, sempre nos respeitamos. V. Exª pode ter divergido inúmeras vezes das minhas idéias e eu das suas; no entanto, sempre o respeitei e V. Exª sempre me respeitou. Divergimos nas idéias, mas nos respeitamos mutuamente. Assim, tenho por V. Exª uma profunda admiração, que, espero, seja também recíproca.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, se V. Exª me permitir, gostaria ainda de ouvir o Senador Francelino Pereira, ex-Governador de Minas, Governador do Estado fronteiriço. Logo após encerro.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa ouve com prazer o aparte do Senador Francelino Pereira e tem certeza de que, após esse aparte, o discurso estará encerrado.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – Governador do Estado fronteiriço e muito identificado com a história, com a vida e com a beleza do Espírito Santo. A única inveja que temos em relação ao Espírito Santo é o uso indiscriminado das praias, sem que Minas Gerais possa ter qualquer privilégio a esse respeito. Porém, tudo isso é compensado pela admiração, pelo respeito – e falo em nome de Minas Gerais – que todos os mineiros têm por V. Exª, um homem jovem...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Nem tão jovem.

O Sr. Francelino Pereira (PFL – MG) – ... talentoso, trabalhador, como Deputado Federal, como Governador, como Senador. V. Exª é um homem singular, de caráter – e esta, a expressão melhor para levar para sua casa, para sua esposa e para sua família. Continue assim. Continue amigo de todos e que todos possam respeitá-lo sempre. O nosso respeito.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado, Senador Francelino Pereira. Continuamos estudando aquela proposta famosa, feita pelo Governador Tancredo Neves na presença de V. Exª, qual seja, a de juntarmos Minas Gerais a Espírito Santo e, depois, fazemos um plebiscito para escolher a capital, que certamente não seria Vitória.

Sr. Presidente, peço escusas e agradeço a V. Exª e a todos. Espero que eu volte aqui muitas vezes, mas nunca mais para ter que me pronunciar contra injúrias, calúnias e difamações.

Muito obrigado a V. Exª pela tolerância.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Um momento, Senador.

O discurso do Senador Gerson Camata está encerrado; todavia, a Mesa registra o interesse que tinham os Senadores Ernandes Amorim e Geraldo Lessa em participar.

Acredito que não exorbito da minha função, Senador Gerson Camata, se disser, em nome do Senado Federal, que, diante da consagradora manifestação que acabou de ouvir, tudo quanto o Brasil sabe da vida de V. Ex^a, desde seus primeiros momentos na vida pública até o instante mesmo em que estamos agora participando juntos desta sessão, é que ela se constituiu na crescente construção de uma imagem, motivo de respeito, de admiração e de carinho não só do povo do Espírito Santo, mas do povo brasileiro.

A manifestação de V. Ex^a – e não quero me alongar mais sobre o assunto – obriga-me, entretanto, a deixar com a Casa uma reflexão no momento em que todos desejamos que o Brasil deixe de ser o País da impunidade: talvez seja necessário encontrarmos formas de garantir que este é o País também no qual vale a pena ser decente; que o homem de bem, o homem correto, íntegro possa dormir em paz, sabendo que a sociedade dispõe de meios para garantir que nunca a sua imagem e a sua vida serão misturadas às dos indignos e daqueles que merecem o repúdio da sociedade.

O que V. Ex^a disse ao Brasil na tarde de hoje há de ter convencido a sociedade de que é necessário fazer alguma coisa para que se saiba que os indignos serão execrados, mas que vale a pena ser um homem de bem neste País.

Essas são as palavras que eu desejava dizer também a V. Ex^a, Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Quero agradecer a V. Ex^a, Sr. Presidente, por essas palavras, e dizer que, depois de todo o distúrbio que provoquei na sessão, atrasando a Ordem do Dia, ainda assim V. Ex^a faz essas considerações e me deixa efetivamente feliz e recompensado de conviver com todos esses companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Foi uma forma de cumplicidade da Mesa com a desorganização que houve em relação ao horário do Expediente no dia de hoje.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra pela ordem o Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a que garantisse a minha inscrição em pri-

meiro lugar, após a Ordem do Dia, a fim de poder usar a palavra, pela Liderança do Partido da Frente Liberal, devidamente credenciado pelo meu Líder, Senador Hugo Napoleão.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fica inscrito, Senador Bernardo Cabral.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Geraldo Cândido.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pediria a V. Ex^a para me inscrever para uma comunicação inadiável, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar, Senador Geraldo Cândido.

Srs. Senadores, não havia sentido impedir ou limitar o tempo usado por um Senador para defender a sua própria honra. Em vista disso, o discurso do Senador Gerson Camata ocupou o tempo destinado ao orador seguinte, Senador Hugo Napoleão, que tinha também uma intervenção que, do ponto de vista da sua atividade política, é igualmente importante.

Temos uma Ordem do Dia extremamente pequena. Se não houver objeção do Plenário, darei a palavra ao Senador Hugo Napoleão, em seguida aprovaremos a Ordem do Dia e, após esta, ouviremos as três comunicações inadiáveis, a intervenção do Senador Bernardo Cabral e voltaremos, então, à lista de oradores.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra pela ordem a V. Ex^a.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Desde ontem, estava querendo fazer uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fará e está inscrito para isso.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria apenas de dizer que darei como lida a minha comunicação, porque tenho um compromisso neste horário e terei dificuldade em ficar. Solicito que conste dos Anais comunicação acerca da comemoração, no Cabo de Santo Agostinho, dos 500 anos de descobrimento feito pelo velejador espanhol Vicente Yáñez Pinzón em terras de Pernambuco.

Gostaria que fosse dado como lido esse pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Mesa solicita a V. Exª que encaminhe o seu pronunciamento, que será dado como lido e incluído nos Anais da Casa.

*DISCURSO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROBERTO FREIRE.:*

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS – PE) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, Hoje é dia de festa em Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco: comemoramos os 500 anos do descobrimento do Brasil, data em que, segundo historiadores, o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón teria aportado no Cabo. Apesar de oficialmente não reconhecida, por causa das prescrições do Tratado de Tordesilhas, a descoberta é confirmada por historiadores brasileiros do porte de Capistrano de Abreu, Manoel Pereira da Costa, Flávio Guerra e Mário Sette. O fato da data oficial ser o 22 de abril só demonstra que as conveniências políticas da época do descobrimento superaram os fatos históricos, documentados e comprovados. Mas esses aí estão, inapeláveis, somando à nossa história mais complexidade e riqueza do que as calmarias do oficialismo gostariam.

É bem verdade que há mais polêmica e disputa do que certezas quanto a datas e lugares, ainda que o dia 22 e a Baía de Cabralia sejam descartados igualmente por todos os pesquisadores. Mas é muito salutar debatermos nossas origens, na busca de uma identidade que, quinhentos anos depois, ainda não foi totalmente forjada. Salutar como a disputa é o debate que ela gera, animando o espírito de comemoração ao mesmo tempo que demonstra como vontades e tratativas políticas acabam por definir o destino das nações. Para além disso, a saga é interessante e a polêmica, nesse caso, não deixa de ter seu aspecto lúdico.

Recapitulando um pouco, são conhecidas dos especialistas as ambições francesas, espanholas e portuguesas em relação ao Mundo Novo. Mais do que a visão endêmica do Paraíso Terrestre e do "bom selvagem" rousseauiano, alimentados na literatura e na magia religiosa, o que se buscava de fato era a expansão de mercados, num movimento consciente e deliberado das potências econômicas da época. Início do fim do regime feudal e começo da expansão do mercantilismo, esse foi o contexto em que se deu o descobrimento de novas e belas terras – mais do que belas, abundantes e exploráveis.

A disputa apaixonada pelo direito de ter descoberto o Brasil não é nova e vem do tempo do próprio feito. Apesar disso, nossa história oficial até bem pou-

co ignorava todas as outras versões, fatos e atos, suas contradições e desencontros. Os documentos e as discussões atuais, estas animadas pelo ambiente de liberdade de expressão e de pensamento, tão caro a todos nós que vivemos os anos de chumbo do debate interdito, têm demonstrado que não só Cabral não foi o primeiro a aportar em terras brasileiras, como também o Porto Seguro de Cabral não foi o porto seguro que recebeu os primeiros colonizadores. Comemoramos civicamente duas inverdades: a data do descobrimento do Brasil e seu local.

Capistrano de Abreu afirma em sua obra que a viagem empreendida por Vicente Yáñez Pinzón às terras novas é de autenticidade inequívoca e nos diz que já em 1500 Juan de la Cosa e o governo espanhol a noticiavam; em 1501, Pedro Martir assinalava o feito; em 1504, Angelo Trevizano comentava sobre o cabo descoberto; desde então todos os historiadores têm dado testemunho da ocorrência. Segundo a historiografia, Pinzón saiu em dezembro de 1499 de Palos de la Frontera, na Espanha, com quatro caravelas, e desembarcou em 26 de janeiro de 1500 – há exatos quinhentos anos, portanto – no cabo de Santa Maria de la Consolación – nomeado um ano depois cabo de Santo Agostinho, por Américo Vespúcio, e que fica no Estado de Pernambuco. Depois da descoberta, o navegador espanhol lavrou a posse jurídica da terra e o acontecimento foi anunciado assim que todos retornaram a Europa. Mas a façanha esbarrou no Tratado de Tordesilhas, assinado entre os reis de Portugal e Espanha, em 1494, e que assegurava a Portugal o trecho em que Pinzón estivera.

Embora tendo declarado explicitamente ter desembarcado em Cabo de Santo Agostinho, Pinzón e seus companheiros se viram posteriormente questionados. Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, afirma que ele aportara não em Pernambuco, mas em Mucuripe, no Ceará. Tem também quem diga que o descobrimento do Brasil se deu em junho de 1499 em Açú, no Rio Grande do Norte, ou ainda no Pará.

A façanha de Pinzón, embora não seja famosa entre os brasileiros, tem provocado no povo de Cabo de Santo Agostinho o ânimo da discussão. Fóruns municipais, debates em escolas, palestras públicas e até uma festa animadíssima hoje, com a presença de representantes da UFPE e dos governos da Espanha e do Brasil, rememoraram a gesta. Um parêntese: nisso tudo deve-se ressaltar o empenho, a dedicação e a ousadia tipicamente cabense do prefeito Elias Gomes. Esses acontecimentos não redundarão em mudança nas datas oficiais. Seria até um contrasenso se

isso ocorresse. Mas têm sido fundamentais para o renascimento do interesse de Pernambuco por sua história e isso, por si só, já é uma vitória no campo das identidades culturais.

É nesse espírito de debate, e para que os cidadãos se eduquem na dúvida e sem apegos desnecessários a verdades absolutas, que registramos o dia de hoje e comemoramos, com Cabo de Santo Agostinho, nossos 500 anos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, tenho uma sugestão para que até sobre mais tempo aos Srs. Oradores: transferir a Ordem do Dia de hoje para amanhã, já que a de hoje é muito pequena e a de amanhã, também.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Consulto o Plenário se prefere que ouçamos mais um orador e, em seguida, façamos a Ordem do Dia, ou, por se tratar de uma breve Ordem do Dia, esgotamos esta e procedemos aos oradores inscritos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, poderíamos ouvir o orador que já se encontra na tribuna e, em seguida voltaremos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Se o Plenário concorda, vamos fazer dessa forma e, em seguida, voltaremos à Ordem do Dia.

Tem a palavra o Senador Hugo Napoleão. S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, no mês de agosto de 1998, em plena campanha eleitoral, assomei à tribuna do Senado Federal a fim de trazer ao conhecimento da Casa um assunto que me parecia, àquela época – como me parece até hoje –, de extrema e rigorosa importância para a vida do meu Estado do Piauí e para a própria boa convivência democrática, não apenas em um dos Estados da Federação mas – por que não dizer? – em todo o território nacional.

Exibi da tribuna jornais como **O Globo**, **Folha de S. Paulo**, a revista **IstoÉ** e outros órgãos da imprensa que davam conhecimento público da corrupção eleitoral naquele Estado. É a respeito desse tema que falarei, assim como da corrupção no Governo do Estado do Piauí. E falarei não como Líder do PFL que sou, por isso promovi minha inscrição como orador avulso, a fim de que possa assumir as responsabilidades decorrentes da minha oração e não transmitir,

como jamais desejei transmitir, ao meu partido, ao Partido da Frente Liberal, quaisquer responsabilidades em torno daquilo que, como Senador, pessoalmente, sempre falei, estou a falar e vou continuar falando.

Exibi provas irrefutáveis. Houve, por exemplo, um inquérito da Polícia Federal, em meu Estado, dando conta de que foram dispensadas todas as obrigações dos piauienses com o pagamento da taxa de água no meu Estado, durante todos os meses da eleição. O pretexto era o grande Programa Água Santa, e, evidentemente, milhares de pessoas pobres se seduziram com esse favor e acabaram votando no governador. Mas não foi a única. Vou me referir a mais dois ou três, para passar aos fatos da atualidade que estão manchando o meu Estado.

Trouxe, também, à tribuna notícias de jornal que davam conta de outro inquérito da Polícia Federal no Piauí, a respeito da distribuição de material contrabandeado. O irmão do Governador do Piauí é o Secretário da Fazenda do Governo. A Secretaria da Fazenda arrecadava os bens contrabandeados e entregava ao casal governamental, que distribuía nos comícios. Isso está registrado inclusive no jornal **O Globo**, do Rio de Janeiro, e em inquérito encerrado pela Polícia Federal, no Estado do Piauí. Não é questão de contestar, é uma questão verídica. E trouxe, também, naquela ocasião, a distribuição de cestas de alimentos entregues a pessoas não cadastradas pela seca, com propaganda eleitoral do governador dentro – outro inquérito encerrado pela Polícia Federal.

Meses depois, eis que senão quando, ninguém imaginava nem esperava, surgem os documentos. Exibirei apenas dois das dezenas de documentos vazados em termos vergonhosos, que passo a ler:

“Recibo R\$33 mil (trinta e três mil reais)

Recebi a importância de R\$33 mil (trinta e três mil reais), referente ao pagamento do contrato de risco feito com o Dr. Francisco José Martins Juriti, diretor administrativo da Agespisa – Água e Esgotos do Piauí S/A, com a Banda Piky com Sal, de Fortaleza – Ceará, relativo a 11 apresentações no período de 12 a 22 de outubro de 1998, no segundo turno da campanha a Governador do Estado Francisco de Assis Moraes Sousa, Mão-Santa.”

Datado e assinado por Arlindo Pereira Brito Filho.

São centenas de milhares. Este, de R\$10 mil, nos mesmos termos: “Para apresentação da Banda Maradona, de Fortaleza, no encerramento da campa-

nha do segundo turno do candidato a Governador do Estado Francisco Moraes Sousa". Assinado por Luiz Gonzaga Lacerda Luz, com endereço, CPF, etc..

São dezenas que vieram à tona.

Quando fomos verificar, no Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, se, por acaso, havia prestação de contas desses e de dezenas de outros que tenho em duas fartas pastas aqui sobre a tribuna, não havia. Resultado: crime eleitoral.

Nesse fim de semana – e vou falar apenas em mais dois assuntos –, o **Diário do Povo**, de Teresina, domingo, 23 de janeiro, traz uma manchete: **Diário do Povo**, Dossiê II.

As revelações do Dossiê II representam o seguinte:

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Piauí, por intermédio de seu Presidente, Dr. Nelson Nery Costa, representou, junto à Procuradoria Geral da República no Estado, e esta, junto à Justiça Federal. O Juiz mandou abrir inquérito e determinou a escuta telefônica. Pasmem: os filhos do próprio Governador do Piauí estão envolvidos em gravações, nas quais se falam as piores coisas. As revelações do Dossiê II, gravações da Polícia Federal, revelam um amplo esquema de enriquecimento ilícito. O chamado Dossiê II da Polícia Federal revela a existência de um esquema de corrupção envolvendo empresários, políticos e membros do Governo do Estado.

As conversas gravadas fazem insinuações da ligação entre o empresário José Carlos Bezerra de Sá, o "Mazuca", e pessoas muito próximas ao Governador Francisco Moraes Souza, como é o caso dos filhos Cassandra, Gracinha e Francisco Moraes Souza Júnior, que atende pela deliciosa alcunha de "mão-santinha".

O dossiê foi montado a partir de gravações e conversas telefônicas entre o empresário José Carlos Bezerra de Sá e alguns de seus empregados, políticos, auxiliares diretos do Governador e outros empresários. As conversas comprovam as ligações do ex-Chefe do Gabinete Militar, Coronel Odival Falcão, com o esquema de "Mazuca".

Durante os oito meses de gravações de ligações telefônicas, que culminaram com a descoberta do crime organizado no Estado, a Polícia Federal descobriu, também, o superfaturamento de obras, desvio de recursos públicos e jogo de influência. A gravação da fita nº 12 insinua que Cassandra e Gracinha Moraes Souza, filhas do Governador, teriam intermediado a liberação de verbas na Secretaria de Fazenda do

Estado, cujo titular é irmão do Governador. Há toda a transcrição dos diálogos existentes.

São incansáveis e atribuem a culpa ao Senador Hugo Napoleão do PFL por tentar desmoralizar o Governo. Como posso ser culpado por um ato de corrupção ao qual não tenho acesso. Não conheço o Sr. Mazuca nem as filhas do Governador do Estado. Este, com desfaçatez, afirma que a culpa é do Senador do PFL. Trata-se de um Governo que está fazendo o Piauí, lamentavelmente, virar um verdadeiro mar de lama.

Foi publicado no Jornal **Meio Norte** de sábado, 22 de janeiro, que o Dossiê II revela estreita ligação de Mazuca com o poder público. Todos os jornais revelam isso. Foi manchete do Domingo, dia 23, no Jornal **Meio Norte**: "Mazuca é convocado para depor na polícia civil." O Jornal **O Dia**, de Teresina, do dia 25 de janeiro trouxe: "Escândalos envolvem Mazuca".

Trezentos e quinze mil, quinhentos mil. Enfim, estou exibindo para os Srs. Senadores uma situação vergonhosa.

É evidente que respondi: "Hugo Napoleão exige apuração das denúncias." Levantando tudo o que estou aqui a dizer, acrescento que o Tribunal de Contas do Estado também vai fazer uma devassa em quatro órgãos do Governo.

Como se tudo isto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não fosse suficiente, eis agora o requinte, também colhido neste final de semana, de mais uma prova de profunda corrupção eleitoral no Estado do Piauí e que levantou a voz do Procurador da República Tranvanvan Feitosa, para requerer e instar a Polícia Federal, por intermédio de seu eficiente superintendente, Dr. Robert Rios Magalhães, a abrir o necessário inquérito para apuração, pasmem, de uma tamanha irregularidade.

Descobriu-se que nos meses de julho, agosto e outubro de 1998, durante a campanha eleitoral, centenas de pessoas foram contratadas. Isto ao arrepio da Lei 9.504, que é a lei que regeu as últimas eleições, na redação dada pela resolução do Tribunal Superior Eleitoral. E a partir daí não parou, e são salários que têm valores a partir de R\$320,00 e vão até R\$8.800,00, e segundo o jornal, aumentando a folha de pagamentos em 81% durante este período.

A Câmara dos Deputados acaba de votar a Lei de Responsabilidade Fiscal que vem ao Senado, e o Governador do Estado não resiste à mínima a este assunto. Quero dizer que foi uma folha secreta e já se vê o jornal **Meio Norte**, segunda-feira, 24 de janeiro, mostrando que a grande maioria dos assessores nem comparecia ao órgão para receber a gratificação ou

presume-se, nem sabia, entre junho e outubro de 1988, que era empregado na administração estadual, segundo revelou o Deputado Estadual e Líder do meu Partido na Assembléia, Deputado Leal Júnior.

E os salários variam. O curioso é que nem sempre o assessor estava presente para receber seu dinheiro. Martinho José de Souza, por exemplo, não apareceu na Secretaria da Administração em setembro para receber o seu salário. Quem aparece assinando a lista por ele é João Carlos da Silva Souza.

Para se tentar saber quem pode ser João Carlos da Silva Souza, basta procurar a Polícia, porque, salvo o problema de homônimos, João Carlos, de prosaico apelido "Pato Donald" é o mesmo que denunciou o Deputado à Polícia..." e por aí vai.

Mas são incríveis as afirmações. Também no mesmo jornal **Meio Norte**, segunda-feira, 24, novamente: "Folha secreta teria financiado a campanha eleitoral". E vêm as assinaturas das pessoas no Estado do Piauí recebendo. Quer dizer, o governo do Estado do Piauí, durante a campanha eleitoral praticou crime eleitoral, que, agora, o Procurador Tranvanvan Feitosa, através da Polícia Federal, vai apurar em toda a sua extensão.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Senador Hugo Napoleão, quando oportuno, permita-me um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Com muito prazer, Excelência. Assim que eu terminar – e já estou concluindo, a parte expositiva da minha oração.

"Surge nova folha secreta da administração", "servidores fantasmas", depois: "Dossiê indica o tráfico de influência". "O Superintendente da Polícia Federal no Piauí, Robert Rios Magalhães, informou que as gravações dos telefonemas do empresário José Carlos Bezerra de Sá, o Mazuca, permite investigações do tráfico de influência e corrupção com as obras públicas do Estado."

"Polícia Federal vai investigar folha paralela". É a notícia a que me referi e de que o Procurador da República determinou apuração.

O jornal **O Dia** dá conta de que o "Delegado Robert Rios Magalhães informou que foi determinada abertura de inquérito policial para apurar a relação dos servidores incluídos na folha de pagamento do Estado. Ele pretende ouvir inicialmente o Secretário de Administração, Magno Pires". Foi determinada pelo Procurador Tranvanvan Feitosa porque existe forte suspeita de crime eleitoral com relação a essas contratações. É um não-parar!

"Magno e assessores intimados pela Polícia Federal. O Secretário Estadual da Administração, Magno Pires, foi intimado pela Polícia Federal para prestar depoimento marcado hoje ou amanhã, dependendo da sua disponibilidade".

"Nova lista mostra superassessores de R\$8.800,00". Mais do que ganha um parlamentar em nosso País. Vem, então, uma nova relação. Há, por exemplo, o caso de Lindolfo, que em um mês recebia como assessor lotado em Teresina e, em outro, como médico em Santa Cruz, no Piauí. Assessores tinham dupla matrícula na secretaria. É um horror após o outro.

O jornal **Diário do Povo** de ontem publica "Folha subiu 81% em cinco anos". Não há quem possa governar.

Concluo com as manchetes de hoje. Um deles: "Magno e assessores intimados pela Polícia Federal. Folha Secreta." E o outro, Jornal **O Dia**, de Teresina: "Polícia Federal vai apurar a folha secreta na administração para verificação se há crime eleitoral."

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, não posso deixar de levantar a minha voz, com tristeza, por estar percebendo que, no Piauí, as coisas chegaram a um ponto em que não são mais apenas conjecturas. Não se trata apenas de um noticiário de um ou outro órgão local de imprensa por eventuais fundamentos políticos. Não! É, sobretudo, a constatação, mediante inquéritos da Polícia Federal, acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral, considerando o Governador como incurso em pena pelo crime de corrupção eleitoral. São manchetes de jornal e noticiário da imprensa nacional.

Venho ouvindo, há meses, pelas grandes cadeias de televisão do Brasil e pelos importantes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo, reiteradas notícias que envergonham meu Estado.

Agora sei, Sr. Presidente, por que a eleição foi tomada. A eleição não foi ganha. Naquele menos de 1% do resultado do segundo turno, a eleição foi tomada e arrancada a fórceps, com irregularidades umas em cima das outras e com recursos passados ilegalmente para a campanha do Governador do Estado.

É uma vergonha!

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Permite-me V. Ex^a. um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo a V. Ex^a. Senador Ernandes Amorim, o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Ernandes Amorim, a Mesa faz um apelo a V. Ex^a. para que seja breve no seu aparte e informa ao Senador

Hugo Napoleão que S. Ex.^a dispõe de dois dos seus vinte minutos.

A Mesa solicita brevidade aos Srs. Senadores, em virtude de estarmos fazendo uma programação inteiramente modificada pelas razões conhecidas pelo Plenário.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Concedo-lhe aparte, com muita satisfação.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Senador Hugo Napoleão, muitos pensam que se trata de briga de quintal. Lembro-lhes de que, no mandato passado, o Governador de Rondônia e eu trazíamos a esta Casa denúncias dessa envergadura. Muitos pensavam que era briga de casa e não queriam tomar posição. Hoje, Rondônia está amargurando os desmandos, falcatruas e desvios que houve no passado e a não apuração dos fatos. Pior do que isso, eminente Senador, é que essa situação vai terminar chegando a esta Casa, para que aprovemos solicitação de recursos para um banco que falhou porque desviaram dinheiro para isso ou aquilo; para um instituto que falhou porque o Governo não aplicou os recursos necessários. Um exemplo foi o que ocorreu no meu Estado, onde descontou-se o dinheiro da folha de pagamento dos servidores, mas o dinheiro desapareceu. Esta Casa, então, aprova lei, a fim de que o Governo Federal assumira ou o povo passe a pagar. Por isso, V. Ex.^a está correto quando denuncia esses desmandos. Cabe a esta Casa, por meio de algum mecanismo, ajudar a apurar o caso e inibir a ganância dessa gente que corrompe o País. Isso sem contar o problema eleitoral. Disputaram contra quem estava no poder e amarguram suas dores. Tenho certeza de que o remédio é a queda do instituto da reeleição, que veio prejudicar os cofres públicos.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Agradeço-lhe o depoimento, eminente Senador Ernandes Amorim. Faço até um *mea culpa*, porque fui um daqueles que votou a favor da reeleição, inclusive para Governador. Mas as considerações de V. Ex.^a são válidas.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex.^a um aparte, eminente Senador Hugo Napoleão?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Com muita satisfação, ilustre Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Caro Senador Hugo Napoleão, serei breve, atendendo aos apelos do Presidente da Casa – S. Ex.^a está coberto de razão. Tivemos, neste País, uma eleição indireta dos Governadores no período revolucionário. Gostaria de dizer que fui o autor da emenda constitucional que

restaurou a eleição direta dos Governadores. Mas, pelo que percebo, no Estado de V. Ex.^a o que aconteceu foi pior que uma eleição indireta; foi uma fraude. O relato de V. Ex.^a é verdadeiramente impressionante, com documentos, com fatos e com números. O fato que V. Ex.^a menciona de funcionários que não sabem sequer que estão na folha de pagamento de um Estado que, por sua própria natureza, já é pobre, configura um verdadeiro descalabro administrativo. Isso na parte da administração. Quanto à eleição, acompanhei o calvário de V. Ex.^a, com todas as pressões, com toda a máquina pressionando durante a eleição. Lastimo que o resultado tenha sido aquele. Lastimo que o Estado do Piauí, de tantas tradições, tenha perdido a possibilidade de ter V. Ex.^a novamente no Governo, governando bem, como na primeira vez, e que, em seu lugar, tenha assumido alguém cujo retrato, cujo perfil é esse que V. Ex.^a traça da tribuna do Senado. Nossa solidariedade: a minha e a de seus companheiros do PFL. V. Ex.^a teve a grandeza, como sempre, de não falar como Líder; não quis comprometer, na causa justa de V. Ex.^a, a Liderança. Mas aqui falo como Líder do nosso Partido, em substituição a V. Ex.^a: V. Ex.^a tem nossa total solidariedade.

O Sr. Freitas Neto (PFL – PI) – V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Agradeço-lhe, Senador Edison Lobão, Líder em exercício, as palavras de solidariedade, sempre precisas, sempre atualizadas, sempre corretas.

Concedo aparte ao meu conterrâneo e correligionário, Senador e ex-Governador do Piauí, Freitas Neto.

O Sr. Freitas Neto (PFL – PI) – Senador Hugo Napoleão, tenho certeza – não tenho nenhuma dúvida – de que os inquéritos levados a efeito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal no Estado do Piauí vão chegar às conclusões que V. Ex.^a, desde o ano passado, vem denunciando aqui e a imprensa local e nacional, noticiando. Agora, as últimas denúncias sobre a folha secreta veio elucidar um problema financeiro que ninguém conseguia entender no Piauí. Eu mesmo, muitas vezes, estive na televisão – e V. Ex.^a sabe disso – mostrando dados que me eram passados por funcionários da Secretaria da Fazenda. O Estado do Piauí tem uma receita mensal de R\$65 milhões, em média; uma folha de R\$42 milhões; e um serviço da dívida de R\$9 milhões, que o Estado renegociou de maneira vantajosa com o Governo Federal. V. Ex.^a verifica que há, aí, um superávit que, se não é tanto que dê para realizar grandes obras, é suficiente para manter o Estado funcionando e pagando em dia.

Mas sabe V. Ex^a que, há muito e muito tempo, neste Governo, os salários vêm atrasados há dois meses na Capital, há três meses em algumas regiões do Estado e há quatro meses em outras. O 13º mês tem sido pago todos os anos, desde 1995, com recursos da venda das Centrais Elétricas do Piauí, o maior patrimônio do Governo do Piauí. A companhia energética do Piauí foi federalizada para ser privatizada. Para ela, o Governo Federal já antecipou um recurso bastante significativo que tem repassado todos os finais de ano, com a ajuda da Bancada Federal, para que o funcionalismo possa receber o 13º. Está aí a explicação: uma folha secreta, cujo valor ninguém sabe. Outra coisa: foi o que apareceu até agora...

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Não foi publicado no *Diário Oficial* o teor das contratações.

O Sr. Freitas Neto (PFL – PI) – Foi o que apareceu até agora. Apareceu em duas ou três ou uma secretaria. Se a folha secreta existe em um, existe em quase todos os outros órgãos do Governo. Naturalmente, a folha secreta vem servindo para outros fins, além de servir para atrasar há muito tempo os parcos salários dos servidores do Estado do Piauí. A minha solidariedade ao discurso de V. Ex^a. Tenho certeza que o Senado está atento ao que ocorre no nosso querido Piauí. O nosso Estado sempre foi bem administrado em Governos como o de V. Ex^a, do Senador Lucídio Portella, do Senador Dirceu Arcoverde e não merece estar exposto dessa maneira à opinião pública nacional. Muito obrigado.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PMDB – PI) – Agradeço a solidariedade de V. Ex^a, Senador Freitas Neto, que, como ex-Governador, delineou o conhecimento que tem a respeito da realidade do Estado e o porquê da dificuldade no andamento de obras e, também, da própria máquina do custeio do Estado em face dessa verdadeira barbaridade que assola o nosso Piauí.

E concluo, Sr. Presidente, para dizer a última preciosidade do "Governador Mão Santa": Quinze dias atrás declara para a Imprensa do Piauí, – e eu disponho dos jornais na minha residência em Teresina – que seus filhos ganham licitações no Estado, sim, mas ganham licitamente, como se ele procedesse a outras tantas licitações que lícitas não fossem. Mas desconhece certamente a Lei nº 8.666, que proíbe taxativamente que parentes até o terceiro grau participem de licitações no Estado. No Piauí, o Governo considera lícito. Isso é imoral e ilícito.

Condenáveis são o seu Governo e as suas atitudes lamentáveis. Agora, vejo que S. Ex^a lutou para tomar a eleição, num pleito democrático, como se esperava.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno, a tramitação em conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 67 e 96, de 1999, por versarem sobre o mesmo assunto.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000 –
Lúcio Alcântara – Eduardo Suplicy – Romeu Tuma – Bernardo Cabral – José Eduardo Dutra – Álvaro Dias – Agnelo Alves – José Fogaça – Ney Suassuna – Luzia Toledo – Roberto Freire.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento será publicado e, posteriormente, incluído na Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2000

Regulamenta a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, no âmbito do Senado Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Compete ao Congresso Nacional autorizar referendo e convocar plebiscito (art. 49, XV, da CF), observado o disposto na Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1999 (art. 14, *caput*, da CF).

§ 1º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 2º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 3º O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias a contar da promulgação da lei, ou da adoção da medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição (art. 2º, c/c art. 11 da Lei nº 9.709/98).

Art. 2º Um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal pode propor à Casa mediante decreto legislativo, plebiscito ou referendo sobre:

I – questão de relevância nacional;

II – questão da competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo;

III – o caso previsto no § 3º do art. 18 da Constituição Federal (art. 3º da Lei nº 9.709/98).

§ 1º Convocado plebiscito, o projeto legislativo cuja matéria constitua objeto da consulta popular terá sustada a sua tramitação até que o resultado das urnas seja proclamado (art. 9º da Lei nº 9.709/98).

§ 2º O projeto de decreto legislativo de que trata este artigo tramitará no Senado Federal em regime de preferência.

§ 3º No caso de plebiscito previsto no § 4º do art. 18 da Constituição Federal e nas demais questões de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados nos termos do disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 9.709/98.

Art. 3º Sendo favorável o resultado de plebiscito previsto no art. 3º da Lei nº 9.709/98, o projeto de lei complementar respectivo poderá ser proposto por qualquer Senador perante o Senado Federal.

Parágrafo único. No caso do **caput**, compete ao Senado proceder a audiência das Assembléias Legislativas interessadas, nos termos do disposto no artigo seguinte desta Resolução.

Art. 4º Acrescente-se, no Título IX do Regimento Interno, o seguinte Capítulo V:

TÍTULO IX

Das proposições sujeitas a disposições especiais

(Omissis)

CAPÍTULO V

Dos Projetos de Leis Complementares referentes a alteração territorial de Estados-Membros (Const., art. 18, § 3º; Lei nº 9.709/98, art. 4º)

“Art. 376-A. O projeto de lei complementar destinado a aprovar alteração territorial de Estado-membro (Const., arts. 18, § 3º, e 48, VI; Lei nº 9.709/98, art. 4º) terá a seguinte tramitação:

I – o projeto será lido na Hora do Expediente e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

II – a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de se pronunciar sobre a proposição, procederá, no prazo de quinze dias, à audiência da(s) Assembléias(s) Legislativa(s) interessada(s) na alteração territorial de que se trata (§ 2º do art. 4º da Lei nº 9.709/98);

III – na oportunidade prevista no inciso anterior, a(s) Assembléias(s) Legislativa(s) fornecerá(ão) ao Senado Federal os detalhes técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada (§ 3º do art. 4º da Lei nº 9.709/98);

IV – o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania levará em conta as informações técnicas a que se refere o inciso anterior;

V – publicados o parecer e, se houver, as emendas e distribuídos os avulsos, decorrido o interstício regimental, a matéria será incluída em Ordem do Dia.

Parágrafo único. Aplica-se à tramitação de projeto de lei de que trata este artigo, no que couber, as normas estabelecidas neste regimento para as demais proposições.”

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, fiel às suas inspirações democráticas, consagrou o plebiscito e o referendo no seu art. 14, sendo que a regulamentação genérica desses institutos de participação popular no processo político foi efetivada mediante a aprovação da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Não obstante, torna-se necessário que a referida lei seja, por sua vez, regulamentada no âmbito das duas Casas do Congresso Nacional e, nesse sentido, estamos apresentando o presente projeto de resolução para que se efetive essa regulamentação no Senado Federal.

Assim, entre outros dispositivos, a proposição, que ora justificamos, declara que um terço dos Senadores pode propor à Casa, mediante decreto legislativo, plebiscito ou referendo sobre questão de relevância nacional, questão da competência do Poder Le-

gislativo e sobre alteração territorial de Estado (art. 2º, **caput**).

Ademais, estatui que quedará sustada qualquer proposição legislativa que esteja tramitando no Senado Federal e que constitua objeto da consulta popular plebiscitária (art. 2º, § 1º), bem como preceitua que o projeto de decreto legislativo que convoca plebiscito ou autoriza referendo tramitará em regime de preferência (art. 2º, § 2º).

Por outro lado, cuida-se, ainda, da regulamentação da apresentação e da tramitação – nesta Casa – da espécie de projeto de lei complementar destinada a proceder à alteração territorial dos Estados-Membros, matéria da competência conjunta dos Estados-Membros e da União, por intermédio do Congresso Nacional (arts. 3º e 4º).

Nesse particular, estamos propondo o acréscimo de Capítulo V ao Título IX do Regimento Interno do Senado, com o fim de conferir tramitação especial à espécie de projeto de lei complementar em tela, com destaque para a regulamentação da audiência – pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – da(s) Assembléia(s) interessada(s) na alteração territorial em questão (art. 4º).

Dessa forma, como se vê, a presente iniciativa se destina a dar maior eficácia e efetividade aos institutos da soberania popular, seguindo o caminho aberto pelo legislador constituinte.

Por fim, devemos registrar que a proposição em tela nos foi inspirada pelo ilustre homem público e meu conterrâneo, Almíro Affonso que, embora momentaneamente afastado do Congresso Nacional, permanece participando das questões que dizem respeito à democracia e à participação popular no processo político.

Ante o exposto e tendo em vista a relevância da matéria que pretendemos regulamentar por intermédio do presente projeto de resolução, solicitamos o apoio dos nobres colegas para o seu necessário aperfeiçoamento e posterior aprovação.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. – Senador **Bernardo Cabral**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.709, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

Art. 2º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 3º Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, e no caso do § 3º do art. 18 da Constituição Federal, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, de conformidade com esta lei.

Art. 4º A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

§ 1º Proclamado o resultado da consulta plebiscitária, sendo favorável à alteração territorial prevista no **caput**, o projeto de lei complementar respectivo será proposto perante qualquer das Casas do Congresso Nacional.

§ 2º À Casa perante a qual tenha sido apresentado o projeto de lei complementar referido no parágrafo anterior compete proceder à audiência das respectivas Assembléias Legislativas.

§ 3º Na oportunidade prevista no parágrafo anterior, as respectivas Assembléias Legislativas opinarão, sem caráter vinculativo, sobre a matéria, e fornecerão ao Congresso Nacional os detalhamentos técnicos concernentes aos aspectos administrativos, financeiros, sociais e econômicos da área geopolítica afetada.

§ 4º O Congresso Nacional, ao aprovar a lei complementar, tomará em conta as informações técnicas a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 5º O plebiscito destinado à criação, à incorporação, à fusão e ao desmembramento de municípios, será convocado pela Assembleia Legislativa, de conformidade com a legislação federal e estadual.

Art. 6º Nas demais questões, de competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, o plebiscito e o referendo serão convocados de conformidade, respectivamente, com a Constituição estadual e com a Lei Orgânica.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos arts. 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tanto a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I – fixar a data da consulta popular;
- II – tornar pública a cédula respectiva;
- III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;
- IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 10. O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 12. A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Art. 13. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco estados,

com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Câmara dos Deputados, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 14. A Câmara dos Deputados, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no art. 13 e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 15. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de novembro de 1998; 177ª da independência e 110ª da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO I Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II – recusar fé aos documentos públicos;

III – criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

CAPÍTULO II Da União

Art. 20. São bens da União:

I – os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II – as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e a preservação ambiental definidas em lei;

III – os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele prove-nham, bem como, os terrenos marginais e as praias fluviais;

IV – as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países, as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as áreas referidas no art. 26, II;

V – os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva;

VI – o mar territorial;

VII – os terrenos de marinha e seus acrescidos;

VIII – os potenciais de energia hidráulica;

IX – os recursos minerais, inclusive os do subsolo;

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

²¹Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

²²Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I – resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II – autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III – autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV – aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI – mudar temporariamente sua sede;

VII – fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observando o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

VIII – fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39 § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, 1;

IX – julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X – fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI – zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII – escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV – aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI – autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riqueza minerais;

XVII – aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

²³Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.

§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados ou a qualquer de suas comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.

§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no **caput** deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2000- COMPLEMENTAR

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

O Congresso Nacional decreta,

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos da articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Estado de Pernambuco, compreendendo os Municípios de Lagoa Grande, Orocó, Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, e o Estado da Bahia, compreendendo os Municípios de Casa Nova, Curaça, Juazeiro e Sobradinho.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a criar um Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Parágrafo único. As atribuições e a composição do Conselho de que trata este artigo serão definidos em regulamento, dele participando representantes dos Estados e Municípios abrangido pela Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Art. 3º É o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA.

Parágrafo único. O Programa Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa de Desenvolvimento do Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, ouvido os órgãos competentes, estabelecerá, mediante convênio, normas e critérios para unificação de procedimentos relativos aos serviços públicos, abrangidos tanto os federais e aqueles de responsabilidade de entes federais, como aqueles de responsabilidade dos antes federados referidos no art. 1º, especialmente em relação a:

I – tarifas, fretes e seguros, ouvido o Ministério da Fazenda;

II – linhas de créditos especiais para atividades prioritárias;

III – Isenções, unificação e incentivos fiscais, em caráter temporário, de fomento a atividades produtivas em programas de geração de emprego e fixação de mão-de-obra.

Art. 4º Os programas e projetos prioritários para a Região, com especial ênfase à irrigação, recursos hídricos, turismo, reforma agrária, meio ambiente e sistema de transporte, e os demais relativos à infra-estrutura básica e geração de empregos, serão financiados com recursos:

I – de natureza orçamentária, que lhes forem destinados pela União, na forma da lei;

II – de natureza orçamentária, que lhe forem destinados pelos Estados de Pernambuco e da Bahia, e os Municípios abrangidos pela Região Administrativa de que trata esta Lei Complementar;

III – de operações de crédito externas e internas.

Art. 5º A União poderá firmar convênios com os Estados de Pernambuco e da Bahia, e os Municípios referidos nº § 1º, com a finalidade de atender o disposto nesta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A proposição em tela originou-se da preocupação nossa, por instigação, principalmente, do Deputado Clementino Coelho e do ex-prefeito Fernando Bezerra Coelho, de Petrolina, com o crescimento do aglomerado humano localizado no Sertão de Pernambuco, que já desponta no cenário regional, como um pólo para o desenvolvimento de nosso Estado.

Traduzindo as aspirações do povo brasileiro, nosso constituinte, em 1988, traçou como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização e reduzir as desigualdades regionais e sociais.

O próprio constituinte, nos artigos 23, 25 e 43, estabeleceu os parâmetros para criação de instrumentos legais no intuito de atender ao mandamento fundamental inscrito como um dos princípios fundamentais de nosso país.

Pouco se tem legislado a esse respeito e muito menos a União tem executado políticas na abrangência de complexos geoeconômicos e sociais, colimando à redução das desigualdades regionais e sociais.

Exceção a confirmar essa regra, que nos inspira a formular essa Proposição, foi a criação, no ano de 1998, da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a qual foi concebida a par-

tir do diagnóstico de expansão das regiões periféricas da Capital Federal e nos municípios localizados nos estados de Goiás e Minas Gerais que vinham demandando uma ação eficaz e coordenada da União para suprir as necessidades básicas de infra-estrutura, desenvolvendo a região, tirando a pressão sobre o Distrito Federal.

Dentro dessa preocupação é que, ao diagnosticarmos uma região com grande potencial de crescimento econômico, que é o Pólo Petrolina/PE e Juazeiro/BA, apresentamos esta Proposição com o objetivo de que uma exitosa experiência, numa das regiões mais pobres do Brasil, localizada no Semi-árido nordestino, possa ser dotada de instrumentos legais e constitucionais capazes de otimizar todas as suas vocações para reverter a atual tendência de crescimento econômico adstrita aos grandes centros urbanos.

Com a criação da Região Administrativa integrada, esse espaço geoeconômico e social poderá estar contemplado nos orçamentos gerais da União e na Leis de Diretrizes Orçamentárias a partir de estratégias a serem adotadas pelo Poder Público Federal. Nessa ótica, com uma unidade de planejamento, facilitam-se os caminhos para investimentos federais, mormente com as ações a serem desencadeadas pelo Programa Especial de Desenvolvimento previsto nesta lei.

Temos a consciência de que se a região for entendida como prioridade nacional, seu exemplo e sua influência poderão dar cumprimento ao mandamento constitucional da redução das desigualdades regionais e sociais, colocando o semi-árido brasileiro em pé de igualdade com regiões similares no mundo. Tomamos como exemplo os EUA, Espanha e Israel, que tratam seus semi-áridos como prioridade nacional, e servem de paradigmas de ousadas políticas públicas.

Por fim, quando tanto se discute o combate à pobreza, é de se ver que ao enfocar o tema, o Nordeste desponta como a região que acumula o maior déficit social no país. Tem em seu seio 50% dos pobres e miseráveis da Nação, devendo, por isso, ter um tratamento prioritário por todos os agentes públicos. Creio, em razão disso, que esta Proposição poderá dar grande contribuição aos entes federados, especialmente à União, disponibilizando instrumentos facilitadores de uma atuação eficaz e dinâmica na erradicação da pobreza.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. – Senador **Roberto Freire**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1999 (nº 58/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997, tendo

Parecer favorável, sob nº 15, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Pedro Piva.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 123, DE 1999

(Nº 58/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – **Item 2:**

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 225, DE 1999

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999 (nº 109/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4 de dezembro de 1995, tendo

Parecer favorável, sob nº 16, de 2000, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Gilberto Mestrinho.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 225, DE 1999**

(Nº 109/99, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4 de dezembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova York, em 4 de dezembro de 1995.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) –

Item 3:

REQUERIMENTO Nº 6, DE 2000

Votação, em turno único, do **Requerimento nº 6, de 2000**, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1999-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 36, DE 2000

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256, § 2º, inciso I, do Regimento Interno, a retirada, em caráter definitivo, do Requerimento nº 6, de 2000.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. – **Ney Suassuna.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Em votação o requerimento.

As Sr^{es} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 1999, retorna ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente vai à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1999, (nº 58/99, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 34, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Decreto
Legislativo nº 123, de 1999 (nº 58, de
1999, na Câmara dos Deputados)**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1999 (nº 58, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de janeiro de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ademir Andrade**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 34, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 37, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 1999, que aprova o texto do Acordo sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000. – **Pedro Piva.**

PARECER Nº 35, DE 2000

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999 (nº 109, de 1999, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999 (nº 109, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova Iorque, em 4 de dezembro de 1995.

Sala de Reuniões da Comissão, 26 de janeiro de 2000. – **Geraldo Melo**, Presidente – **Ademir Andrade**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Casildo Maldaner**.

ANEXO AO PARECER Nº 35, DE 2000

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2000

Aprova o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova Iorque, em 4 de dezembro de 1995.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Conservação e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova Iorque, em 4 de dezembro de 1995.

quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999 (nº 109/99, na Câmara dos Deputados), que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 38, DE 2000

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requeiro a dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do parecer referente à redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 1999, que aprova o texto do acordo para implementação das Disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, sobre a Convenção e Ordenamento de Populações de Peixes Transzonais e de Populações de Peixes Altamente Migratórios, concluída em Nova Iorque, em 4 de dezembro de 1995.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2000 –
Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à apreciação do Requerimento nº 34, de 2000, de urgência, lido no Expediente para o Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 1999.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria a que o requerimento se refere figurará na Ordem do Dia da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, nos termos do art. 345, II, do Regimento Interno, ou seja, na sessão deliberativa de terça-feira próxima.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Bello Parga pela ordem.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que V. Ex^a me inscreva para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a fica inscrito em terceiro lugar, pois há duas comunicações inadiáveis, a serem feitas antes de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, pela Liderança do PFL, no prazo e na forma prevista no Regimento Interno.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço-lhe que mande computar o meu tempo, pois sei que outros Colegas querem fazer uma comunicação e talvez eu não tenha tempo de esgotar o meu pronunciamento. Solicito-lhe que determine a transcrição do que ficar faltando no **Diário do Senado**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Exª será atendido na forma regimental, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de proferir o discurso que farei a seguir, registro que acabo de ouvir no plenário desta Casa uma denúncia gravíssima, feita pelo Senador Hugo Napoleão.

Tive o cuidado de não apartear S. Exª, porque me passava pela mente que talvez a Casa devesse, como entendo que deve, mandar cópias do discurso, assim como dos documentos exibidos no plenário desta Casa, ao Procurador-Geral da República, para que, juntamente com o Superintendente da Polícia Federal, apesar das providências que estão sendo tomadas regionalmente, tomem conhecimento, para as medidas complementares que se fizerem necessárias e, quanto mais não seja, para servir de exemplo a outros Governadores que eventualmente possam ter tido o mesmo procedimento. Por isso peço a V. Exª, Sr. Presidente, que determine à Secretaria-Geral da Mesa essa providência da remessa à Procuradoria-Geral da República.

Volto a esta tribuna para mais uma vez denunciar a grave situação da criminalidade neste País, a iminente invasão da Região Amazônica pelos cartéis do narcotráfico e a ameaça crescente à nossa soberania sobre a região. E o faço por escrito, talvez mais fácil e melhor palatável se pudesse fazê-lo de improviso, para que ficasse registrado nos Anais do Senado tal a sua gravidade. Faço-o, Sr. Presidente, porque ainda há pouco não quis apartear o eminente Senador Gerson Camata, que descrevia a forma pela qual foi violentamente agredido.

Solicitei ao eminente Senador Hugo Napoleão que, em meu nome, fizesse chegar ao conhecimento do Senador Gerson Camata a minha solidariedade, senão minha atitude seria de deserção e de omissão. Um companheiro que conheço há mais de duas décadas não poderia ficar sem uma palavra. Aliás, disse Victor Hugo sobre os covardes: “os covardes se assemelham à luz das velas: iluminam mal porque tremem”.

Sr. Presidente, agora, na volta a esta tribuna, espero que, desta vez, pela gravidade dos fatos que serão apresentados, seja possível uma solução definitiva para tais problemas.

Enquanto se observa em outros países a diminuição e o controle da escalada da criminalidade e da violência, com a implementação oportuna de políticas públicas integradas, aqui, o que de fato acontece é o aumento vertiginoso das ocorrências criminais. Conforme pesquisa publicada pelo IBGE em 1999, as altas taxas de homicídio provocaram a redução da expectativa de vida em 2,5 anos para os homens, com o agravamento da situação na Região Sudeste, onde a redução chega a 3,5 anos. Na América do Sul, o Brasil só é ultrapassado pela Colômbia, que se encontra envolta em verdadeiro banho de sangue na luta travada contra narcotraficantes, guerrilheiros e grupos paramilitares.

Na mesma pesquisa, observa-se que a relação de assassinatos entre jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos é alarmante e já não é mais privilégio dos grandes centros urbanos. Para cada grupo de 100 mil habitantes, são mortos anualmente 134 jovens em São Paulo; 215, no Rio de Janeiro; 138, no Amapá; 114, em Roraima; e 139, em Pernambuco, contra uma média nacional na Irlanda de 0,7; no Japão, de 1,0; e, na Espanha, de 1,6.

Verifica-se dos números parciais extraídos da pesquisa uma brutal carnificina contra a juventude deste País. É a explosão da violência, em suas mais diversas manifestações, tomando forma de epidemia nacional, principalmente pela incontida aceleração do uso e do tráfico de drogas ilícitas.

A violência tornou-se uma velha companheira do cotidiano da população brasileira. Hoje, sua visibilidade torna-se maior em função de diferentes aspectos, tais como conscientização de cidadania, liberdade de imprensa, melhoria das facilidades de telecomunicações, urbanização acelerada e outros fatores.

Banalizada, a violência passa a integrar o dia-a-dia da comunidade brasileira, que reage freqüentemente com o isolamento, como os guetos formados pelos condomínios fechados e pelos shoppings centers ou pelos meios ilegais, inadequados, equivocados e, em alguns casos, contrários aos objetivos maiores, com a criação de grupos de extermínio, vigilantes, gangues de adolescentes e outras formas.

Nos debates referentes à propriedade e ao porte de arma de fogo, travados nesta Casa em 12 de janeiro deste ano, durante discurso proferido em plenário pelo Senador Iris Rezende, ex-Ministro da Justiça, que me honra com a sua audiência, aparteado pelos Senadores Jader

Barbalho, Líder do PMDB, Renan Calheiros, ex-Ministro da Justiça, e Romeu Tuma, sinônimo de segurança neste País, a defesa do Projeto Pró-Amazônia, do Departamento de Polícia Federal, soou-me familiar.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, com absoluta indignação e tristeza, comprovei que se tratava do mesmo projeto iniciado quando da minha gestão na Pasta do Ministério da Justiça, tendo-me o Senador Romeu Tuma, então como Diretor-Geral do Departamento da Polícia Federal, levado a questionar sobre o porquê de um projeto, àquela época já imprescindível à atuação da Polícia Federal na Região Amazônica, ainda não haver sido implantado.

Em 21 de setembro de 1990, sensibilizado com os grandes problemas que assolavam a região amazônica, assinei, juntamente com os Ministros de Estado da Aeronáutica e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a Exposição de Motivos nº 194. Tratava-se da proposta de implementação de diversas ações do Governo Federal, com o objetivo de propiciar a atuação integrada e coordenada dos seus órgãos na Amazônia Legal – Amazonas, Tocantins, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Pará e Maranhão –, dando origem aos projetos: Sipam, Sistema de Proteção da Amazônia, Sivam, Sistema de Vigilância da Amazônia, e Pró-Amazônia.

O Projeto Pró-Amazônia objetiva efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Região Amazônica com a fixação de novas bases e unidades operacionais em áreas críticas, visando prevenir e reprimir os crimes de competência do Órgão, especialmente os praticados contra as comunidades indígenas e o meio ambiente, o narcotráfico, o contrabando de madeiras e de minerais preciosos, o trabalho escravo, a exploração da prostituição infantil, bem como garantir as ações dos órgãos federais atuantes na região, tais como o Ibama e a Funai.

A exacerbação da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado em todo o território nacional, conduziu a Polícia Federal a elaborar, em complementação ao Pró-Amazônia, o Promotec, Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal. Esse Projeto estende a capacidade de prevenção e de repressão aos crimes de competência do Órgão aos demais Estados da Federação.

Nesse contexto, a Polícia Federal estará ainda capacitada para a execução de atividades administrativas sob sua responsabilidade como, por exemplo, a emissão de passaportes, o controle de produtos químicos utilizados pelo narcotráfico, a fiscalização e o controle das empresas de vigilância, das empresas de transporte de valores e dos sistemas de segurança de agências bancárias, bem como a promoção de cursos de formação para vigilantes e outras categorias profissionais.

Os Projetos permitirão a criação de mecanismos de consulta, cooperação, integração, avaliação, planejamento e coordenação de informações e ações entre as polícias brasileiras e as polícias estrangeiras nos campos estratégico, operacional e de treinamento, com vistas a combater com maior eficiência o crime organizado, notadamente o tráfico de drogas, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

A integração do Pró-Amazônia com o Sipam e com o Sivam permitirá a plena utilização das informações e dos recursos técnicos postos à disposição pelo Sivam, sem a duplicação de recursos materiais e de esforços. Por intermédio do Pró-Amazônia, serão desencadeadas as ações de prevenção e de repressão de atribuição da Polícia Federal, tendo por base as informações a serem disponibilizadas por aquele projeto.

Este projeto, Sr. Presidente, já foi examinado pela Comissão de Financiamento Externo do Ministério de Planejamento e Orçamento. Há a assinatura e a promulgação do acordo de cooperação entre o Brasil e a França para a modernização e o reaparelhamento da Polícia Federal e a aprovação pelo Tribunal de Contas da União, em decisão unânime dos seus membros, o qual acolheu as razões e justificativas apresentadas pelo Departamento da Polícia Federal, referentes às contratações efetuadas para aquisição de equipamentos e materiais para os projetos.

Por que se faz esta dissertação? Por uma razão muito simples: no instante em que o Sipam estiver operando e o Sivam e a Polícia Federal não tiverem condições de estar aparelhados para isso, teremos um belíssimo campo de dados, muito bem identificados, mas guardados no Sivam e no Sipam, sem a atuação correspondente que cabe à Polícia Federal. É por isso que chamo a atenção para a gravidade do meu pronunciamento.

Após intensas discussões, em setembro do ano passado, foram concluídas na Alemanha as negociações referentes às propostas de financiamentos, das quais participaram, devidamente autorizados por seus respectivos Ministérios, servidores da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e do Departamento de Polícia Federal (DPF), bem como funcionários do Banque Nationale de Paris (BNP) e Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt am Main (KfW).

Já tendo sido preparada toda a documentação exigida pela legislação em vigor, aguardava-se o encaminhamento da solicitação de endividamento externo para esta Casa, quando surgiu a informação de que os projetos seriam submetidos à análise e aprovação da Comissão de Controle Fiscal (CCF), a qual é co-presidida pelos Secretários Executivos do Ministério da Fazenda, Dr. Amaury Guilherme Bier, e do Ministério do Planejamento e Gestão, Dr. Guilherme Gomes Dias.

Espero que a Assessoria esteja atenta para o que aqui está sendo registrado, por causa da seguinte responsabilidade: a notícia que nos chega é a de que os Projetos Pró-Amazônia e Promotec, orçados, desde as suas origens, em aproximadamente US\$425 milhões, poderão ter a sua implantação substancialmente contida durante a vigência do PPA 2000/2003 e o seu prazo de execução, previsto originalmente para quatro anos, sensivelmente alongado.

Observa-se, mais uma vez, a nefasta atuação da burocracia de plantão instalada na Esplanada dos Ministérios, disposta a levantar e apresentar, a todo momento e lugar, obstáculos ao desenvolvimento e implantação das políticas públicas de grande anseio da sociedade brasileira, em especial quando direcionadas para a Amazônia.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma burocracia insensível e irracional, fixada apenas no cumprimento das metas econômicas e das regras estabelecidas pelo FMI, que tentou extinguir o Projeto Calha Norte, importante elo de integração regional na Amazônia, e somente não teve o seu intento alcançado graças à indignação gerada pelo pronunciamento apresentado por mim neste plenário, em 17 de agosto de 1999, secundado pelos Senadores Gilberto Mestrinho, Mozarildo Cavalcanti e outros colegas da Região cujos nomes não me vêm à mente no momento.

Naquela ocasião, as Sr^{as} e os Srs. Senadores e toda a nação brasileira foram alertados de que a

gravidade do fato era tanto maior "quando se anunciava a pretensão de transformar a Colômbia em um Vietnã e, por via de consequência, a Amazônia em um Camboja". Alertei, ainda, que tais preocupações apresentadas naquela oportunidade não tinham por intenção a geração de nenhum alarme, situação completamente diferente da atual, quando muitos têm o entendimento e já chegaram à conclusão de que tal processo foi iniciado e se encontra em acelerado andamento.

Os investimentos em segurança na Colômbia, recentemente anunciados por parte do Governo americano, da ordem de US\$1,6 bilhão para os próximos dois anos – país onde, aliás, já foram empregados US\$400 milhões nos últimos meses –, certamente provocará uma fuga em massa, não somente de narcotraficantes, mas também dos movimentos guerrilheiros para o desguarnecido território nacional.

Tal assunto é de tamanha gravidade, que se encontra assim inserido na atual Política de Defesa Nacional: "2.12. No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos limites da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação".

As ações de combate ao narcotráfico na região, desenvolvidas com o apoio dos Estados Unidos, estão sendo executadas e serão incrementadas simultaneamente na Colômbia, no Peru e na Bolívia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será tudo isto mera coincidência? Trata-se de fatos e situações isoladas ou estamos assistindo ao desenrolar de um **script** que tem em seu roteiro, como desfecho final, a desestabilização da região?

Os valores dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec, previstos para os quatro anos de vigência do Plano Plurianual, foram tão drasticamente reduzidos pela tecnoburocracia, que hoje são menores que 10% do necessário para a sua efetiva implantação, a ponto de inviabilizar a assinatura dos contratos de financiamento por absoluta impossibilidade técnica.

Está é a pergunta que faço: Por acaso, essa mesma tecnoburocracia lançará um apelo ao narcotráfico e às outras instituições criminosas que tantos prejuízos estão causando à Nação, a ponto de já ameaçar o seu futuro e a soberania sobre a Amazônia, para que reduzam suas atividades ilegais

na mesma proporção dos recursos possíveis para os projetos?

Se os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Justiça autorizaram que seus respectivos funcionários trabalhassem por tanto tempo e, finalmente, viajassem ao exterior à custa do Erário para as definições da Minuta de Contrato de Financiamento, por que admitir, dias depois, que os compromissos não poderiam ser honrados por indisponibilidade de recursos? E a credibilidade das instituições e dos respectivos servidores que realizaram tais negociações? E o que falar da credibilidade do País? Tal procedimento não estaria dando sustentação e veracidade à frase atribuída ao Presidente Charles De Gaulle, de que este não é um País sério?

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Senador Bernardo Cabral, gostaria de informar que o tempo de V. Ex^a já se esgotou. Considerando que há inúmeros Senadores que gostariam de apartear-lo e outros que se inscreveram para uma comunicação inadiável, pediria a V. Ex^a que, na medida do possível, concedesse a oportunidade dos apartes e a possibilidade aos inscritos para uma comunicação inadiável.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Sr. Presidente, prefiro dar oportunidade aos apartes. Ainda faltam dez folhas e mais o anexo. Pediria, então, a V. Ex^a que determinasse a publicação, na íntegra, do meu discurso, porque não posso deixar de ouvir não só a independência dos apartes, mas o conhecimento de todos, a começar pelo eminente Senador Romeu Tuma, seguido do Senador Gerson Camata, da Senadora Heloísa Helena e do Senador Romero Jucá.

Ouçó V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Bernardo Cabral, peço, inclusive, desculpas. Não sei se seriam oportunos esses apartes.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – V. Ex^a é oportuno em qualquer instante.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Tendo em vista a importância do pronunciamento de V. Ex^a, temos, às vezes, de ser testemunhas da história. À frente do Ministério da Justiça, V. Ex^a logo apoiou a iniciativa da Polícia Federal na proposta do Projeto Pró-Amazônia. Encontra-se aqui o Dr. Celso, Delegado Federal com quem trabalhei, um dos responsáveis pelo planejamento geral, que se dedica, há 10 anos, aproximadamente, para que esse projeto torne-se realidade. As partes mais difíceis, conforme descrição de V. Ex^a, foram conquistadas. A barreira

que, na nossa expectativa, era de apoio coloca-se como a muralha que dificilmente poderá ser transposta se não houver o apoio deste Congresso. Eu sugeriria, em princípio, que o pronunciamento e em especial as advertências de V. Ex^a fossem encaminhados às autoridades dos dois ministérios responsáveis pelo estudo da contrapartida que o Brasil tem de oferecer nos acordos internacionais já aprovados para a implantação do sistema. V. Ex^a fala do crime organizado. Quando o Senador Gerson Camata era Governador do Espírito Santo e V. Ex^a, Ministro da Justiça, fui algumas vezes àquele Estado. O maior apoio que recebia no combate ao crime era do Governador Gerson Camata, que me recebia com toda a amabilidade, mas com o ponto importante e incisivo de que tínhamos de colaborar no combate ao crime organizado no Espírito Santo. S. Ex^a traz hoje uma denúncia não de censura à imprensa – eu prestei bem atenção nesse aspecto, e todos nós somos contrários à censura à imprensa –, mas um alerta que está contido no discurso de V. Ex^a. Quando o crime organizado não é impedido de crescer, ele tem o poder de inverter as posições, desmoralizando as autoridades que possam oferecer obstáculo ao seu crescimento, e, assim, conseguem ganhar o espaço de que precisam para o seu ganho irregular, imoral e criminoso. Por isso, digo: "Não há perdão! Lugar de bandido é na cadeia." Não há como fugir dessa premissa. V. Ex^a fala da Região Amazônica e fala no Calha Norte. Não sou da Bancada do Amazonas, mas sempre fui defensor da Amazônia.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – V. Ex^a é o quarto Senador pelo Amazonas.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Hoje, conversei com algumas autoridades de alguns países sobre a grande preocupação que é o investimento americano na Colômbia. Eles instalaram vários pontos de busca, equipamentos eletrônicos modernos, e promoveram ações. Vi fotografias apresentadas pelo Celso de recebimento de 30 helicópteros de grande envergadura para transporte de tropa. Com isso, eles querem cortar a ligação entre o narcotráfico e o terrorismo. E qual é a opção que vão encontrar, meu Deus do céu? O lado que não tem nenhum tipo de proteção, o lado brasileiro. Lá havia facilidade porque havia comprometimento de autoridades. Mas hoje o governo sente de perto que, por mais pactuado que esteja, o crime sempre oferece perigo. Então, eles podem passar para o lado brasileiro e não teremos absolutamente nenhum meio de coibir, impedir ou, pelo menos, dar informações para que isso não venha a ocorrer. O General

Cardoso, um homem de bem, interessado no assunto, sempre faz paléstras contra o crime organizado e deseja que se forme uma força completa e permanente na Amazônia, vai ajudar a resolver esse problema. Desculpe-me, Senador, há outros aspectos. Segundo a imprensa, o Ministro Felipe Lampreia, ainda anteontem, disse que vai à Colômbia protestar contra o pouso de aeronaves em território brasileiro e oferecer – não sei se é verdade, pois não obtive informação oficial, mas apenas pela mídia – financiamento do BNDES para construção de pista na Colômbia. Se, ao contrário, financiássemos a Polícia Federal, teríamos uma vigilância maior e nem avião da força aérea colombiana, nem traficante, nem terrorista passariam para o lado brasileiro.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me V. Exª um aparte, ilustre Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço com satisfação o aparte de V. Exª, Senador Gerson Camata, e o de outros Senadores que queiram manifestar-se. Posteriormente, responderei a todos ao mesmo tempo.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Ilustre Senador Bernardo Cabral, manifesto a minha gratidão a V. Exª e ao Senador Romeu Tuma, testemunhas de minha atuação nessa área. V. Exª, no início do seu pronunciamento, apresentou um dado que – desculpe-me a expressão – é um tapa na cara dos brasileiros, chega a baixar os índices de longevidade na região Sudeste. Vemos que o projeto Pró-Amazônia baterá em cima daquilo que precisa ser feito. Da leitura dos jornais, sabemos de onde estão vindo as drogas e, atrás delas, a violência. Vêm por Rondônia e passam pela divisa com o Amazonas, é por ali. Quando fecharem essa rota, tentarão outro caminho, mas esse deverá ser o primeiro a ser fechado. V. Exª contará com nosso apoio na CAE, pois há muito tempo peço essa interdição. Quando isso acontecer, teremos o alívio dessa pressão que, por meio do narcotráfico, extravasa pelas cidades, nas chacinas, nas mortes, principalmente, dos nossos jovens, que se viciam, se perdem e morrem. Acredito que o Senado e o Brasil inteiro estão sendo chamados para uma reflexão por V. Exª, que aponta os caminhos para que, daqui a alguns anos, não tenhamos que lamentar que aumentou, ao invés de diminuir. O caminho está apontado por V. Exª na advertência que traz à Casa.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Concedo o aparte à eminente Senadora Heloisa Helena, Líder do Partido dos Trabalhadores.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Bernardo Cabral, eu teria toda a motivação para me sentir contemplada pelo pronunciamento de V. Exª e pelos apartes que foram feitos, mas não consigo deixar de apartear, de contribuir com o debate quando se trata das pragas, de coisas abomináveis como o crime organizado, o narcotráfico e a lavagem desse dinheiro sujo. Faço os mesmos questionamentos de V. Exª, quando duvida do "por acaso", coisa que a lógica formal não explica. Estudos feitos neste País, inclusive financiados com o dinheiro público, dão conta, Senador Gilberto Mestrinho, de rotas e mais rotas, de pequenas embarcações, de iates, de pequenas aeronaves, de jatos que transportam tanto a química necessária para transformar a pasta-base de cocaína, de aviões que passam pelos céus do nosso Brasil lotados de cocaína, de grandes e pequenas embarcações. E nada é feito para viabilizar o combate ao narcotráfico. Que lógica explica a Argentina, que tem um terço da extensão territorial do Brasil, dispor de cinco vezes mais policiais federais que o Brasil? Para cada policial brasileiro, a Argentina tem dezessete. Não há lógica que explique, a não ser que existam, incrustadas na estrutura do grande poder político, do grande poder econômico, do aparato de segurança pública e do aparato do Judiciário, pessoas diretamente relacionadas com essa estrutura. Empresas-fantasmas envolvidas com lavagem de dinheiro do narcotráfico, rotas utilizadas pelo tráfico identificadas, formas e mais formas estabelecidas pela droga, tudo são fatos graves, alarmantes e amplamente noticiados por todo o mundo. Portanto, solidarizo-me com V. Exª pelo pronunciamento, no sentido de que a gente possa fazer deste País um país sério, porque um país que é, todos os dias, identificado e esbofeteado pela estrutura covarde do narcotráfico não pode se considerar ainda o país que sonhamos construir para os nossos filhos. Portanto, está de parabéns V. Exª pelo pronunciamento.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Bernardo Cabral, concede-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Pois não, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Bernardo Cabral, V. Exª, com a autoridade de ex-Ministro da Justiça, amazônida e um dos políticos mais experientes desta Casa, trata de um tema extremamente importante. E posso corroborar as colocações de V. Exª porque, neste ano, sou Relator exatamente da área da Justiça e Defesa. Discuti com os Comandos Militares a precariedade de recursos existentes hoje para que se dê cumprimento às necessidades das três Forças. Também mantivemos vários contatos com a Polícia Federal e estamos engajados na mesma luta de V. Exª, que é exatamente a da aprovação do Promotec e do Pró-Amazônia, no sentido de equipar a Polícia Federal para que ela possa ser inclusive o braço operacional das ações previstas no Sivam. Os recursos estão sendo implementados, as ações estão sendo implementadas, mas será, sem dúvida nenhuma, a Polícia Federal o pelotão avançado de execução da política de segurança e de combate ao narcotráfico na região. Estive, nessa semana, com o novo Ministro da Defesa, o Ministro Geraldo Quintão; discutimos essa questão; dentro da pouca condição que tinha como Relator, reforcei as dotações de recursos para o Projeto Calha Norte e para o Sivam; criamos a rubrica do Sipam exatamente para coordenar as ações de integração a serem captadas através do Projeto Sivam. Estamos fazendo um esforço, mas ainda é muito pequeno. Abrimos as rubricas para que os recursos internacionais não só do Promotec e do Pró-Amazônia, mas também os empréstimos para o reequipamento da Marinha e do Exército, já contratados, possam ser efetivamente implementados, por meio do Orçamento de 2000. Portanto, há uma longa luta pela frente, a fim de viabilizar uma política de defesa, que é para todos os brasileiros. Parabenizo V. Exª pelas suas palavras, em prol de toda a sociedade brasileira e, em especial, da nossa Região Amazônica, hoje tão desprotegida e carente efetivamente de uma ação concreta e rápida, principalmente nas fronteiras, para evitar o narcotráfico, a que V. Exª acabou de se referir. Meus parabéns.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Respondo aos eminentes Colegas, com a brevidade que o Presidente pode estar certo de que assegurarei a S. Exª, dizendo que, felizmente o eminente Senadores - não só os que me ouviram, mas os que me apartearam – ficaram com a sensação nítida,

perfeita de que não se trata de um tema político-partidário. Estamos aqui defendendo o nosso País.

E, a partir do trabalho do eminente Senador Romeu Tuma, quero dizer que esse é um trabalho perfeito de levantamento, elaborado pelo nosso companheiro de trabalho, o Delegado Celso, desde quando estivemos no Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, o Senador Romeu Tuma sugere e ratifico, pedindo a V. Exª que determine o envio aos Ministérios aqui citados desse pronunciamento, dos apartes que o enriqueceram, com esse material que o acompanha.

Devo dizer ao eminente Senador Gerson Camata, que acabou de sair, que, em verdade, o narcotráfico começa a suplantiar todas e quaisquer fronteiras, fazendo com que, a cada dia que passa, mais se justifique aquela frase de que quando é possível levar a disposição do dinheiro, que é o material, leva-se também a disposição das pessoas.

Nesse passo, vale a pena registrar o que disse a Senadora Heloisa Helena. Não há realmente acaso, a grande verdade é que estão embutidos nesses segmentos os mais variados interesses, que precisamos contrariar agora, no sentido de forçar os Ministérios competentes a não fazerem ouvido de mercador, a não se omitirem, não desertarem, não fugirem de uma responsabilidade que é deles, para não ficarem incrustados apenas como tecnoburocratas que entendem muito de verba orçamentária, mas muito pouco do verbo de convencer que criminoso não se trata a distância, mas, sim, com a agilidade necessária.

Por fim, o Senador Romero Jucá já disse da sua atuação, já estive com o Ministro da Fazenda, com o Ministro da Defesa, e é bom que se tenha mais um aliado nessa guerra, que é nossa, que é uma guerra santa.

Por isso, Sr. Presidente, quero, já que V. Exª também é da Região Amazônica, agradecer a paciência, a forma pela qual me concedeu, além do que era possível, esse tempo exagerado. Peço que determine a publicação, na íntegra, do material como também os documentos que o acompanham, para que as autoridades a que me referi sintam que não se trata de um mero discurso feito no plenário do Senado. É um alerta à Nação de que essas autoridades não podem ser omissas.

Agradeço, mais uma vez, os apartes dos eminentes Colegas e a atenção que dedicaram a este modesto orador.

**SEGUEM, NA ÍNTEGRA, DISCURSO
E DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR BERNARDO CABRAL EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

Senhor Presidente, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, assumo a tribuna desta Casa para mais uma vez denunciar a grave situação da criminalidade neste País, a iminente invasão da região amazônica pelos cartéis do narcotráfico e a ameaça crescente à nossa soberania sobre a região. E o faço por escrito para que fique registrado nos Anais do Senado.

Espero que, desta vez, pela gravidade dos fatos que serão apresentados, seja possível uma solução definitiva para tais problemas.

Enquanto o que se observa em outros países é a diminuição e o controle da escalada da criminalidade e da violência, através da implementação oportuna de políticas públicas integradas, aqui, o que de fato acontece, é o aumento vertiginoso das ocorrências criminais, ao ponto de, conforme pesquisa publicada pelo IBGE em 1999, as altas taxas de homicídio provocarem a redução da expectativa de vida em 2,5 anos para os homens, com o agravamento da situação na região Sudeste, onde a redução chega a 3,5 anos. Na América do Sul, o Brasil, só é ultrapassado pela Colômbia, que se encontra envolta em um verdadeiro banho de sangue na luta travada contra narcotraficantes, guerrilheiros e grupos paramilitares.

Na mesma pesquisa, observa-se que a relação de assassinatos entre jovens do sexo masculino de 15 a 29 anos é alarmante e já não é mais privilégio dos grandes centros urbanos. Para cada grupo de 100.000 habitantes, são mortos anualmente 134 jovens em São Paulo, 215 no Rio de Janeiro, 138 no Amapá, 114 em Roraima e 139 em Pernambuco, contra uma média nacional na Irlanda de 0,7; no Japão de 1,0 e na Espanha de 1,6. O que se verifica dos números parciais extraídos da pesquisa é uma brutal carnificina contra a juventude deste País.

É a explosão da violência em suas mais diversas manifestações, tomando foros de epidemia nacional, principalmente pela incontida aceleração do uso e do tráfico de drogas ilícitas.

A violência se tornou uma velha companheira do cotidiano da população brasileira. Hoje, sua visibilidade se torna maior em função de diferentes aspectos, tais como conscientização de cidadania, a liberdade de imprensa, a melhoria das facilidades de telecomunicações, a urbanização acelerada e outros fatores.

Banalizada, a violência, passa a integrar o dia-a-dia da comunidade brasileira, que reage frequentemente através do isolamento – como os guetos formados pelos condomínios fechados e pelos **shopping centers** – ou através de meios ilegais, inadequados, equivocados e, em alguns casos, contrários aos seus objetivos maiores, através da criação de grupos de extermínio, vigilantes, gangs de adolescentes e outras formas.

Nos debates referentes à propriedade e ao porte de armas de fogo nesta Casa em 12-1-2000, durante o discurso proferido em plenário pelo Senador Iris Rezende (PMDB – GO), aparteado pelos Senadores Jader Barbalho (PMDB – PA), Renan Calheiros (PMDB – AL) e Romeu Tuma (PFL – SP), a defesa do Projeto Pró-Amazônia, do Departamento de Polícia Federal, me soou familiar. E, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi com absoluta indignação e tristeza que comprovei que se tratava do mesmo projeto iniciado quando da minha gestão na pasta do Ministério da Justiça, tendo o Senador Romeu Tuma, como Diretor-Geral do DPF, levando-me a questionar: porque, um projeto que àquela época já era imprescindível para a atuação da Polícia Federal na região amazônica, ainda não havia sido implantado?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em 21 de setembro de 1990, sensibilizado com os grandes problemas que assolavam a região amazônica, assinei, juntamente com os Ministros de Estado da Aeronáutica e da Secretaria de Assuntos Estratégicos, a Exposição de Motivos nº 194, através da qual foi proposta a implementação de diversas ações do Governo Federal, com o objetivo de propiciar a atuação integrada e coordenada dos seus órgãos na Amazônia Legal (Amazonas, Tocantins, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Pará e Maranhão), dando origem aos Projetos: SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia, SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia e Pró-Amazônia.

O Projeto Pró-Amazônia tem por objetivo efetivar a presença do DPF na região Amazônica, através da fixação de novas bases e unidades operacionais em áreas críticas, visando prevenir e

através da fixação de novas bases e unidades operacionais em áreas críticas, visando prevenir e reprimir os crimes de competência do órgão, especialmente aqueles praticados contra as comunidades indígenas, o meio ambiente, o narcotráfico, o contrabando de madeiras e de minerais preciosos, o trabalho escravo, a exploração da prostituição infantil, bem como garantir as ações dos órgãos Federais atuantes na região, tais como o Ibama e a Funai.

A exacerbação da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado em todo o território nacional, conduziram a Polícia Federal a elaborar, em complementação ao Pró-Amazônia, o Projeto PROMOTEC (Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal), que estende a capacidade de prevenção e de repressão aos crimes de competência do Órgão aos demais Estados da Federação.

Nesse contexto, a Polícia Federal estará ainda capacitada para a execução de atividades administrativas sob sua responsabilidade como, por exemplo, a emissão de passaportes, o controle de produtos químicos utilizados pelo narcotráfico, a fiscalização e o controle das empresas de vigilância, das empresas de transporte de valores e dos sistemas de segurança de agências bancárias, bem como a promoção de cursos de formação para vigilantes e outras categorias profissionais. Os Projetos permitirão a criação de mecanismos de consulta, cooperação, integração, avaliação, planejamento e coordenação de informações e ações entre as Polícias Brasileiras e as Polícias Estrangeiras nos campos estratégico, operacional e de treinamento, com vistas a combater com maior eficiência o crime organizado, notadamente o tráfico de drogas, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

A integração do Pró-Amazônia com o Sipam/Sivam permitirá a plena utilização das informações e dos recursos técnicos postos à disposição pelo Sivam, sem a duplicação de recursos materiais e de esforços. É através do Pró-Amazônia que serão desencadeadas as ações de prevenção e de repressão de atribuição da Polícia Federal, tendo por base as informações a serem disponibilizadas por aquele Projeto.

Tendo por objetivo a implantação dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec, a Polícia Federal desenvolveu todas as ações necessárias visando a

obtenção do financiamento externo pretendido, destacando-se, dentre outras:

a) Exame pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO) e identificação como passíveis de financiamento externo;

b) Assinatura e promulgação do Acordo de Cooperação entre o Brasil e a França, para a Modernização e o Reaparelhamento da Polícia Federal;

c) Aprovação pelo Tribunal de Contas da União, em decisão unânime de seus membros, acolhendo as razões de justificativa apresentadas pelo DPF referentes às contratações efetuadas para a aquisição de equipamentos e materiais para os Projetos.

Após intensas discussões, em 24-9-99 foram concluídas, na Alemanha, as negociações referentes às propostas de financiamentos, das quais participaram, devidamente autorizados por seus respectivos ministérios, servidores da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN – e do Departamento de Polícia Federal – DPF, bem como funcionários do Banque Nationale de Paris – BNP e Kreditanstalt für Wiederaufbau, Frankfurt am Main – KfW.

Já tendo sido preparada toda a documentação exigida pela legislação em vigor, aguardava-se o encaminhamento da solicitação de endividamento externo para esta Casa, quando surgiu informação de que os Projetos seriam submetidos à análise e aprovação da Comissão de Controle Fiscal – CCF, a qual é co-presidida pelos Secretários Executivos do Ministério da Fazenda, Dr. Amaury Guilherme Bier e do Ministério do Planejamento e Gestão, Dr. Guilherme Gomes Dias.

Agora, a notícia que nos chega é de que os Projetos Pró-Amazônia e Promotec, orçados, desde as suas origens, em aproximadamente 425 milhões de dólares americanos, poderá ter a sua implantação substancialmente contida durante a vigência do PPA 2000/2003, e o seu prazo de execução, previsto originalmente para 4 anos, sensivelmente alongado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, observa-se, mais uma vez, a nefasta atuação da burocracia de plantão instalada na Esplanada dos Ministérios, disposta a levantar e apresentar a todo momento e lugar, obstáculos ao desenvolvimento e implantação das políticas públicas de grande anseio da sociedade brasileira, em especial quando direcionadas para a Amazônia.

Trata-se, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, da mesma burocracia insensível e irracional, fixada apenas no cumprimento das metas econômicas e das regras estabelecidas pelo FMI, que tentou extinguir o Projeto Calha Norte, importante elo de Integração Regional na Amazônia, e que, somente não teve o seu intento alcançado graças à indignação gerada pelo pronunciamento apresentado por mim neste plenário em 17 de agosto de 1999.

Naquela ocasião, foram alertados as Sr^{as} e Srs. Senadores e toda a Nação brasileira, de que a gravidade do fato era tanto maior “quando se anunciava a pretensão de transformar a Colômbia em um Vietnã e, por via de consequência, a Amazônia em um Camboja”. Alertei ainda, que tais preocupações apresentadas naquela oportunidade não tinham por intenção a geração de nenhum alarme, situação completamente diferente da atual, quando muitos têm o entendimento e já chegaram à conclusão de que tal processo foi iniciado e se encontra em acelerado andamento.

Os investimentos em segurança na Colômbia recentemente anunciados por parte do Governo Americano, da ordem de 1,6 bilhão de dólares para os próximos dois anos, onde, aliás, já foram empregados 400 milhões de dólares nos últimos meses, certamente provocará uma fuga em massa, não somente de narcotraficantes, mas também dos movimentos guerrilheiros para o desguarnecido território nacional.

Tal assunto é de tamanha gravidade que se encontra assim inserido na atual Política de Defesa Nacional: “2.12. No âmbito regional, persistem zonas de instabilidade que podem contrariar interesses brasileiros. A ação de bandos armados que atuam em países vizinhos, nos limites da Amazônia brasileira, e o crime organizado internacional são alguns dos pontos a provocar preocupação.”

As ações de combate ao narcotráfico na região, desenvolvidas com o apoio dos EUA, estão sendo executadas e serão incrementadas simultaneamente na Colômbia, no Peru e na Bolívia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será tudo isto mera coincidência? Tratam-se de fatos e situações isoladas ou estamos assistindo ao desenrolar de um script que tem em seu roteiro, como desfecho final, a desestabilização da região?

Os valores dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec previstos para os quatro anos de vigência do Plano Plurianual foram tão drasticamente reduzidos pela tecnoburocracia, de forma que, hoje,

são menores que 10% do necessário para a efetiva implantação dos projetos, a ponto de inviabilizar a assinatura dos contratos de financiamentos por absoluta impossibilidade técnica.

Por acaso esta mesma tecnoburocracia irá lançar um apelo ao narcotráfico e às outras instituições criminosas que tantos prejuízos estão causando à Nação, a ponto de já ameaçar o seu futuro e soberania sobre a Amazônia, para que reduzam as suas atividades ilegais na mesma proporção dos recursos possíveis para os projetos?

Se o Ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Justiça autorizaram que seus respectivos funcionários trabalhassem por tanto tempo e, finalmente, viajassem ao exterior às custas do Erário para as definições da Minuta de Contrato de Financiamento, porque admitir, dias depois, que os compromissos não poderiam ser honrados por indisponibilidade de recursos? E a credibilidade das instituições e dos respectivos servidores que realizaram tais negociações? E o que falar da credibilidade do País? Tal procedimento não estaria dando sustentação e veracidade à frase atribuída ao Presidente Charles D'gaule, “de que este não é um País sério”?

Esta talvez seja a maior componente incidente no chamado “custo Brasil”. A falta de credibilidade e de continuidade dos assuntos acordados com os seus interlocutores.

Conforme constatado pelos servidores das diversas áreas que participaram no Brasil e no Exterior das negociações relativas ao contrato de financiamento, as condições de juros, carências e prazos de pagamento ofertadas são extremamente vantajosas para o Poder Público. Some-se a isso o fato de que, embora se trate de crédito ao comprador, parte significativa dos valores do financiamento serão destinados para as compras no mercado brasileiro.

Ademais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, qualquer alteração nos valores e prazos de execução do financiamento, além de se correr o risco de não serem alcançados os objetivos pretendidos, ensejará toda uma nova e demorada negociação.

A validade das propostas de financiamentos, vencidas em dezembro de 1999, foram prorrogadas, por solicitação da Polícia Federal e interferência do Governo Francês, até 31 de março de 2000.

É importante salientar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que até na sua incongruência, a

tecnoburocracia não observa um padrão lógico de comportamento. Conforme se verifica na reportagem publicada pelo Correio Braziliense, em 15-1-2000, intitulada "Arma contra os Sonegadores", o Secretário da Receita Federal informa que, devido ao aumento substancial do contrabando, a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI referente ao fumo teve uma queda real de 18,7% de 1998 para 1999, o que equivale a quase 600 milhões de reais. Seguindo tal raciocínio, conclui-se que, para um período de 4 anos, o mesmo originalmente previsto para a implantação dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec, a perda atingirá aproximadamente 2,4 bilhões de reais. Já que não se aprova os projetos que têm por um de seus principais objetivos justamente o combate ao contrabando, como se espera reduzir tal perda?

Some-se a isso a apreensão de madeira extraída ilegalmente no Pará que, em apenas 2 meses, alcançou um valor estimado em R\$350 milhões pelo Superintendente do Ibama no Estado, o que corresponde ao valor que o Estado arrecada com a venda legal para o exterior. Tais valores nos levam à conclusão de que, mesmo se considerado taxas muito pequenas para a diminuição da criminalidade, os projetos se pagariam em poucos meses, muito antes do final do prazo de carência para o início do pagamento do financiamento.

Ainda com relação à fuga de narcotraficantes da Colômbia, do Peru e da Bolívia para a Amazônia Brasileira, entendo que este Senado deveria diligenciar para se informar sobre os planos do Governo Federal para a região. Afinal, se o Brasil possui Acordos de Cooperação de Combate às Drogas com todos os países citados, inclusive os EUA, por que é constantemente destacada na mídia nacional e internacional a falta de empenho do Governo brasileiro em combater o narcotráfico na área? Tais acordos não estariam sendo executados ou cumpridos?

Trata-se sim de um problema regional que exige, para a sua eficiente solução, uma resposta concertada da comunidade das nações envolvidas, visando reduzir os resultados nefastos das ações unilaterais empreendidas sobre terceiros países. O princípio básico para o alcance dos resultados almejados contra a criminalidade transnacional é a cooperação (treinamento, troca de informações etc.)

Preocupa-nos ainda, o fato de que o incremento das atividades do narcotráfico e da guerrilha na região traga por resultado o afastamento de investimentos, com desastroso e irreparável impacto na economia regional.

Quanto aos Projetos Pró-Amazônia e Promotec, todos os esforços deverão ser desenvolvidos para que os mesmos sejam implementados da melhor forma e o mais rápido possível.

A situação, em razão da sua natureza e por se tratar de um assunto sem nenhuma conotação político-partidária, merece a atenção e uma rápida tomada de decisão de todos. O Senado não se pode furtar a tomar uma decisão em favor daquilo que diz respeito à segurança de nossos filhos, um dos pilares do desenvolvimento do País, e da garantia de nossa soberania na cobiçada região Amazônica.

Quantos policiais federais terão que ser massacrados pelo narcotráfico, como aconteceu recentemente com o Agente Federal Roberto Simões de Mentzigen, de 38 anos, morto em uma emboscada quando procurava um laboratório de refino de cocaína na região do rio Guaporé, fronteira com a Bolívia, em nome de quem presto uma homenagem a todos os policiais brasileiros que tombaram no estrito cumprimento do dever. A selvageria desse assassinato foi tamanha que pelas mutilações identificadas no corpo do policial, concluiu-se que o mesmo foi, após baleado, seviciado e, pasmem, enterrado ainda vivo. O Agente Federal Roberto Simões de Mentzigen era evangélico, casado e pai de dois filhos. Quantos prantearam a morte desses verdadeiros heróis da pátria? Quantos mais terão que morrer ainda pelo Brasil afora para sensibilizar a todos que somente armados com o espírito do dever e sob a proteção do escudo da justiça não terão nenhuma chance contra o crime organizado?

O policial sempre estará exposto ao risco de sua profissão, porém, o que já se começa a questionar é se vale a pena permanecer no combate.

As perguntas e os questionamentos formulados devem ser respondidos ao Senado e à Nação brasileira. Na oportunidade, proponho o acompanhamento permanente da situação pelo Senado, na forma regimentalmente prevista.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS ANEXO:

- Em – 194 de 21-9-90
- Cópia do Acordo;
- Decisão do TCU
- Pesquisa do IBGE.
- Projetos/Pró-Amazônia e Promotec e Projetos Sivam/Sipam
- Recortes de jornais
- Cópia do Relatório da ONU



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Projetos

PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC

ANEXO 01

ACORDO DE COOPERAÇÃO BRASIL/FRANÇA PARA A MODERNIZAÇÃO E O REAPARELHAMENTO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A
REPÚBLICA FRANCESA PARA A MODERNIZAÇÃO E O REAPARELHAMENTO
DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

O Governo da República Federativa do Brasil

O Governo da República Francesa
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Considerando o Acordo de Parceria e de Cooperação firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em Matéria de Segurança Pública e em especial o disposto em seu Artigo 9º:

Considerando os programas de modernização e de reequipamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil.

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1

As Partes Contratantes executarão o presente Acordo com o objetivo de estabelecer mecanismos que contribuam para a dinamização, o reaparelhamento, a capacitação e a modernização do Departamento de Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil.

ARTIGO 2

As Partes Contratantes, dentro de suas competências respectivas, nos momentos apropriados, promoverão as condições necessárias para que a OFREMI - Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços do Ministério do Interior - entidade responsável pela coordenação dos projetos juntamente com o Departamento de Polícia Federal, possa obter créditos com

coberturas de agências governamentais de financiamento às exportações, destinados a financiar a aquisição de bens, equipamentos e serviços para os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC - projetos de ampliação e modernização das unidades operacionais e do segmento técnico-científico da Polícia Federal -, a serem executados pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça do Brasil.

ARTIGO 3

1. A Parte Francesa promoverá as condições necessárias para que a SOFREMI apresente, no menor prazo de tempo possível, ao Departamento de Polícia Federal, propostas comercial e financeira relacionadas aos Projetos mencionados no Artigo 2.

2. Após a apresentação das propostas pela SOFREMI, e posteriormente à emissão de parecer técnico pelo Departamento de Polícia Federal sobre as especificações, qualidade, adequação e preço dos bens, equipamentos e serviços nas atividades desenvolvidas por aquele Departamento, as Partes Contratantes envidarão os esforços necessários para que os contratos correspondentes às propostas comercial e financeira sejam assinados no menor prazo de tempo possível.

ARTIGO 4

A Parte Francesa promoverá as condições necessárias para que a SOFREMI, na implementação dos Projetos contemplados no presente Acordo, busque, quando da apresentação das propostas comercial e financeira pertinentes, a oferta de bens, equipamentos e serviços em condições compatíveis aos daqueles disponíveis no mercado internacional e as condições financeiras mais favoráveis segundo acordos internacionais, respeitadas as legislações brasileira e francesa: em decorrência de postulação brasileira, os financiamentos poderão incluir uma parte de custos locais vinculados aos Projetos, conforme o caso e de acordo com os regulamentos e exame da Parte Francesa.

ARTIGO 5

As Partes Contratantes promoverão as condições necessárias para que Departamento de Polícia Federal e a SOFREMI troquem informações que possam constituir elementos de utilidade no processo de avaliação, concepção e execução dos Projetos.

ARTIGO 6

Com vistas à consecução dos objetivos e obrigações contidos e assumidos no presente Acordo, as Partes Contratantes, por meio de representantes dos dois Governos, reunir-se-ão, sempre que necessário, para:

- a) avaliar a eficácia das ações contempladas no presente Acordo;
- b) recomendar aos respectivos Governos a adoção de projetos e programas com objetivos específicos, a serem desenvolvidos no âmbito deste Acordo;
- c) examinar quaisquer questões relativas à execução do presente Acordo;
- d) apresentar a seus respectivos Governos as recomendações consideradas pertinentes para a melhor execução do presente Acordo, inclusive a proposta de assinatura de Ajustes Complementares ao mesmo.

ARTIGO 7

1. Para a consecução dos objetivos previstos no presente Acordo, o Governo da República Francesa poderá, na execução dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, prestar serviços de consultoria e de assessoria ao Departamento de Polícia Federal, nas fases de identificação, estudos preliminares, detalhamento e execução dos projetos.

2. Esse apoio poderá ser efetivado segundo as cláusulas pertinentes dos contratos comercial e financeiro a serem posteriormente assinados, por meio de:

- a) elaboração de planos, estudos, projetos técnicos e pareceres;
- b) envio de instrutores, consultores, peritos, especialistas, assistentes de projeto, pessoal auxiliar e outros técnicos;
- c) formação e especialização de policiais federais em nível operacional, administrativo e de direção, no Brasil, na República Francesa ou em outros países;
- d) de qualquer outra maneira que as Partes Contratantes considerarem adequada.

ARTIGO 8

O presente Acordo poderá ser modificado mediante mútuo consentimento entre as Partes Contratantes, por meio de troca de Notas diplomáticas, devendo tais modificações entrar em vigor em conformidade com as disposições previstas nos ordenamentos jurídicos internos respectivos.

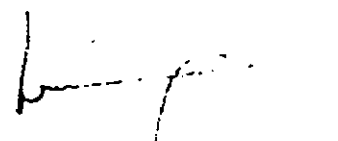
ARTIGO 9

O presente Acordo entrará em vigor um dia após o recebimento pelas Partes Contratantes da segunda notificação informando do cumprimento dos procedimentos legais internos de cada um dos países signatários. O presente Acordo terá validade de 5 (cinco) anos, renovável, tacitamente, por períodos sucessivos de 3 (três) anos. Cada Parte Contratante poderá denunciá-lo a qualquer momento, com aviso prévio de 6 (seis) meses. A denúncia não desobriga as Partes Contratantes de seus compromissos no tocante aos projetos em andamento e que estejam amparados por este Acordo no momento da denúncia.


Feito em Brasília, em 20 de março de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente válidos.


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Felipe Lampreia


PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FRANÇA

Hervé


Nelson Jobim
Yves Galland

Departamento de Polícia Federal

Assessoria Parlamentar

SENADO FEDERAL - Anexo 1 - 2º andar
Brasília/DF

DECRETO LEGISLATIVO Nº 77, DE 1997

Aprova o texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 24 de novembro de 1997.

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

v.p.z.

(*) O texto do Acordo acima citado está publicado no D.S.F. de 6-11-97

Publicado no Diário do Senado Federal, de 25-11-97

RETIFICAÇÃO

DECRETO Nº 2.479, DE 30 DE JANEIRO DE 1998

Promulga o Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Brasília, em 12 de março de 1997.

Publicado no Diário Oficial de 2 de fevereiro de 1998. Seção

Publica-se o Anexo por ter sido omitido.

ANEXO AO DECRETO QUE PROMULGA O ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA A MODERNIZAÇÃO E O REAPARELHAMENTO DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA FEDERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FRANCESA.

Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil

O Governo da República Federativa do Brasil

O Governo da República Francesa

(doravante denominados "Partes Contratantes").

4-25-20

15-222

• •

2

1

— — — — —

— → •

...

47

245

Esse apoio poderá ser efetuado segundo as cláusulas seguintes dos contratos com o FINEC e a serem posteriormente assinadas, por meio de:

- a) aprovação de planos, estudos, projetos para os e pareceres;

c) envio de instrutores, consultores, peritos, especialistas, assistentes de projeto, pessoal auxiliar e outros técnicos;

d) formação e especialização de policiais federais em áreas operacionais, administrativas e de direção, no Brasil, na República Francesa ou em outros países;

e) de qualquer outra maneira que as Partes Contratantes considerarem adequada.

Considerando o Acordo de Parceria e de Cooperação firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa em Matéria de Segurança Pública e em especial disposto em seu Artigo 6º;

Considerando os programas de modernização e de recrutamento do Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil;

Acordam-se seguinte:

Artigo 1º

As Partes Contratantes executarão o presente Acordo com o objetivo de estabelecer mecanismos que contribuam para a dinamização, o reaparelhamento, a capacitação e a modernização do Departamento de Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil.

Artigo 2º

As Partes Contratantes, dentro de suas competências respectivas nos momentos apropriados, promoverão as condições necessárias para que a SIREM (Société Française de Exportation de Matières, Systèmes e Services do Ministério do Interior, entidade responsável pela coordenação dos projetos juntamente com o Departamento de Polícia Federal, possa interceder com concessões de agências governamentais de financiamento, as exportações destinadas a financiar a aquisição de bens, equipamentos e serviços para os Projetos "PILUMAZ" e "PILUMAT", projetos de ampliação e modernização das unidades integrantes do segmento técnico-científico da Polícia Federal, a serem executados no Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça do Brasil.

Artigo 3º

A França francesa promoverá as condições necessárias para que a SIREM apresente no Brasil, de tempo em tempo, o Departamento de Polícia Federal, informações concernentes a propostas e projetos mencionados no Artigo 2º.

Após a apresentação das propostas pela SIREM, o Departamento de Polícia Federal poderá, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, apresentar, sobre as especificações, sua adequação e preço, planos, equipamentos e serviços necessários descrever e indicar, no mesmo Departamento, as Partes Contratantes emissor, os estudos necessários para que as contratas correspondentes as propostas, materiais e financeiros se deem nos melhores prazos e condições.

Artigo 4º

A França francesa promoverá as condições necessárias para que a SIREM, no cumprimento dos projetos contemplados no presente Acordo, quando da apresentação das propostas concernentes a aquisição por parte a França de bens, equipamentos e serviços em condições técnicas e de custos em conformidade com o mercado internacional, e as condições francesas mais favoráveis segundo o direito interno, não possa sofrer qualquer discriminação e a França, em decorrência de sua ação, promoverá o financiamento público, em nome de custos, para a execução dos projetos contemplados no presente Acordo, regulamentado pelo Artigo 2º do Pacto Francês.

Artigo 5º

As Partes Contratantes, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação das propostas, promoverão as condições necessárias para que a França francesa, a SIREM, apresente, no Departamento de Polícia Federal, os estudos necessários para que as contratas correspondentes as propostas, materiais e financeiros se deem nos melhores prazos e condições.

Artigo 6º

As Partes Contratantes, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação das propostas, promoverão as condições necessárias para que a França francesa, a SIREM, apresente, no Departamento de Polícia Federal, os estudos necessários para que as contratas correspondentes as propostas, materiais e financeiros se deem nos melhores prazos e condições.

As Partes Contratantes, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação das propostas, promoverão as condições necessárias para que a França francesa, a SIREM, apresente, no Departamento de Polícia Federal, os estudos necessários para que as contratas correspondentes as propostas, materiais e financeiros se deem nos melhores prazos e condições.

As Partes Contratantes, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação das propostas, promoverão as condições necessárias para que a França francesa, a SIREM, apresente, no Departamento de Polícia Federal, os estudos necessários para que as contratas correspondentes as propostas, materiais e financeiros se deem nos melhores prazos e condições.

Artigo 7

Para a consecução dos objetivos previstos no presente Acordo, o Governo da República Francesa poderá, na execução dos Projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC, prestar serviços de consultoria e de assessoria ao Departamento de Polícia Federal, nas fases de identificação, estudos preliminares, detalhamento e execução dos projetos.

Esse apoio poderá ser efetivado segundo as cláusulas pertinentes dos contratos comerciais e financeiros a serem posteriormente assinados, por meio de:

- a) elaboração de planos, estudos, projetos técnicos e pareceres;
- b) envio de instrutores, consultores, peritos, especialistas, assessorias de projeto, pessoal auxiliar e outros técnicos;
- c) formação e especialização de policiais federais em nível operacional, administrativo e de direção, no Brasil, na República Francesa ou em outros países;

d) de qualquer outra maneira que as Partes Contratantes considerarem adequada.

Artigo 8

O presente Acordo poderá ser modificado mediante mútuo consentimento entre as Partes Contratantes, por meio de troca de Notas diplomáticas, devendo tais modificações entrar em vigor em conformidade com as disposições previstas nos ordenamentos jurídicos internos respectivos.

Artigo 9

O presente Acordo entrará em vigor um dia após o recebimento pelas Partes Contratantes da segunda notificação informando do cumprimento dos procedimentos legais internos de cada um dos países signatários. O presente Acordo terá validade de 5 (cinco) anos, renovável, tacitamente, por períodos sucessivos de 3 (três) anos. Cada Parte Contratante poderá denunciá-lo a qualquer momento, com aviso prévio de 6 (seis) meses. A denúncia não desobriga as Partes Contratantes de seus compromissos no tocante aos projetos em andamento e que estejam amparados por este Acordo no momento da denúncia.

Feito em Brasília, em 12 de março de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos os textos igualmente válidos.

Pelo Governo da República

Federativa do Brasil

Luiz Felipe Lampreia

Pelo Governo da República

Francesa

Hervé de Charette

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNÇÃO
Gabinete do Ministro HOMERO SANTOS

GRUPO II - CLASSE V - Plenário

TC - 002.138/98-0

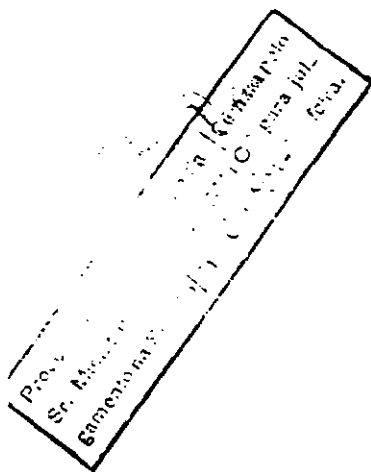
Natureza: Acompanhamento

Entidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ

Responsável: Vicente Chelotti

Ementa: Acompanhamento. Inspeção no DPF/MJ. Dispensa de licitação na contratação da estatal francesa SOFREMI para o fornecimento de equipamentos destinados à implantação dos projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC. Acordo Internacional específico. Inexibibilidade de licitação para a contratação da Fundação ATECH. Audiência do Responsável. Acolhimento das razões de justificativa. Determinações. Acompanhamento da execução dos contratos. Encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Decisão às autoridades interessadas. Juntada do processo às respectivas contas do DPF.

Cuidam os autos de Acompanhamento referente aos procedimentos adotados pelo Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ, para a seleção e contratação da empresa fornecedora dos sistemas e equipamentos para a implantação dos Projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC - Projeto de



Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico, bem como da firma prestadora dos serviços de recebimento e instalação dos mesmos.

2. Em Sessão realizada em 22/04/98, ao acolher requerimento formulado pelo Exmo. Sr. Ministro Adhemar Paladini Ghisi, o Plenário determinou à 4ª SECEX a realização de inspeção para apurar *"os fatos veiculados nos noticiários nacionais acerca da contratação, pelo governo brasileiro, de empresa estatal francesa, sem licitação, para a aquisição de equipamentos para a Polícia Federal, sob a alegação de 'segurança nacional', bem como da contratação da empresa para gerenciar a instalação dos diversos materiais adquiridos – a Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH"*.

3. Na ocasião, foi ainda encaminhado a esta Corte, pelo Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antônio Carlos Magalhães, o Requerimento nº 259, de 28/04/98, formulado pelo nobre Senador José Eduardo Dutra, solicitando a realização de inspeção sobre os contratos firmados pelo DPF/MJ com a SOFREMI e com a Fundação ATECH (TC 003.597/98-9, Anexo).

4. Em Sessão de 19/08/1998, acolhendo proposta uniforme da 4ª SECEX, com o endosso do Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, o Plenário decidiu informar ao eminente Parlamentar que, tão logo o Tribunal apreciasse o Relatório da Inspeção objeto destes autos, ser-lhe-ia dado conhecimento do teor do mesmo (Decisão nº 551/98-TCU/Plenário, Ata nº 34/98).

5. Realizada a inspeção, a equipe propôs, como medida preliminar, fosse promovida audiência do responsável, Sr. Vicente Chelotti, para apresentar razões de justificativa em face das ocorrências verificadas, e ainda diligência para obtenção de informações e documentos complementares, medidas que foram acolhidas pelo escalão dirigente da Unidade Técnica e autorizadas por este Relator (fl. 301).

6. O Sr. Vicente Chelotti tomou ciência dos ofícios de audiência e de diligência, conforme documentos de fls. 310/13, tendo apresentado, tempestivamente, sua defesa, por procurador devidamente constituído (mandato às fls. 315/16), bem como as informações/documentos solicitados (fls. 317 a 441), juntando, também, os *"Anexos"* que compõem o volume I.

7. Outrossim, em reforço às razões de justificativa e às informações solicitadas, entendeu por bem o responsável acostar aos autos uma extensa gama de esclarecimentos, que, a seu juízo, se fizeram necessários, *"para melhor elucidar os quesitos constantes nos Ofícios 429/98 e 430/98-TCU"*, tendo merecido acurada análise da Unidade Técnica, precedendo-se ao exame das questões objeto da audiência.

8. Registro que há acentuada semelhança entre a inspeção levada a efeito e a realizada no caso do Projeto SIVAM, objeto de processo relatado pelo Exmo. Sr. Ministro Adhemar Paladini Ghisi, com Relatório e Voto memoráveis. Assim, servindo-me da estratégia adotada por Sua Excelência naquela ocasião, este Relatório foi dividido em tópicos, conforme a seguir apresentados, utilizando-se, em grande parte, de excertos do Relatório de Inspeção (fls. 282/96) produzido pela zelosa 4ª SECEX.

Os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC

9. O Projeto PRÓ-AMAZÔNIA tem por objetivo *"efetivar a presença do Departamento de Polícia Federal na Amazônia Legal, com a instalação de novas unidades e bases operacionais em áreas críticas, visando à prevenção e repressão dos crimes de sua competência, especialmente os praticados contra as comunidades indígenas, o meio ambiente, o narcotráfico, o contrabando de materiais preciosos, como ouro, madeiras e materiais raros, o trabalho escravo, a exploração da prostituição infantil, bem como garantir as ações dos órgãos federais atuantes na região (IBAMA, FUNAI, etc.)"*. Abrange os Estados do Acre, A. .apá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

10. Por sua vez, o PROMOTEC - Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal *"foi concebido em complementação ao PRÓ-AMAZÔNIA, em face da constatação do aumento exarcebado da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado em todo o território brasileiro"*, contemplando os demais Estados da federação.

"Os dois projetos serão constituídos dos seguintes subsistemas recursos:

- a) Subsistema de Telecomunicações;*
- b) Subsistema de Informática, e*
- c) Recursos Adicionais.*

Os Recursos Adicionais estão subdivididos em: Recursos para Formação de Recursos Humanos do DPF, Recursos para Criminalística, para Identificação e Recursos de Transportes e de Reequipagem" (fl. 283).

11. O Sistema PRÓ-AMAZÔNIA será interligado aos Sistemas SIPAM (Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR) e ao SIVAM (Ministério da Aeronáutica), *"de modo a permitir a plena utilização dos recursos técnicos postos à disposição do DPF por estes, e a utilização dos recursos técnicos daquele pelos demais usuários do SIVAM, onde for de interesse e permissível. Na interligação, será tirado proveito da semelhança entre as duas topografias de telecomunicações, em particular da existência de nós das redes de ambos os sistemas em Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho"* (fls. 25 e 283).

"A implantação dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC requer a aquisição de equipamentos de radiomonitoração de comunicações, de tratamento, integração e visualização de dados e imagens, de comunicações por voz, texto, dados e imagens, e de transporte aéreo, terrestre e fluvial. Também exige a elaboração de projetos técnicos, implantação de suporte logístico e a integração e a operacionalização de todo o sistema, especialmente com os sistemas SIVAM e SIPAM" (fls. 31/32).

12. As ações relativas à implantação dos projetos foram objeto de Convênio firmado entre o Ministério da Justiça, a Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE/PR e o Ministério da Aeronáutica, tendo sido a Comissão para a Coordenação do Projeto de Sistema de Vigilância da Amazônia – CCSIVAM/MAer encarregada de prestar assessoria ao DPF/MJ, consistente na realização de estudos de viabilidade; configuração; definição das estruturas dos documentos; definição dos processos de contratação dos equipamentos e serviços; elaboração das especificações técnicas, incluindo condições especiais para apresentação de propostas; análises de propostas técnicas, visando sobretudo garantir a compatibilidade técnica e operacional dos equipamentos de telecomunicações e processamento de dados com os dos sistemas SIVAM e SIPAM.

Financiamento dos Projetos

13. Por intermédio da Portaria nº 742, de 19/06/95 (cópia a fl. 50), em junho de 1995, o Ministério da Justiça/MJ instituiu uma Comissão com o objetivo de identificar fontes viáveis de financiamento para o Projeto PRO-AMAZÔNIA, tendo a mesma proposto fosse adotada a contratação de financiamento externo, mediante a celebração de *"Acordo Bilateral Direto"*.

14. Ao analisar as informações pertinentes a essa matéria, a 4ª SECEX assinalou que *"os atos praticados, em ordem cronológica, para obtenção dos recursos necessários ao financiamento dos Projetos, segundo o responsável, foram os seguintes"* (fls. 450/1):

a) aprovação, em novembro de 1993, da Carta-Consulta do Projeto PRÓ-AMAZÔNIA, pela Comissão de Financiamentos Externos da Secretaria de Planejamento (COFIEX/SEPLAN/PR), como passível de financiamento, com recursos do *Overseas Economic Corporation Fund – OECF/Japão*. O projeto, orçado em US\$ 248,65 milhões de dólares americanos, foi encaminhado às autoridades japonesas, em março de 1994, não logrando, porém, o financiamento pretendido (fls. 337/38);

b) encaminhamento de informações acerca do Projeto Pró-Amazônia, em dezembro de 1994, às Embaixadas dos EUA e da Alemanha, ao representante no Brasil do Programa das Nações

Unidas para o Controle Internacional de Drogas (UNDCP), e a Senadores e Governadores dos Estados que integram a Amazônia Legal (fl. 338);

c) aprovação pela COFIEX/MPO, em agosto de 1995, do Projeto PROMOTEC, como passível de financiamento externo, com custo total estimado de US\$ 172,10 milhões de dólares americanos sendo US\$ 65,26 milhões do Tesouro Nacional e US\$ 106,84 milhões de recursos externos junto à SOFREMI/COFACE/França (fl. 340);

d) aprovação pela COFIEX/MPO, em julho de 1996, da nova Carta-Consulta do Projeto PRÓ-AMAZÔNIA, agora com recursos do COFACE/SOFREMI/França, reapresentada em razão da negativa de financiamento por parte das autoridades japonesas, com custo total estimado de US\$ 248,65 milhões de dólares americanos, sendo US\$ 170,79 milhões da referida fonte externa e US\$ 77,86 milhões da contrapartida nacional, a cargo do Ministério da Justiça (fl. 340).

15. Assinalou, ainda, o órgão instrutivo que *"paralelamente aos trabalhos realizados para obtenção do financiamento externo, os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC foram apresentados à Embaixada da França, que sinalizou positivamente para a viabilização da cooperação pretendida"* (fl. 451, item 35).

16. Por último, a Unidade Técnica aduz que a Embaixada Americana manifestou interesse em participar do Projeto PRÓ-AMAZÔNIA, em 03 de abril de 1997, quando já havia sido firmado o Acordo Internacional Específico entre o Brasil e a França, tornando dispensável a realização de licitação para a implantação desse Projeto e do PROMOTEC.

Os Acordos de Cooperação entre o Brasil e a França

"37. *Em março de 1997, foram celebrados o Acordo de Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança Pública e o de Cooperação para a Modernização e o Reparelhamento do Departamento de Polícia Federal, sob a égide do Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, este firmado em 28 de maio de 1996 (fls. 52/5).*

38. *O Acordo de Cooperação em Matéria de Segurança Pública já foi aprovado na Câmara dos Deputados, encontrando-se atualmente no Senado Federal (fls. 57/63).*

39. *O Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reparelhamento do Departamento de Polícia Federal, aprovado no Congresso Nacional, foi promulgado pelo Decreto nº 2.479, de 30 de janeiro de 1998" (fls. 63/7).*

17. Neste último, foi avençado que *"As Partes (...) promoverão as condições necessárias para que a SOFREMI – Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços do Ministério do Interior – entidade responsável pela coordenação dos projetos juntamente com o Departamento de Polícia Federal, possa obter créditos com coberturas de agências governamentais de financiamento às exportações, destinados a financiar a aquisição de bens, equipamentos e serviços para os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC – projetos de ampliação e modernização das unidades operacionais e do segmento técnico-científico da Polícia Federal -, a serem executados pelo Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça do Brasil"* (artigo 2º)

Contratação da SOFREMI

"40. *Após a promulgação, pelo Presidente da República, do Acordo específico que respalda a contratação direta da empresa estatal francesa, o DPF encaminhou à SOFREMI a documentação básica para elaboração de propostas, contendo a definição das necessidades imediatas, a organização dos trabalhos e a definição da estratégia de implantação dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, em cumprimento ao Memorando de Entendimento firmado entre o Ministro da Justiça do Brasil e o Ministro do Interior da França'.*

41. *A Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça opinou pela aprovação da contratação direta da SÔFREMI, por dispensa de licitação, com fundamento nos incisos IX e XIV, art. 24, da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 2.295, de 04/08/97, que tratam, respectivamente, da hipótese de comprometimento da segurança nacional, e existência de acordo internacional específico (fls. 344/5 e vol. I, fls. 334/7).*

42. *O ato de Dispensa de Licitação do Diretor Geral do DPF foi ratificado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça, em 31/03/98, oportunidade em que foi assinado o respectivo Contrato Comercial (fls. 95/6)".*

18. O contrato, no valor de "até US\$ 395.290.000,00 (trezentos e noventa e cinco milhões, duzentos e noventa mil dólares americanos)", conforme Cláusula Quarta, tem por objeto a aquisição de equipamentos, materiais, serviços e peças de reposição. Em seu Anexo I traz a "Relação Global do Fornecimento" e no Anexo II traz "a Primeira Lista de Encomenda Específica - Fornecimento Inicial". Esta última relaciona os sistemas, equipamentos e serviços que compõem o fornecimento inicial, em nível de itens, com indicação das quantidades, mas sem os respectivos preços.

Contratação da Fundação ATECH

43. *Paralelamente às providências adotadas para a contratação da SÔFREMI, foi encaminhado à Fundação ATECH Projeto Básico contendo as especificações técnicas para a execução de serviços especializados a serem prestados na implantação dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, resultando nas Propostas Técnica e Comercial do Anexo 27 (fl. 343 e vol. I, fls. 287 a 330).*

44. *A escolha recaiu sobre a Fundação ATECH em virtude da singularidade dos trabalhos desenvolvidos pela mesma no âmbito do Projeto SIVAM; do conhecimento que adquiriu a respeito do próprio PRÓ-AMAZÔNIA, quando prestou Assessoria à equipe do DPF na atualização e revisão do mesmo, no âmbito do Convênio nº 01, de 11/04/97, celebrado entre o MAer, SAE e MJ, e ainda em razão da necessidade de se evitar a pulverização de conhecimentos de natureza confidencial dos dois mencionados sistemas (fls. 343 e 366/367).*

45. *A Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça opinou pela aprovação da contratação direta da Fundação ATECH, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso II, art. 25, da Lei nº 8.666/93, combinado com os incisos I, III, IV e § 2º, art. 13, do mesmo diploma legal, que trata da hipótese de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais de notória especialização (fls. 344/45, e vol. I, fls. 338 a 341).*

46. *O ato de inexigibilidade de licitação do Diretor Geral do DPF foi ratificado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Justiça em 31/03/98, oportunidade em que foi assinado o respectivo Contrato Comercial (fls. 198/99)".*

19. O contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados nas áreas de telecomunicações, informática, transportes, reequipagem, logística e treinamento, bem como no assessoramento necessário para a aceitação, recebimento e implantação dos sistemas e equipamentos no âmbito dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC. Os serviços envolvem, entre outras atividades, o gerenciamento e fiscalização da instalação de equipamentos, alocação de equipe técnica com conhecimento e experiência nas ferramentas, soluções e sistemas a serem utilizados, com a finalidade de transferir gradativamente à equipe técnica do DPF a tecnologia inserida na solução, execução de testes de aceitação relativos aos equipamentos e sistemas etc., conforme Cláusula 3 (fls. 247/66)

Fase atual dos contratos

47. *Os contratos comerciais firmados com a empresa SÔFREMI (fls. 118/27) e com a Fundação ATECH só produzirão efeitos após a realização de uma série de providências, destacando-*

se entre elas a contratação das operações de crédito externo, conforme ajustado, respectivamente, nas cláusulas Décima Oitava, fl. 126, e Cláusula 24, fl. 264.

48. A esse respeito, o DPF/MJ esclareceu que várias medidas administrativas ainda estão por ser adotadas, a saber, fl. 363:

a) encaminhamento das minutas de contrato de financiamento externo ao Ministério da Fazenda para análise e aprovação, ouvida a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

b) uma vez aprovadas, encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República para elaboração da proposta de endividamento, a ser encaminhada ao Senado Federal pelo Presidente da República; e

c) celebração dos contratos de financiamento.

35. O responsável esclareceu ainda que "não existem definidos os recursos e o(s) agente(s) financeiro(s), porque o Contrato de Financiamento Externo, previsto no Acordo de Cooperação para a Modernização e Reaparelhamento entre o Brasil e a França, ainda não foi concretizado (...)".

36. "O detalhamento da forma de pagamento é objeto de condição a ser definida, através de Termo Aditivo, conforme estabelecido na Cláusula Décima Sétima, alínea 'm' do Contrato DPF/SOFREMI. (...) tais condições serão compatibilizadas com as do Contrato de Financiamento, por ocasião das discussões a serem realizadas no âmbito do Ministério da Fazenda, fls. 125-26".

Prevalência do acordo internacional sobre a lei interna

20. Como questão preliminar à matéria objeto da audiência, a instrução registra que "o responsável buscou sustentar a tese da prevalência do acordo internacional sobre a lei interna, aduzindo, para tanto, diversas posições doutrinárias, pareceres da Assessoria Jurídica do Ministério das Relações Exteriores, dispositivo de lei nacional que disciplina tal situação, em matéria tributária, bem como decisões deste Tribunal, todos em comunhão com essa tese" (fl. 454, item 49).

21. Em síntese, o dirigente do DPF/MJ argumenta que, como existe entendimento pacífico no sentido de que os termos de Acordo Internacional Específico têm supremacia sobre a lei interna, restou ao DPF o dever de honrar as cláusulas e condições pactuadas no Acordo de Cooperação para a Modernização e Reaparelhamento do DPF, firmado pelo Presidente da República e aprovado pelo Congresso Nacional. Assim, coube-lhe "praticar os atos preparatórios da contratação direta ou por intermédio de agente financeiro, da operação de crédito a ser celebrada pela União".

22. Registra a instrução que, "com base em decisão anterior sobre o assunto, este Tribunal, em sede de consulta, o responsável argumenta que 'O TCU já decidiu a questão, em Consulta formulada pela EMBRAPA, fixando a orientação para observar as regras, cláusulas e condições usuais dos respectivos contratos de empréstimos, desde que não conflitantes com o texto constitucional do país - TC-001.525/92 - Plenário - grifo nosso".

23. Além disso, segundo o Sr. Analista, o dirigente argumentou: "Fundamental para o entendimento das questões suscitadas (...) em todos os quesitos (do ofício de audiência) é o fato de que por força da exceção contida no parágrafo único do art. 121 da Lei nº 8.666/93, (...) na qual se enquadra o presente caso, não se aplica essa Lei 'aos contratos relativos a operações de crédito externo celebrados pela União'".

24. Em remate, asseverou: "É indubitável que a própria Lei nº 8.666/93 já excluiu da sua incidência os contratos de financiamentos externos relativos a operações de crédito celebrados pela União, bem como aqueles advindos de acordo internacional específico, cujas hipóteses são aplicadas ao caso presente".

25. Por sua vez, a Unidade Técnica, após analisar a questão, concluiu que o mencionado dispositivo legal não incide sobre o contrato comercial firmado com a empresa SOFREMI, conforme transcrição abaixo, verbis (fl. 456/7):

"59. O parágrafo único do art. 121 da Lei nº 8.666/93 ... prevê, como suporte fático para a sua incidência e aplicação, os contratos relativos a operações de crédito interno ou externo celebrados pela União (também os relativos a imóveis ou à concessão de garantia pelo Tesouro Nacional, que não vêm ao caso). O texto é suficientemente claro, não deixando dúvidas quanto a isso.

60. Ora, o contrato em análise nestes autos, firmado entre a União, por intermédio do DPF, e a empresa exportadora SOFREMI (fls. 116/127), é de natureza comercial. Tem por objeto a 'aquisição de equipamentos, materiais, serviços e peças de reposição', constituindo a cláusula do financiamento externo mera obrigação da contratada (Cláusula Terceira).

61. Assim, com o devido respeito, discordando da interpretação do ilustre responsável, entendemos que o mencionado dispositivo não incide sobre o contrato comercial de que cuidam estes autos. -

62. Por outro lado, quanto ao fundamento do acordo internacional específico, realmente ficou demonstrado o pacífico entendimento de que, havendo antinomia, o Acordo Internacional Específico, aprovado pelo Congresso Nacional, prevalece sobre lei interna anterior.

63. Todavia, o fato controverso, nesse ponto, não se refere à prevalência ou não do Acordo Internacional Específico frente à Lei nº 8.666/93. A questão reside em saber quais foram as condições manifestamente vantajosas, ofertadas pela empresa SOFREMI, que levaram a Administração a celebrar o acordo internacional específico para contratá-la por dispensa de licitação, conforme estabelece o inciso XIV, art. 24, da mencionada Lei, uma vez que, à primeira vista, não ficou demonstrada a observância de tal requisito no presente caso".

Audiência do responsável

26. Em decorrência da autorização do Ministro Lincoln Magalhães da Rocha (fl. 301), consoante proposta formulada pela Unidade Técnica após a realização da inspeção, a 4ª SECEX promoveu audiência do responsável, nos termos transcritos em destaque a seguir.

a) falta de divulgação, seja nos principais jornais do país, seja nas embaixadas estrangeiras, do processo de seleção de eventuais empresas capacitadas e interessadas na implantação dos Projetos Pró-Amazônia e Promotec.

27. Em seu arrazoado, argumenta o responsável que não se aplica a este caso o princípio da isonomia, conforme jurisprudência deste próprio Tribunal, firmada na apreciação de caso idêntico ao dos autos, relativamente ao Projeto SIVAM (TC 003.974/96-0, Decisão nº 806/96 - Plenário), *verbis*: "não teria sentido se aplicar, nos casos em que a licitação é dispensável ou inexigível, um dispositivo garantidor do princípio da isonomia se, anteriormente, por razões de interesse público, já foi o mesmo legalmente declarado inaplicável" (fl. 384).

28. Enfatizou, ainda, que "o DPF não tinha o que divulgar, uma vez que o que de fato havia era o interesse em realizar um Acordo Internacional e o princípio licitatório contido no ato de divulgação comentado, não é aplicado em tais casos pela diplomacia brasileira, através do Ministério das Relações Exteriores ..." (fl. 385).

29. Após proceder a minucioso exame da questão, o Sr. Analista concluiu, com o endosso da Sra. Diretora e da Sra. Secretária, que as justificativas podem ser acolhidas, conforme transcrição a seguir (fl. 458):

"66. Relativamente ao Acordo Internacional a que alude o responsável como sendo o que de fato interessava à Administração, cumpre observar que o seu conteúdo é eminentemente econômico, não se tratando simplesmente de mútua cooperação entre o Brasil e a França, mas, como se sabe, de regras que viriam reger a formalização de um futuro contrato de compra e venda, mediante a importação de equipamentos, bens e serviços, vinculado a operações de crédito externo.

67. A Constituição consagrou o princípio da licitação como regra, impondo que se realize a contratação de obras, serviços, compras, 'mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação' (art. 37, XXI).

68. Por sua vez, a Lei nº 8.666/93 prevê, como uma das exceções ao princípio da licitação, para a aquisição de bens e serviços, a figura do 'acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições oferecidas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público' (art. 24, XIV).

69. Ora, sendo essa hipótese legal uma exceção à regra constitucional da licitação pública, como poderia a Administração avaliar se logrou condições manifestamente vantajosas para o Poder Público, visando à celebração do acordo internacional, tipificado na lei como hipótese de dispensa de licitação, se antes não tiver promovido a divulgação, in casu, dos Projetos que pretende implementar, entre os possíveis interessados, para a obtenção de eventuais propostas?

70. Embora não dito nas razões de justificativa, consta dos autos que o Projeto PRÓ-AMAZÔNIA foi divulgado junto às Embaixadas do Japão, EUA, Alemanha, Representação da UNDCP no Brasil e, finalmente, junto à Embaixada da França.

71. Assim, entendemos que as justificativas podem ser acolhidas".

b) ausência, nos autos do processo nº 08200.0066/98-46-SRA/CCA, de elementos que demonstrem as condições oferecidas pela SOFREMI e que levaram à sua contratação direta, com fundamento no art. 24, inciso XIV, da Lei nº 8.666/93, que, no entanto, exige condições manifestamente vantajosas para tal.

30. O responsável arrolou as seguintes condições, que, do seu ponto de vista, atendem tal exigência, conforme retrata a instrução da Unidade Técnica consignada às fls. 460/1, verbis:

"a) o compromisso da parte francesa pela busca da obtenção dos créditos financeiros necessários à implementação dos Projetos, com garantia de cobertura de agências governamentais francesas de financiamento às exportações, o que possibilita a contratação da operação com custos financeiros favoráveis em relação aos praticados no mercado internacional (fl. 390);

b) a disponibilização dos recursos financeiros previstos nos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, a ser efetivada pela SOFREMI, inclusive os relativos à contrapartida nacional (fl. 389);

c) a instituição de uma comissão integrada exclusivamente por servidores públicos nacionais, para emissão de parecer técnico fundamentado, sobre as especificações, qualidade, adequação e preço dos bens, equipamentos e serviços, com vistas a obter a melhor proposta comercial (fl. 390);

d) o compromisso formal da mais alta autoridade do Governo da República Francesa, afirmando que aquele Estado promoverá as condições necessárias visando à obtenção de condições comerciais (preços) compatíveis aos daqueles disponíveis no mercado internacional, bem como a possibilidade de inclusão de recursos (da contrapartida) destinados a despesas locais vinculadas aos Projetos, tais como construção civil, materiais, equipamentos, veículos, etc., a serem realizadas mediante processos licitatórios, nos termos da Lei nº 8.666/93 (fl. 391);

e) a intenção de autoridades francesas no sentido de promover a reclassificação do 'risco Brasil', especialmente para este Acordo, a qual, uma vez efetivada, além das vantagens financeiras a serem obtidas, trará excelentes repercussões sobre as condições de financiamento externo para o Brasil (fls. 395/6);

f) o caráter político-estratégico de que se reveste o Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal, pois esta é a primeira vez que são desenvolvidos trabalhos no sentido de viabilizar a contratação de recursos financeiros externos para aplicação no DPF, considerando que, dentre as prioridades de investimento das

instituições que financiam projetos do setor público, nenhuma contempla recursos para a área de segurança pública. Com a execução do presente Acordo, espera-se alterar tal situação, passando as demais agências de financiamento a incluir o setor de segurança pública entre as prioridades de investimento. Assim, a simples oferta de recursos financeiros pelo Governo Francês, através da SOFREMI - mesmo que afastadas as demais condições vantajosas presentes no referido Acordo - por si só já constitui um fator diferencial, útil e vantajoso (fls. 396/7).

Por fim, argumenta o responsável que "esse fundamento isolado é, inclusive, o quanto basta para legitimar a dispensa de licitação no Contrato referente à SOFREMI, não havendo sequer a necessidade de cumular outro fundamento legal, uma vez que basta um daqueles enumerados no art. 24, da Lei nº 8.666/93, para a aplicação do dispositivo (fl. 397)".

31. Após analisar a questão à luz da doutrina, tendo em vista, sobretudo, a oferta do financiamento externo, interpretada pelo DPF/MJ como principal vantagem do Acordo, consigna a instrução que se torna imperioso lembrar que o Exmo. Sr. Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no Voto em que fundamentou a proposta de decisão nos autos relativos ao Projeto SIVAM, com muita propriedade, ressaltou a importância de se assegurar a totalidade dos recursos necessários à implementação do projeto, a fim de evitar que sofra solução de continuidade e suas consequências danosas, conforme trecho transcrito abaixo (TC-003.974/96-0, Decisão Plenária nº 806/96):

"6. Importa sublinhar, ainda, a preocupação do Ministério da Aeronáutica no sentido de que a totalidade dos recursos necessários à implantação do SIVAM fossem previamente garantidos, independentemente de qualquer contrapartida nacional, como forma de assegurar a continuidade do Projeto. De fato, esta Corte tem se deparado, em inúmeras oportunidades, com projetos de indiscutível relevância que permanecem indefinidamente inconclusos por força de paralisações motivadas pela falta dos chamados 'recursos de contrapartida nacional'. Tais paralisações findam por encarecer sobremaneira os mencionados projetos, uma vez que, ao tempo das interrupções, são desembolsados vultosos recursos a título de taxas de comissão pelos recursos externos que não foram, sequer, utilizados".

32. Conclusivamente, entende o Sr. Analista, com o aval do escalão dirigente, que podem ser acolhidas as razões de justificativa apresentadas (fls. 461/2). Por último, frisou a Unidade Técnica que "a execução do contrato se rege não só pelos termos do Acordo, mas, também, pela Lei nº 8.666/93, especialmente o inciso XIV, art. 24, de modo que o Administrador não se libera da vinculação à lei interna, respondendo pela assunção de compromissos que se mostrem nocivos ao Poder Público, mesmo se decorrentes do Acordo" (fl. 462, item 79).

c) ausência, nos autos do processo nº 08200.0066/98-46-SRA/CCA, de justificativa dos preços dos bens, serviços e equipamentos que compõem o objeto do contrato com a SOFREMI, cuja licitação foi dispensada com base no inciso IX, art. 24, de referida Lei, combinado com o art. 1º, inciso III, do Decreto nº 2.295/97, ausência essa que contraria o disposto no parágrafo único do referido art. 1º.

33. Segundo a instrução, o responsável justificou que "tais requisitos ainda não estão presentes simplesmente porque o Contrato que contém as regras como os mesmos serão alcançados ainda não entrou em execução (...)". E mais:

"Observe-se que a SOFREMI, desde o Acordo de Cooperação para o Reparelhamento e Modernização do DPF, obriga-se a praticar preços compatíveis com produtos ou sistemas similares disponíveis no mercado internacional.

No que respeita à justificativa dos preços dos bens, serviços e equipamentos, que devem fazer parte integrante do Contrato, encontra-se no Acordo Internacional Específico, em seu art. 2º, art. 3º, art. 4º e art. 7º, na sua forma e prazos".

34. Eis a análise e conclusão da Unidade Técnica: "o decreto regulamentador do inciso I, art. 24 da Lei nº 8.666/93, preceitua que as dispensas de licitação serão necessariamente justificadas, notadamente quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante (Decreto nº 2.295/97, art. 1º, parágrafo único)". Conclusão: "salvo melhor juízo, podem ser acolhidas as razões de justificativa, fundamentando-se a dispensa de licitação para a contratação da empresa SOFREMI apenas no inciso XIV, art. 24, da Lei nº 8.666/93, tendo em vista que os preços dos equipamentos, bens e serviços objeto do contrato não são passíveis de justificativa, antes de sua execução (...)" (fl. 464).

35. Argumenta a instrução que a norma regulamentar exige justificativa do Administrador para a dispensa de licitação, notadamente quanto ao preço ajustado e à escolha do fornecedor ou executante. Se não há preço ajustado quando do ato de dispensa do certame, acentua, então o caso não se enquadra na hipótese legal regulamentada.

d) inexistência, no instrumento de contrato nº 021/98, firmado com a SOFREMI, em 31 de março de 1998, de cláusula específica prevendo a quantidade de bens e equipamentos e os itens de serviços, com os respectivos preços, bem como omissão quanto à indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, o que contraria o disposto no artigo 55, inciso I, III e V, do referido diploma legal.

36. O responsável apresentou as justificativas sintetizadas a seguir, de acordo com a instrução:

"(...) a cláusula dispondo sobre o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica, ... será acrescentada por ocasião do detalhamento da Cláusula Décima Sétima, a fim de que o mesmo se adeque plenamente à lei, a saber:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DEFINIÇÕES CONTRATUAIS – Tendo em vista a complexidade e multidisciplinaridade dos equipamentos e sistemas que fazem parte do escopo do fornecimento objeto deste Contrato, as cláusulas contratuais abaixo mencionadas, dentre outras, serão definidas antes da primeira entrega, de comum acordo entre as Partes Contratantes, mediante Termo Aditivo, e passarão a integrar este instrumento contratual'.

Frise-se que os recursos financeiros são originários de financiamento externo, conduzindo a planejamentos e procedimentos diferenciados daqueles disponibilizados pelo Tesouro Nacional. Nesse ponto, convém ressaltar que o DPF tem consignado sistematicamente em seu orçamento, inclusive para o ano corrente e para a proposta orçamentária para 1999, a previsão dos recursos necessários para que possam ser implementados os Projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC (...).

Assim, referida cláusula somente não foi incluída no presente contrato, em razão da complexidade das negociações que envolvem a sua efetiva implementação (discussões das condições financeiras, aprovação pelo Senado, etc.), o que deixava a incerteza se o mesmo seria executado neste ou no próximo ano".

37. Por sua vez, o Sr. Analista conclui que "as justificativas procedem, podendo ser acolhidas" (fl. 466).

e) ausência de cláusula, no instrumento do contrato nº 021/98, firmado com a SOFREMI, em 31 de março de 1998, que preveja a cominação de multa para a hipótese de a contratada vir a descumprir a obrigação estipulada no Parágrafo Segundo da Cláusula Sétima.

38. Argumenta o agente responsável que "a cominação de penalidades, não somente por eventual infringência ao Parágrafo Segundo da Cláusula Sétima, mas a qualquer das demais, está prevista na letra 'h' da Cláusula Décima Sétima do Contrato. Face às peculiaridades do processo, a referida cláusula será definida entre as partes contratantes, ainda antes da primeira entrega, passando a fazer parte do contrato", esclarecimento este acolhido pela unidade instrutiva (fl. 466).

f) ausência, nos autos do processo 08200.006372/98-19, de elementos que caracterizem o objeto do contrato firmado com a Fundação ATECH como serviço de natureza singular;

g) omissão quanto à demonstração de inviabilidade de competição na contratação direta da ATECH (processo 08200.006372/98-19), ou seja, quanto à demonstração de que somente a contratada poderia prestar o serviço, conforme art. 25, caput, da Lei 8.666/93; e

h) ausência, nos autos do processo 08200.006372/98-19 de contratação direta da ATECH, de elementos circunstanciais, objetivos e avaliáveis, os quais são necessários para se inferir se a equipe de profissionais vinculados às áreas envolvidas nos projetos, ou a Fundação em si, possui notória especialização, conforme os parâmetros estabelecidos no § 1º, art. 25, da Lei nº 8.666/93.

39. Por entender que existe "completa interdependência" entre os quesitos formulados, o responsável ofereceu justificativas em conjunto, trazendo à colação a lição do jurista Celso Antônio Bandeira de Melo e decisões deste Tribunal a respeito da caracterização de profissional ou empresa de notória especialização (TC 010.578/95-1, Decisão nº 565/95-TCU-Plenário e TC 000.830/98-4 D.A nº 439/98 – Plenário – BTCU 50/98).

40. Ademais, foram aduzidas as seguintes justificativas, de acordo com a instrução, objetivando demonstrar a singularidade do serviço pretendido pelo DPF junto à Fundação ATECH (fl 470):

a) a realização dos serviços exige alta tecnologia, pois trata-se da definição dos Subsistemas que compõem os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, os quais constituem um complexo sistema multiusuário de gestão estratégica, que combina sistemas de obtenção de informações, comunicações e banco e processamento de dados, inclusive de imagens (fl. 419) ;

b) a necessidade de estreita integração dos Projetos com o Sistema SIVAM, cujo desenvolvimento vem sendo conduzido pela Fundação ATECH, para que se assegure a compatibilização entre os respectivos sistemas de telecomunicações e de informática, com a implantação de recursos apropriados de transmissão de dados, de software e de banco de dados, permitindo que os sensores do SIVAM contribuam para a ação da Polícia Federal, diretamente no PRÓ-AMAZÔNIA, sem solução de continuidade (fls. 419 e 429-35);

c) a anterior prestação de serviços pela Fundação ATECH ao DPF, como contratada da CCSIVAM, para a complementação de conhecimentos à equipe da Polícia Federal, na concepção dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, em razão do sigilo relativo ao software e ao Sistema SIVAM como um todo (fl. 429).

41. No que concerne à notória especialização dos profissionais da Fundação ATECH, frente aos serviços técnicos pretendidos, o responsável arrolou as justificativas consignadas às fls. 425/6, reproduzidas pelo Sr. Analista às fls. 471/2, verbis:

"A escolha da Fundação ATECH para prestar os referidos serviços levou em consideração os seguintes aspectos fundamentais:

a) possuir a Fundação um corpo técnico detentor de grande conhecimento tecnológico, resultante da realização de trabalhos na concepção, desenvolvimento, integração e implantação de projetos complexos e especializados, acumulando, assim, capacitação tecnológica singular e única para execução das atividades previstas no objeto do contrato com o DPF;

b) ser a Fundação a instituição contratada para a integração do Projeto SIVAM, inclusive com a mesma fundamentação legal, sendo responsável, ainda, pela atividade de desenvolvimento do software estratégico e integração sistêmica, incluindo desenvolvimento, gerenciamento, controle e custódia dos dados estratégicos do SIVAM;

c) ser o Projeto PRÓ-AMAZÔNIA um manipulador e usuário dos dados estratégicos e sigilosos do SIVAM;

d) ser o Projeto PRÓ-AMAZÔNIA um usuário de software estratégico de vigilância, de exploração de comunicações e de planejamento e controle de operações similares àqueles desenvolvidos para o SIVAM;

e) que o software a ser desenvolvido para o Projeto PRÓ-AMAZÔNIA deve estar preparado para receber e tratar os dados estratégicos e sigilosos provenientes do SIVAM;

.....

juridico brasileiro com validade juridica idêntica à de lei ordinária específica, constituindo o fundamento da contratação direta da empresa SOFREMI. Já a Fundação ATECH foi contratada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso II, art. 25, da Lei nº 8.666/93, combinado com os incisos I, III, IV e § 2º, art. 13, do mesmo diploma legal, que tratam da hipótese de serviços técnicos de natureza singular, a serem prestados por empresa ou profissionais de notória especialização. Ficou caracterizado que o corpo técnico da Fundação Atech possui notória especialização para a realização dos serviços pretendidos pelo Departamento de Polícia Federal MJ, entre outras razões, por ser responsável pelo desenvolvimento do software estratégico do SIVAM, incluindo o gerenciamento, controle e custódia dos dados estratégicos do mesmo, sendo o Projeto Pró-Amazônia um manipulador e usuário dos dados estratégicos e sigilosos daquele sistema."

II – Avaliação da pertinência legal do ato de gestão administrativa que classificou as operações comerciais em questão como de segurança nacional.

45. A esse respeito assevera a instrução que a dispensa de licitação para a contratação da empresa SOFREMI não atende ao requisito estabelecido no parágrafo único, art. 1º, do Decreto nº 2.295/97, que regulamenta a hipótese de dispensa por comprometimento da segurança nacional (inciso IX, art. 24, da Lei nº 8.666/93), visto que os preços dos equipamentos, bens e serviços, objeto do contrato, por não terem sido ajustados previamente, não são passíveis de justificativa antes da execução do contrato (fl. 473).

III – Levantamento da relação completa dos sistemas, materiais, equipamentos e serviços que compõem o objeto dos contratos com as empresas relacionadas acima.

IV - Discriminação do modelo, do fabricante e dos preços de cada um dos itens que constam do contrato com a SOFREMI.

46. Resume a 4ª SECEX consignando que o atendimento a estes itens ficou prejudicado, pois os equipamentos, materiais, serviços e peças de reposição, objeto do contrato com a empresa SOFREMI, serão fornecidos mediante Lista de Encomenda Específica emitida pelo DPF/MJ. A contratada fornecerá catálogos com descrições técnicas, funcionais e operacionais, bem como as respectivas listas de preços, inclusive frete, seguro, etc., de acordo com a Cláusula Sétima do contrato, que traz em seu Anexo I a "Relação Global do Fornecimento", e no Anexo II, a "Primeira Lista de Encomenda Específica para Fornecimento Inicial".

47. Enfatiza o Sr. Analista que a Fundação ATECH foi contratada para prestar serviços técnicos especializados nas áreas de telecomunicações, informática, transportes, reequipagem, logística e treinamento, bem como no assessoramento necessário para a aceitação, recebimento e implantação dos sistemas e equipamentos no âmbito dos projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC. Os serviços envolvem, entre outras atividades, o gerenciamento e fiscalização da instalação de equipamentos; alocação de equipe técnica com conhecimento e experiência nas ferramentas, soluções e sistemas a serem utilizados, com a finalidade de transferir gradativamente à equipe técnica do DPF/MJ a tecnologia inserida na solução; execução de testes de aceitação relativos aos equipamentos e sistemas etc., conforme "Cláusula 3" do Contrato.

V – Auditoria dos termos do contrato firmado com a empresa SOFREMI com relação ao valor do empréstimo, às condições de pagamento, ao cronograma de desembolso, e à contrapartida do Governo brasileiro, sob a ótica do princípio da legalidade e da economicidade. Verificar ainda, a existência de cláusula contratual que condicione o acesso e a liberação da linha de crédito à aquisição dos equipamentos da empresa francesa em regime de exclusividade pelo Governo brasileiro.

48. Para o quesito em epígrafe, reforça a instrução assinalando que *"os termos do Contrato de Financiamento Externo ainda não estão definidos. Serão objeto de discussão e aprovação pelo Ministério da Fazenda, ouvida a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, passando pela Casa Civil para elaboração e encaminhamento da Mensagem presidencial ao Senado Federal, visando à aprovação do endividamento externo, e só então será celebrado o Contrato de Financiamento Externo. Respondendo à segunda parte do quesito: apesar de se tratar de empréstimo com créditos vinculados (tied loans), a SOFREMI incluirá em sua proposta comercial equipamentos, bens e serviços não originários diretamente da França, para atender às necessidades do DPF/MJ"*.

VI – Exame da hipótese de o contrato com a SOFREMI franquear ao Departamento da Polícia Federal a aquisição de equipamentos e materiais comuns e de similares nacionais, junto a empresas brasileiras que eventualmente apresentarem preços mais competitivos.

49. Acentua o órgão instrutivo que as aquisições junto à empresa SOFREMI serão precedidas de análise e seleção por uma Comissão constituída especialmente para esse fim. Quando esta indicar que itens constantes da proposta apresentada pela mesma possam ser encontrados no mercado interno, por preços mais competitivos, atendidos os demais requisitos, serão adquiridos mediante processo licitatório disciplinado pela Lei nº 8.666/93, utilizando-se os recursos do financiamento, ou do próprio DPF/MJ.

VII - Levantamento das informações sobre os projetos de reaparelhamento da Polícia Federal, isto é, o Pró-Amazônia e o Promotec, do ponto de vista da finalidade, da justificativa da importância, do valor financeiro e da atual fase de implementação dos mesmos.

50. Segundo informações do Sr. Diretor Geral do DPF/MJ, o órgão possui importantes e amplas atribuições, mas não dispõe dos meios materiais e condições humanas para atendê-las, em que pese o reconhecido esforço de seus integrantes.

51. O aumento exarcebado da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado, que tem fortificado cada vez mais as bases do tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e do contrabando no Brasil, especialmente na região amazônica e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, somado à vontade política do atual governo de solucionar as graves questões relacionadas com a área de segurança pública, levaram o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, a elaborar os Projetos Pró-Amazônia e Promotec, entre outros.

52. Sobre o tópico registra o Sr. Analista:

"O objetivo do PRÓ-AMAZÔNIA é efetivar a presença do órgão na Amazônia Legal, com a instalação de novas unidades e bases operacionais em áreas críticas, visando à prevenção e repressão dos crimes de sua competência, especialmente os praticados contra as comunidades indígenas, o meio ambiente, o narcotráfico, o contrabando de materiais preciosos, como ouro, madeiras e materiais raros, o trabalho escravo, a exploração da prostituição infantil, bem como garantir as ações dos órgãos federais atuantes na região (IBAMA, FUNAI, etc.). O projeto abrange os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. Já o Projeto PROMOTEC foi concebido em complementação ao PRÓ-AMAZÔNIA, em face da constatação do aumento exarcebado da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado em todo o território brasileiro, contemplando os demais Estados da federação.

O Projeto PRÓ-AMAZÔNIA foi aprovado pela Comissão de Financiamento Externo - COFIEXMPO, como passível de financiamento externo, com custo total estimado de US\$ 248,65 milhões de dólares americanos, sendo US\$ 170,79 milhões com recursos do COFACE/SOFREMI/França, e US\$ 77,86 milhões da contrapartida nacional. Da mesma forma, o PROMOTEC foi aprovado com custo total estimado de US\$ 172,10 milhões de dólares americanos, sendo US\$ 106,84 milhões provenientes da mencionada fonte externa, e US\$ 65,26 milhões da contrapartida nacional. Assim, os Projetos têm custo total estimado de US\$ 420,75 milhões de dólares americanos".

53. Quanto às demais questões abaixo indicadas, a instrução tece as considerações a seguir reproduzidas, *ipsis litteris*:

"VIII - Identificação das empresas de outros países que foram contactadas pelo Departamento da Polícia Federal para apresentarem ofertas e propostas de financiamento e, também, o fornecimento de equipamentos para os projetos de reaparelhamento e informatização do órgão.

O Projeto PRÓ-AMAZÔNIA foi apresentado a funcionários do Eximbank, em dezembro de 1995, a convite do Consulado Americano no Rio de Janeiro, e divulgado junto às embaixadas do Japão, EUA, Alemanha e da França, sendo que esta manifestou interesse em financiá-lo e também o Projeto PROMOTEC (fl. 338).

IX - Indicação dos serviços que serão prestados pela Fundação Atech, a título de gerenciamento dos materiais a serem adquiridos da SOFREMI.

A ATECH foi contratada para prestar serviços técnicos especializados nas áreas de telecomunicações, informática, transportes, reequipagem, logística e treinamento, bem como no assessoramento necessário para a aceitação, recebimento e implantação dos sistemas e equipamentos no âmbito dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC. Os serviços envolvem, entre outras atividades, o gerenciamento e fiscalização da instalação de equipamentos; alocação de equipe técnica com conhecimento e experiência nas ferramentas, soluções e sistemas a serem utilizados, com a finalidade de transferir gradativamente à equipe técnica do DPF MJ a tecnologia inserida na solução; execução de testes de aceitação relativos aos equipamentos e sistemas etc., conforme "Cláusula 3" do Contrato.

X - Análise das áreas de especialização dos serviços prestados pela Fundação Atech, criada recentemente para suceder a empresa ESCA. A partir desta análise, avaliar se a referida fundação atende aos pré-requisitos exigíveis de notória especialização.

A Fundação ATECH é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos. Conta com uma centena de profissionais especializados em diversos ramos da engenharia, cujos conhecimentos e experiência foram adquiridos fundamentalmente no campo estratégico da engenharia de integração de sistemas. Está estruturada para executar serviços de engenharia que envolvem tecnologias avançadas e com alta exigência de qualidade, tendo no seu quadro técnico profissionais com extensa experiência, em várias especialidades, tais como engenheiros (aeronáutica, eletrotécnica, computação, eletrônica, mecânica, naval, civil), físicos, arquitetos, matemáticos, analistas de sistemas e economistas. Conforme item I, ficou caracterizada a notória especialização da ATEHC para a prestação dos serviços pretendidos pelo DPF MJ.

XI - Verificação de eventuais relações entre os diretores e dirigentes da Fundação Atech com a Administração Pública.

Em pesquisas realizadas no Sistema de Administração de Pessoal Civil do Governo Federal - SIAPE, não constatamos qualquer vinculação do Diretor-Presidente e do Superintendente Executivo da Fundação ATECH com os órgãos integrantes do sistema.

XII - Exame da possibilidade dos serviços a serem prestados pela Fundação Atech serem supridos por órgãos do Governo Federal ou de qualquer Universidade brasileira.

XIII – Cotejamento dos valores estabelecidos para a remuneração da Fundação Atech com os preços dos serviços de consultoria das empresas deste ramo de atividade.

O atendimento a estes itens ficou prejudicado, por envolver a realização de procedimentos específicos junto a instituições diversas, não pertinentes ao escopo da inspeção realizada junto ao DPF/MJ. De todo modo, uma vez caracterizada a notória especialização da Fundação ATECH para a prestação dos serviços, como de fato ficou caracterizado, a licitação resta inexigível".

54. Quanto ao item XIII, arremata a Secretaria Técnica *"será determinado ao Departamento de Polícia Federal/MJ que adote providências com vistas à repactuação do valor do contrato, definindo com maior precisão os itens dos serviços que compõem o seu objeto, a fim de ajustar os respectivos preços aos praticados no mercado, informando os resultados a este Tribunal, no prazo de 60 dias, com as devidas justificativas"* (fl. 476).

Proposta conclusiva da Unidade Técnica

55. A 4ª SECEX, concluindo o exame da matéria consubstanciada no Relatório de Inspeção, em pareceres uniformes, sugere a seguinte proposta de mérito (fl. 447):

I) sejam considerados regulares os procedimentos adotados pelo Departamento de Polícia Federal – DPF objetivando a seleção e contratação da empresa fornecedora dos equipamentos para os projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC - Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal, com fundamento no inciso XIV, art. 24, da Lei nº 8.666/93;

II) sejam considerados regulares os procedimentos adotados pelo Departamento de Polícia Federal – DPF objetivando a contratação da Fundação prestadora dos serviços técnicos relacionados com a aceitação, recebimento e implantação dos sistemas e equipamentos no âmbito dos projetos, com fundamento no inciso II, art. 25, da Lei nº 8.666/93, combinado com os incisos I, III, IV e § 2º, art. 13, do mesmo diploma legal;

III) seja remetida cópia do inteiro teor do relatório de inspeção, bem como da decisão que vier a ser adotada, acompanhada do respectivo Relatório e Voto, aos Exmos. Srs. Presidente do Senado Federal e Ministro de Estado da Justiça;

IV) sejam estes autos mantidos sob sigilo, em face das informações reservadas nele contidas, juntando-se às contas do Departamento de Polícia Federal – DPF/MJ, relativas ao exercício de 1998, para exame em conjunto e em confronto.

Parecer do Ministério Público

56. Requerida audiência por solicitação do Ministro Lincoln Magalhães da Rocha, o representante do douto Ministério Público, Dr. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral, expendeu o lúcido parecer inserido às fls. 479/83, o qual permito-me incorporar, in totum, neste Relatório, *verbis*:

"Trata-se de processo de acompanhamento dos atos relativos a duas contratações diretas, a primeira, da empresa estatal francesa Société Française d'Exportation du Ministère de l'Intérieur – SOFREMI, com dispensa de licitação, para aquisição de equipamentos destinados ao Departamento de Polícia Federal – DPF, e, a segunda, da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços técnicos e de assessoramento, no âmbito dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC.

Promovida a inspeção no órgão, por determinação do Plenário, em face de requerimento formulado pelo eminente Ministro Adhemar Paladini Ghisi (Ata nº 13/98 – Plenário), a unidade técnica levantou diversos pontos merecedores de esclarecimentos, razão por que se procedeu à audiência do responsável (fls. 282/96).

Realizada a audiência (fls. 301/3), o responsável encaminhou substanciosos esclarecimentos, constantes das fls. 317-443, acompanhados dos documentos que compõem o volume I.

Com a defesa, entendeu, a unidade técnica, regulares, tanto os procedimentos de contratação da SOFREMI, quanto da Fundação ATECH (fls. 447/77).

II

Verifica-se, inicialmente, que a contratação da SOFREMI, com dispensa de licitação, foi realizada nos termos do inciso XIV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, dentro dos parâmetros fixados pelo Acordo Internacional firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Francesa, devidamente aprovado pelo Congresso Nacional mediante o Decreto Legislativo nº 77/97 e promulgado pelo Decreto nº 2.479/98 do Presidente da República (fls. 57/71). Poderiam, portanto, numa primeira análise, ser considerados regulares os atos praticados.

De fato, a Lei nº 8.666, em seu art. 24, XIV, admite a dispensa de licitação 'para aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público'.

Tais condições estão, aparentemente, presentes na situação em tela. Em primeiro lugar, verifica-se a existência de acordo internacional específico, já aprovado pelo Congresso Nacional (fl. 68), prevendo, em seus arts. 2º, 3º e 4º (fls. 64/5), que a SOFREMI seria a entidade responsável pelo fornecimento de bens, equipamentos e serviços e pela obtenção dos financiamentos necessários a essas aquisições.

Em segundo lugar, as condições estipuladas no acordo são, aparentemente, vantajosas, haja vista a carência de recursos externos para financiamentos dessa natureza e o fato de que, conforme ajustado, as condições dos financiamentos e os preços dos produtos que serão adquiridos deverão ser compatíveis com os do mercado internacional (cf. art. 4º do Acordo, à fl. 65, c c Cláusula 3ª, § 2º e Cláusula 7ª, § 2º, do Contrato, às fls. 120/1).

Ademais, como ressaltava Marçal Justen Filho, 'a exigência de condições vantajosas não necessitaria ser expressa, por ser pressuposto inerente a qualquer contratação administrativa (realizada diretamente ou mediante prévia licitação)' (Comentários à Lei das Licitações e Contratos Administrativos, 5ª ed., Dialética).

Assim, encontra-se, a contratação direta da SOFREMI, respaldo aparente na autorização específica da Lei nº 8.666/93, somente podendo ser questionada a ausência de licitação para a celebração do acordo internacional, principalmente em face de o contrato ser mera decorrência dos termos pactuados no acordo.

No entanto, é incabível a realização de licitação internacional, nos moldes ditados pela Lei nº 8.666/93, para selecionar governos estrangeiros dispostos a celebrar acordos dessa natureza, pois esses atos internacionais têm procedimentos próprios, peculiares, regidos pelo Direito Internacional Público, decorrentes de negociações entre nações soberanas e necessitando da intervenção tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo para aperfeiçoar-se.

Além disso, não se limita, o acordo, a uma negociação comercial, mas contempla a cooperação entre os dois países na implementação dos projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC.

Deve ainda ser observado que, na busca de recursos para financiar os programas, o DPF, além da França, realizou gestões junto às Embaixadas da Alemanha, Estados Unidos da América, bem como ao representante do PNUCD no Brasil (Volume I, fls. 8/11). Também foram consultados organismos financeiros multilaterais e agências governamentais estrangeiras, como a OECF do Japão, por intermédio da Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX.

Nada obstante a aparente regularidade dos atos praticados, é imperioso ressaltar a necessidade de efetivo controle e acompanhamento, por parte das autoridades brasileiras, a fim de fazer prevalecer, na execução do contrato, as condições favoráveis previstas, tanto no que se refere às

cláusulas financeiras dos empréstimos, quanto em relação à adequação dos produtos ao exigido pelas atividades de polícia e o respectivo preço efetivamente cobrado.

No tocante à definição das condições financeiras dos empréstimos, entende o Ministério Público que os procedimentos necessários para a contratação de operação de crédito externo já propiciam elevado grau de controle, pois dependem da análise de setores específicos do Governo Federal e de posterior aprovação pelo Senado Federal, podendo ser rejeitados em quaisquer dessas entidades.

Ressalte-se que há expressa previsão de que a eficácia do contrato depende da 'expedição do parecer final sobre a operação de crédito externo, referentes aos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, e a celebração dos instrumentos contratuais respectivos, nos termos da Portaria nº 497/90, de 27 de agosto de 1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, publicada no DOU de 30.08.1990, que regula os procedimentos concernentes às operações de créditos externos a serem celebrados pela União' (cf. Cláusula 18ª do contrato, à fl. 126).

Assim, verifica-se a existência de mecanismos suficientes para garantir que o contrato só será executado se as condições dos financiamentos forem favoráveis, compatíveis com o mercado.

Já com relação à razoabilidade dos preços cobrados, além de haver o comprometimento formal por parte da SOFREM de que eles serão compatíveis com os preços dos produtos ou serviços similares no mercado internacional (§ 2º da Cláusula 7ª), os §§ 1º e 6º da Cláusula 7ª prevêm que, após o fornecimento dos catálogos dos materiais solicitados, com as respectivas listas de preços, uma comissão designada pelo DPF emitirá parecer técnico, considerando, entre outros, a adequação e qualidade do produto ou sistema, e o preço fixado, somente sendo autorizada a entrega dos bens após essa análise.

Com isso, estará resguardada a possibilidade de rejeição dos produtos ou serviços que não atendam às necessidades do DPF, ou que apresentem preço excessivo, ou que tenha similar no Brasil, podendo, neste caso, aqui ser licitados.

Ainda com relação a este último item, deve-se frisar que deverá, o DPF, dar, em todos os casos, preferência a produtos nacionais, pois carece de razoabilidade a utilização de créditos dessa espécie, para a compra de produtos no exterior, com similares perfeitos fabricados no Brasil.

Sem embargo das providências previstas contratualmente, entende o Ministério Público de bom alvitre, em vista da magnitude dos valores envolvidos – aproximadamente US\$ 450 milhões de dólares – o acompanhamento pari passu, por este Tribunal, de toda a execução do contrato, com o objetivo de verificar o tipo dos bens adquiridos, sua conformidade com os objetivos traçados pelos programas e a efetiva adequação dos preços cobrados, para eventual e futura responsabilização dos responsáveis por compras de legalidade dividosa.

III

Já no que tange à contratação da Fundação ATECH, fundada em inexistência de licitação, o Ministério Público discorda da conclusão da unidade técnica, pois entende que, a par de a contratação direta não encontrar amparo legal, os serviços executados não estão suficiente ou razoavelmente definidos, nem, tampouco, encontra-se justificado o preço cobrado, R\$ 19.992.000,00 (dezenove milhões, novecentos e noventa e dois mil reais).

Alega o responsável que a Fundação ATECH foi contratada em virtude da notória especialização de que seria detentora. Contra a assertiva, o fato de a entidade ter sido constituída apenas um ano antes da contratação, o que seria, em princípio, motivo bastante para impedir que se lhe confira tal qualidade.

Ademais, a tentativa de justificar a notória especialização da entidade, em virtude do quadro de especialistas que supostamente a integrariam, não merece acolhida, pois não foi indicado o nome de nenhum técnico, nem apresentados os currículos desses peritos.

Na verdade, o que se extrai dos autos é que a Fundação ATECH aproveitou-se da circunstância de ter sido contratada para prestar serviços ao SIVAM, coincidentemente também sem licitação, para credenciar-se como indispensável aos projetos do DPF.

Ora, a condição de prestadora de serviços para o SIVAM não qualifica a Fundação ATECH como a entidade mais apropriada para a prestação do especial serviço em tela. As condições presentes na implantação dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC são inteiramente diversas das do SIVAM.

Enquanto este é um programa complexo de vigilância do espaço aéreo da Amazônia, envolvendo, predominantemente, conhecimentos de engenharia e de sistemas computacionais, os projetos do DPF caracterizam-se, basicamente, pela aquisição de equipamentos, visando aparelhar o órgão para combater a criminalidade.

Esta característica específica dos projetos conduzidos pelo DPF está evidenciada nos termos do contrato firmado com a SOFREMI (Cláusula 1ª, à fl. 119), que alude ao fornecimento dos materiais relacionados na Relação Global do Fornecimento, que integra o contrato em análise (fls. 133/50).

Essa Relação e a Primeira Lista de Encomenda Específica (fls. 152/98) demonstram que o enfoque dos projetos é basicamente o reequipamento do órgão, com a aquisição de bens destinados à realização de operações policiais, como helicópteros, carros blindados, armas, munição, entre outros, ainda que haja a previsão de interface com o SIVAM.

Em sendo esse o escopo do contrato, não se vislumbra a necessidade de contratação de Fundação, cuja especialidade é a 'execução de serviços de engenharia que envolvem tecnologias avançadas', nem se requer a participação de profissionais dos ramos da 'engenharia aeronáutica, eletrotécnica, computação, eletrônica, mecânica, naval e civil, além de físicos, arquitetos, matemáticos, analistas de sistemas e economistas' (fl. 200).

Outro aspecto que merece, mais uma vez, ser ressaltado diz respeito ao extraordinário do preço estipulado, que alcança quase vinte milhões de reais. O principal argumento apresentado para justificar a grandeza desse preço é que ele representa aproximadamente apenas 4,33% do valor global dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, 'o que pode ser considerado como estando na faixa inferior dos preços de mercado quando comparado aos valores praticados para assessoramento a órgãos públicos na condução de projetos multidisciplinares' (cf. fl. 244).

Ora, com a devida vênia, entende o Ministério Público que esse dado não se presta para fundamentar nenhuma conclusão, pois não demonstra absolutamente que o preço do contrato com a Fundação ATECH retrata o custo dos serviços a serem efetivamente prestados.

Aliás, ao contrário do afirmado, pelos termos presentes no contrato com a Fundação ATECH, evidencia-se a desproporção entre o objeto e o preço estipulado, pois se verifica que, de acordo com a Cláusula 3ª do contrato (fls. 249/50), os serviços prestados pela Fundação ATECH resumem-se a detalhamento das especificações dos sistemas fornecidos pela SOFREMI; assessoramento para a aceitação dos referidos sistemas; gerenciamento e fiscalização da instalação dos equipamentos; treinamento; e desenvolvimento de programas aplicativos e fornecimento da documentação técnica.

Como ressaltado anteriormente, as atividades que deveriam ser desenvolvidas pela Fundação ATECH, relacionadas intrinsecamente com o contrato firmado com a SOFREMI, atingem somente uma pequena parcela dele, pois os sistemas fornecidos no bojo desse contrato serão em pequeno número, e não descaracterizam a sua verdadeira natureza, que é a de fornecimento de materiais utilizados na repressão ao crime.

Assim, com a máxima vênia, contratar uma empresa de suporte, por aproximadamente 20 milhões de reais, apenas para participar de um processo qualificado de compras de bens no exterior, parece, assim, excessivo.

Portanto, ao ver do Ministério Público não estão presentes os elementos capazes de demonstrar a notória especialização da Fundação ATECH, nem, tampouco, ser essa entidade

imprescindível e adequada para prestar os serviços exigidos, além de os preços estipulados no contrato serem desproporcionais e desarrazoados.

IV

Ante o exposto, opina o Ministério Público no sentido da adoção das seguintes providências:

- *sejam considerados regulares os procedimentos adotados pelo Departamento de Polícia Federal – DPF na contratação da empresa estatal francesa Société Française d'Exportation du Ministère de l'Intérieur – SOFREMI, por dispensa de licitação, para aquisição de equipamentos no âmbito dos projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC;*

- *seja determinado à 4ª SECEX o acompanhamento, pari passu, de toda a execução do contrato com a SOFREMI, a fim de verificar a conformidade dos bens e materiais solicitados com os objetivos dos programas, assim como a adequação dos preços cobrados aos de mercado;*

- *seja recomendado ao DPF que, nas aquisições, dê sempre preferência à compra de bens produzidos no Brasil, evitando a compra de produtos com similares nacionais;*

- *por fim, seja considerada ilegal os termos da contratação da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH, por inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços técnicos e assessoramento, determinando ao responsável que adote todas as medidas necessárias à declaração de nulidade do contrato, nos termos do art. 49, §§ 1º, 2º e 4º, c.c.o art. 59, da Lei nº 8.666/93"*

Incluído o processo na pauta da Sessão Plenária de 24 de fevereiro do ano em curso pelo Sr. Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, convocado para substituir este Relator, foi formulado, na ocasião, pedido de vista pelo Procurador-Geral, Dr. Walton Alencar Rodrigues, adiando-se, portanto, a discussão e votação da matéria tratada nos autos. O citado pedido decorreu dos novos elementos que tinham sido acostados ao processo, sem prévio exame daquele *Parquet*.

O douto Ministério Público, representado pelo Sr. Procurador-Geral, em exercício, Dr. Lucas Rocha Furtado, empreendeu novo exame dos fatos constantes no processo em fundamentado parecer de fls. 520/523, cujo teor reproduzo na íntegra:

"Trata-se de Acompanhamento dos atos concernentes à contratação, pela União, por intermédio do Departamento de Polícia Federal – DPF, da Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços do Ministério do Interior – SOFREMI e da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH, a primeira, mediante dispensa de licitação com base nos incisos XVI e IX do art. 24 da Lei 8.666/93 e a segunda, por inexigibilidade de licitação, em face de notória especialização, com fulcro nos arts. 13 e 25, II, da referida Lei.

Os autos estavam prontos para julgamento, quando foram acostados pelo DPF novos elementos (vols. III e IV), que deram causa ao pedido de vista formulado por este Ministério Público.

II

Na intervenção anterior deste parquet (fls. 479-483), em judicioso parecer da lavra do Procurador-Geral, Dr. WALTON ALENCAR RODRIGUES, opinou-se, em primeira análise, pela regularidade do contrato celebrado com a SOFREMI (fls. 118-127), vez que este foi realizado dentro dos parâmetros fixados pelo Acordo Internacional específico firmado entre os Governos do Brasil e da França, o qual obteve aprovação do Congresso Nacional, mediante o Decreto Legislativo 77/97, sendo promulgado pelo Decreto 2.479/98 do Presidente da República.

Naquela oportunidade, asseriu-se que a situação concreta enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso XIV do art. 24 da Lei 8.666/93, ressaltando-se a imperiosa necessidade de acompanhamento da execução do referido contrato, com vistas a fazer prevalecer as condições favoráveis nele previstas, no que se refere às cláusulas financeiras dos empréstimos, à

adequação dos produtos às exigências da atividade exercida pela Polícia Federal e à compatibilidade dos preços efetivamente cobrados com o mercado internacional.

Sublinhamos o fato de que o contrato às fls. 118/127 - que melhor se caracteriza como pré-contrato - não especifica a forma de remuneração da contratada e, em sua Cláusula Décima Sétima, remete para Termo Aditivo a definição de cláusulas fundamentais como as que tratam das obrigações da contratada e da contratante, do cronograma físico-financeiro, das condições de pagamento, da propriedade dos projetos e documentos resultantes da execução do contrato.

Assim, filiamo-nos ao entendimento exarado na manifestação anterior do Ministério Público e corroboramos a proposta de indispensável acompanhamento da execução do contrato, sobretudo a definição das cláusulas que o complementarão.

III

No que se refere ao contrato com a ATECH (fls. 247/266), este Ministério Público, em sua intervenção anterior, opinou pela sua ilegalidade, uma vez que: não se sustenta a ausência de licitação, com base em notória especialização; os serviços a serem executados não estão suficiente ou razoavelmente definidos; nem se encontra justificado o preço cobrado de R\$ 19.992.000,00 (fls. 481/482).

Aprofundando a análise desse contrato, verificamos as inconsistências que ora passamos a relatar.

IV

Os conhecimentos da ATECH relativos ao SIVAM nada têm a ver com os outros subsistemas sendo adquiridos pelo DPF, como o de transportes (veículos blindados, helicópteros, aviões, embarcações - fls. 153/154), de identificação de impressões digitais (fl. 154), de criminalística (equipamentos para diversos laboratórios - fls. 155/160) e de reequipagem (armamentos: fuzis, metralhadoras).

Observando os currícula vitae coligidos pela ATECH, no vol. IV - recentemente integrado aos autos e causa do pedido de vista então formulado -, verificamos que eles se referem a 18 profissionais, sendo 2 engenheiros civis, 1 engenheiro aeronáutico, 2 bacharéis em computação, 12 engenheiros elétricos eletrônicos e 1 eletrotécnico. Contudo, nenhum deles tem experiência nas áreas abrangidas pelos subsistemas de transporte, de identificação de impressões digitais, de criminalística ou de reequipagem, o que descaracterizaria, a nosso ver, a notória especialização da empresa e de seus profissionais nessas áreas específicas.

A aludida análise evidencia que a ATECH dispõe, em seus quadros, de profissionais com larga experiência em telecomunicações e informática. Tal circunstância, somada ao fato de a ATECH ser a integradora do projeto SIVAM, poderia até sustentar sua eventual contratação direta - por inexigibilidade de licitação - para prestação de serviços, nessas áreas específicas - informática e telecomunicações -, com vistas à construção da interface entre o projeto PRÓ-AMAZÔNIA e o SIVAM.

Entretanto, a nosso ver, não se justifica a contratação direta da ATECH, com base em inexigibilidade de licitação, para prestação de serviços nas áreas de transporte, de identificação de impressões digitais, de criminalística ou de reequipagem no âmbito dos projetos PROMOTEC e PRÓ-AMAZÔNIA.

As informações acostadas no vol. III referem-se às contratações ocorridas no âmbito do SIVAM e não alteram o pronunciamento deste parquet.

V

Além da ilegalidade na contratação, verificaram-se outras falhas no próprio conteúdo do referido contrato, que, se vier a ser mantido, precisam ser corrigidas.

A Cláusula Décima Sétima do mencionado contrato (fl. 258) permite a subcontratação dos serviços, permanecendo a contratada como única responsável e obrigando-se a obter dos subcontratados a garantia de sigilo.

Malgrado a manutenção da responsabilidade da ATECH e do sigilo, é de salientar que a possibilidade de subcontratação não se coaduna, primeiro, com a contratação mediante inexigibilidade de licitação com base em notória especialização, uma vez que esta se ampara justamente nas características especiais do contratado – que permitam inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato (art. 25, § 1.º, da Lei 8.666/93) – e, segundo, com outro dos motivos que justificaram a contratação direta da ATECH: a não-pulverização de informações confidenciais sobre os projetos PROMOTEC e PRÓ-AMAZÔNIA.

Por outro lado, analisando o cronograma de pagamentos, verificamos que 48% do valor total do contrato – alíneas a a f das Condições de Pagamento (fls. 251/253) – correspondem a atividades preliminares (fls. 251/252), nada ou pouco tendo a ver com o cerne do objeto pactuado: (a) aprovação do Plano de Mobilização; (b) definição dos métodos e modelos a serem empregados; (c) análise das atividades das instituições congêneres; (d) análise dos recursos informatizados disponíveis; (e) organização das informações coletadas; (f) definição de diretrizes e requisitos dos projetos.

Parece-nos montante muito alto – 48% do valor total – para pagamento de serviços que consideramos preliminares.

Além disso, as Condições de Pagamento (fls. 251/253) não contemplam a execução de diversas tarefas previstas no objeto do contrato, como:

a) o detalhamento das especificações dos sistemas (subitem 3.1.1 do objeto – fl. 249); note-se que os itens do fornecimento inicial já estão definidos e especificados – especificações técnicas, funcionais e operacionais – (Anexo II do contrato celebrado com a SOFREMI – fls. 151/165 e 166/196);

b) o assessoramento ao recebimento e à implantação dos sistemas (subitem 3.1.2 do objeto contratual – fl. 250), mas tão-somente o assessoramento e a execução da aceitação dos equipamentos em fábrica e em campo; ressaltamos que a aceitação em campo é, possivelmente, etapa posterior ao recebimento e à implantação e, talvez, inclua o assessoramento dessas etapas, mas esse procedimento não está claro;

c) o gerenciamento e a fiscalização da instalação dos equipamentos (subitem 3.1.3 do objeto contratual – fl. 250); talvez essa tarefa esteja inserida na etapa de aceitação em campo, contudo esse procedimento também não está claro;

d) a análise para adequação e aprovação da documentação técnica (subitem 3.1.4 do objeto contratual);

e) a realização do treinamento, conforme previsto no subitem 3.1.5 do objeto contratual (fl. 250), mas tão-só a aprovação dos dossiês de treinamento (alíneas n, r e t – fls. 252/253), que, a nosso ver, não se confundem;

f) a alocação de equipe técnica para a transferência gradativa da tecnologia adquirida ao DPF (subitem 3.1.7 do objeto contratual – fl. 250); e

g) o fornecimento de documentação técnica e de documentação de usuário, com o respectivo treinamento e formação de monitores, conforme previsto no objeto contratual (subitem 3.1.8 – fl. 250).

Uma vez que tais tarefas estão incluídas no objeto contratual, teriam de ser cumpridas pela contratada. Contudo, como seriam elas pagas, se não estão incluídas entre os eventos geradores de pagamento?

Desse modo, se a contratação direta da ATECH vier a ser considerada regular por este Tribunal, o conteúdo do contrato então celebrado precisaria ser modificado, para que o objeto pactuado encontre correspondência direta no eventos geradores de pagamento, previstos na Cláusula Sexta.

VI

Isso posto, com os adminículos que trouxemos, corroboramos a proposta contida no parecer anterior deste Ministério Público (fls. 479-483).

Em acréscimo, oferecemos a sugestão de que:

a) na hipótese de este Tribunal não vir a acolher a proposta deste parquet e a contratação direta da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH vier a ser considerada regular e o contrato celebrado for mantido, sejam adotadas providências com vistas à correção das falhas acima referidas, encontradas no seu conteúdo;

b) na determinação à 4.^a SECEX, para acompanhamento do contrato firmado com a Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços do Ministério do Interior – SOFREMI, ressalte-se a verificação: (a) da adequação dos produtos às exigências da atividade exercida pela Polícia Federal; (b) da preferência a ser dada aos bens e serviços produzidos no Brasil; (c) da compatibilidade dos preços efetivamente cobrados com o mercado internacional; (d) dos termos dos Contratos de Financiamento Externo; e (e) dos Termos Aditivos que implementarão a Cláusula Décima Sétima do referido contrato (fls. 125-126), especialmente no que se refere às obrigações da Contratada e da Contratante, às garantias de execução e às condições de pagamento;

c) a determinação ao DPF, com vistas à invalidação do contrato firmado com a Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH, seja também fundamentada no art. 71, IX, da Constituição Federal e no art. 45 da Lei 8.443/92."

Mediante r. Despacho do Sr. Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, o processo foi encaminhado ao Gabinete deste Relator para as providências cabíveis.

É o Relatório.

VOTO

O presente processo, integrante da LUJ de responsabilidade do Exmo. Sr. Ministro Iram Saraiva, biênio 1997/1998, hoje dignificando a Presidência do Tribunal, esteve, desde o início, sob o competente comando do Exmo. Sr. Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, que inclusive apresentou-o na Sessão Plenária de 24 de fevereiro próximo passado, quando foi formulado pedido de vista pelo digno Representante do Ministério Público.

Estando os autos devidamente saneados, passo ao exame das questões neles tratadas, solicitando antes a permissão do então Relator, Ministro Lincoln, para utilizar-me dos estudos já levados a efeito por Sua Excelência, inclusive das peças anteriormente produzidas, tendo em vista traduzirem, em sua maior parte, minha opinião sobre o assunto.

O excelente trabalho desenvolvido pela 4.^a SECEX – cuja essência foi reproduzida no Relatório que antecede este Voto – objetivou apurar, com a competência e imparcialidade que sempre norteiam as fiscalizações realizadas pelo Tribunal, a legitimidade do processo de seleção e contratação da empresa fornecedora de equipamentos para os Projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC – Societe Française d'Exportation de Matériels, Systèmes et Services du Ministère de l'Intérieur (SOFREMI), bem como da entidade prestadora dos serviços técnicos relacionados com o recebimento, aceitação e implantação dos sistemas e equipamentos contratados pelo Departamento de Polícia Federal/MJ – Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas (ATECH).

Sobre a primeira contratação, mediante dispensa de licitação, com base no inciso XIV do art. 24 da Lei nº 8.666/93, os pareceres constantes dos autos são uniformes no sentido de reconhecer a regularidade dos atos praticados, pelos motivos já expostos, dos quais destaco o Acordo de Cooperação firmado entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da França para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 77, de 1997 e promulgado pelo Decreto nº 2.479/98, cujos dispositivos especificam a

SOFREMI como a instituição responsável pelo fornecimento de bens, equipamentos e serviços, e pela obtenção dos financiamentos necessários a tais aquisições.

Conforme bem salientado pela Unidade Técnica, o mencionado Acordo de Cooperação integra o ordenamento jurídico brasileiro com validade jurídica idêntica à de lei ordinária específica, constituindo, portanto, o fundamento da contratação direta da empresa SOFREMI (fl. 462, item 78).

Há de se esclarecer, ainda, que o outro dispositivo legal adotado para a dispensa de licitação na contratação da referida empresa (inciso IX, art. 24, da Lei nº 8.666/93) não se enquadra em tal hipótese, conforme defendido pela 4ª SECEX, pois não atende ao requisito estabelecido no parágrafo único, art. 1º, do Decreto nº 2.295/97, que o regulamentou, visto que os preços dos equipamentos, materiais e serviços, objeto do contrato, não são passíveis de justificativa antes de sua execução, por não terem sido ajustados previamente.

Isso porque o contrato firmado entre a União Federal e a SOFREMI, no valor de até US\$ 395,290,000.00 (trezentos e noventa e cinco milhões, duzentos e noventa mil dólares americanos), consoante Cláusula Quarta, só produzirá efeitos após a realização de uma série de providências, destacando-se, entre elas, a contratação das operações de crédito externo, nos termos da Cláusula Décima Oitava.

Além disso, cabe ressaltar que, nos termos do Acordo celebrado, houve o compromisso por parte da SOFREMI de oferecer, quando da apresentação das propostas comercial e financeira, bens, equipamentos e serviços em condições compatíveis com aqueles disponíveis no mercado internacional, bem como condições financeiras mais favoráveis, cuja aprovação dependerá da emissão de parecer técnico pelo DPF sobre essas propostas.

Impende salientar, também, que os projetos estão contemplados no Plano Plurianual de Investimentos 1996 – 1999 e com recursos previstos na proposta orçamentária para o exercício de 1999, no valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais).

Diante da magnitude dos valores envolvidos, manifesto-me plenamente de acordo com as proposições do Ministério Público no sentido de ser realizado acompanhamento *pari passu* da execução do contrato, o qual está a cargo da 3ª SECEX (Portaria nº 61/99), e de ser determinado ao DPF que, nas aquisições, dê preferência aos bens produzidos no Brasil.

No tocante à segunda contratação - Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas - ATECH -, o ilustre Procurador-Geral considerou ilegal a mencionada contratação por entender que não foi demonstrada a notória especialização da referida entidade para prestar os serviços exigidos, além de os preços estipulados no contrato serem desproporcionais e desarrazoados, cuja justificativa baseia-se em dado que não retrata o custo dos serviços a "serem efetivamente prestados".

Por sua vez, o Sr. Procurador-Geral, em exercício, em última manifestação, embora tenha endossado as conclusões do parecer anterior, oferece em alternativa *"na hipótese de este Tribunal não vir, a acolher a proposta deste parquet e a contratação direta da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas - ATECH vier a ser considerada regular e o contrato celebrado for mantido, sejam adotadas providências com vistas à correção das falhas"*, as quais dizem respeito à permissão de que os serviços sejam subcontratados (Cláusula Décima Sétima) e ao descompasso existente entre as tarefas previstas no objeto do contrato (Cláusula Terceira) e aquelas definidas nas Condições de Pagamento (Cláusula Sexta), conforme já transcrito no Relatório.

Alinhando-me, desde logo, à proposição alternativa do douto Ministério Público, entendo pertinente destacar alguns aspectos referentes à contratação da aludida Fundação.

Consoante argumentos produzidos pelo então Diretor-Geral do DPF, acolhidos pela Unidade Técnica, a escolha da Fundação ATECH se deu em virtude da qualidade dos trabalhos desenvolvidos na implantação do Projeto SIVAM (Ministério da Aeronáutica) e do conhecimento adquirido a respeito do próprio Projeto PRO-AMAZÔNIA, ao proceder à revisão e atualização deste, então contratada pelo Ministério da Aeronáutica, sob a égide do Convênio nº 01/97, celebrado entre o referido Ministério, a Secretaria de Assuntos Estratégicos e o Ministério da Justiça, e ainda em razão da necessidade de se evitar a dispersão de conhecimentos de natureza confidencial dos dois sistemas.

Ademais, deve ser levado em conta, dentre outras razões aduzidas pelo gestor, o fato de ser aquela Fundação a responsável pela atividade de integração do sistema SIVAM, incluindo o gerenciamento, controle e custódia dos seus dados estratégicos, sendo que o Projeto PRO-AMAZÔNIA deve ser integrado àquele Sistema e ao SIPAM (da Secretaria de Assuntos Estratégicos), exigindo compatibilidade técnica entre os equipamentos e os próprios sistemas, uma vez que quem melhor atende tal exigência é a instituição responsável pelos serviços de integração do SIVAM.

Com efeito, é sensível a tendência, quer na doutrina, quer na jurisprudência, no sentido de se reconhecer que cabe ao administrador avaliar qual o profissional ou empresa cujo trabalho é o mais adequado ao objeto demandado, baseando-se, para tal julgamento, em seu desempenho anterior e nas demais características previstas no § 1º do art. 25 da Lei de Licitações.

Nesse sentido, eis o abalizado entendimento do Exmo. Sr. Ministro Carlos Átila, exarado nos autos do TC-010.578/95-1 (Decisão nº 565/95, TCU-Plenário), que reproduzo a seguir, *verbis*:

"Portanto, no meu entender, para fins de caracterizar a inviabilidade de competição e conseqüentemente a inexigibilidade de licitação, a notória especialização se manifesta mediante o pronunciamento do administrador sobre a adequação e suficiência da capacidade da empresa para atender ao seu caso concreto. Logo, num determinado setor de atividade, pode haver mais de uma empresa com ampla experiência na prestação de um serviço singular, e pode não obstante ocorrer que, em circunstâncias dadas, somente uma dentre elas tenha 'notória especialização': será aquela que o gestor considerar a mais adequada para prestar os serviços previstos no caso concreto do contrato específico que pretender celebrar".

Ainda sobre o tema, não é demais suscitar os precisos conceitos formulados pelo eminente Ministro Adhemar Paladini Ghisi, invocados pelo agente responsável, oportunidade em que Sua Excelência, ao tecer considerações sobre notória especialização, se vale dos ensinamentos de Marçal Justen Filho, Lúcia Valle Figueiredo e Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, entre outros (fls. 468/70).

Assinale-se, ainda, o teor do documento acostado às fls. 131/132 do volume I (Aviso Conjunto nº 388/95/GAB/SAE/PR, do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) por meio do qual é consignado que *"os objetivos dos Projetos SIPAM/SIVAM e PRO-AMAZÔNIA são convergentes e complementares, tornando plenamente factível e desejável a interação entre ambos, o que vem ao encontro das propostas do Governo Federal, visando a propiciar atuação integrada e coordenada dos seus órgãos, com vistas ao desenvolvimento e à proteção da Amazônia brasileira, em consonância com a Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal."*

De outra parte, cabe ainda ressaltar o conteúdo do Decreto nº 2.295, de 04/08/97, que, ao regulamentar o disposto no inciso IX do art. 24 da Lei nº 8.666/93, estabeleceu, *verbis*:

"Art. 1º. Ficam dispensadas de licitação as compras e contratações de obras ou serviços quando a revelação de sua localização, necessidade, característica do seu objeto, especificação ou quantidade coloque em risco objetivos da segurança nacional, e forem relativas à:

I - omissis

II - contratação de serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;

III - aquisição de equipamentos e contratação de serviços técnicos especializados para a área de inteligência.

Parágrafo único. As dispensas de licitação serão necessariamente justificadas, notadamente quanto ao preço e à escolha do fornecedor ou executante, cabendo sua ratificação ao titular da pasta ou órgão que tenha prerrogativa de Ministro de Estado."

Verifica-se, portanto, que a contratação direta da ATECH está legalmente amparada, seja pela inexigibilidade, pelos motivos já expostos, seja pela dispensa, com base no citado Decreto nº

2.295/97, considerando-se ainda o fato de que a divulgação de informações, no caso de realização de certame licitatório, poderia comprometer a segurança nacional.

Por outro lado, entendo que não se aplica ao presente caso uma das sugestões indicadas no item IV das conclusões do órgão técnico (adoção do caráter sigiloso aos autos, fl. 477), visto que a discussão da matéria, assim como se apresenta, não exige tal providência.

Impende esclarecer que esses contratos só terão eficácia após a realização de uma série de medidas, que estão por ser adotadas, entre as quais se destaca a contratação das operações de crédito externo.

Ante o exposto, louvando a excelência do trabalho produzido pela 4ª SECEX, com destaque para a proficiência e zelo demonstrados pelo Sr. Analista Arides Leite Santos, precedendo-se aos esmerados pareceres exarados pelos ilustres Representantes do Ministério Público, VOTO no sentido de que o Tribunal adote a deliberação que ora submeto ao E. Plenário.

T.C.U., Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 14 de abril de 1999.



HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

DECISÃO Nº /99 – TCU – Plenário

1. Processo nº: TC-002.138/98-0.
2. Classe de Assunto: Acompanhamento.
3. Responsável: Vicente Chelotti (Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal)
4. Entidade: Departamento de Polícia Federal/MJ.
5. Relator: Ministro Homero Santos
6. Representante do Ministério Público: Drs. Walton Alencar Rodrigues, Procurador-Geral, e Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral, em exercício.
7. Unidade Técnica: 4ª SECEX.
8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, II, 41, II e § 2º, e 43, I, todos da Lei nº 8.443/92, DECIDE:

8.1 acolher as razões de justificativa apresentadas pelo então Diretor-Geral Vicente Chelotti, relativamente às contratações da Sociedade Francesa de Exportação de Materiais, Sistemas e Serviços – SOFREMI, visando à aquisição de equipamentos e materiais para os Projetos PRO-AMAZÔNIA e PROMOTEC, com fundamento no inciso XIV, art. 24, da Lei nº 8.666/93, bem como da Fundação Aplicações de Tecnologias Críticas – ATECH, objetivando a prestação de serviços especializados para a implantação e execução dos mencionados Projetos com base no inciso II, art. 25 da citada norma legal;

8.2 determinar ao Departamento de Polícia Federal/MJ que:

8.2.1 nas aquisições objeto do contrato firmado com a empresa SOFREMI, dê também referência à compra de bens produzidos no Brasil, evitando a compra de produtos estrangeiros que tenham similares nacionais;

8.2.2 promova as modificações necessárias no contrato firmado com a Fundação ATECH no sentido de impedir a subcontratação dos serviços e incluir, nas condições de pagamento, todas as tarefas previstas no objeto contratual, reformulando, ainda, o cronograma de pagamentos respectivo, na forma indicada no parecer do Procurador-Geral, em exercício;

8.3 determinar, também, ao DPF/MJ que informe a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, o resultado das providências adotadas;

8.4 determinar à 3ª SECEX que proceda ao acompanhamento, *pari passu*, de toda a execução do contrato com a empresa SOFREMI e a Fundação ATECH, a fim de verificar a conformidade dos bens e materiais solicitados, como também dos serviços prestados, com os objetivos dos Projetos a que se destinam, assim como a adequação dos preços cobrados aos de mercado, atentando, também, para os aspectos indicados pelo Procurador-Geral, em exercício;

8.5. remeter cópia desta Decisão, bem como do Relatório e do Voto que a fundamentam, aos Exmos. Srs. Presidente do Senado Federal e Ministro de Estado da Justiça;

8.6 determinar a juntada dos autos às contas do Departamento de Polícia Federal – DPF/MJ, relativas ao exercício de 1998, para exame em conjunto e em confronto

9. Ata nº /99 – Plenário

10. Data da Sessão: 14/04/99 - Ordinária.

11. Especificação do quorum:

11.1. Ministros presentes:



HOMERO SANTOS
Ministro-Relator



Taxa de mortalidade* por homicídio das pessoas de 15 a 29 anos por tipo de Instrumento

1995

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Arma de fogo	Instrumento cortante	Outros
Brasil	43,3	27,8	4,8	10,7
Norte	28,5	15,0	8,4	4,8
Rorônia	36,2	21,7	10,1	4,4
Acre	39,4	24,2	12,1	3,0
Amazonas	36,1	16,9	14,0	5,2
Roraima	60,0	22,2	22,2	1,3
Pará	20,8	11,9	4,8	4,1
Amapá	69,5	32,8	16,4	20,3
Tocantins	13,7	5,3	4,6	3,9
Nordeste	28,8	20,3	5,8	2,9
Maranhão	12,4	5,5	5,6	1,3
Piauí	7,9	4,5	1,8	1,6
Ceará	22,8	10,5	7,7	4,6
Rio Grande do Norte	14,7	9,2	4,2	1,4
Paraíba	25,9	14,4	8,1	3,4
Pernambuco	65,8	54,4	7,0	4,6
Alagoas	38,5	27,0	7,8	3,7
Sergipe	27,1	15,0	9,7	2,4
Bahia	22,4	17,2	3,1	2,1
Sudeste	63,7	39,7	3,2	20,8
Minas Gerais	11,9	6,8	2,5	2,5
Espírito Santo	73,5	44,8	4,9	23,8
Rio de Janeiro	114,7	99,1	2,4	13,3
São Paulo	68,8	32,8	3,7	32,3
Sul	23,0	15,9	4,5	2,6
Paraná	25,7	17,4	6,0	2,3
Santa Catarina	12,3	6,6	3,5	2,1
Rio Grande do Sul	26,3	19,5	3,6	3,2
Centro-Oeste	38,2	25,0	7,8	4,3
Mato Grosso do Sul	50,3	37,3	7,6	5,4
Mato Grosso	32,8	17,2	9,3	6,3
Goiás	23,1	13,8	5,9	3,4
Distrito Federal	68,2	53,9	11,3	3,0

Fonte: Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde.

Coordenação de Informações de Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

*por 100 mil habitantes.

Elaboração IBGE/Departamento de População e Indicadores Sociais.

MIBGE 47

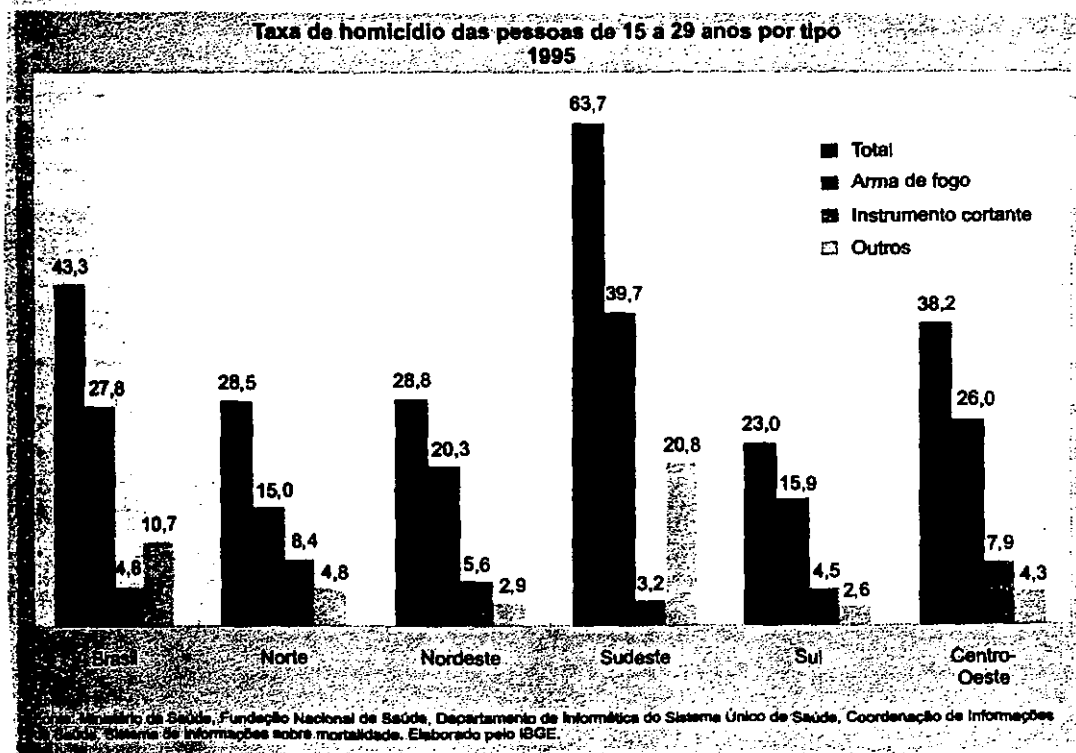
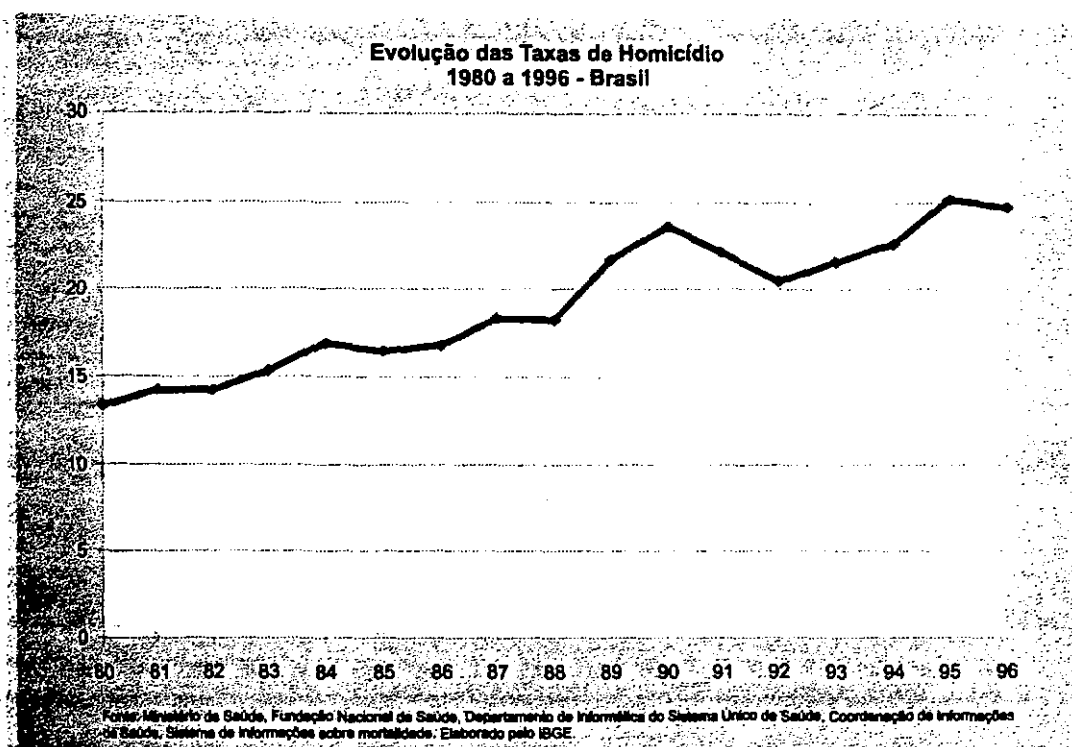
Taxa de mortalidade* por homicídio das pessoas de 15 a 29 anos por sexo			
1996			
Região	Total	Homens	Mulheres
Brasil	44,8	53,1	7,1
Alagoas	28,7	51,0	6,1
Amapá	28,6	48,1	8,8
Amazonas	34,1	58,3	9,7
Bahia	36,3	68,5	4,4
Ceará	70,2	114,2	25,1
Distrito Federal	21,5	38,1	4,7
Distrito Federal	77,7	138,1	18,6
Goias	17,4	31,0	3,3
Maranhão	31,8	59,5	5,0
Minas Gerais	11,1	20,3	1,9
Mato Grosso	6,6	13,0	0,5
Mato Grosso do Sul	23,6	44,3	3,8
Pernambuco	15,8	27,8	4,1
Piauí	33,0	58,0	9,1
Rio de Janeiro	72,1	139,4	7,7
Rio Grande do Norte	42,9	79,2	8,2
Rio Grande do Sul	25,4	48,2	5,4
Roraima	27,4	50,8	4,5
Sergipe	64,5	120,8	8,7
São Paulo	12,5	21,6	3,3
Santa Catarina	71,4	129,5	13,4
São Paulo	112,7	215,1	13,7
Sergipe	71,2	134,0	9,0
São Paulo	24,2	42,5	6,0
Santa Catarina	26,7	47,8	6,1
Santa Catarina	13,4	22,5	4,2
Santa Catarina	27,6	48,2	6,9
Santa Catarina	39,9	70,9	9,6
Santa Catarina	58,2	104,9	12,0
Santa Catarina	40,0	67,1	11,8
Santa Catarina	25,3	42,9	8,0
Santa Catarina	56,4	109,7	8,6

* Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Sistema de Informações de Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade.

00 mil habitantes.

Saúde

IBGE 49



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

Os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA/PROMOTEC **e os Projetos SIVAM/SIPAM**

A Exposição de Motivos Conjunta No. 194, de 21 de setembro de 1.990 (Ministério da Aeronáutica, Justiça e Secretaria de Assuntos Estratégicos), aprovada pelo Exmo. Senhor Presidente da República, propôs a implementação conjunta de ações do Governo Federal com o objetivo de propiciar a atuação integrada e coordenada dos seus órgãos na Amazônia Legal (Amazonas, Tocantins, Amapá, Roraima, Rondônia, Acre, Mato Grosso, Pará e Maranhão), por intermédio das seguintes ações:

- autorizar a Secretaria de Assuntos Estratégicos a formular e a implantar um sistema nacional de coordenação, visando a atuação integrada dos órgãos governamentais na repressão de ilícitos e proteção ambiental na Amazônia, ressalvada a competência de atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
- autorizar o Ministério da Aeronáutica a implantar o Sistema de Vigilância da Amazônia-SIVAM, integrado ao Sistema de Coordenação a ser formulado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos;
- ***autorizar o Ministério da Justiça a estruturar um conjunto de medidas que o permita integrar-se ao Sistema, de forma a habilitá-lo ao desenvolvimento das ações de sua responsabilidade.***

As mencionadas propostas deram origem, respectivamente, aos Projetos: **SIPAM** - Sistema de Proteção da Amazônia -, **SIVAM** - Sistema de Vigilância da Amazônia e **PRÓ-AMAZÔNIA**:

Projeto SIPAM

Objetivo: Integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam ações globais e coordenadas dos Órgãos governamentais na Região Amazônica, a fim de potencializar os resultados decorrentes da implementação das diretrizes políticas estabelecidas;

Projeto SIVAM

Objetivo: Coletar, processar, produzir e difundir dados de interesse das organizações integrantes do SIPAM;

Projeto PRÓ-AMAZÔNIA

Objetivo: *Efetivar a presença do DPF na Amazônia Legal, com a fixação de novas unidades e bases operacionais em áreas críticas, visando a prevenção e repressão dos crimes de competência do Órgão, especialmente os praticados contra as comunidades (silvícolas) indígenas, o meio ambiente, o narcotráfico, o contrabando de materiais preciosos ouro, madeiras e materiais raros, o trabalho escravo, a exploração da prostituição infantil, bem como garantir as ações dos Órgãos Federais atuantes na região, tais como: IBAMA, FUNAI, etc..*

O SIVAM foi concebido tendo em vista a utilização dos referidos recursos e meios técnicos por todos os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais que pudessem beneficiar-se dos mesmos, mantendo-se a identidade e independência dos diversos usuários do Sistema.

Para possibilitar sua atuação na vigilância ambiental, bem como na vigilância aérea e no controle do tráfego aéreo, o SIVAM disporá de extensos recursos técnicos, entre os quais destacam-se: sensores de vigilância, sensores ambientais, uma rede de telecomunicações em toda a Região Amazônica e recursos computacionais para tratamento de dados obtidos pelos sensores, informados por operadores e usuários e veiculados pela rede de telecomunicações.

O Projeto PRÓ-AMAZÔNIA tem como principal objetivo fortalecer e garantir a presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, é um dos importantes instrumentos que irá contribuir para o êxito do Governo Federal na implementação da Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal que tem como meta final a elevação da qualidade de vida das suas populações mediante o crescimento econômico sustentável, o pleno aproveitamento das potencialidades naturais e culturais e a internalização e melhor distribuição da riqueza.

Em virtude da constatação da exacerbação da violência, decorrente especialmente da atuação do crime organizado em todo o território, conduziram a Polícia Federal a elaborar, em complementação ao PRÓ-AMAZÔNIA, o Projeto PROMOTEC- Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal.

Nesse contexto, a efetivação da presença da Polícia Federal , em todo o território nacional, ocorrerá com base na revitalização das atuais unidades e na fixação de novas unidades operacionais em áreas críticas, dotadas de pessoal devidamente treinado e de recursos materiais com tecnologia adequada para a sua operação, visando a prevenção e a repressão aos crimes segundo a competência do Órgão.

Além disso, a Polícia Federal estará capacitada para a execução de atividades administrativas sob sua responsabilidade como , por exemplo a emissão de passaportes, controle de produtos químicos, fiscalização e controle das empresas de vigilância, cursos de formação de vigilantes, transportes de valores e sistemas de segurança de agências bancárias, etc..

Os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC objetivam ainda, a criação de mecanismos de consulta, cooperação, integração, avaliação, planejamento e coordenação entre as Polícias Brasileiras e Estrangeiras no campo estratégico, operacional e de treinamento, com vistas a combater com maior eficiência o crime organizado, notadamente o tráfico de drogas, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro.

Especial atenção será dada ao desenvolvimento de ações que tenham como objetivo a redução dos índices de utilização do território nacional como trânsito de drogas para os países consumidores.

Em síntese, os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC pretendem atingir os seguintes objetivos:

- ♦ ampliar, efetivar e solidificar a presença da Polícia Federal em todo o território nacional, com a criação de novas Unidades Operacionais em pontos estratégicos e modernização das existentes atualmente;
- ♦ reciclar, aumentar, capacitar e treinar o efetivo da Polícia Federal com a finalidade de viabilizar o desempenho das múltiplas atividades de sua competência, de forma isolada, conjunta ou coordenada com os demais Órgãos Federais, Estaduais e Municipais;
- ♦ implantar programas de capacitação de recursos humanos associando equipamentos de informática e de telecomunicações com técnicas específicas para o cumprimento das missões, de acordo com as peculiaridades específicas do crime praticado;
- ♦ implantar meios de transporte aéreo (aeronaves e helicópteros), fluvial, marítimo e terrestre, considerando as peculiaridades geográficas e a natureza da missão;
- ♦ estreitar a cooperação de informações, ações e as operações conjuntas com as Polícias Estaduais e dos Municípios na defesa da segurança pública, especialmente para o combate ao crime organizado;
- ♦ modernizar e aprimorar as instalações físicas, materiais e equipamentos, bem como capacitar o corpo docente da Academia Nacional de Polícia-ANP, de forma a torná-la o Centro de Treinamento Policial por excelência, na promoção de cursos de formação, especialização e reciclagem do Grupo Polícia Federal, das demais Polícias e de outras Autoridades Estaduais e Municipais, assim como intensificar o intercâmbio com as Academias de Polícia do País e do Exterior, visando a boa formação e a valorização profissional do Policial;
- ♦ atuar de forma sistemática no combate ao crime organizado, especialmente os que envolvam o narcotráfico, o contrabando de armas e a lavagem de dinheiro;
- ♦ modernizar, agilizar, aprimorar e promover a segurança da fiscalização do tráfego internacional, com a adoção do processo de leitura mecânica do passaporte brasileiro, adequando-o às normas internacionais expedidas pela ICAO (International Civil Aviation Organization);
- ♦ desenvolver e implantar um Programa de Qualidade Total em todas as áreas, setores e repartições da **POLÍCIA FEDERAL**, com o objetivo de congregar a todos pela busca do melhoramento contínuo dos serviços prestados à Comunidade e à Administração Pública, repassando os resultados aos demais Órgãos de Segurança Pública.

A integração do PRÓ-AMAZÔNIA com o SIPAM/SIVAM consistirá na utilização plena dos recursos técnicos postos à disposição pelo SIVAM, junto com a implementação de todos os recursos adicionais necessários próprios ao DPF. Evita-se, com isto, duplicação de recursos materiais e de esforços e aumenta-se a eficiência e a eficácia de todas as ações.

As características gerais que norteiam a integração destes sistemas podem ser sumarizadas como se segue:

- O PRÓ-AMAZÔNIA implementará os recursos de telecomunicações necessários mas não previstos pelo SIVAM, mantendo onde apropriado, a integração dos sistemas;
- O PRÓ-AMAZÔNIA complementará esses recursos de telecomunicações dentro das unidades do DPF, estabelecendo, onde apropriado, as redes internas necessárias, inclusive de telefonia e "Local Area Networks";

- O PRÓ-AMAZÔNIA utilizará os recursos computacionais implementados pelo SIVAM em seus CRVs(Centro Regional de Vigilância) e no CCG(Centro de Coordenação Geral), na medida em que se torne necessário e que tais sistemas possam fornecer produtos adequados para as necessidades do DPF;
- O PRÓ-AMAZÔNIA implementará recursos computacionais para atendimento às necessidades específicas do DPF, em suas unidades e sede;
- Os recursos computacionais próprios do DPF e os do SIVAM estarão interligados;
- A nível de telecomunicações e de processamento de dados, a integração entre os sistemas do SIVAM e os implantados adicionalmente pelo PRÓ-AMAZÔNIA permitirão, caso a caso, operação integrada ou independente;
- O PRÓ-AMAZÔNIA poderá utilizar os banco de dados do SIVAM quando apropriado e à medida de suas necessidades, bem como veicular informações em ambas as direções, entre tais banco de dados e os bancos de dados exclusivos do DPF;
- Pessoal do DPF poderá operar, planejar e executar ações, independentemente ou em coordenação com outros órgãos, a partir de instalações reservadas com esta finalidade pelo SIVAM nos CRVs e no CCG.

Verifica-se, portanto, que os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e SIPAM/SIVAM têm origem comum e objetivos convergentes e estão voltados para o atendimento de necessidades da nação, na Amazônia Legal.

Os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC foram examinados e identificados como passíveis de financiamento externo na Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX do Ministério de Planejamento e Orçamento-MPO.

Tendo em vista a necessidade de indicação de outro agente financeiro, uma nova Carta Consulta do Projeto PRÓ-AMAZÔNIA foi encaminhada à COFIEX, tendo a mesma sido aprovada com recursos provenientes do COFACE/SOFREMI/França, o mesmo acontecendo com referência ao Projeto PROMOTEC.

Os Projetos estão com o custo estimado em 395.290.000,00 (milhões de dólares) de equipamentos a serem importados da França e da Alemanha, adicionados de um financiamento de 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares) a serem gastos para aquisição de equipamentos, obras e serviços no Brasil.

Os recursos nacionais/externos para a viabilização do financiamento externo dos **Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC** encontram-se incluídas no Orçamento do DPF para o exercício de 1999 e na Proposta Orçamentária para 2.000, bem como no Plano Plurianual de Investimentos de Investimentos 1996-1999 e na Proposta 2.000-2003.

Com a implantação dos Projeto PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC, o DPF estará efetivamente capacitado a desenvolver as ações de sua competência em todo o território nacional.

O segredo do sucesso dos *Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC*, apoiados na base tecnológica a ser implantada, está na diferença radical em relação à abordagem tradicional de gestão dos meios de prevenção e repressão ao crime, constituindo-se

ainda, em uma inovadora concepção de combate integrado, objetivando a redução de custos operacionais e a desburocratização das ações policiais. Trata-se de um sistema multiusuário de gestão estratégica, que combina sistemas de obtenção de informações, comunicações e banco e processamento de dados, inclusive de imagens, podendo exercer importante papel na garantia da segurança pública.

Com isso, todos os dados poderão ser compartilhados e usados pelos Órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública que deles necessitarem, inibindo-se a compartimentação desnecessária e a utilização dispersa de recursos, o que favorecerá, também, por sua vez, a obtenção de resultados de natureza multidisciplinar e abrangente sobre o crime, especialmente o organizado.

Tratam-se, de Projetos de planejamento e gestão estratégicos, baseados no processamento da informação, dentro do novo paradigma tecnológico-gerencial característico da recente evolução do mundo. Neste paradigma, não é somente a máquina que importa mas também o seu uso inteligente e adequado, por pessoal devidamente capacitado, para aumentar a produtividade, alcançar resultados e reduzir gastos. As chaves do novo conceito de administração estratégica são mais o conhecimento, a informação, a comunicação e a ação produtiva e menos a burocracia.

Tratam-se ainda, certamente, de ambiciosos *Projetos*, não só pelo caráter inovador e pelos resultados positivos que certamente produzirão, mas também por serem Projetos racionais integralmente inseridos no paradigma criado pela evolução no campo da informática e das telecomunicações que está revolucionando os procedimentos de administração e gerência policial em todo o mundo.

É incontestável afirmar que a implementação dos Projetos Pró-Amazônia e Promotect trará inúmeros benefícios para a administração pública e à sociedade em geral, uma vez que os mesmos atendem às mais urgentes reivindicações da população, ou seja, SEGURANÇA.

O Processo de Contratação foi aprovado pelo Tribunal de Contas da União-TCU em Parecer consubstanciado na DECISÃO Nº 155/1999 - TCU – Plenário.

Os Projetos encontram-se em tramitação final na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN, onde foram desenvolvidas as análises e providências finais para a conclusão das condições de Financiamento, para posterior encaminhamento ao Senado Federal para aprovação do endividamento, assinatura do Contrato e início da implantação do Projeto, após aprovação da Comissão de Controle Fiscal-CCF.

Cumprе esclarecer que a aprovação dos Projetos na Comissão de Controle Fiscal-CCF, a qual é co-presidida pelos Secretários Executivos do Ministério da Fazenda, Dr. AMAURY GUILHERME BIER e do Ministério do Planejamento e Gestão, Dr. GUILHERME GOMES DIAS, é condição indispensável para a PGFN concluir o processo de análise e encaminhar o pedido de autorização ao Senado Federal, através da Casa Civil da Presidência da República.

CELSON APARECIDO SOARES
Delegado de Polícia Federal

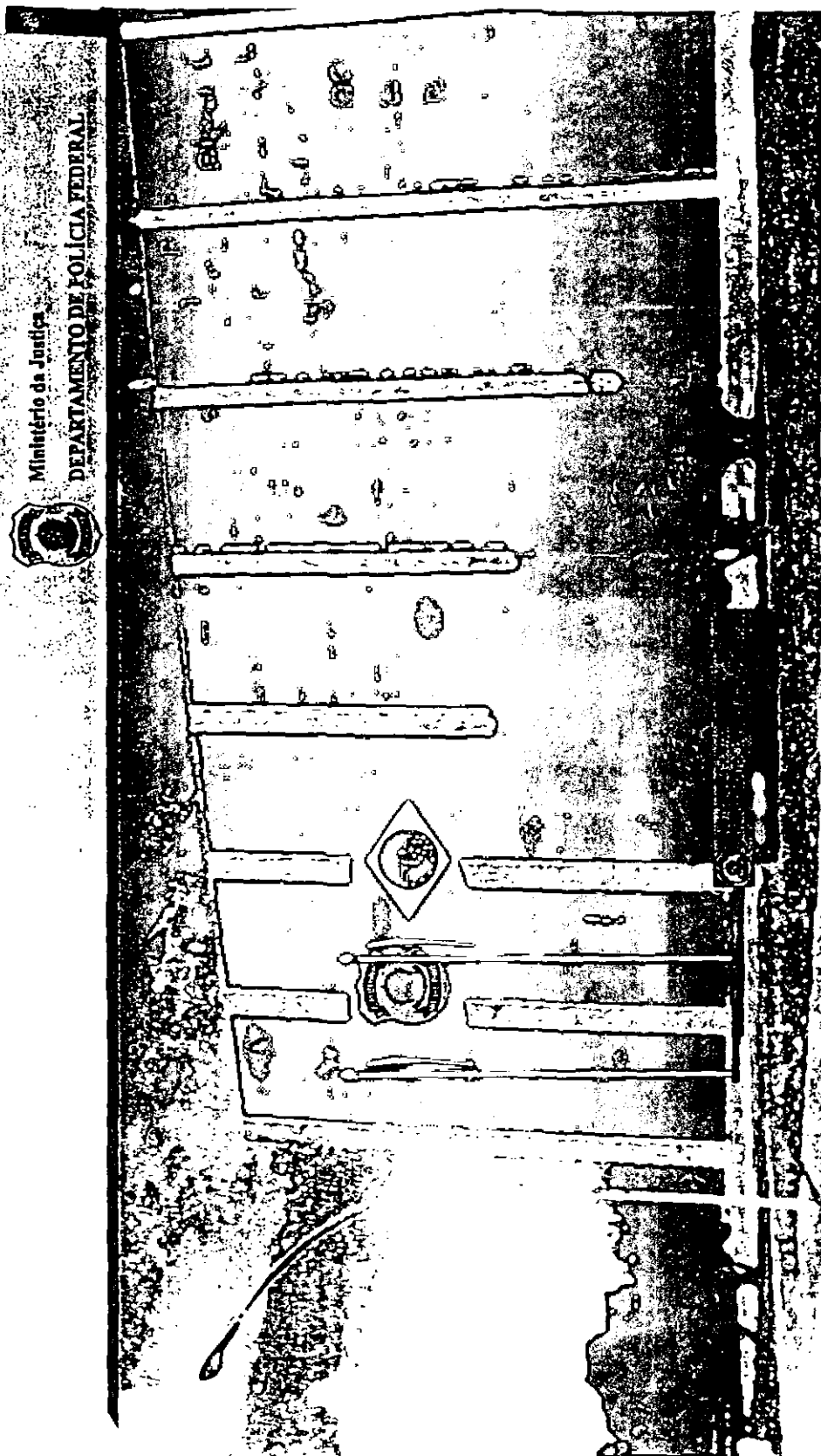
Chefe da Divisão de Planejamento, Projetos, Recursos Humanos e Materiais-DPRHM

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E MODERNIZAÇÃO
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO, PROJETOS, RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

PROCEDIMENTOS ADOTADOS PARA A VIABILIZAÇÃO DOS PROJETOS PRÓ-AMAZÔNIA E
PROMOTEC

1. Origem dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA, SIVAM e SIPAM – Exposição de Motivos Conjunta No. 194, de 21 de setembro de 1.990 (Ministérios da Aeronáutica, Justiça e SAE);
2. Em 02/Dezembro/93 a COFIEIX/SEPLAN aprovou a Carta Consulta do Projeto PRÓ-AMAZÔNIA;
3. Em 19/junho/95 o MJ instituiu, através da Portaria 742/95-MJ, uma Comissão objetivando identificar as alternativas de contratação dos financiamentos pretendidos;
4. Em 07/julho/1995, foi encaminhada a Carta Consulta do Projeto PROMOTEC para avaliação da COFIEIX, tendo como órgão financiador a SOFREMI/COFACE-França;
5. Em 17/outubro/1995 a COFIEIX comunicou ao DPF a aprovação da preparação do Projeto PROMOTEC, com recursos da SOFREMI/COFACE/França;
6. Em 19/junho/96 a Comissão instituída pela Portaria 742/95-MJ apresenta o Relatório, tendo sido adotada a alternativa de contratação através de Acordo Bilateral Direto, como sendo a mais viável para o caso em tela;
7. Em 09/julho/96, a COFIEIX/MPO comunica ao DPF a aprovação da nova Carta Consulta do Projeto PRÓ-AMAZÔNIA, com recursos provenientes do COFACE/SOFREMI/França,;
8. Os recursos orçamentários dos Projetos foram incluídos nas LDOs de 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999, bem como no PPA 1996-1999;
9. Em 12/Março/97 o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou, com a França, o Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal, objetivando o financiamento dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA e PROMOTEC;
10. Em 11/Abril/97 foi celebrado o Convênio 01/97-SAE/Maer/MJ, com vistas à integração dos Projetos do DPF ao SIVAM/SIPAM, em cumprimento à EM-194;
11. Em 30/Janeiro/98, através do Decreto 2479, foi promulgado o Acordo de Cooperação para a Modernização e o Reaparelhamento do Departamento de Polícia Federal;
12. Em 31 de março de 1998, a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça, aprovou a contratação direta da Société Française D'Exportation de Matériels, Systèmes et Services du Ministère de L'Intérieur – SOFREMI;

13. Em 31 de março de 1998 foi assinado o Contrato de Prestação de Serviços, fornecimento de equipamentos com financiamento entre o DPF e a SOFREMI;
14. Em Sessão de 22/04/98, o Plenário do Tribunal de Contas da União-TCU, determinou à 4ª SECEX, a realização de inspeção no mencionado contrato;
15. Em Sessão de 14/04/99, o TCU acolheu as razões de justificativa apresentadas pelo DPF, determinando à 3ª SECEX que proceda ao acompanhamento, pari passu, de toda a execução do contrato
16. Em 12/05/99, através do Doc. ML-11/05/1999, foram recebidas as minutas dos contratos de financiamento remetidas pelo Banque Nationale de Paris-BNP e Kreditanstalt fur Wiederaufbau, Frankfurt am Main-KFW;
17. Em 05/06/99 foram iniciadas as discussões no âmbito da PGFN, com a participação da Secretaria do Tesouro Nacional-STN e de servidores do DPF, das propostas de financiamentos apresentadas pelo BNP e KFW
18. Em 24/09/99 foram concluídas, na Alemanha, as negociações, referentes às propostas de financiamentos, entre servidores e funcionários da STN, PGFN, DPF, BNP e KFW;
19. Em 19.10.99 foi emitida Nota Técnica assinada pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério da Justiça, e pelo Coordenador de Planejamento e Modernização do DPF, enfatizando a necessidade do encaminhamento e aprovação do endividamento externo dos Projetos junto à Comissão de Controle Fiscal-CCF;
20. Em 25.10.99 foram expedidos os Ofícios 628 e 629/SE/MJ, endereçados, respectivamente, aos Secretários Executivos do Ministério da Fazenda, Dr. AMAURY GUILHERME BIER e do Ministério do Planejamento e Gestão, Dr. GUILHERME GOMES DIAS, solicitando a aprovação do contrato de financiamento externo dos Projetos junto à CCF, da qual os mesmos são Presidentes;
21. Em 24.11.99, dos Ofícios 069 e 515/BACEN/FIRCE/CONAC o Banco Central do Brasil comunicou o credenciamento das operações de créditos referentes aos Registros de Operações Financeiras-ROF (TA038625, TA 038628, TA 038647 e TA 038657);
22. NO MOMENTO AGUARDA-SE O PRONUNCIAMENTO DA CCF PARA POSTERIOR ENCAMINHAMENTO AO SENADO VISANDO A OBTENÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO EXTERNO E ASSINATURA DO CONTRATO;
23. A aprovação na CCF é condição indispensável para a PGFN concluir o processo de análise e encaminhar o pedido de autorização ao Senado Federal, através da Casa Civil da Presidência da República.



*Projetos: PRO-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de
Modernização da Academia Nacional de Polícia*

BRASIL
GOVERNO FEDERAL





Ministério da Justiça
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Projeto PRÓ-AMAZÔNIA

Projeto PROMOTEC

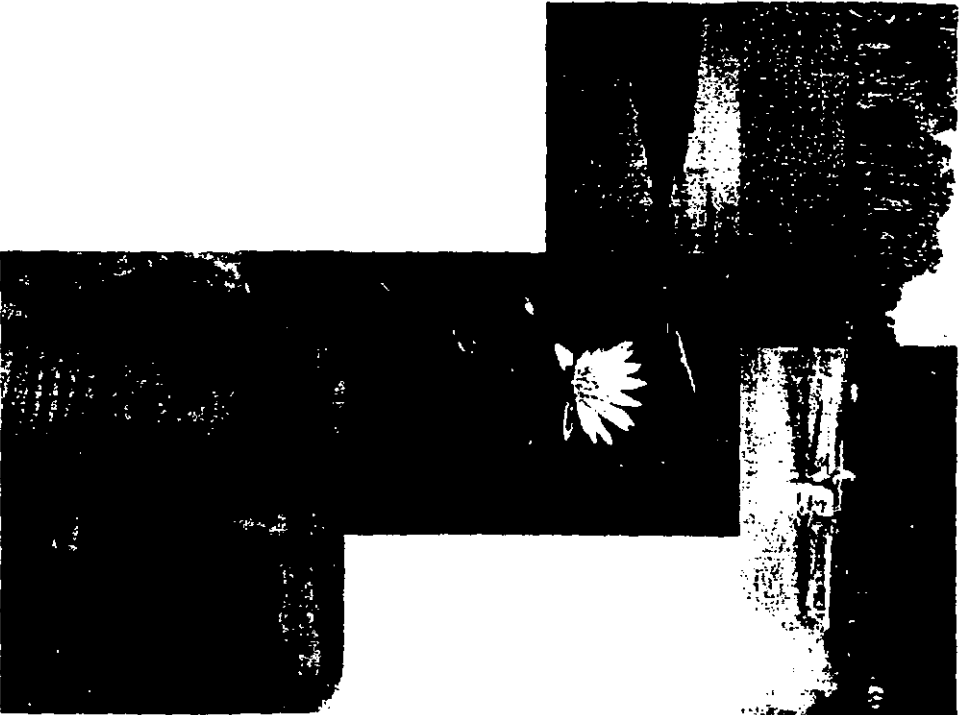
Projeto de Modernização da Academia Nacional de Polícia

CONCEPÇÃO

JOSÉ CARLOS DIAS
Ministro da Justiça

AGILIO MONTEIRO FILHO
Diretor do Departamento de Polícia Federal

Projetos PRÓ-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de Modernização da Academia Nacional de Polícia



ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	03
2 - OBJETIVOS DOS PROJETOS	06
3 - CONCEPÇÃO DO SISTEMA	11
3.1 - Subsistema de Telecomunicações	
3.2 - Subsistema de Informática	
3.3 - Subsistema de Infra-Estrutura	
3.4 - Subsistema de Recursos Humanos	
3.5 - Subsistema de Transportes	
3.6 - Subsistema de Reequipagem	
3.7 - Subsistema de Criminalística	
3.8 - Subsistema de Identificação	
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
Metas:	
/ Agricultura	
/ Educação	
/ Emprego	
/ Saúde	
/ SEGURANÇA	



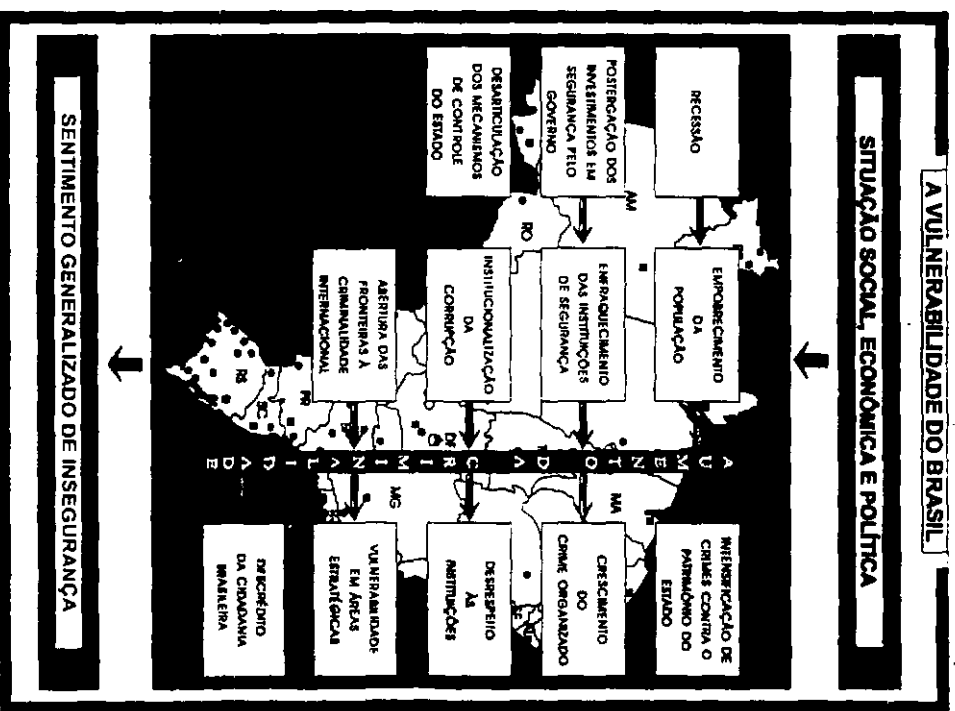
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

1 - INTRODUÇÃO

No transcurso dos últimos cinco anos o panorama da violência no Brasil ampliou e recrudesceu, tendo a criminalidade alcançado proporções inaceitáveis. A sociedade passou a assistir angustiada à crescente incidência dos assaltos generalizados, ao incremento do tráfico, produção e consumo de drogas; às constantes agressões ao meio-ambiente interferindo de forma drástica na qualidade de vida do povo; ao extrativismo predatório e clandestino das riquezas florestais e minerais; ao furto de veículos e cargas, ao descontrole do acesso às armas de fogo, inclusive as de grosso calibre, de uso privativo das Forças Armadas, aos escândalos financeiros, à alarmante participação de menores em atos criminosos, à ação de grupos de extermínio, à prática de trabalho escravo, à exploração da prostituição infanto-juvenil à escalada de seqüestros, à atuação do crime organizado com utilização de avançadas técnicas delitivas de prática do crime e lavagem do dinheiro, etc. enfim, o cidadão brasileiro vive a permanente expectativa de ser, não importa onde esteja, de alguma forma violentado.

A sociedade convive com a permanente sensação de abandono e desprezo, em virtude do crescente número daqueles que, certos da impunidade, desafiam as Leis e a ordem com a prática dos mais diversos atos de violência.

Este clima de intranquilidade explica a contratação de seguranças pelas mais abastadas, na tentativa, quase sempre frustrada, de proteção pessoal, de sua família e de seus bens. Por parte da sociedade em geral, tem-se, também, observado acentuada predisposição à concordância com atos que buscam a justiça pelas próprias mãos, em episódios de assassínios e linchamentos, indicando que o descrédito não se restringe aos órgãos de controle social, mas atinge os próprios fundamentos institucionais da ordem pública. O clamor popular por segurança impõe, assim, maior atuação do Estado, com vistas a garantir a tranquilidade à sociedade. O problema é que os braços do Poder Público para a aplicação da Lei estão quebrados.



Projetos: PRÓ-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de Modernização da Academia Nacional de Polícia-ANP

A situação das Polícias, de um modo geral, é precária e a situação do Departamento de Polícia Federal - DPF não foge à regra. Na órbita de sua competência o DPF possui as mais sérias e amplas atribuições e não tem os meios materiais e condições humanas para atendê-las, em que pese o reconhecido esforço de seus integrantes.

Assim sendo, em virtude da constatação da exacerbação da violência decorrente especialmente da atuação do crime organizado que tem fortificado cada vez mais as bases do tráfico de drogas, da lavagem do dinheiro e do contrabando no Brasil, especialmente na região amazônica e nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo;

-da verificação do constante aumento de áreas de cultivo de substâncias entorpecentes (MACONHA), na Região Nordeste;

-da devastação do meio ambiente;

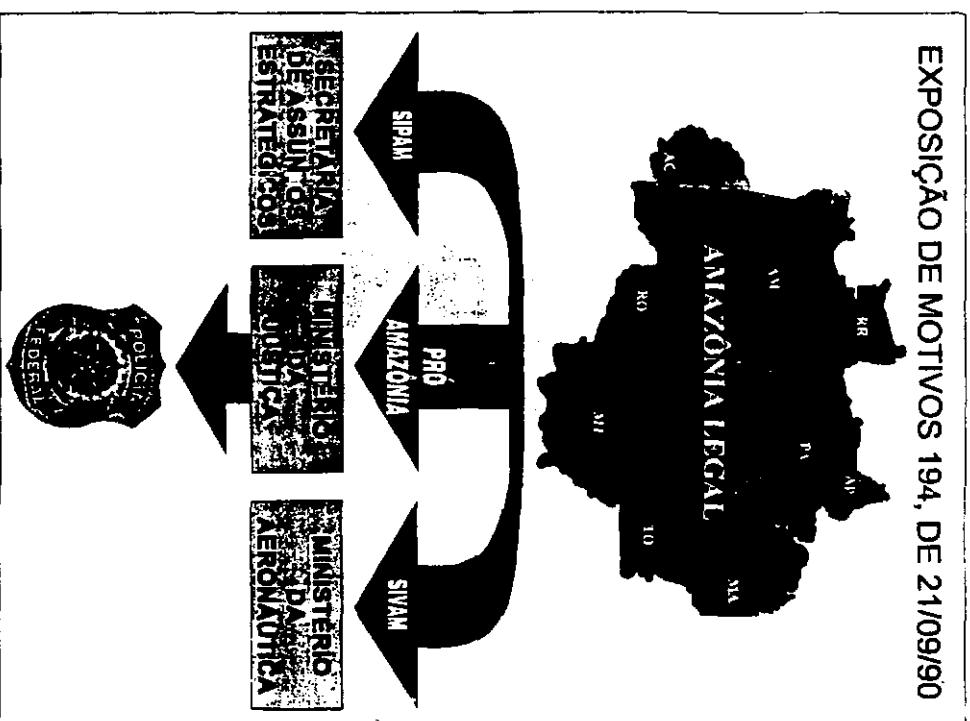
-do acirramento dos conflitos fundiários;

-do aumento dos crimes de "pistolagem";

da implementação do MERCOSUL, a partir de 1º de janeiro de 1.995, ou seja, todos estes fatores, somados à vontade política do atual governo em solucionar as graves questões relacionadas com a área de segurança pública, conduziram a Polícia Federal a elaborar os Projetos: PRÓ-AMAZÔNIA, PROMOTEC e MODERNIZAÇÃO DA ANP.

O Projeto PRÓ-AMAZÔNIA e os Sistemas de Proteção e Vigilância da Amazônia (SIPAM e SIVAM), da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Ministério da Aeronáutica, respectivamente, decorrem da Exposição de Motivos Conjunta Nº 194, de 21/09/90, que autorizou a implementação de um conjunto de ações do Governo Federal, com a finalidade de propiciar a atuação integrada e coordenada de seus Órgãos na Amazônia Legal.

O PRÓ-AMAZÔNIA, cujo principal objetivo é fortalecer e garantir

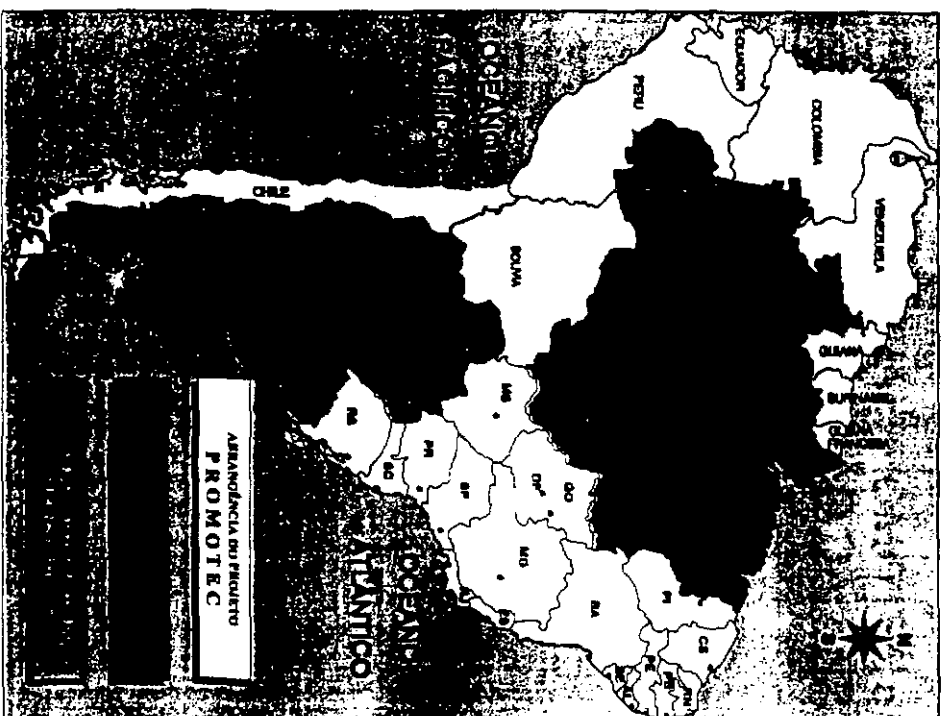


presença da Polícia Federal na Amazônia Legal, é um dos importantes instrumentos que irá contribuir para o êxito do Governo Federal na implementação da **POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA PARA A AMAZÔNIA LEGAL** que tem como meta final a elevação da qualidade de vida das suas populações mediante o crescimento econômico sustentável, o pleno aproveitamento das potencialidades naturais e culturais e a internalização e melhor distribuição da riqueza. O Projeto foi examinado e identificado como passível de financiamento externo na 10ª Sessão Extraordinária da Comissão de Financiamentos Externos-COFLEX, do Ministério de Planejamento e Orçamento-MPO, realizada em 13/11/93, com o custo total estimado no valor de 248,65 milhões de dólares (US\$ 170,79 milhões provenientes de recursos externos e US\$ 77,86 milhões de recursos do tesouro nacional).

O **PROMOTEC**-Projeto de Ampliação e Modernização das Unidades Operacionais e do Segmento Técnico-Científico da Polícia Federal, possibilitará uma atuação global e permanente da Polícia Federal nas demais regiões do Território Nacional não abrangidas pelo **PRÓ-AMAZÔNIA**. O **PROMOTEC** foi examinado e identificado como passível de financiamento externo na Sessão do dia 03/08/95 da **COFLEX** do MPO, com o custo total estimado no valor de 172,10 milhões de dólares (US\$ 106,84 milhões provenientes de recursos externos e US\$ 65,26 milhões de recursos do tesouro nacional).

O Projeto de Modernização da Academia Nacional de Polícia foi incluído no Programa de Reforma do Aparelho do Estado elaborado pelo do Ministério da Administração e Reforma do Estado - MARE, foi examinado e identificado como passível de financiamento externo na Sessão do dia 03/08/95 da **COFLEX** do MPO, com o custo total estimado no valor de US\$ 9,70 nove milhões e setecentos mil dólares.

As contrapartidas de recursos nacionais para a viabilização do financiamento externos dos Projetos encontram-se incluídas na Propostas Orçamentária para 1997 e no Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999.

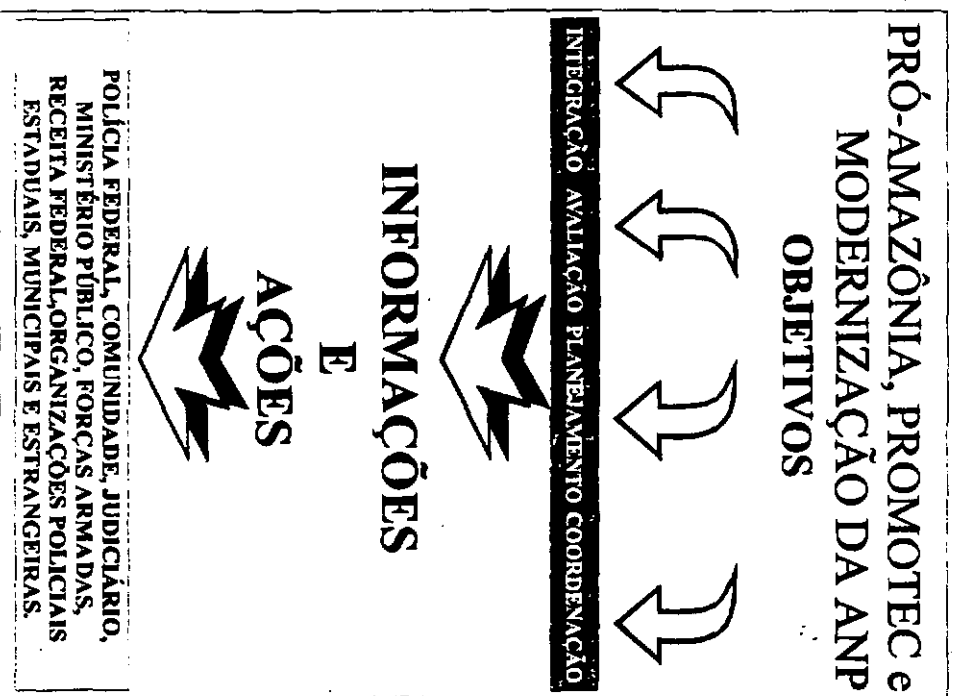


Projetos: **PRÓ-AMAZÔNIA**, **PROMOTEC** e de Modernização da Academia Nacional de Polícia-ANP

2 - OBJETIVOS DOS PROJETOS

A Polícia Federal para melhor cumprir as suas funções constitucionais, exclusivas de Polícia Judiciária da União, elaborou os Projetos mencionados com os seguintes objetivos gerais:

- Ampliar, efetivar e solidificar a presença da Polícia Federal em todo o território nacional, com a criação de 88 novas Unidades Operacionais e modernização das atualmente existentes;
- Manter ativa participação no combate aos crimes ambientais, na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos;
- Atuar de forma sistemática no combate ao crime organizado, especialmente os vinculados ao narcotráfico e ao contrabando;
- Garantir as ações de órgãos federais atuantes no País, tais como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis-IBAMA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA;
- Elevar o nível de capacitação técnica operacional da Polícia Federal, através de ações destinadas a ampliação, recuperação, aparelhamento e modernização das unidades operacionais e do segmento técnico-científico do DPF, representado pelos setores de Treinamento de Recursos Humanos/Academia Nacional de Polícia, Informática, Telecomunicações, Criminalística, Identificação Criminal e Superintendências Regionais, dotando-os dos meios necessários para que possam cumprir as suas missões de prevenção e repressão ao crime;
- Criar mecanismos de consulta, cooperação, integração, avaliação, planejamento e coordenação entre as Polícias nacionais e estrangeiras no campo operacional e de treinamento;



- Implantar um Centro de Aperfeiçoamento, Estudos e Pesquisa na Região Amazônica;

- Reestruturar o Itinerário Central Nacional-ECN da Organização Internacional de Polícia Criminal-INTERPOL e suas projeções regionais, bem como eliminar o processamento das atividades afins;

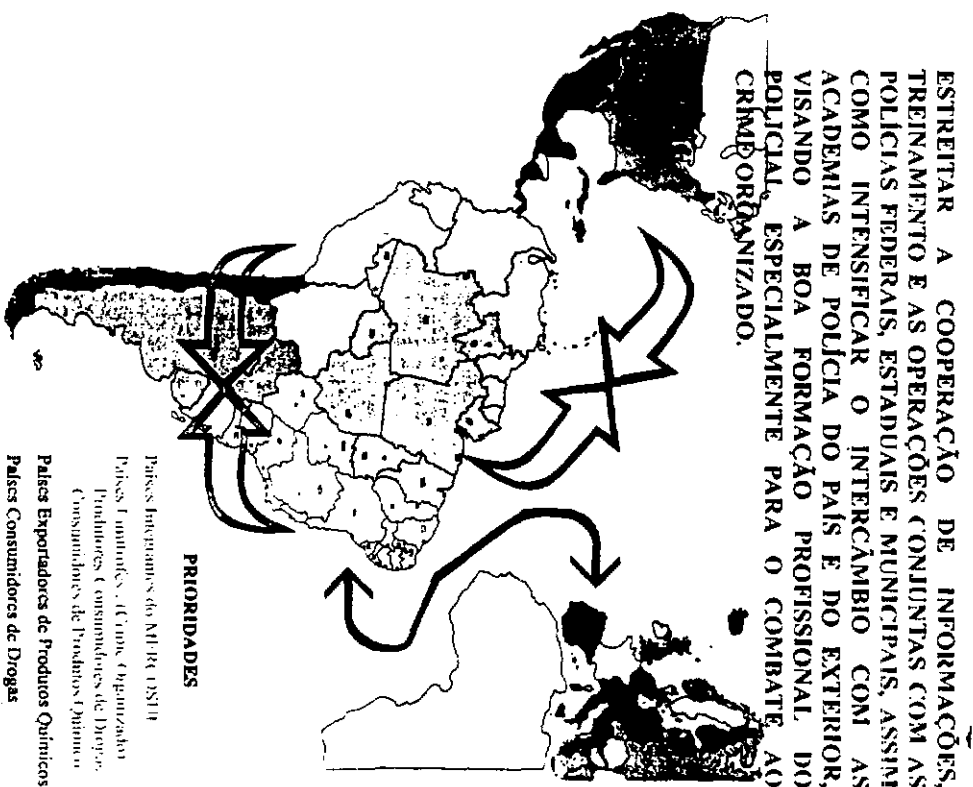
- Reciclar, aumentar e capacitar o efetivo da POLÍCIA FEDERAL com a finalidade de viabilizar o desempenho das múltiplas atividades de sua competência, de forma isolada, conjunta ou coordenada com os demais Órgãos Federais, Estaduais e Municipais de Segurança;

- Implantar meios de transporte aéreo (aeronaves, helicópteros e ultraleves), fluvial, marítimo e terrestre, considerando as peculiaridades geográficas, a natureza da missão e as diversidades existentes de região para região;

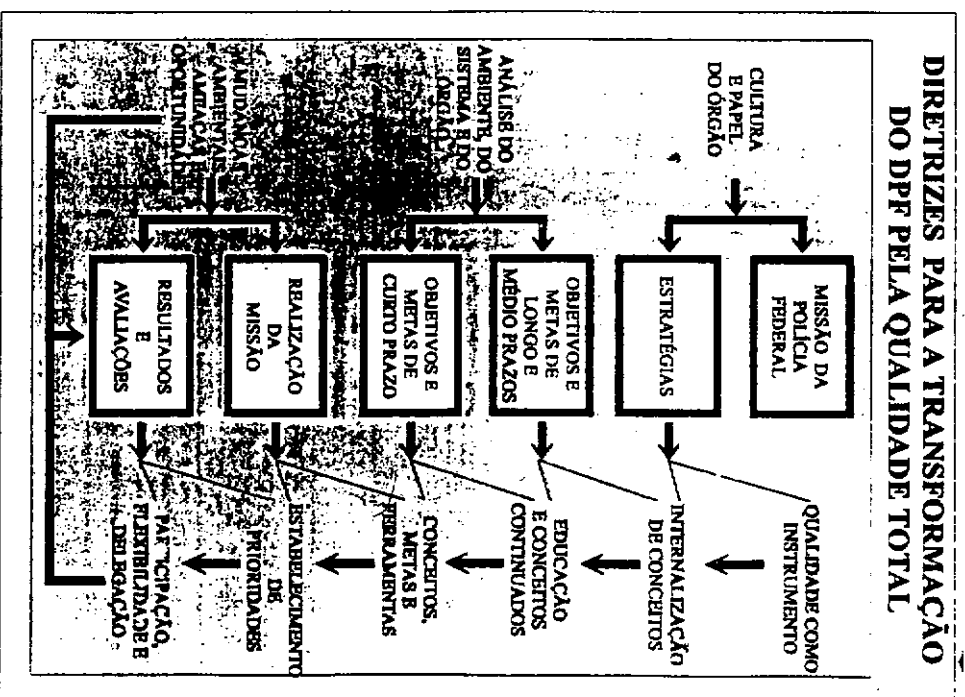
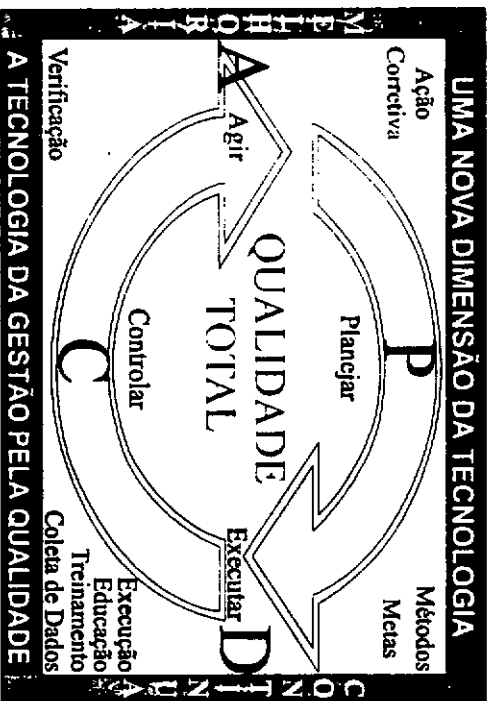
- Modernizar e aprimorar as instalações físicas, materiais, equipamentos, conteúdo programático, bem como do corpo docente da ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA, de forma a torná-la o Centro de Capacitação Policial por excelência, na promoção de cursos de formação, treinamento, especialização e reciclagem do Grupo Polícia Federal, demais Polícias e outras Autoridades Estaduais e Municipais, assim como intensificar o intercâmbio com as Academias de Polícia do País e do exterior, visando a boa formação e a valorização profissional do Policial;

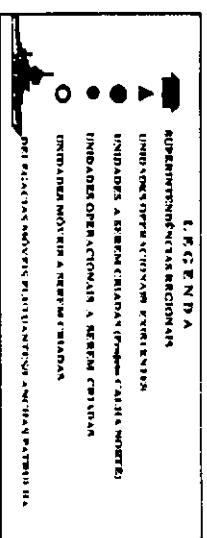
- Desenvolver e implantar um PROGRAMA DE QUALIDADE TOTAL em todas as áreas, setores e repartições da POLÍCIA FEDERAL, com o objetivo de congrega a todos pela busca do melhoramento contínuo dos serviços prestados à Comunidade e à Administração Pública, representando os resultados positivos às Polícias Estaduais e Municipais;

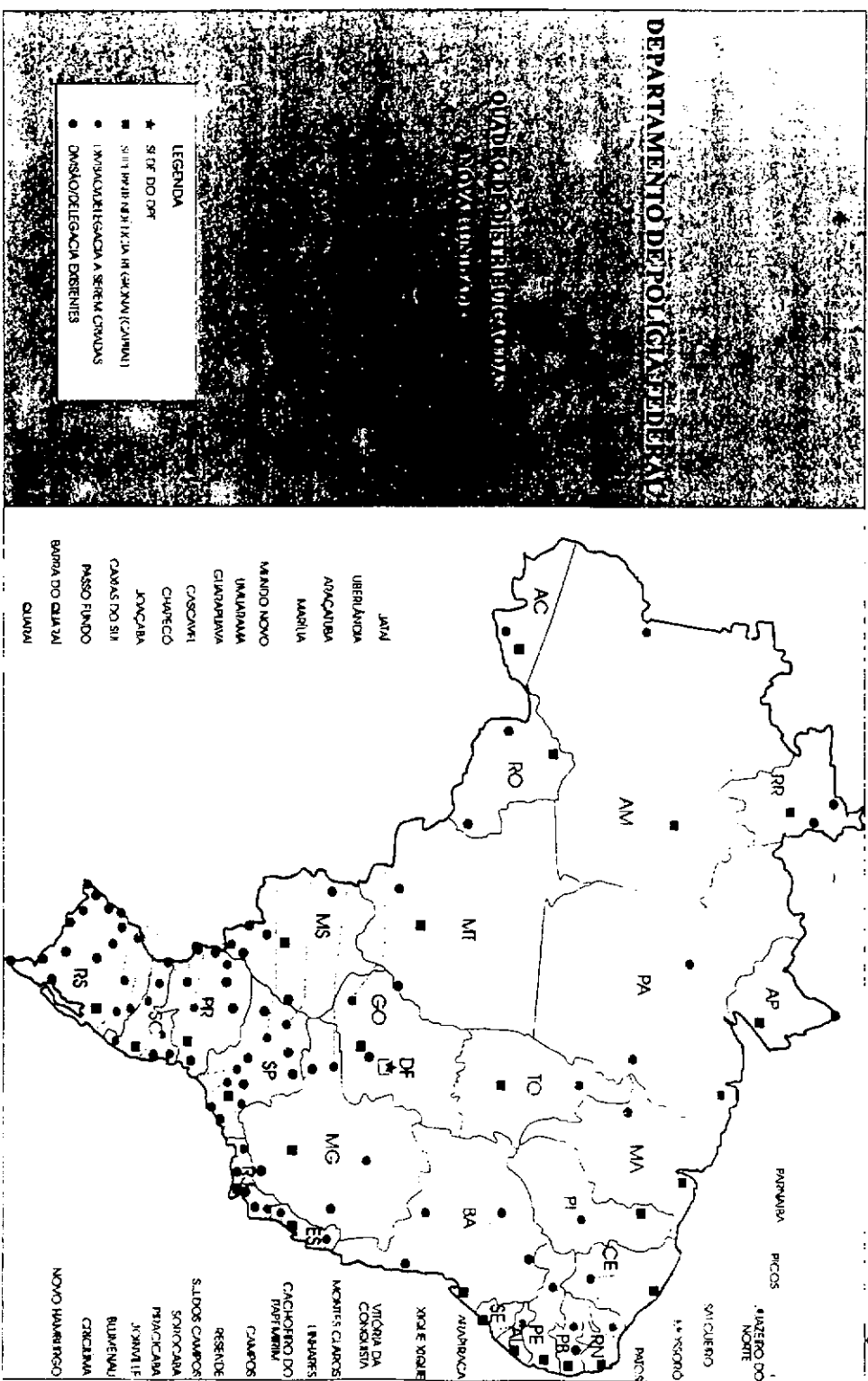
- Efetivar a fiscalização nos aeroportos e pontos brasileiros, objetivando a prevenção e repressão aos crimes de contrabando, entrada ilegal de estrangeiros, pirataria, sequestro de aeronaves, narcotráfico, etc.;



- Exercer eficazmente o controle e a fiscalização dos Sistemas de Segurança das Agências Bancárias, as Empresas de Vigilância, Transporte de Valores, Cursos de Formação de Vigilantes e as Empresas que comercializam produtos químicos utilizados na produção de substâncias entorpecentes;

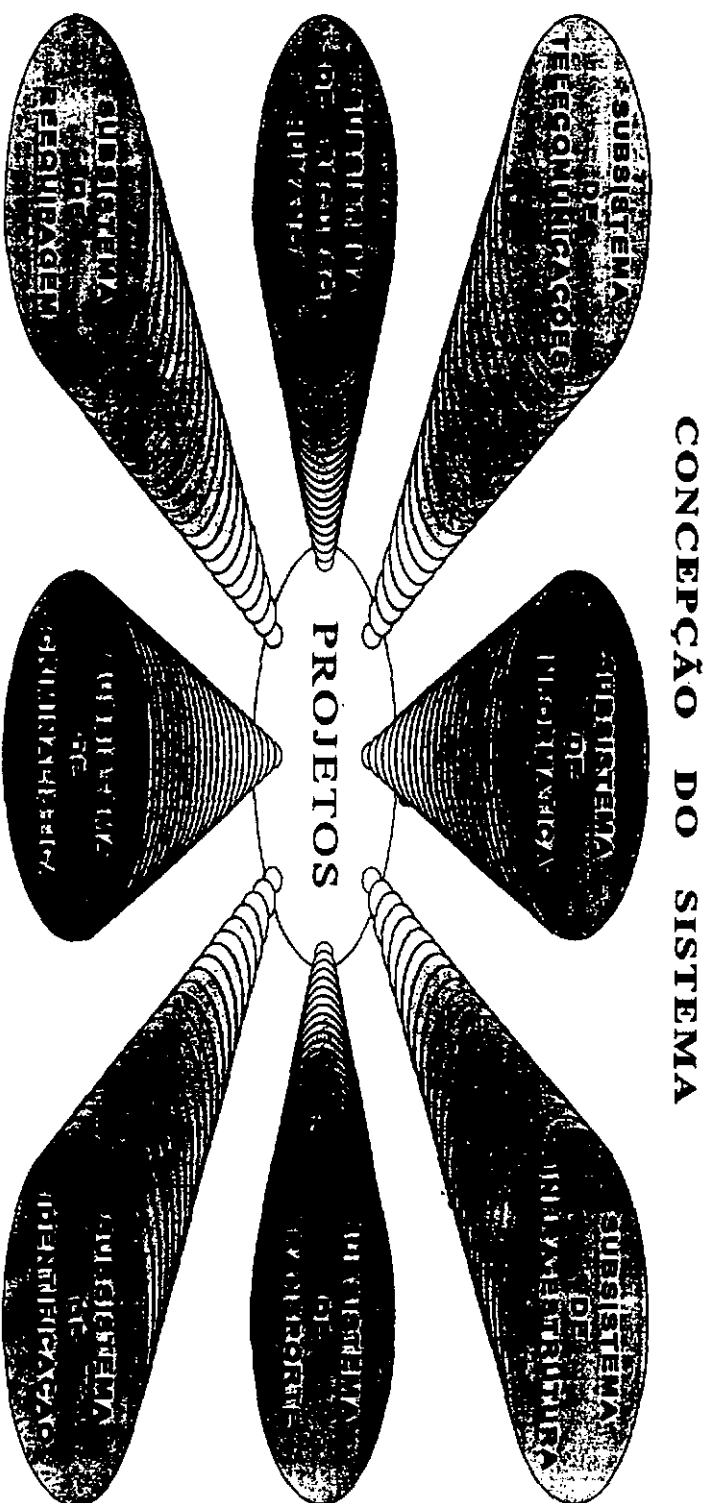






3 - CONCEPÇÃO DO SISTEMA

Os Projetos são constituídos, em suas respectivas áreas de atuação, de oito Subistemas, que têm por objetivo disponibilizar ao DPF os meios necessários ao cumprimento das suas competências constitucionais de forma efetiva e eficiente.



3.1 - SUBSISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES

De forma a atender às necessidades operacionais da Polícia Federal, o Subsistema de Telecomunicações prevê, em sua implantação, a integração das Unidades do DPF (existentes e a serem criadas) através de meios de Telecomunicações com altas taxas de confiabilidade, disponibilidade e operacionalidade, compostos basicamente por duas redes macro-denominadas: Rede Integrada de Acesso e Rede de Suporte de Transmissão.

A Rede Integrada de Acesso compreende todos os dispositivos de comunicação integrada de voz e dados, incluindo também as redes locais, centrais de despacho, unidades móveis, unidades de geoposicionamento, localização e reconhecimento topográfico. A Rede Suporte de Transmissão compreende os meios de rádio-comunicação VHF/HF/SSB, enlaces terrestres, telefonia celular e via satélite.

3.2 - SUBSISTEMA DE INFORMÁTICA

Concebido com base em modelagem abrangente, o Subsistema de Informática contempla todas as necessidades sistêmicas da Polícia Federal, em perfeita integração com os sistemas e bases de dados atualmente em uso e aqueles existentes em outras organizações governamentais que se relacionam com as atividades do DPF.

A conceitualização do Subsistema de Informática foi elaborada com as mais atuais concepções relativas a arquitetura de sistemas, ambientação de dados e segurança operacional. Essa estrutura permite assegurar confiabilidade, redundância, eficácia e acesso garantido para todos os usuários nas mais diversas localidades.

3.3 - SUBSISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA

Com o objetivo de atender às necessidades operacionais, será

necessária a adequação da infra-estrutura disponível, através da ampliação de facilidades existentes e incorporação de novas unidades.

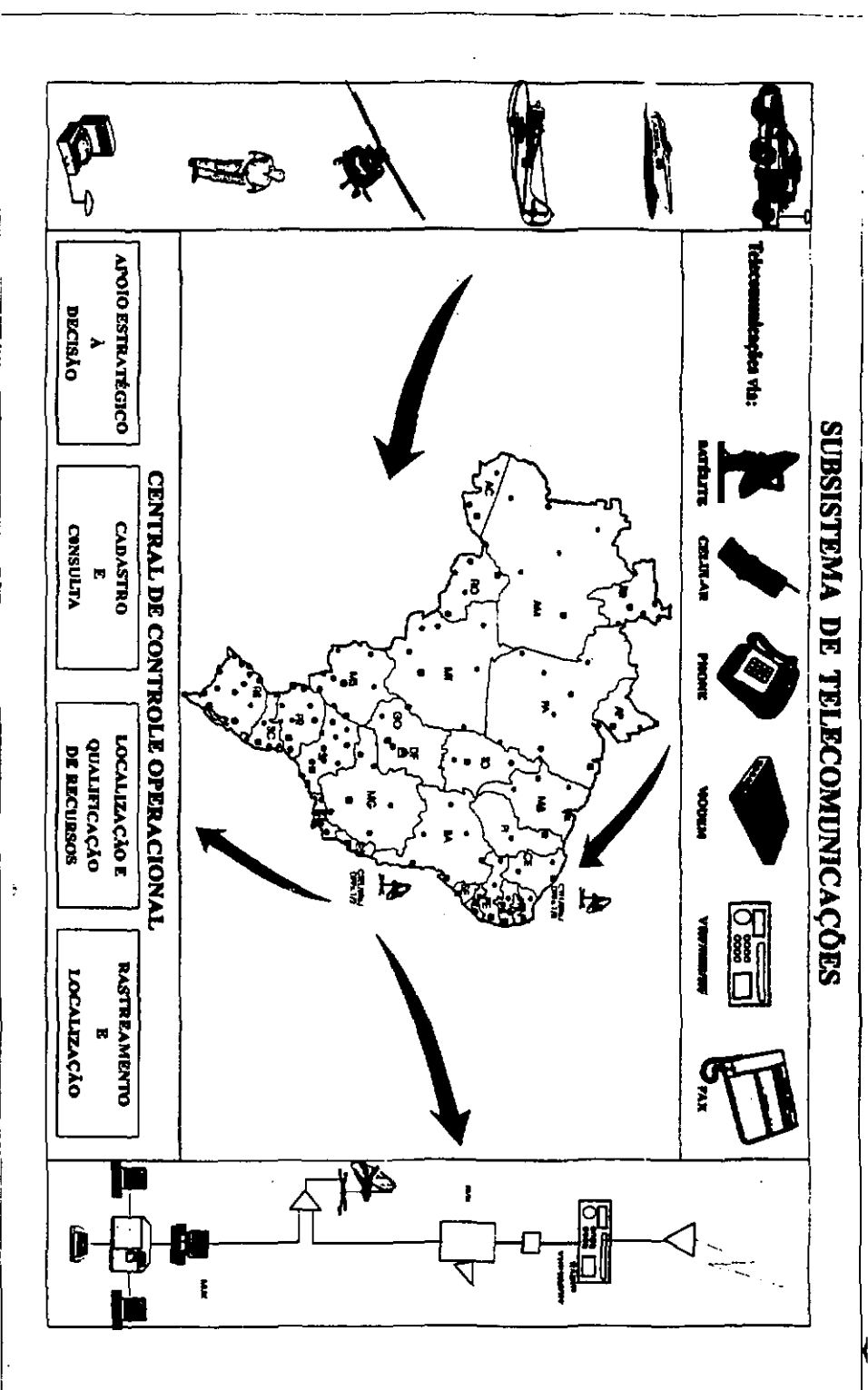
Nesse sentido, a implantação de meios técnicos nas unidades operacionais existentes, assim como a sua adequação à estrutura operacional, implica na necessidade de se executar significativas melhorias e ampliações nas edificações operacionais e de apoio existentes. A criação das 88 novas unidades também significa a necessidade de serem tomadas providências abrangentes para implantação física das mesmas, destacando-se a priorização e definição das áreas onde estarão localizadas, a identificação de terrenos e a subsequente execução das construções.

3.4 - SUBSISTEMA DE RECURSOS HUMANOS

Diante da diversidade de missões a serem desenvolvidas, seguem isoladas ou de forma coordenada com as demais Organizações Governamentais, a eficácia da atuação da Polícia Federal em qualquer parte do território nacional depende de um aspecto fundamental, ou seja, de uma adequada e condizente quantificação e qualificação dos recursos humanos para permitir o pleno desempenho de suas funções.

A implantação de um Centro de Aperfeiçoamento, Estudos e Pesquisa (CAEP), a situar-se na Região Amazônica terá por atribuições:

- complementar e regionalizar conhecimentos e procedimentos do DPF, dentro do universo específico dos problemas e condições da Amazônia;
- promover encontros diversos visando a integração de interesses nacionais e internacionais na busca de soluções dos problemas ocorridos na Amazônia e que afetam a comunidade mundial;
- ampliar o intercâmbio e a ação conjunta com as entidades governamentais que atuam na proteção ao meio-ambiente em âmbito nacional e internacional;
- implementar o intercâmbio com as comunidades científicas,



Projetos: PRO-AMAZONIA, PROMOTEC e de Modernização da Academia Nacional de Polícia-ANP

relacionadas com a área ambiental;

- difundir técnicas operacionais de prevenção, investigação e repressão utilizadas na preservação do meio ambiente na Amazônia.

3.5 - SUBSISTEMA DE TRANSPORTE

A eficácia na execução das tarefas de policiamento e fiscalização exigem a utilização de equipamentos de transporte que otimizem a mobilidade do efetivo policial.

Tendo em vista as necessidades do contingente de cada unidade e as restrições impostas pela infra-estrutura da região, os tipos de equipamentos de transporte a serem utilizados são os seguintes:

- Transporte Aéreo;
- Transporte Terrestre;
- Transporte Marítimo, Fluvial e Lacustre.

É de grande importância o uso de transporte aquático adequado às condições de navegabilidade de cada região para a realização das missões do DPF, entre as quais: patrulhamento ostensivo de rios, interceptação de embarcações, transporte de pessoal, funcionamento de delegacia móvel, patrulhamento velado, etc. Em virtude da natureza e destinação das embarcações estas devem estar munidas de armamento com proteção para a tripulação, meios de comunicação, sistema de localização e comunicação via satélite, radar sonar, GPS (Global Position System) etc.

3.6 - SUBSISTEMA DE REEQUIPAGEM

O Departamento de Polícia Federal, em função da amplitude de suas missões legais, necessita estar devidamente equipado com veículos,

armamentos, munições e aparelhos altamente especializados, além de mobiliário próprio, com o fim de desenvolver satisfatoriamente seus trabalhos.

A ação da Polícia Federal, por suas características diferenciadas do trabalho policial rotineiro, exige o emprego de modernos equipamentos, bem como a frequente reposição de materiais em virtude de desgastes, alienações e de avanços tecnológicos. É, portanto, indispensável que as Superintendências Regionais e Delegacias existentes, sejam modernizadas com equipamentos do mesmo padrão adotado para as novas unidades.

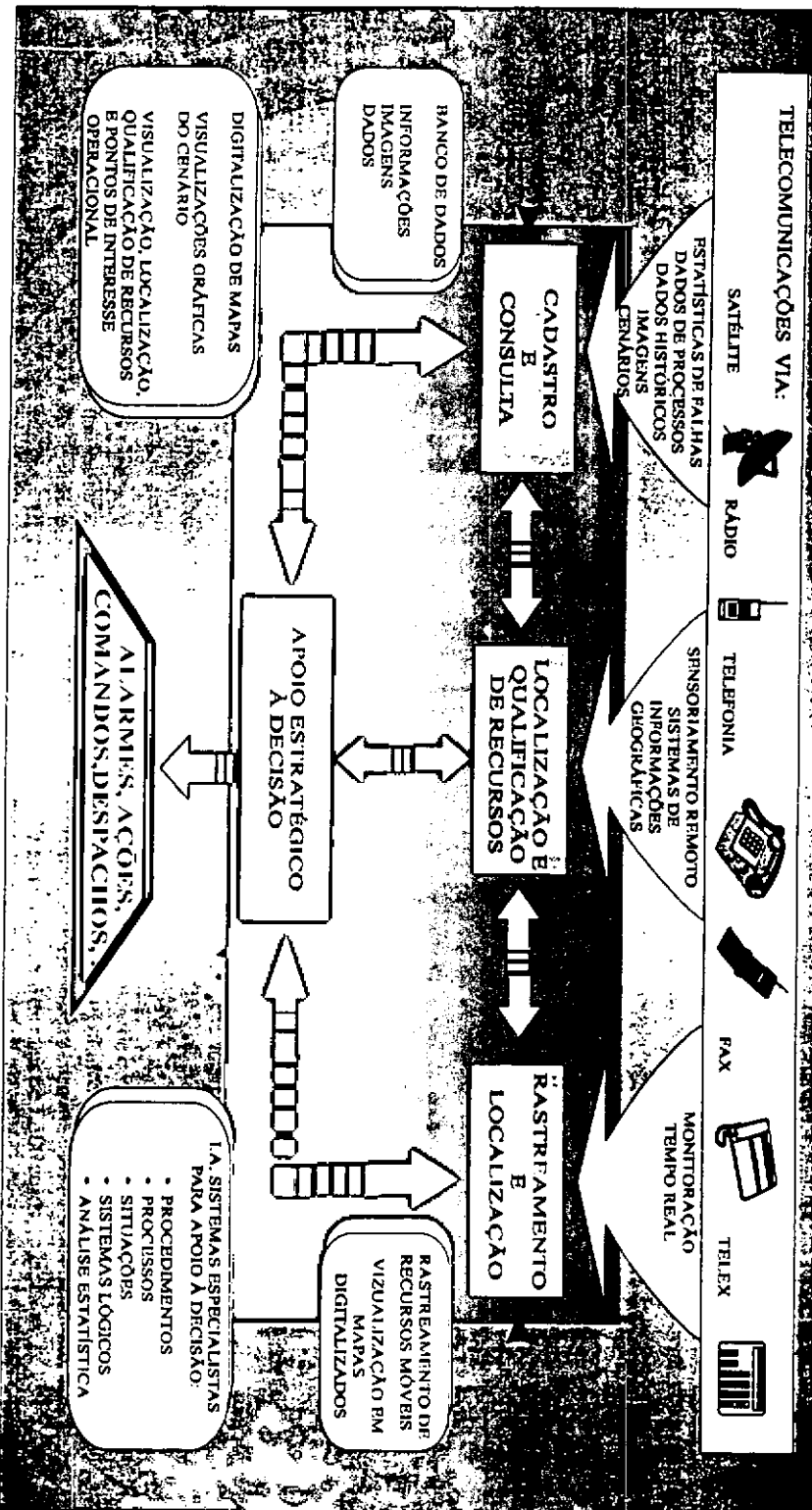
3.7 - SUBSISTEMA DE CRIMINALÍSTICA

Disponibilizará a infra-estrutura necessária para a produção da prova material, imprescindível para a orientação da Autoridade Policial na condução do Inquérito Policial, do Ministério Público no oferecimento da denúncia e dos Juízes em suas decisões, através da modernização e aprimoramento das instalações físicas, materiais (laboratórios de Física, Química, Eletrônica, Balística e Documentoscopia) e equipamentos, incluindo banco de dados de padrões, bem como a adoção das modernas técnicas de criminalística adotadas internacionalmente, objetivando a descentralização e agilização das suas atividades e a atualização tecnológica dos Peritos Criminais.

3.8 - SUBSISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO

Como setor responsável pela identificação e controle dos criminosos a nível nacional precisa efetivar a implantação do Cadastro Nacional de Informações Criminais- CINIC, com a finalidade de centralizar informações sobre crimes e criminosos e colocá-las à disposição dos organismos federais e estaduais responsáveis pela prevenção e repressão ao crime no País.

SUBSISTEMA DE INFORMÁTICA MONITORAÇÃO E APOIO ESTRATÉGICO



Projetos: PRO-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de Modernização da Academia Nacional de Polícia-ANP

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável afirmar que a implantação dos Projetos PRÓ-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA na POLÍCIA FEDERAL trará inúmeros benefícios para a administração pública e à sociedade em geral, uma vez que os mesmos atendem às mais urgentes reivindicações da população, ou seja, SEGURANÇA, uma das prioridades estabelecidas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO em seu Programa de Governo, expressa nas linhas de ações publicadas no Livro "Mãos à Obra" e pelo Ministério da Justiça em suas Políticas Públicas Setoriais voltadas para a segurança pública, conforme a seguir demonstrado:

CAPÍTULO III

AS CINCO METAS PRIORITÁRIAS E SETORES COMPLEMENTARES

3.5 - SEGURANÇA

- Estreitar a cooperação com os estados e município na defesa da segurança pública. (pág. 163);
- Valorização profissional do policial. Oferta de cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização para policiais e outras autoridades estaduais e municipais através da Academia Nacional de Polícia, que será reativada e de programas de intercâmbio com o exterior. (pág. 163/164);

- Intensificação das operações conjuntas das polícias federais e estaduais, voltadas especialmente para o combate ao crime organizado, em suas várias ramificações (narcotráfico, contrabando de armas, assalto a bancos, roubos de veículos e cargas, sequestro, jogo ilegal). (pág. 164);
- Apoio, em articulação com os estados e municípios, a programas especiais voltados para as crianças e adolescentes em áreas mais expostas à ação do crime organizado. (pág. 164);

- Fortalecer os Órgãos Federais de segurança e fiscalização. (pág. 166);
- Melhoria das condições materiais da Polícia Federal. (pág. 166);

- Definição de um cronograma de recomposição e ampliação dos efetivos da Polícia Federal, com a realização de concursos anuais. (pág. 167);

- Melhor articulação da Polícia Federal com outros braços do poder da União, como o Ministério Público, as Forças Armadas e a Receita Federal. (pág. 167);

5.2 - MEIO AMBIENTE

- É urgente o fortalecimento da ação fiscalizadora, sobretudo em função das nossas dimensões continentais, das nossas diversidades e dos desafios a serem enfrentados. (pág. 219);

5.4 - CRIANÇA E ADOLESCENTE

- O assassinato de centenas de jovens nas grandes cidades brasileiras e no meio rural, em muitos casos em circunstâncias que levam a crer no caráter deliberado de extermínio de menores, apresentou, nos últimos anos, uma média anual de mais de 1.500 casos. (pág. 230);

5.5 - MULHER

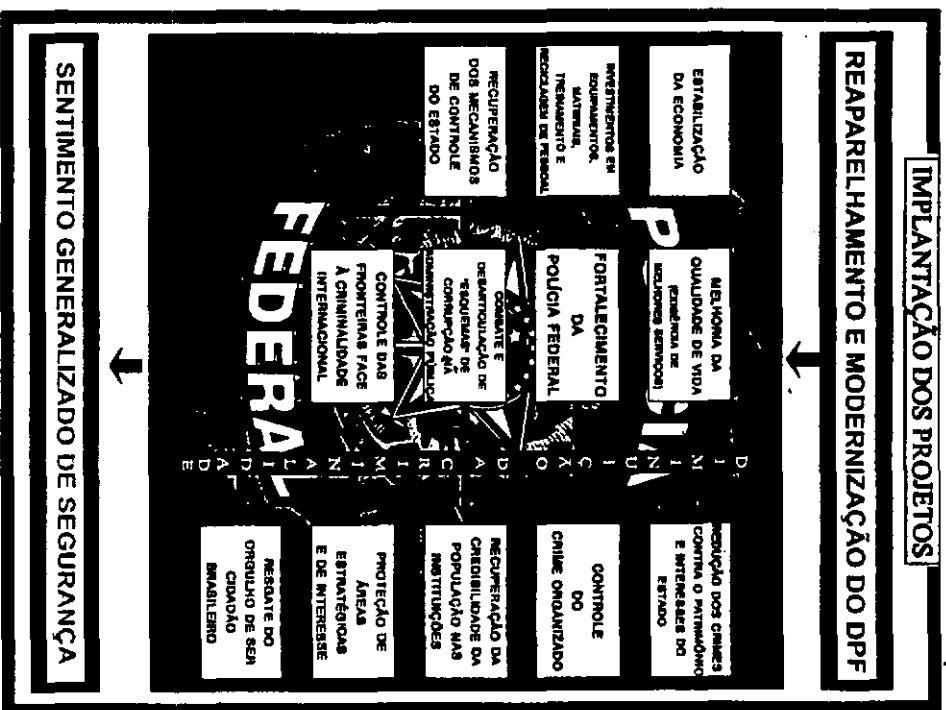
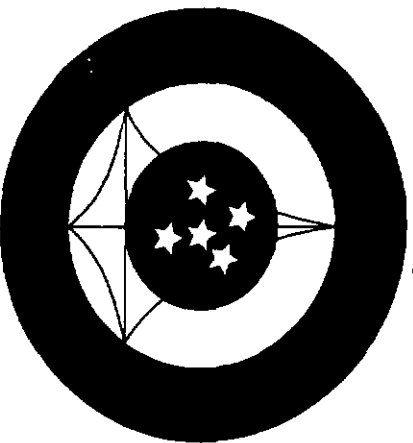
-O Governo Fernando Henrique atuará junto a todos os setores da sociedade no combate à discriminação e à violência contra as mulheres. (pág.235);

5.7 - INDÍOS

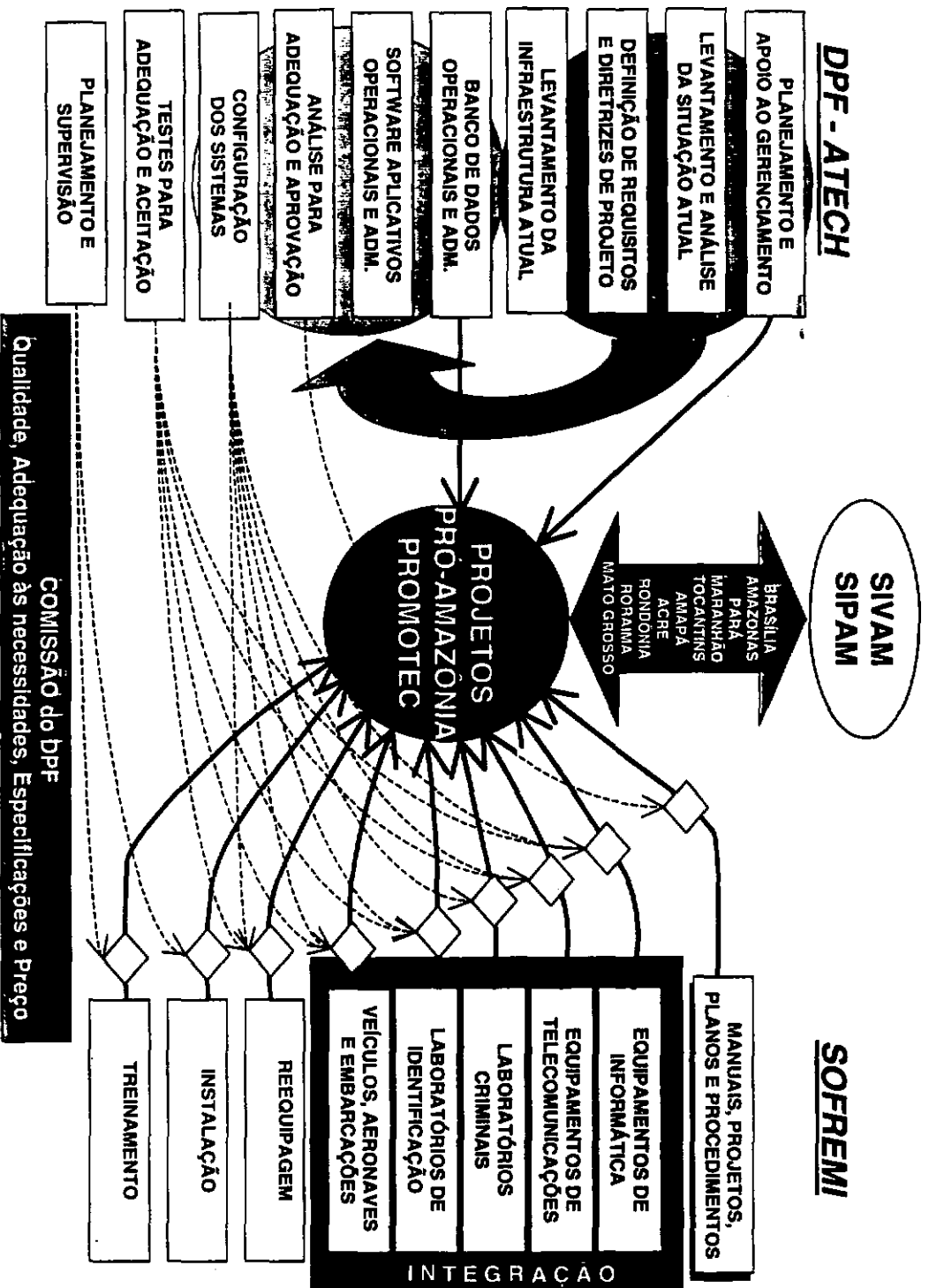
-Garantir que as terras indígenas sejam integralmente demarcadas, conforme determina a Constituição. (pág.243);

-Promover a retirada dos invasores dos territórios indígenas. (pág.243).

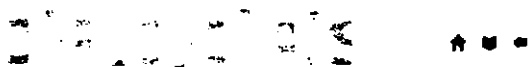
Os Projetos PRÓ-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de MODERNIZAÇÃO DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA contam com total receptividade e apoio da sociedade e das comunidades técnico-científicas, governamentais e privadas, nacionais e internacionais, favorecendo, com isso, a rápida viabilização dos mesmos.



Projetos: PRÓ-AMAZÔNIA, PROMOTEC e de Modernização da Academia Nacional de Polícia-ANP



O Estado de S. Paulo



Os vizinhos Colômbia, Peru e Bolívia produzem a droga, que entra todos os dias no território brasileiro

BOGOTA – A Colômbia, o Peru e a Bolívia lideram o ranking mundial de produção de cocaína. Hoje cerca de 98% de toda a droga consumida no planeta sai das regiões andinas da América do Sul. De importadora a Colômbia passou, em pouco mais de dois anos, a ser a maior produtora de folha de coca – com 79,5 mil hectares de plantações, que garantem anualmente 564 toneladas – e poderá tornar-se um dos maiores produtores de heroína e maconha, droga que também está sendo cultivada no Brasil, Guiana, Paraguai e Suriname.

Ninguém sabe qual é a extensão das culturas de maconha na América do Sul, mas a produção de cada país tornou-se suficiente para o abastecimento interno. Hoje, por exemplo, o Polígono da Maconha, no interior do Nordeste, fornece a droga para o Sudeste e abastece a própria região. De acordo com pesquisas da Organização das Nações Unidas (ONU), a maconha ainda é a preferida da população entre 15 e 19 anos.

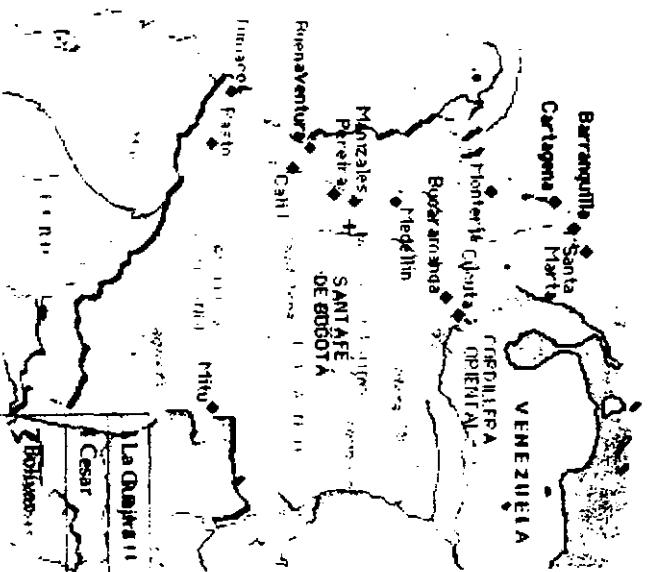
Na verdade, as duas drogas têm raízes históricas e culturais na América do Sul. Não se sabe exatamente há quantos séculos a maconha é conhecida pelos índios, mas a cocaína já era usada em rituais e feitiçarias e pela camada mais pobre da população há mais de mil anos. Com o tempo, elas deixaram de ser cultivadas de modo primitivo e se transformaram em comércio ilícito, que ganhou o mundo.

Até 1997, a Colômbia era um simples importador de pasta-base de cocaína do Peru, até então produtor mundial de cocaína – em torno de 400 toneladas anuais –, mas o custo da droga e a falta de tecnologia no refino fizeram com que o narcotráfico investisse também no cultivo na Colômbia, transformando o país em produtor mundial. Toda a produção no Peru era controlada pelos cartéis colombianos, o que levava as máfias a transportar a droga também pelo Brasil.

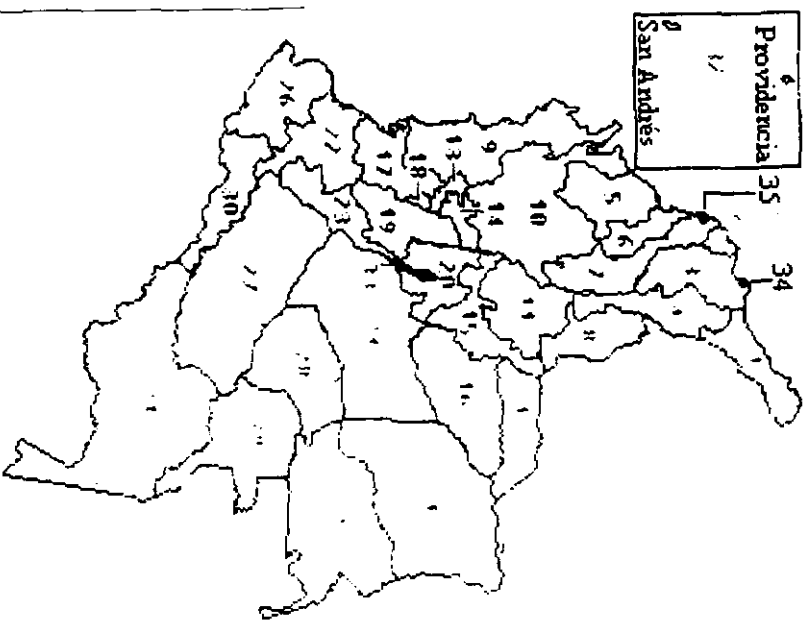
O coordenador-geral de Operações da Polícia Federal brasileira, Vantuir Brasil Jacine, explica: "Esse transporte era realizado pelos rios ou por pequenos aviões, que, por causa das grandes distâncias e pequena autonomia de voo, utilizavam pistas dentro do Brasil." Segundo ele, os bloqueios conjuntos promovidos pelas autoridades dos três países levaram à redução da produção de coca em território peruano. "Como consequência, a Colômbia passou a ser o maior produtor de coca do mundo", diz Jacine.

O Peru está na segunda colocação, com 44 mil hectares de plantações, seguido da Bolívia, com 38 mil hectares. Os dois países, para garantir o abastecimento mundial – principalmente dos Estados Unidos e da Europa –, exportam a pasta-base para os colombianos, utilizando, ainda, diversas rotas ilegais que passam pelo Brasil. De acordo com Jacine, "são 2.300 vôos anuais", portanto uma média de mais de seis vôos diários.

O Brasil não aparece no ranking de produção de cocaína, mas está entre os quatro maiores produtores de maconha da América do Sul e também já é um dos que mais consomem substâncias anfetamínicas, como ecstasy. Segundo relatórios da ONU, o País figura, ao lado da Argentina, Chile e Uruguai, como grande consumidor dessa nova droga, produzida em laboratórios



La Guajira	2 Atlántico	3 Magdalena
Cesar	5 Córdoba	6 Sucre
Bolívar	8 Norte de Santander	9 Chocó
10 Antioquia	11 Santander	12 Arauca
13 Risaralda	14 Caldas	15 Boyacá
16 Casanare	17 Valle	18 Quindío
19 Tolima	20 Cundinamarca	21 Vichada
22 Cauca	23 Huila	24 Meta
25 Cúcuta	26 Nariño	27 Casapá
28 Cúcuta	29 Vaupés	30 Putumayo
31 Amazonas	32 San Andrés y Providencia	33 Distrito de Bogotá
34 Distrito de Santa Marta	35 Distrito de Cartagena de Indias	



Combate – Apesar do aumento da sua produção a Colômbia surge como um dos países cujos governos mais lutaram para o fim do tráfico de drogas. “Da pena ver a quantidade de policiais que morrem por causa do narcotráfico”, diz o delegado federal Ronaldo Urbano, adido policial da embaixada do Brasil em Bogotá. Ele diz que existe um esforço concentrado das autoridades locais para atenuar o problema. “A gente vê que há boa vontade do governo colombiano para acabar com o tráfico”, acrescenta Urbano.

Quase todas as regiões produtoras da América do Sul estão concentradas na parte oriental dos Andes próximas de florestas e rios

Na Colômbia, as plantações situam-se entre os Rios Guaviare, Putumayo, Vaupês, Inirida, Yari, Arauca, Caquetá e Magdalena. Com exceção do Magdalena, todos os demais rios são da região de fronteira com o Brasil

O mesmo ocorre com os principais rios onde há plantações de coca no Peru – Marañon, Ucayali (nomes do Amazonas no lado peruano), Yavari e Putumayo. Já os locais de plantações da Bolívia estão relativamente perto dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Rondônia, o que também facilita o tráfico da droga.

A única droga produzida no Brasil, além da maconha, é a derivada da planta amazônica epadu – também conhecida como cocaína brasileira –, mas sua utilização para fins comerciais é improvável. Por isso, existe registro da existência de plantio, para fins culturais – e monitorados pela polícia –, entre os índios tucanos, tuiúcas, banivas, matis e macus. O uso deve ocorrer só em cerimônias religiosas, onde as folhas são mascadas.

A epadu – também conhecida por ipadu, ipadul e padul – fornece 500 gramas de folha por vegetal. Segundo a Polícia Federal, para cada quilo de droga produzida, são necessárias duas toneladas de folhas, o equivalente a 4 mil pés de epadu. (Edson Luiz, enviado especial)

Estatísticas mostram crescimento da violência

Roubo de carros e homicídios dolosos foram algumas das modalidades que aumentaram de 1998 para 1999

• As estatísticas da criminalidade divulgadas ontem pelo Governo estadual mostram um crescimento da violência no estado. Dos 12 tipos de crimes apresentados, oito registraram um aumento no ano passado, em comparação com 1998, e quatro tiveram queda. Três dos crimes que mais cresceram foram homicídios dolosos; roubo e furto de veículos; e assalto a pedestres. Assaltos a banco e latrocínios (roubos seguidos de morte) estão entre os crimes que apresentaram redução.

A principal preocupação do Governo agora é com os assaltos a pedestres e a ônibus, cri-

mes que apresentaram as maiores taxas de crescimento. Segundo o secretário de Segurança Pública, Josias Quintal, os dois crimes são difíceis de combater:

— A melhor forma de reduzir estes números é com o policiamento nas ruas, o que nós estamos fazendo com a contratação de mais policiais.

Em relação à taxa de homicídios, o coordenador de Segurança do estado, Luiz Eduardo Soares, disse que a mudança na metodologia para fazer a estatística provoca, de maneira geral, um aumento dos índices. O motivo é a inclusão no cálculo de crimes

que não eram considerados anteriormente como homicídios, como é o caso dos autos de resistência — nos quais bandidos são mortos em confrontos com a polícia.

Além de reforçar o policiamento, o Governo estadual planeja combater a criminalidade com esportes e shows. Trata-se do projeto Circuito da Paz, anunciado ontem por Quintal. Ele será implantado nos próximos meses nas áreas de 14 delegacias onde foram registrados os índices mais altos de homicídios. Essas mortes ocorreram, em sua maioria, nas noites de sexta-feira, sábado e domingo. ■

RICARDO BOECHAT



Fumo oriental

Fiscais da Receita Federal apreenderam no porto do Rio, ontem, um contêiner proveniente da China com 156 mil maços de cigarros.

São de marcas brasileiras.

Não se sabia que a falsificação já se instalou tão longe.

Em campo

O reverendo Moon também resolveu montar um time de futebol profissional no Brasil.

Comprou o treinador, Nei César, e cinco jogadores do Uiratan, atual campeão do Mato Grosso do Sul.

A equipe se chamará Nova Esperança e terá sede na cidade de Jardim, sede do empresário religioso no estado. 16

Conheça os números

CRIMES QUE CRESCERAM

- **HOMICÍDIOS DOLOSOS:** Em 98 foram 5.741; em 99, 5.930.
- **ROUBOS E FURTOS DE VEÍCULOS:** Em 98 foram 43.034 casos, contra 47.603 em 99.
- **ASSALTOS A PEDESTRES:** Em 98, foram 10.683 registros contra 13.202 no ano passado.
- **ASSALTOS A RESIDÊNCIAS:** 903 casos foram registrados em 98 contra 1.333 em 99.
- **ASSALTOS A ÔNIBUS:** De 6.774, em 98, esse número subiu para 7.683 em 99.
- **SEQÜESTROS:** Em 98, foram 17 casos. Em 99, foram 18.
- **ESTUPROS:** O número aumen-

tou de 1.493 em 98 para 1.571 em 99.

- **ARMAS DE FOGO:** Em 98, foram apreendidas 8.802 armas; em 99, foram 9.502.

CRIMES QUE DIMINUÍRAM

- **ASSALTOS A BANCOS:** Foram 351 em 98 e 274 em 99.
- **LATROCÍNIOS (ROUBOS SEGUIDOS DE MORTE):** Foram 130 em 98 e 122 em 99.
- **MACONHA:** Foram apreendidos 4.044 quilos da droga em 98 e 3.720 em 99.
- **COCAÍNA:** Foram recolhidos 2.048 quilos em 98 e 1.651 no ano passado.

Ciência no combate ao narcotráfico

ILSON LIMA

O Brasil está a caminho de se transformar numa Colômbia, onde o narcotráfico se expandiu e enraizou em todas as esferas da sociedade. A afirmação é do chefe da Divisão de Repressão a Entorpecentes (DRE) do Departamento de Polícia Federal, delegado Getúlio Bezerra Santos, para quem o estado brasileiro não tem sido eficaz no combate ao narcotráfico.

Segundo Bezerra o problema enfrentado pela segurança pública

no Brasil é estrutural. O chefe da DRE da PF afirmou que somente criando uma polícia inteligente é que o País será capaz de enfrentar o narcotráfico. Na opinião de Bezerra, a polícia necessita mudar de métodos, priorizando os conheci-

mentos científicos. "Armar polícia burra é agredir a sociedade", avaliou, ressaltando a importância de devassar a vida financeira dos traficantes.

Antes da exposição de Bezerra Santos, o deputado estadual Rogério Correia (PT) apresentou três requerimentos que foram aprovados pela CPI. Um deles convida o ouvidor-geral de Polícia, José Roberto Rezende, para acompanhar os trabalhos da Comissão. Outro convoca o empresário Wesley Silva, de Betim, para esclarecer as denúncias feitas pelo traficante Luiz Fernando da Costa, o "Fernando Beira-Mar", que o envolve com o tráfico de drogas. O terceiro convida o juiz Nelson Missias de Moraes, o delegado Sebastião Pujol, e as delegadas Maria Aparecida Pinto e Joana Darc Lima Temponi a prestarem esclarecimentos à CPI.

Meta é coibir o contrabando de cigarro

BRASÍLIA - O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, defendeu ontem uma ação mais enérgica da Polícia Federal e do Ministério Público contra o contrabando e a falsificação de cigarros. Na avaliação do secretário, os esforços da fiscalização tributária e a reestruturação do sistema de tributação dos cigarros não foram suficientes para enfrentar o crescimento desse tipo de crime.

No ano passado, a arrecadação do Imposto sobre Serviços Industrializados relativo ao Fumo (IPI-Fumo) teve uma queda real (descontada a inflação) de 18,7% em relação a 98 - o equivalente a quase R\$ 600 milhões. Maciel atribuiu esse resultado ao aumento do contrabando e da falsificação. "A cada dia nos confrontamos com novos casos", observou o secretário, relatando duas ações conjuntas da Receita com as autoridades policiais ocorridas nesta semana.

Na terça-feira, a alfândega do Rio de Janeiro apreendeu um contrabando de 150 mil maços de cigarros brasileiros, camuflados em produtos procedentes da China. Dois dias depois, segundo o secretário, foi descoberta uma fábrica clandestina de cigarros na Cidade de Cajamar, na Grande São Paulo. Foram encontradas nove máquinas para fabricar cigarros, 1.200 toneladas de tabaco, selos de controle

falsificados e cigarros já selados.

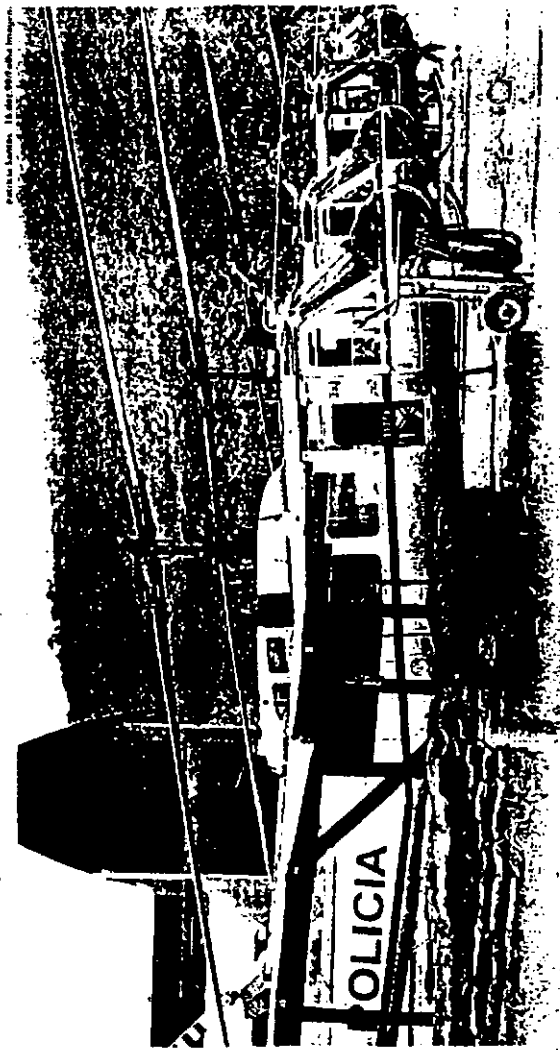
Para um combate mais eficaz a esses crimes, Maciel recomendou também a aprovação de uma lei que inclua a falsificação de selos controladores nas penalidades previstas no Código Penal. Ele lembrou que um projeto nesse sentido já está tramitando no Congresso Nacional.

Automóveis - A Receita conseguiu fechar no ano passado uma importante brecha, que acabou sustentando no mesmo patamar de 98 a arrecadação do IPI decorrente da fabricação de automóveis. Mesmo com a redução de alíquotas e a retração nas vendas, a arrecadação do IPI-Automóveis teve uma queda real de apenas 0,25%.

Segundo Everardo Maciel, o desempenho decorreu da substituição tributária promovida a partir de agosto, quando o IPI incidente sobre os insumos (peças e acessórios) destinados à fabricação de veículos passou a ser recolhido pelas montadoras. "Essa mudança teve um efeito extraordinário no combate à sonegação", afirmou o secretário. "Sem essa mudança, a queda da arrecadação do IPI de automóveis teria sido muito maior", completou, lembrando que no primeiro semestre do ano passado a queda oscilou entre 50% e 80%.

NARCOTRÁFICO Para analista, governo norte-americano considera que o país não colabora no combate ao crime

Droga vira foco de tensão com Brasil



Polícia Federal, 11 de maio 1999, Rio de Janeiro

de Nova York

A Polícia Federal está preocupada com a presença dos EUA na área de fronteira com o Brasil? Pois, segundo o analista Larry Birns, diretor do Council on Hemispheric Affairs (Caha), os Estados Unidos também estão preocupados, mas com o que consideram falta de empenho do governo brasileiro em combater o narcotráfico na área.

Para o analista, a tendência é a relação entre os dois países se complicar por causa de divergências sobre o combate às drogas na região.

O Caha é uma ONG (organização não-governamental) baseada em Washington que monitora há mais de 20 anos as políticas dos EUA para os países da América Latina e Caribe.

A organização é financiada por fundações, sindicatos, entidades profissionais e grupos religiosos, e reúne pesquisadores, analistas e ex membros do governo norte-americano.

Leia abaixo os principais trechos da conversa com o diretor do Caha.

★

Folha - O senhor acha que faz sentido a preocupação da Polícia Federal com a militarização das áreas de fronteira com o Brasil por parte dos Estados Unidos?

Larry Birns - O que se sabe em Washington é que tem havido uma transferência cada vez maior de cultivo e processamento de drogas para o Brasil.

É que o tráfico controlado opera-se por aí: o cultivo, com relativa segurança, é feito no Brasil, e a distribuição é feita nos Estados Unidos.

combate.

Folha - E o que isso quer dizer Birns - Na visão do governo norte-americano, as necessidades da "guerra contra as drogas" envolvem um aumento do uso de tecnologia militar, de tropas e áreas para supervisionar áreas de fronteira? Ou é um tipo de estratégia para lidar com a importação e exportação de drogas?

Folha - Qual o papel do Brasil nessa estratégia?

Birns - Entre os oficiais anti-drogas com quem tenho conversado, a compreensão é que o país não tem sido muito cooperativo. Eles têm sido relutante em fornecer dados de inteligência e nega que o problema seja tão grave quanto o DEA está dizendo que é.

Então nós estamos vendo o meio de uma sensibilidade crescente sobre o papel brasileiro no todo.

E uma vez que isso aconteceu, vai ter legisladores, congressistas, falar no Congresso norte-americano que o governo brasileiro está fazendo o suficiente para manter o fluxo de drogas longe do país.

Folha - Isso é uma avaliação comum ao governo?

Birns - Sim.

Folha - O que poderia ser como desculpa para alguma ação mais direta no território brasileiro?

Birns - Bem, acho isso muito importante no regime e os Estados Unidos têm um realmente o controle da política brasileira de combate às drogas.

Mas já há um longo grau de sentimento em Washington de que o Brasil não tem feito o suficiente para lidar com o problema de drogas.

Helicópteros utilizados em operações conjuntas dos governos norte-americano e peruano na selva amazônica contra o tráfico

Corpos serão exumados no Acre



da Polícia Federal do Instituto de Medicina Legal de Brasília. É a mesma equipe que fez ano passado a exumação do corpo de José Hugo Alves Filho, também vítima do suposto esquadrão da morte liderado por Hildebrando.

No caso de Uldes, a Justiça quer tirar dúvidas quanto à causa de sua morte. O laudo inicial aponta insuficiência respiratória, seção da musculatura esquelética e fratura da clavícula cervical.

Hugo Alves Filho, 34 anos, foi morto em 1997, no Acre, durante uma operação conjunta das polícias do Brasil e do Peru.

da Sucursal de Brasília

Os corpos do mecânico Agalson dos Santos Fátima, o peruano, e de seu filho, Uldes, tiveram exumação em 1999, em uma operação conjunta entre as polícias do Brasil e do Peru.

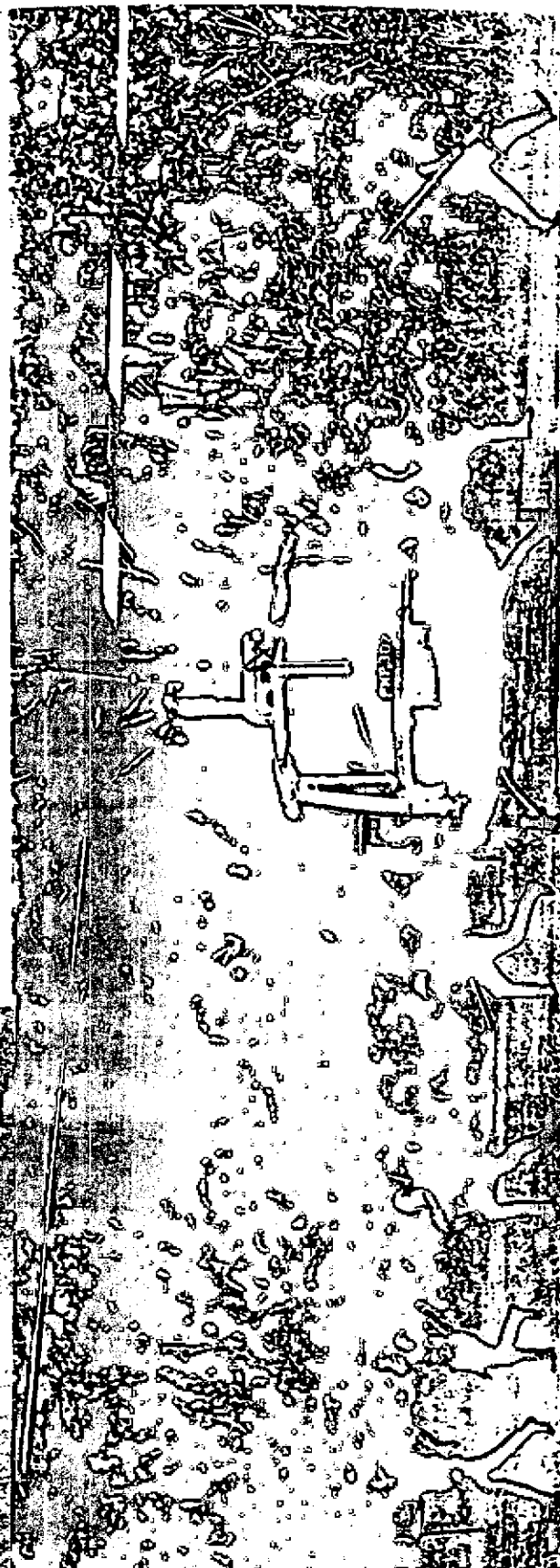
Os dois foram mortos, segundo a família, por vingança da família de um ex-deputado Hildebrando. Fátima morreu em Rio Branco, no Acre, em 1997.

O laudo de Uldes, 14 anos, apontou insuficiência respiratória, seção da musculatura esquelética e fratura da clavícula cervical.

Hugo Alves Filho, 34 anos, foi morto em 1997, no Acre, durante uma operação conjunta das polícias do Brasil e do Peru.

Ação dos EUA no Peru preocupa PT

Ex-vice-almirante A Polícia Militar do Peru está sendo treinada por militares norte-americanos no Estado de Iquitos (Peru), a 150 km da fronteira com o Brasil, com o propósito de treinar policiais no combate ao narcotráfico.



Homens pagos pelos EUA voltaram ao Peru depois de destruir uma plantação de coca.

cana no Peru reocupa a PF

ORGANIZADO *Mariners montam escola
combate ao tráfico na selva, o que
poderia pressionar o Brasil*

A Superintendência da Polícia Civil no Amazonas instaurou inquéritos para apurar o desaparecimento de seis aviões pilotados por brasileiros sobre a selva peruana nos últimos três anos.

Segundo a PF, estes pilotos, supostamente transportando pasta-base de coca do Peru para os laboratórios de refino da Colômbia e foram abatidos.

No início de dezembro, foram encontrados na selva peruana os restos de dois brasileiros, ainda não identificados, entre os de três integrantes de uma organização local chamada Cristóvão.

A última prisão de brasileiro em solo peruano por tráfico de cocaína ocorreu no dia 17 de novembro. Segundo a Dinandro, Gustavo Loja Fernandes foi preso com 4 kg de cocaína pura escondidos em uma mochila, quando tentava apanhar um voo interno. As demais prisões ocorreram entre janeiro de 97 e junho de 99.

Segundo a Dinandro, os brasileiros ficarão pelo menos seis anos presos.

O governo do Peru detlagrou, há quatro anos, um cerco contra a produção, o consumo e o tráfico de cocaína em seu país. Apesar de reduzir a área de plantio à metade, estima-se que a droga ainda gere uma receita de US\$ 500 milhões por ano.

Segundo o general Del Castillo, há "decisão política" de eliminar o narcotráfico no país, que começou pela aprovação de uma lei que incentiva os traficantes a denunciarem os chefes das organizações. O benefício para o delator vai da redução ao indulto da pena.

A legislação sobre o uso do espaço aéreo também foi alterada e a polícia está autorizada a derrubar aeronaves que estejam trafegando sem autorização.

Se o piloto não responder à ordem de pouso, a aeronave é derrubada. Nos últimos três anos, nove aviões foram abatidos e, entre eles, estavam os seis aviões brasileiros informados pela PF.

O general Del Castillo diz que o cerco exercido pelo governo peruano, em conjunto com os Estados Unidos, levou as organizações narcotraficantes a mudar sua estratégia de ação.

Ele explica que o Peru é, tradicionalmente, fornecedor de pasta-base de coca para os laboratórios da Colômbia. A pasta-base é um estágio intermediário da industrialização da folha de coca, que precede o refino.

Antes do cerco, iniciado em 96, a pasta-base seguia diretamente para a Colômbia, por aviões. Com o risco de abatimento das aeronaves, os traficantes passaram a levar a droga por barcos até a fronteira com o Amazonas e o Acre, onde é apanhada por pilotos brasileiros e levada para a Colômbia. A segunda rota é o Equador, que se tornou um corredor no transporte da pasta-base do Peru para a Colômbia, semelhante ao Brasil.

O general diz que a política de combate ao narcotráfico no país é definida pelo governo peruano e que os norte-americanos dão apenas suporte às suas ações, que são traçadas pela Dinandro e pelo Serviço de Inteligência, ligado à Presidência da República.

"Não há interferência. Somos um país soberano", afirmou.

Ele diz que as polícias do Brasil, Peru, Bolívia, Colômbia e Equador estão agindo juntas para enfrentar as organizações de tráfico de cocaína na região amazônica e, na avaliação dele, o Brasil vem assumindo uma posição de liderança nesse campo. Segundo o general, cem aviões de traficantes foram apreendidos nos últimos anos como resultado da ação conjunta desses países.

A repressão nas fronteiras tem levado a uma sofisticação do narcotráfico no Peru. Segundo o general, as organizações, que antes se limitavam a produzir a pasta-base no país, estão montando laboratórios de refino próximos a Lima, na costa do Pacífico.

continua

Leia mais sobre as ações contra o tráfico

O TRÓPICO DE COCHABAMBA

Relatório do Governo boliviano diz que em 1999 foram erradicados 15,3 mil hectares de coca, uma área 10% superior a de 98. O Plano Dignidade tem apoio financeiro dos Estados Unidos. O alvo principal são as plantações no Trópico de Cochabamba, que concentra 80% da produção de folha de coca do país.

Segundo especialistas, quase toda a cocaína consumida no Brasil se origina de folhas de cocaína bolivianas. A droga entra no país pelos estados da fronteira Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre.



O POLÍGONO DA MACONHA

A Operação Mandacaru, delatada em 29 de novembro, pelo Governo brasileiro, prendeu 27 traficantes e erradicou 480 mil pés de maconha nos sertões pernambucano e baiano, o chamado Polígono da Maconha. Além da ação policial, a operação apostou na criação de alternativas econômicas para evitar que os pequenos produtores nordestinos, empurrados pela miséria, se dedicassem ao plantio da droga.

O transporte da droga era tão intenso que a BR-116 entre Salgueiro e Cabrito era chamada de "Transmaconheira".



Comandada pela Secretaria Nacional Antidrogas, a operação mobilizou 1.200 militares das três armas, policiais militares e civis, 260 agentes federais e rodoviários, técnicos do Ibama, da Funai e da Receita Federal.

ERRADICAÇÃO DAS PLANTAGENS DE COCA NA BOLÍVIA (EM HECTARES)

PLANTACÃO	DESTRUIDOS	PLANTACÃO	DESTRUIDOS	PLANTACÃO	DESTRUIDOS
1986	26.027	1991	38.811	1995	39.175
1987	29.109	1992	35.561	1996	40.512
1988	35.041	1993	35.141	1997	38.526
1989	38.753	1994	34.932	1998	34.921
1990	43.119	1995	37.919	1999	36.000

*Dados até outubro de 99

FONTE: Governo boliviano

Bolívia faz cerco contra plantações de coca

Governo americano monitora e financia a maior parte do programa antidrogas no país

Rubens Valente

• SAO PAULO. Uma das maiores ofensivas contra o narcotráfico no Brasil ocorre em outro país, em área equivalente a aproximadamente 60 mil estádios de futebol: a pouco mais de 500 quilômetros da fronteira brasileira, numa região tropical que ocupa o segundo lugar no mundo em produção de cocaína. Trata-se do plano de erradicação dos campos de cultivo de coca da Bolívia, levado a cabo pelo Exército boliviano com financiamento dos Estados Unidos.

O assunto é de especial interesse para o Brasil porque praticamente toda a droga consumida em território brasileiro — dos mortos do Rio de Janeiro às favelas de São Paulo — vem do Trópico de Cochabamba, que concentra 80% da produção bo-

liviana. A coca cultivada na Bolívia é a matéria-prima de quase toda a cocaína consumida no território brasileiro, segundo o delegado do Polícia Federal Mauro Spolito, chefe da unidade de projetos especiais da Superintendência da PF na Amazônia.

— Os cartéis de traficantes associados aos bolivianos estão sendo forçados a fazer uma reengenharia. Mandam a folha da coca boliviana para outros países, como o Peru, e recebem de lá a cocaína refinada — afirma o secretário nacional antidrogas, Walter Malerovich.

Laboratórios fogem da repressão

• O secretário citou um relatório de agências antidrogas dos Estados Unidos que afirmava que Peru e outros brasileiros fronteiriços com Bolívia (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima e Acre) estariam

recebendo laboratórios clandestinos para processar a folha boliviana, fugidos da Bolívia.

— É latente a expectativa de que os cartéis se mudem de áreas onde enfrentam problemas. Mas no Brasil há para se contar nos dedos os laboratórios encontrados. O país pode ser corredor, mas jamais produtor da droga — disse o chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes da PF em Brasília, Getúlio Bezerra.

O Governo boliviano anunciou no fim do ano que em 99 bateu o recorde na erradicação, destruindo 15,3 mil hectares de coca, o que representaria 10% a mais do que no ano anterior. Mais de 2.400 agentes, entre militares e policiais, atuam na erradicação nas zonas produtoras — numa operação semelhante, mas de porte maior, à Operação Mandacaru, no Sertão nordestino.

O Governo da Bolívia calcula que há no país uma superfície de coca suficiente para produzir de 90 a cem toneladas de cocaína anualmente. Até 97 essa quantidade seria de 270

toneladas. Esses números não são aceitos pelos Estados Unidos, que admitem uma redução drástica apenas no Peru, que teria diminuído em 56% o total de coca cultivada.

O plano estratégico boliviano na luta contra o narcotráfico para os próximos três anos, ao qual o GLOBO teve acesso, tem a meta de retirar o país do circuito coca-cocaína até o ano 2002. O custo do programa, chamado de Plano Dignidade, para o quadriênio 1998-2002, foi fixado em US\$ 769 milhões, sendo US\$ 84 milhões da Bolívia e US\$ 527 milhões de financiamento externo.

Agentes americanos atuam distarçados

• O Plano Dignidade é todo montado por agências americanas antidrogas instaladas no país, como a Drug Enforcement Administration (DEA). A presença dos Estados Unidos na Bolívia ocorre sob a cobertura de ações civis, que tenham como objetivo prestar ajuda às comunidades de camponeses, no plano da saúde, abertura de poços artesianos e assistência agrícola.

— Entre abril de agosto de 99 mais de 250 técnicos militares dos Estados Unidos trabalharam em uma operação "cívica" chamada Novo Horizonte, na região do Chaco boliviano — disse ao GLOBO um alto funcionário do Governo boliviano. As autoridades oferecem linhas de crédito para desenvolvimento de culturas alternativas, como banana, pimenta, abacaxi. Mas o assunto é tratado em tom de guerra. Recentemente foi anunciada pelo presidente Hugo Banzer a construção de três quartéis na região do Trópico de Cochabamba. ■

Instituto investiga atividades de biopiratas no Acre

Representante do governo diz que setor químico se está apossando de plantas

EDMILSON FERREIRA
Especial para o Estado

RIO BRANCO – Dossiê preparado pelo Instituto do Meio Ambiente do Acre (Imac) aponta quatro empresas diretamente envolvidas com o contrabando de plantas da região do Vale do Juruá, onde está o Parque Nacional da Serra do Divisor. O Imac mantém em sigilo os nomes de três empresas, que estão sendo investigadas. Segundo Jairon Nascimento, diretor do instituto, elas empregam diretamente cerca de 50 pessoas.

A Valstar, uma das empresas envolvidas, foi denunciada no dia 31 de dezembro, na Justiça Federal, pelo Ministério Público Estadual. Os holandeses Jacob Valstar, de 58 anos, seus dois filhos, Edwin Robert Valstar, de 33, e Oscar Rogier Valstar, de 26, e o brasileiro Cilas de Araújo Lima foram presos em Cruzeiro do Sul com 137 amostras de plantas retiradas do Parque Nacional da Serra do Divisor, em 17 de novembro de 99. Foram liberados logo a seguir e os holandeses voltaram para seu

País, enquanto o brasileiro permaneceu em Cruzeiro do Sul.

As plantas, afirma Nascimento, estão tendo seus princípios ativos identificados, separados e vendidos pela indústria química no mundo inteiro, que fatura milhões de dólares. O dossiê ainda não está concluído.

Os folders encontrados com os holandeses são considerados pelo Ministério Público Estadual como "um grande documento" que pode comprovar que a empresa patenteou plantas da Amazônia. Escritos em cinco línguas, os folhetos trazem fotografias de espécies de uma coleção apresentada como

**COMPANHIA
FOI
DENUNCIADA
NO DIA 31**

Star Collection, que ressaltava duas folhagens denominadas Gray Star e Weave Star.

O Ministério Público encomendou ao Parque Zoológico, centro de estudos de plantas e animais ligado à Universidade Federal do Acre, um relatório sobre a identificação das espécies impressas nos folhetos.

Índios – O cacique Sebastião Manchinery, superintendente em exercício da Fundação Nacional do Índio (Funai), encaminhou ontem ao presidente do órgão um documento pedindo mais rigidez no processo de avaliação da presença de estrangeiros nas áreas indígenas. **A-13**

Ibama apreende R\$ 350 milhões em madeira ilegal no Pará

Superintendente do instituto foi ameaçado por intensificar a fiscalização

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – O superintendente do Instituto Brasileiro do Meio Am-

biente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no Pará, Paulo Castelo, revelou ontem que com apenas dois meses no cargo já apreendeu cerca de 50 mil metros cúbicos de madeira cortada, transportada e vendida ilegalmente. Esse número representa mais de R\$ 350 milhões, um valor aproximado do que o Estado arrecada com a exporta-

ção legal para o exterior.

A maior parte dessa madeira será doada a comunidades pobres para a construção de escolas, postos de saúde e creches do interior do Pará e de Belém. A outra parte será leiloadada para que o Ibama possa aplicar os recursos na melhoria de seu trabalho de fiscalização.

"Estou recebendo apoio do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, para fazer cumprir a lei, doar a quem doar," Castelo comunicou antes do Natal ao ministro que

ele e sua família vêm recebendo ameaças. Policiais federais acompanham Castelo dia e noite e guardam sua residência em Belém.

Segundo Castelo, há madeireiros que querem trabalhar seriamente, procurando extrair seletivamente a madeira sem devastar as florestas paraenses, mas existem outros que pensam somente no lucro fácil e imediato. "Nós não somos o bicho-papão que vai sair massacrando todo o mundo, mas a lei jamais deixará de ser cumprida." **A-13**

Colômbia

Apoio logístico

Brasil vai financiar pista de pouso militar no país vizinho

A situação fica cada vez mais complicada na vizinha Colômbia. Na última semana, guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc, e do Exército de Libertação Nacional, o ELN, ignoraram os novos apelos por trégua vindos do governo de Andrés Pastrana e promoveram vários ataques em todo o país. Em sua ação mais ousada, as Farc jogaram granadas em quatro postos policiais na zona sul de Bogotá, a mais pobre da cidade, e tomaram a estrada Via Llano, construída pela brasileira Andrade Gutierrez, que liga Bogotá a Villavicencio, uma cidade de cerca de 500 000 habitantes a 100 quilômetros da capital. Uma criança de 11 anos, que estava se matriculando em uma escola próxima, morreu. Com isso a guerrilha, além de prejudicar o fornecimento de água, alimentos e combustíveis para Bogotá, espalhou um clima de terror na cidade. A população voltou a sentir medo de o conflito chegar a suas portas.

Surpreso com a escalada da violência na Colômbia, o Brasil tem feito esforços cada vez maiores para ficar longe do problema. Na quarta-feira da semana pas-

Soldados do Exército colombiano carregam guerrilheira ferida

sada, um avião militar colombiano voltou a usar uma de

nossas pistas de pouso na Amazônia. Dessa vez, segundo a versão dos colombianos, não era uma operação militar. Um soldado tinha detonado acidentalmente uma granada num depósito de munições na base militar de Tarapacá, na Colômbia, muito próximo do lado brasileiro da fronteira. Saldo: três mortos, catorze feridos. Verdade ou não, o governo brasileiro rapidamente tomou uma decisão: novos pousos estão terminantemente proibidos. O Brasil tem suas razões. O uso de pistas brasileiras para operações de apoio ao Exército colombiano tira o Brasil da posição de neutralidade que manteve nestes quase quarenta anos de briga entre governo e guerrilha na Colômbia. E pode trazer para o lado de cá da fronteira um problema do país vizinho. Além disso, os militares colombianos não cumprem o que prometem.

Depois de conseguir a autorização para o voo da semana passada, o piloto colombiano descumpriu uma exigência brasileira e não pousou em Tabatinga. Preferiu usar a deserta pista do Pelotão de Fronteira que fica em Ipiranga, cerca de 200 quilômetros ao norte de Tabatinga. Foi a gota d'água. Na primeira semana de fevereiro o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, vai a Bogotá discutir com membros do governo Pastrana a questão da guerrilha na fronteira. A idéia é oferecer ao governo vizinho um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para a construção de pistas de pouso do lado de lá da fronteira. "Esperamos assim resolver esse problema", afirma Lampreia. ■



Membros da comissão fazem blitz anunciada em aeroporto do Rio

Deputados acham que narcotraficantes usam pequenas pistas para abastecer a cidade

FELIPE WERNECK
e ROBERTA JANSEN

RIO – Quatro deputados da CPI do Narcotráfico estarão hoje pela manhã em Maricá, litoral norte do Estado (a 55 km do Rio), para acompanhar uma investigação da Polícia Civil que aponta a utilização do aeroporto da cidade como rota do tráfico internacional de drogas e a suposta participação no esquema de um oficial reformado da Força Aérea Brasileira.

O delegado da 82.^a DP (Maricá), Anestor da Silva Magalhães, acredita na ligação do assassinato do tenente-coronel reformado da Aeronáutica e então diretor da Escola de Pilotagem de Mari-

cá, Paulo Roberto de Souza Machado, em 30 de abril, com a morte do suposto traficante italiano Franco Pellicciota, em 26 de abril, e de Waldemir Nunes, ex-empregado de Franco no hotel Park Lanne, em 22 de maio.

“As três mortes estão relacionadas, porque a arma utilizada foi a mesma e depoimentos confirmam que os três eram vistos juntos com frequência no hotel de Franco”, disse o delegado. Magalhães contou que, no início, acreditava-se que a morte do coronel estaria relacionada a uma represália por parte de traficantes.

Machado foi morto por homens que estavam em duas Kombis, na estrada que liga Maricá a Itaboraí. “Existem denún-

cias de que ele sabia dos vôos noturnos que aconteciam para o desembarque de drogas, não fez nada e ainda acobertava pessoas”, disse o delegado.

O deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) informou que a CPI recebeu denúncias de que trafican-

cantes estariam arremessando drogas de aviões durante a noite na pista do aeroporto, posteriormente recolhidas por ocupantes dos carros usados para iluminar a pista. O delegado afirmou

que a polícia está monitorando os vôos na região. Segundo ele, a rota investigada começa na Bolívia e na Colômbia passa por Ponta Porã (MS), Atibaia (SP) e chega a Maricá, de onde a droga seria distribuída para o Rio.

ROTA
COMEÇARIA
NA
FRONTEIRA

BREVES

Fiscal diz que normas da Comissão pode ir ao Receita facilitam tráfico Amapá ainda em 99

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal de São Paulo, Marcelo Escobar, disse ontem que está à disposição da CPI do Narcotráfico para explicar como armas, drogas e contrabando podem entrar no País. “A explicação é simples: 98% de toda a carga que entra no Brasil não sofre fiscalização, por conta de três instruções normativas da Receita Federal, baixadas em 1996 e 1998”, disse Escobar, que comandou uma manifestação de fiscais em greve, na frente do prédio do Ministério da Fazenda, em São Paulo. Essas normas, segundo ele, criaram o sistema de fiscalização de cargas por amostragem e tiraram a autonomia dos fiscais para conferir conteúdos. “Os fiscais já não fazem nem a conferência de documentos, já que os importadores enviam informações diretamente ao sistema de comércio exte-

BELÉM – A CPI do Narcotráfico vai estender seus trabalhos para o Amapá. Os deputados vão averiguar a existência de um esquema de tráfico de drogas no Estado. O suposto esquema envolveria dois deputados estaduais, um ex-deputado, um conselheiro do Tribunal de Contas e um vereador. As informações são de Mirian Loren Flexa Chagas, que se encontra presa em Macapá. O depoimento dela foi solicitado pelos deputados federais do Amapá Benedito Dias (PPB) e Juandil Juarez (PMDB), depois que o juiz da Vara do Tribunal do Júri do Estado, João Guilherme Lages Mendes, fez a denúncia formal ao Ministério Público Federal. Todos os nomes foram citados por Mirian em depoimentos à polícia. Elcione Barbalho (PMDB-PA) afirmou que o depoimento poderia revelar um novo esquema.

PF tenta prender os assassinos de agente

BRASÍLIA – Agentes do Comando de Operações Táticas (COT) da Polícia Federal iniciaram em Rondônia, na fronteira do Brasil com a Bolívia, uma operação para prender a quadrilha – liderada pelo traficante Celso Schmidt, também conhecido pro Celso Gaúcho – que matou o agente Roberto Simões de Mentzigen e baleou seus colegas Noé Pio de Lacerda Júnior e Adilson Alvi Alves. A PF tem indícios de que os traficantes utilizaram fuzis no tritoteio. Segundo o superintendente da PF em Rondônia, Wilson Sales Damázio, as balas que mataram o policial romperam as quatro placas de proteção dos coletes. O agente foi morto durante uma operação realizada em Pimenteiras. Os agentes foram emboscados pela quadrilha supostamente comandada por Schmidt.

Advogado de Mathias desiste de defendê-lo

CAMPINAS – O advogado Salvador Scarpelli decidiu abandonar a defesa do também advogado Arthur Eugênio Mathias, apontado pela CPI do Narcotráfico como o “braço jurídico” do crime organizado na região de Campinas. Scarpelli informou sua decisão a Mathias na terça-feira. O advogado, que está preso num batalhão da PM, é acusado de chefiar uma quadrilha de roubo de cargas no interior de São Paulo. Considerado um dos mais respeitados advogados criminalistas de Campinas, Scarpelli alegou “motivos de foro íntimo” para desistir da causa. Ele não soube informar quem assumirá a defesa de Mathias. O nome mais provável, porém, é o do advogado de São Paulo Laertes de Macedo Torres.

CRIME ORGANIZADO *Relatório da Ouvidoria da Polícia aponta acusações de tráfico de drogas e roubo de cargas*

Em SP, 491 policiais são denunciados

ROBERTO COSSO
da Reportagem Local

A Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo recebeu, desde janeiro de 98, denúncias sobre o envolvimento de 420 policiais civis e militares com tráfico de drogas e de 71 com roubo de carga.

Os números serão divulgados oficialmente hoje pelo ouvidor Benedito Mariano. O fato de terem sido denunciados à Ouvidoria não significa que haja provas contra os policiais.

A Ouvidoria vai entregar hoje um mapa com os nomes dos policiais acusados e o histórico de cada denúncia ao secretário de Estado da Segurança Pública, Marco Vinício Petrelluzzi, e ao procurador-geral de Justiça, Luiz Antônio Guimarães Marrey.

Os 491 policiais foram implicados em 292 denúncias feitas à Ou-

vidoria, das quais 253 tratavam do envolvimento com tráfico e 39 com roubo de carga.

De acordo com as estatísticas, os policiais civis são os mais incriminados: eles sofrem 64% das acusações sobre tráfico de drogas e 74% das denúncias de envolvimento com roubo de cargas.

Os policiais militares são envolvidos em 27% das denúncias sobre tráfico e em 23% das reclamações de roubo de carga.

Os dados da Ouvidoria da Polícia mostram um número considerável de denúncias de envolvimento de ambas as polícias em atividades ilegais. Cerca de 9% das informações recebidas pela Ouvidoria em relação a tráfico de drogas envolvem policiais civis e militares. O mesmo ocorre em 3% das acusações à Ouvidoria sobre roubo de carga.

Os dados sobre envolvimento dos policiais paulistas em roubo de carga fazem parte de levantamento inédito da Ouvidoria —es-

sas informações não constam dos relatórios habitualmente divulgados pelo órgão.

Os relatórios anuais da Ouvidoria mostram que a maioria das denúncias sobre o envolvimento de policiais com tráfico de drogas acaba sendo comprovada.

A Ouvidoria da Polícia não tem poder para investigar os policiais. Todas as denúncias recebidas são encaminhadas ao órgão apurador de cada polícia —normalmente a corregedoria. A Ouvidoria acompanha as investigações feitas por esses órgãos.

Às vezes as denúncias são vagas e não permitem a investigação. Mas normalmente a corregedoria instaura um procedimento administrativo, que pode levar à expulsão do policial e à instauração de inquérito policial contra ele.

Neste ano, mais de 100 policiais civis e cerca de 400 PMs foram expulsos de suas corporações, de acordo com informações da Secretaria da Segurança Pública.



PF prende 5 acusados de matar agente federal em Roraima

FERNANDA SANTIAGO
da Agência Folha

A Polícia Federal em Rondônia prendeu anteontem à noite, em Pimenteiras (RO), cinco traficantes brasileiros acusados de matar o agente federal Roberto Simões. O crime aconteceu na sexta-feira da semana passada.

Na ocasião, Simões e mais dois agentes, que ficaram feridos, foram vítimas de uma emboscada quando procuravam um laboratório de refino de cocaína na região do rio Guaporé.

Os cinco brasileiros foram encontrados em uma casa, localizada nas imediações do rio, perto da fronteira com a Bolívia. Segundo a PF, eles não resistiram à prisão.

O superintendente da PF em Rondônia, Wilson Salles Damázio, disse que os traficantes confessaram ter atirado nos agentes quando o barco ancorou perto da casa onde estavam escondidos. Eles estão detidos na Delegacia da Polícia Federal, em Vilhena (RO).

A PF já prendeu oito integrantes da quadrilha. "Ainda precisamos pegar seis, entre eles três bolívia-

nos", afirmou Damázio.

Para ajudar na operação, a diretoria-geral da PF enviou um grupo do COT (Comando de Operações Táticas) e uma aeronave. Trabalham ainda no local 50 policiais entre civis, militares e federais e dez homens da Umopar (Unidade Móvel de Patrulhamento de Rios), da Bolívia.

A PF, que acredita que os outros traficantes estejam do outro lado da fronteira, solicitou ajuda às autoridades da Bolívia para localizá-los. Até ontem, a embaixada não tinha se manifestado.

Polícia Federal prende grupo que executou agente

*Combate ao
narcotráfico motivou o
crime contra integrante
da PF*

CHICO ARAÚJO

Especial para o Estado

BRASÍLIA – A Polícia Federal de Rondônia prendeu em Pimenteiras (RO), na divisa do Brasil com a Bolívia, 11 suspeitos pela morte do agente federal Roberto Simões de Mentzigen. Agora são 14 os presos em Rodônia acusados de matar Simões e deixar feridos os agentes Adilson Alves Vieira e Noé Pio de Lacerda Júnior, que participavam de uma operação de combate ao tráfico. Simões foi morto há uma semana, numa emboscada feita por traficantes de drogas. No tiroteio com os agentes, os traficantes usaram fuzis.

Os presos são os seguintes: Celso Schimidt (Celso Gaúcho), líder, Oziel Schimidt, Celso Correia Godoy, Ivo Correia Godoy, Paulo Fábio Herreira de Aguiar Andrade (Fabito), José Pereira Melgar (Butelo), Celso Quintino da Luz, Magno Luiz Borges Piovesan, Reinaldo Cardoso Dantas, Keila Martins Lopes e Jenny Jéssica Gomes Gutierre (Kátia).

A prisão foi feita por agentes do Comando de Operações Táticas, o grupo de elite da PF, que, deslocado para Rondônia, iniciou uma caçada para prender os integrantes da quadrilha comandada por Celso Schimidt, um dos responsáveis pelo tráfico de drogas do Estado para o interior de São Paulo, que emboscou

os agentes. As polícias Rodoviária, Militar e Civil também participam da operação.

O superintendente da PF em Rondônia, Wilson Salles Damázio, estava em Vilhena, de onde coordenou com um delegado especial do Mato Grosso do Sul, a operação para prender os traficantes que mataram o agente federal e balearam outros dois.

Dos 11 presos, 2 – Ivo e Oziel Schimidt – são irmãos do líder da quadrilha. O outro irmão, Eliseu Schimidt, escapou do cerco da PF, mas os policiais já teriam informações sobre seu paradeiro. Segundo a PF, o agente morto e outros dois colegas foram emboscados quando tentavam localizar um depósito de cocaína às margens do Rio Guaporé, na divisa do Brasil com a Bolívia, juntamente com Eliseu Schimidt, preso horas antes em uma chácara em Pimenteiras com vários quilos de cocaína no carro. A operação contava com sete agentes federais.

Eliseu, irmão de Celso Schimidt, teria se oferecido aos agentes para ajudar na busca da outra parte da cocaína. Na viagem, Eliseu alegou que o barco precisava ser reabastecido e indicou uma casa, às margens do rio, onde haveria gasolina para vender. Ao chegar ao local, os agentes foram emboscados por dez traficantes.

A rota usada é a mesma descrita há algumas semanas pelo traficante Aryzolin Trindade Sobrinho, em depoimento à CPI do Narcotráfico. Segundo ele, os traficantes roubam caminhões em São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná e trocam por cocaína em Rondônia.

Menos de 30 policiais federais trabalham em toda a faixa de fronteira com a Bolívia, de 1.340 quilômetros. Em Guajará-Mirim, principal cidade por onde passa a cocaína no Estado, só há seis agentes.

Reportagem de 2005/99



Everton: desempenho na arrecadação ajudou a cumprir metas do FMI

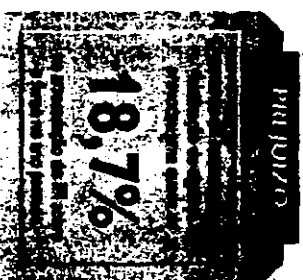
Arma contra os sonegadores

De Agência Estado

As informações bancárias sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF) serão usadas pela Receita Federal para combater a sonegação. Os dados relativos ao recolhimento da CPMF dos diversos setores da economia são confrontados com a arrecadação de impostos federais. A partir desse cruzamento, os técnicos podem identificar as empresas que deixam de pagar o total dos impostos devidos.

O secretário da Receita, Evandro Maciel, pretende divulgar em breve o resultado dessa pesquisa. Ele assegurou que os dados estão sendo manipulados com o máximo sigilo. "Nem mesmo os funcionários da Receita têm como identificar os contribuintes, porque algumas informações fornecidas pelos bancos são protegidas por um código difícil de decifrar", afirmou Evandro.

No ano passado, o governo arrecadou R\$ 8 bilhões com a CPMF. Apesar do aumento da alíquota de 0,2% para 0,38%, o resultado ficou abaixo dos R\$ 8,12 bilhões arrecadados em 1998. O desempenho não melhorou porque a contribuição



deixou de ser cobrada de fevereiro a junho de 1999 em decorrência do atraso na prorrogação de sua vigência. Além disso, uma série de limitares, que acabaram sendo cassadas, suspenderam a cobrança do tributo por alguns dias em alguns estados e para algumas categorias de contribuintes.

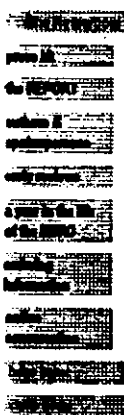
A cruzada da Receita contra a sonegação não tem proporcionado os resultados esperados. Evandro admitiu que os esforços da fiscalização e a reestruturação do sistema de tributação dos cigarros não foram suficientes para enfrentar o crescimento desse tipo de crime. Por isso, o secretário defendeu uma ação mais enérgica da Polícia Federal e do Ministério Público contra o contrabando.

do a falsificação do produto.

No ano passado, a arrecadação do imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) relativo ao fumo teve uma queda real de 18,7% em relação a 1998, o equivalente a quase R\$ 600 milhões. Evandro atribuiu esse resultado ao aumento do contrabando e da falsificação. "A cada dia nos confrontamos com novos casos", observou o secretário, relatando duas ações conjuntas da Receita com a polícia ocorridas nesta semana.

Na terça-feira, a alfândega do Rio apreendeu um contrabando de 150 mil maços de cigarros brasileiros, camuflados em produtos procedentes da China. Dois dias depois, foi descoberta uma fábrica clandestina de cigarros em Cajamar, na Grande São Paulo. Foram encontradas nove máquinas para fabricar cigarros, 1.200 toneladas de tabaco e selos falsificados.

Para um combate mais eficaz a esses crimes, Evandro recomendou também a aprovação de uma lei que incluía a falsificação de selos controladores nas punições previstas no Código Penal. O secretário lembrou que um projeto nesse sentido tramita no Congresso.




**HUMAN
DEVELOPMENT
REPORT
1999**

Human Development Index (HDI)

High human development	Medium human development	Low human development
1 Canada	46 Trinidad and Tobago	91 Ukraine
2 Norway	47 Hungary	92 Uzbekistan
3 United States	48 Venezuela	93 Maldives
4 Japan	49 Panama	94 Jordan
5 Belgium	50 Mexico	95 Iran, Islamic Rep. of
6 Sweden	51 Saint Kitts and Nevis	96 Turkmenistan
7 Australia	52 Grenada	97 Kyrgyzstan
8 Netherlands	53 Dominica	98 China
9 Iceland	54 Estonia	99 Guyana
10 United Kingdom	55 Croatia	100 Albania
11 France	56 Malaysia	101 South Africa
12 Switzerland	57 Colombia	102 Tunisia
13 Finland	58 Cuba	103 Azerbaijan
14 Germany	59 Mauritius	104 Moldova, Rep. of
15 Denmark	60 Belarus	105 Indonesia
16 Austria	61 Fiji	106 Cape Verde
17 Luxembourg	62 Lithuania	107 El Salvador
18 New Zealand	63 Bulgaria	108 Tajikistan
19 Italy	64 Suriname	109 Algeria
20 Ireland	65 Libyan Arab Jamahiriya	110 Viet Nam
21 Spain	66 Seychelles	111 Syrian Arab Republic
22 Singapore	67 Thailand	112 Bolivia
23 Israel	68 Romania	113 Swaziland
24 Hong Kong, China (SAR)	69 Lebanon	114 Honduras
25 Brunei Darussalam	70 Samoa (Western)	115 Namibia
26 Cyprus	71 Russian Federation	116 Vanuatu
27 Greece	72 Ecuador	117 Guatemala
28 Portugal	73 Macedonia, FYR	118 Solomon Islands
29 Barbados	74 Latvia	119 Mongolia
30 Korea, Rep. of	75 Saint Vincent and the Grenadines	120 Egypt
31 Bahamas	76 Kazakhstan	121 Nicaragua
32 Malta	77 Philippines	122 Botswana
33 Slovenia	78 Saudi Arabia	123 São Tomé and Príncipe
34 Chile	79 Brazil	124 Gabon
35 Kuwait	80 Peru	125 Iraq
36 Czech Republic	81 Saint Lucia	126 Morocco
37 Bahrain	82 Jamaica	127 Lesotho
38 Antigua and Barbuda	83 Belize	128 Myanmar
39 Argentina	84 Paraguay	129 Papua New Guinea
40 Uruguay	85 Georgia	130 Zimbabwe
41 Slovakia	86 Turkey	131 India
42 United Arab Emirates	87 Armenia	132 Ghana
43 Poland	88 Dominican Republic	133 Cameroon
44 Oman	89 Oman	134 Congo
45 Costa Rica	90 Sri Lanka	135 Kenya
		136 Cambodia
		137 Pakistan
		138 Comoros
		139 Lao People's Dem. Rep.
		140 Congo, Dem. Rep. of
		141 Sudan
		142 Togo
		143 Nepal
		144 Bhutan
		145 Nigeria
		146 Madagascar
		147 Yemen
		148 Mauritania
		149 Bangladesh
		150 Zambia
		151 Haiti
		152 Senegal
		153 Côte d'Ivoire
		154 Benin
		155 Tanzania, U. Rep. of
		156 Djibouti
		157 Uganda
		158 Malawi
		159 Angola
		160 Guinea
		161 Chad
		162 Gambia
		163 Rwanda
		164 Central African Republic
		165 Mali
		166 Eritrea
		167 Guinea-Bissau
		168 Mozambique
		169 Burundi
		170 Burkina Faso
		171 Ethiopia
		172 Niger
		173 Sierra Leone

23 Crime

MDI rank	Prisoners (per 100,000 people) 1994	Juvenile prisoners (as % of total prisoners) 1994	Intentional homicides (per 100,000 people) 1994	Drug crimes (per 100,000 people) 1994	Recorded rapes (thousands) 1994
High human development	--	--	--	--	--
1 Canada	419.3	--	1.9	207.1	31.7
2 Norway	272.2	(.)	2.1	533.4	0.4
3 United States	207.7	--	--	--	102.2
4 Japan	38.5	--	1.0	18.4	1.6
5 Belgium	169.0	3.6	3.1	148.0	0.9
6 Sweden	161.7	0.2	9.5	350.5	1.8
7 Australia	129.4 *	--	3.6	398.4 *	14.0
8 Netherlands	182.4 *	--	14.8 *	39.4 *	1.3 *
9 Iceland	--	--	--	--	--
10 United Kingdom	--	--	--	--	--
11 France	138.3 *	--	4.7	93.1	6.5
12 Switzerland	--	--	2.3	563.2	0.3
13 Finland	171.3	--	10.1	116.5	0.4
14 Germany	--	--	--	--	5.1 *
15 Denmark	289.5	1.3	4.9	270.9 *	0.5
16 Austria	216.2	--	2.4	148.4	0.6
17 Luxembourg	--	--	7.6 *	196.6 *	(.)
18 New Zealand	187.4 *	--	--	--	--
19 Italy	177.2	1.4	4.7	67.3	0.9
20 Ireland	182.6 *	--	0.7	128.6	0.2
21 Spain	156.7 *	--	1.6	65.5 *	1.2
22 Singapore	631.0	1.2	1.6	56.4	0.1
23 Israel	195.7	0.8	6.2	169.8	0.6
24 Hong Kong, China (SAR)	262.8	17.4	1.5	76.1	0.1
25 Brunei Darussalam	314.5	8.0	--	--	--
26 Cyprus	66.5	12.2	1.5	18.6	(.)
27 Greece	46.5	5.9	2.5	24.2	0.3
28 Portugal	79.6	6.9	4.1 *	60.2 *	0.3 *
29 Barbados	--	--	11.8 *	217.7 *	0.1 *
30 Korea, Rep. of	64.4	23.4	1.5	3.9	6.2
31 Bahamas	--	--	85.5	282.6	0.2
32 Malta	171.6	1.3	2.4	66.8	(.)
33 Slovenia	89.8	2.2	4.9	20.7	0.2
34 Chile	931.7	--	2.4	63.0	1.0
35 Kuwait	--	--	10.9	134.0	(.)
36 Czech Republic	159.7	7.5	2.1 *	--	0.9 *
37 Bahrain	--	--	1.0 *	34.1 *	(.) *
38 Antigua and Barbuda	--	--	--	--	--
39 Argentina	--	--	7.5 *	--	--
40 Uruguay	--	--	5.8	44.9	--
41 Qatar	528.7	4.5	1.9	2.9	0
42 Slovakia	165.7	--	2.4	1.6	0.2
43 United Arab Emirates	--	--	--	--	--
44 Poland	196.9	--	3.1	10.4	2.0
45 Costa Rica	226.2	--	8.4	12.7	0.3
Medium human development	--	--	--	--	--
46 Trinidad and Tobago	--	--	6.8 *	244.0 *	0.2 *
47 Hungary	177.6	--	4.3	2.5	0.8
48 Venezuela	--	--	--	33.9 *	2.9 *
49 Panama	197.5	--	--	116.0	0.3
50 Mexico	--	--	--	--	--
51 Saint Kitts and Nevis	--	--	--	--	--
52 Grenada	--	--	--	--	--
53 Dominica	--	--	--	--	--
54 Estonia	302.3	7.7	24.4	2.2	3.0
55 Croatia	29.2	0.9	7.5	18.1	0.1
56 Malaysia	302.8	0.7	2.0	54.0	1.0
57 Colombia	82.4	--	75.9	38.7	1.9
58 Cuba	--	--	--	--	--
59 Mauritius	248.0	1.6	3.0	168.3	(.)
60 Belarus	206.6	6.6	9.2	13.9	0.7
61 Fiji	--	--	4.8	--	0.1
62 Lithuania	247.1	2.8	14.2	9.1	0.2

HDI rank	Prisoners (per 100,000 people) 1994	Juvenile prisoners (as % of total prisoners) 1994	Intentional homicides (per 100,000 people) 1994	Drug offences (per 100,000 people) 1994	Recorded rapes (thousands) 1994
63 Bulgaria	54.5	3.0	10.5	-	0.9
64 Suriname	-	-	-	-	-
65 Libyan Arab Jamahiriya	-	-	-	-	-
66 Seychelles	-	-	-	-	-
67 Thailand	-	-	9.7 *	28.4 *	2.5 *
68 Romania	112.0 *	-	5.8	1.2	1.4
69 Lebanon	-	-	-	38.3	0.1
70 Samoa (Western)	165.3	12.4	2.4	56.7	()
71 Russian Federation	1,538.9	-	21.8	50.4	14.0
72 Ecuador	-	-	17.7	141.6	0.9
73 Macedonia, FYR	86.4	1.8	-	6.0	()
74 Latvia	768.0	-	14.7	10.9	0.1
75 Saint Vincent and the Grenadines	-	-	9.8 *	-	0.1
76 Kazakhstan	-	-	15.0	56.4	1.9
77 Philippines	6.2	-	-	-	2.5
78 Saudi Arabia	-	-	-	-	-
79 Brazil	-	-	-	-	-
80 Peru	79.5	-	-	-	-
81 Saint Lucia	-	-	-	-	-
82 Jamaica	86.9	6.6	27.1	231.1	1.1
83 Belize	-	-	-	-	-
84 Paraguay	-	-	18.5	2.5	0.1
85 Georgia	143.5	0.9	12.8	20.8	()
86 Turkey	100.6	1.7	-	3.9	0.5
87 Armenia	111.7	1.5	5.8	0.7 *	()
88 Dominican Republic	-	-	-	-	-
89 Oman	-	-	-	-	-
90 Sri Lanka	419.5 *	-	11.5 *	-	0.4 *
91 Ukraine	108.2	5.9	8.9	55.3	1.7
92 Uzbekistan	-	-	-	-	-
93 Maldives	277.9 *	-	0.5 *	3.7 *	() *
94 Jordan	-	-	7.1	4.1 *	()
95 Iran, Islamic Rep. of	-	-	-	-	-
96 Turkmenistan	-	-	-	-	-
97 Kyrgyzstan	251.5	1.8	12.0	56.0	0.4
98 China	-	-	-	0.3	44.1
99 Guyana	536.9	-	18.0	252.4	0.1
100 Albania	-	-	-	-	-
101 South Africa	462.0	-	-	-	-
102 Tunisia	-	-	-	-	-
103 Azerbaijan	-	-	8.0	29.4	0.1
104 Moldova, Rep. of	121.2	2.3	8.6	6.5	0.3
105 Indonesia	30.4	31.4	0.8	0.3	1.2
106 Cape Verde	-	-	-	-	-
107 El Salvador	260.0	18.6	-	-	-
108 Tajikistan	-	-	3.2 *	-	0.1 *
109 Algeria	-	-	-	-	-
110 Viet Nam	-	-	-	-	-
111 Syrian Arab Republic	-	-	2.8	18.5	0.1
112 Bolivia	-	-	-	1.6	2.3
113 Swaziland	967.0	11.6	31.1	55.9	0.5
114 Honduras	-	-	-	-	-
115 Namibia	-	-	-	-	-
116 Vanuatu	22.1 *	-	0.6 *	-	() *
117 Guatemala	-	-	30.1	-	-
118 Solomon Islands	-	-	-	-	-
119 Mongolia	-	-	-	-	-
120 Egypt	64.5	-	1.3	143.9	()
121 Nicaragua	105.0	-	23.3	24.3	1.3
122 Botswana	230.8 *	-	11.7 *	73.8 *	0.6 *
123 São Tomé and Príncipe	66.8	-	131.7	-	-
124 Gabon	-	-	-	()	0.3
125 Iraq	-	-	13.2	-	-
126 Morocco	-	-	1.1	55.0	0.9
127 Lesotho	246.7	28.6	78.4	6.4	0.9

HDI rank	Prisoners (per 100,000 people) 1994	Juvenile prisoners (as % of total prisoners) 1994	Intentional homicides (per 100,000 people) 1994	Drug crimes (per 100,000 people) 1994	Recorded rapes (thousands) 1994
128 Myanmar	0.6 ^a	11.3 ^a	0.8 ^a
129 Papua New Guinea
130 Zimbabwe	9.4	98.8	3.1
131 Equatorial Guinea
132 India	7.5	2.2	13.2
133 Ghana	65.8 ^a
134 Cameroon
135 Congo
136 Kenya
137 Cambodia ^a
138 Pakistan
139 Comoros
Low human development
140 Lao People's Dem. Rep.
141 Congo, Dem. Rep. of the
142 Sudan	282.6	0.8	3.2	5.9	0.6
143 Togo
144 Nepal	1.1 ^a	0.1 ^a
145 Bhutan
146 Nigeria	1.9	..	2.4
147 Madagascar	260.1	2.4	0.5	2.5	0.1
148 Yemen
149 Mauritania
150 Bangladesh
151 Zambia	439.7	0.1	..	3.9	0.3
152 Haiti
153 Senegal
154 Côte d'Ivoire
155 Benin
156 Tanzania, U. Rep. of
157 Djibouti
158 Uganda	108.0	1.0
159 Malawi
160 Angola
161 Guinea
162 Chad
163 Gambia
164 Rwanda	87.0 ^a	9.1 ^a	0.7 ^a
165 Central African Republic
166 Mali
167 Eritrea
168 Guinea-Bissau
169 Mozambique
170 Burundi
171 Burkina Faso
172 Ethiopia	48.9 ^a	..	6.1 ^a	..	0.3 ^a
173 Niger
174 Sierra Leone
All developing countries
Least developed countries
Sub-Saharan Africa
Arab States
East Asia
East Asia (excluding China)
South-East Asia and the Pacific
South Asia
South Asia (excluding India)
Latin America and the Caribbean
Eastern Europe and the CIS
Industrialized countries
World

^a. Data refer to 1990.

Source: Columns 1 and 3-5: UN 1999b; column 2: calculated on the basis of data from UN 1999b.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Cândido, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. GERALDO CÂNDIDO (Bloco/PT – RJ. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, hoje, pela manhã, a Câmara dos Deputados realizou uma sessão de homenagem ao Dia Nacional do Aposentado.

Creio ser muito importante tal homenagem a uma categoria de trabalhadores, hoje aposentados, que deram os melhores anos de suas vidas para construir este País, mas que a sociedade não reconhece. Entretanto, nós, como Representantes do povo, temos de reconhecê-los. Portanto, foi importante aquela justa homenagem na Câmara dos Deputados, da qual participei.

Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, o Dia Nacional do Aposentado, comemorado no dia 24 deste mês, segunda-feira próxima passada, é a ocasião para homenagear aqueles que dedicaram a maior parte de suas vidas ao trabalho, à construção desta sociedade, e que, hoje, vivem marginalizados.

Também é um momento para refletirmos sobre a situação dos idosos da Previdência no Brasil. Hoje, há no País 13,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que representa 8% da população – percentual que, segundo pesquisas, deve dobrar nos próximos 20 anos. No ano 2050, aproximadamente, um em cada cinco brasileiros terá ultrapassado os 60 anos.

É bom lembrar aos mais jovens que o conceito de velhice no mercado de trabalho no Brasil não é dos mais elásticos. Cansamos de observar anúncios de empregos nos quais um dos pré-requisitos é o limite de idade de 35 anos, uma discriminação absolutamente condenável.

Outro exemplo da discriminação no tratamento dispensado à terceira idade em nosso País é a legislação previdenciária. O Governo desrespeita sistematicamente a Constituição, que jurou defender. O dispositivo constitucional que gera a irredutibilidade do valor dos benefícios mantidos pela Previdência Social não passa de letra morta. O Governo, por ocasião do reajuste dos benefícios, usa índices que nunca correspondem à perda do poder aquisitivo, que

deveria ser preservado em caráter permanente, como determina a nossa Carta Magna.

Quando os segurados recorrem à Justiça e ganham em todas as instâncias, o Governo recorre à totalidade dos mecanismos protelatórios e muita gente não consegue receber em vida o que lhe é de direito. Por conta disso, os aposentados do Rio de Janeiro, capitaneados pela combativa Asaprev Associação dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – fizeram, na última segunda-feira, um ato público em frente à Superintendência Regional do INSS, no centro da cidade, colocando como reivindicação principal a questão dos precatórios.

Um dado importante, já que esta sessão homenageia o Dia Nacional do Aposentado, que também marca os 77 anos da Previdência Social, é que, segundo projeções do próprio Governo para o Orçamento do ano 2000, espera-se uma arrecadação de R\$134 bilhões em contribuições sociais. Os gastos com saúde, INSS, pagamento de servidores, enfim, toda a despesa da Previdência consumirá R\$120 bilhões. Ou seja: o Governo prova que haverá um superávit de R\$14 bilhões.

Sr. Presidente, não temos motivos para comemorar, mas, sim, para denunciar a situação de abandono dos nossos aposentados.

Aos que pensam que os nossos idosos abdicaram de lutar pelos seus direitos lembramos que, mesmo sem maior destaque na imprensa, milhares de aposentados foram às ruas de todo o País nesta segunda-feira exigir respeito e protestar contra a nefasta política econômica de FHC, política esta que tem legado um futuro de incerteza aos mais jovens e um presente de humilhações àqueles que dedicaram os melhores anos de suas vidas para construir a riqueza deste País.

Aproveito o ensejo para transmitir as reivindicações do Instituto Mosap – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas, que passo a expor:

manutenção do princípio do direito adquirido;

rejeição da PEC nº 136/99, que insiste em criar contribuição previdenciária já rejeitada por diversas vezes;

rejeição da DRU, na parte em que permite a redução de 20% do recurso da seguridade social, tendo que cobrar de inativos e pensionistas para repor o rombo;

rejeição do Sistema Único de Previdência Social, que acarretará a

redução do teto dos benefícios da aposentadoria, quebrando a paridade de remuneração, assegurada no texto da Emenda Constitucional nº 20/98, e rebaixando o teto do INSS, hoje em torno de R\$1.200;

rejeição à fixação de subtetos salariais na remuneração dos servidores públicos estaduais e municipais, como quer a PEC nº 137, o que certamente implicará redução salarial, atendendo aos interesses do FMI, que impõe também cortes nos gastos de Estados e Municípios; e

rejeição à desvinculação dos reajustes do salário mínimo para trabalhadores ativos e inativos, voltando ao que era antes da Constituição de 1988, quando os proventos desapareciam em pouco tempo."

Portanto, são essas as reivindicações dos aposentados e pensionistas, as quais, a meu juízo, esta Casa devia apoiar, assim como se fez hoje na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no último ano, o País viveu momentos de dificuldades econômicas e essas dificuldades repercutiram principalmente, no segmento dos pequenos e microempresários, que atingiram um alto nível de inadimplência de suas dívidas, as quais, efetivamente, não teriam condições de saldar a curto prazo.

Nós, então, tivemos a oportunidade de anunciar, neste Plenário, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso havia editado a Medida Provisória nº 2.004, de 13 de janeiro de 2000, lançando o Refis, um programa destinado a promover a regularização dos créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo INSS.

O Refis, lançado pela Medida Provisória citada, teve a sua execução regulamentada hoje pela edição do Decreto nº 3.342, de 25 do corrente.

Sr. Presidente: Além das vantagens – a diminuição da taxa de juros, a possibilidade de cálculo em cima da receita bruta dessas empresas, quando a cobrança chega a apenas 0,3% da receita bruta das pequenas empresas optantes do SIMPLES

–, um detalhe importante precisa ser registrado – e é por isso que venho ao Plenário hoje: as empresas que quiserem optar pelo Refis precisarão fazê-lo até o dia 31 de março do corrente ano. Portanto, trata-se de um prazo bastante exíguo.

Registro, pois, a necessidade de que se dê ampla publicidade ao Decreto publicado hoje, para que essas informações possam chegar àqueles que efetivamente precisam e necessitam de repactuar as suas dívidas.

Assim, gostaria de fazer um apelo à TV Senado, ao programa Voz do Brasil e aos segmentos da imprensa, no sentido de que se mobilizem para capilarizar essa informação, fazendo com que esses dados cheguem aos rincões mais distantes deste País, onde, sem dúvida alguma, existem médios, pequenos e microempresários necessitando desse instrumento de repactuação de suas dívidas.

Sr. Presidente: Não quero estender-me, mas gostaria de fazer o registro da importância do Decreto que regulamenta o Refis, bem como da decisão do Presidente Fernando Henrique Cardoso em possibilitar a recomposição dessas dívidas e, portanto, a reinserção, no plano do desenvolvimento e no plano da geração de empregos, de milhares de empresas que hoje estão alijadas desse processo por estarem inadimplentes.

Gostaria de solicitar de V. Ex^a que sejam transcritos, junto ao meu pronunciamento, o texto da Medida Provisória nº 2.004, de 13 de janeiro, o citado Decreto, que a regulamenta, e as matérias constantes dos jornais Folha de S.Paulo e O Estado de S.Paulo, as quais bem explicitam as vantagens do Refis e alertam a população para a necessidade de buscar a Receita Federal e o INSS a fim de que possa repactuar suas dívidas e reinserir-se, como disse, no grande projeto de construção do País.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU PRONUNCIAMENTO.

DECRETO Nº 3.342
DE 25 DE JANEIRO DE 2000

**Regulamenta a execução do Programa de
Recuperação Fiscal – REFIS.**

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, Incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em

vista o disposto na Medida Provisória nº 2.004-4, de 13 de janeiro de 2000, decreta:

Do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Art. 1º O Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, instituído pela Medida Provisória nº 2.004-4, de 13 de janeiro de 2000, destina-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1999, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizada ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, incluem-se nos débitos decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos os relativos:

I – às contribuições descontadas dos segurados empregados e trabalhadores avulsos;

II – à retenção incidente sobre o valor dos serviços prestados mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, nos termos do art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

III – às contribuições decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30 da Lei nº 8.212, de 1991;

IV – ao imposto de renda retido na fonte.

§ 2º O Refis não alcança débitos:

I – de órgãos da administração pública direta, das fundações públicas e das autarquias;

II – relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

III – de pessoa jurídica criada a partir de 1º de outubro de 1999;

IV – de pessoas jurídicas referidas nos incisos II e VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998;

V – relativos a impostos de competência estadual ou municipal incluídos, mediante convênio, no SIMPLES.

Da Administração do REFIS

Art. 2º A administração do REFIS será exercida pelo Comitê Gestor, a quem compete o gerenciamento e a implementação dos procedimentos necessários à execução do Programa, notadamente:

I – expedir atos normativos necessários à execução do Programa;

II – promover a integração das rotinas e procedimentos necessários à execução do REFIS, especialmente no que se refere aos sistemas informatizados dos órgãos envolvidos;

III – homologar as opções pelo REFIS;

IV – excluir do Programa os optantes que descumprirem suas condições.

Parágrafo único. O Comitê Gestor será constituído por ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda e da Previdência e Assistência Social e integrado por representantes dos seguintes órgãos, indicados por seus respectivos titulares:

I – Secretaria da Receita Federal, que o presidirá;

II – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

III – INSS.

Do Ingresso no REFIS

Art. 3º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção da pessoa jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais referidos no art. 1º

Parágrafo único. O ingresso no REFIS implica inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º, em nome da pessoa jurídica, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

Formalização da Opção

Art. 4º A opção pelo REFIS poderá ser formalizada até 31 de março de 2000, mediante utilização do “Termo de Opção do REFIS”, conforme modelo aprovado pelo Comitê Gestor a que se refere o art. 2º, que será obtido por meio da Internet, nas páginas dos órgãos referidos nos incisos I a III do parágrafo único do art. 2º

§ 1º O Termo de Opção do REFIS será:

I – firmado pelo responsável pela pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, sendo exigido reconhecimento de firma;

II – entregue nas unidades da Secretaria da Receita Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou de outros órgãos que vierem a ser autorizados, para esse fim, pelo Comitê Gestor.

§ 2º No recibo de entrega do Termo de Opção do Refis constará número gerado por algoritmo específico que deverá ser utilizado, em conjunto com o número de inscrição no CNPJ, em todos os demais atos e procedimentos praticados no âmbito do Refis, constituindo, para todos os fins de direito, identificação eletrônica, ficando sua utilização sob plena e total responsabilidade da pessoa jurídica optante.

§ 3º Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados pela pessoa jurídica, de forma irrevogável e irrevogável, no prazo de sessenta dias, contado da data da formalização da opção, nas condições estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 4º A opção pelo Refis, independentemente de sua homologação, implica:

I – início imediato do pagamento dos débitos;

II – suspensão da exigibilidade dos débitos não ajuizados, ou, quando ajuizados, integralmente garantidos;

III – submissão integral às normas e condições estabelecidas para o Programa.

§ 5º A suspensão da exigibilidade dos débitos ajuizados, quando não garantidos, dar-se-á quando da homologação da opção.

Consolidação e Pagamento dos Débitos

Art. 5º Os débitos da pessoa jurídica optante serão consolidados tomando por base a data da formalização da opção.

§ 1º A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, inclusive a atualização monetária à época prevista.

§ 2º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional – CTN), a inclusão, no Refis, dos respectivos débitos implicará dispensa dos juros de mora incidentes até a data de opção, condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à

renúncia do direito, sobre os mesmos débitos, sobre o qual se funda a ação.

§ 3º A inclusão dos débitos referidos no parágrafo anterior, bem assim a desistência ali referida deverão ser formalizadas, mediante confissão, na forma e prazo estabelecidos no § 3º do artigo anterior, nas condições estabelecidas pelo Comitê Gestor.

§ 4º Requerida a desistência da ação judicial, com renúncia ao direito sobre que se funda, os depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda, permitida inclusão no Refis de eventual saldo devedor.

§ 5º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, exclusive os relativos a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados, mediante solicitação expressa e irrevogável da pessoa jurídica optante e observadas as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas, mediante:

I – compensação de créditos, próprios ou de terceiros, relativos a tributo ou contribuição incluído no âmbito do Refis;

II – utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros.

§ 6º A liquidação referida no parágrafo anterior será efetuada de conformidade com os procedimentos a serem definidos pelo Comitê Gestor e será formalizada dentro do prazo estabelecido no § 3º do artigo anterior, observadas as seguintes condições:

I – poderão ser utilizados prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, próprios da pessoa jurídica optante, passíveis de compensação na data da opção, na forma da legislação vigente, desde que relativos a período de apuração encerrado até 31 de dezembro de 1999 e devidamente declarados ou informados à Secretaria da Receita Federal até a data da opção, salvo em relação ao período de apuração correspondente ao ano-calendário de 1999, que deverá ser informado no prazo estabelecido pela Secretaria da Receita Federal;

II – na hipótese de compensação de créditos ou de utilização de prejuízos fiscais ou bases de cálculos negativa de terceiros:

a) a solicitação deverá ser também assinada pelo responsável pela pessoa jurídica cedente perante o CNPJ, com reconhecimento de firma;

b) a cessão somente poderá ser efetuada do detentor originário do direito à pessoa jurídica optante pelo Refis e será definitiva, ainda que o adquirente seja, por qualquer motivo, excluído do Refis;

c) somente poderão ser utilizados prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas passíveis de compensação da pessoa jurídica cedente, na data da opção, na forma da legislação vigente, devidamente declarados ou informados à Secretaria da Receita Federal até 31 de outubro de 1999;

III – o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de quinze por cento e de oito por cento, respectivamente;

IV – para os fins de utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa, nos termos deste decreto, não se aplica o limite de trinta por cento do lucro real, da cedente ou da cessionária.

§ 7º O débito consolidado na forma deste artigo será informado, pelo Comitê Gestor, à pessoa jurídica optante no prazo de cento e oitenta dias, contado da data da formalização

da opção, com a discriminação das espécies dos tributos e contribuições, bem assim dos respectivos acréscimos e períodos de apuração.

§ 8º Ao disposto neste artigo aplicam-se as normas legais vigentes que admitem redução de multa no caso de pagamento parcelado.

§ 9º A opção pelo Refis exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e contribuições referidos no art. 1º inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir de 1º de novembro de 1999.

Art. 6º O débito consolidado na forma do artigo anterior:

I – sujeitar-se-á, a partir da data base da consolidação, a juros correspondentes à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo;

II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurada na forma do art. 31 e parágrafo único da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, não inferior a:

a) zero vírgula três por cento, no caso de pessoa jurídica optante pelo simples e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;

b) zero vírgula seis por cento, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

c) um vírgula dois por cento, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas decorrentes das atividades comerciais, industriais, de transporte, de construção civil, de ensino e médico-hospitalares;

d) um vírgula cinco por cento, nos demais casos.

§ 1º No caso de sociedade em conta de participação os débitos e as receitas brutas serão considerados individualizadamente, por sociedade.

§ 2º A pessoa jurídica optante deverá iniciar o pagamento do débito consolidado a partir, inclusive, do próprio mês da formalização da opção, independentemente de sua homologação.

Art. 7º Na hipótese do inciso II do § 5º do art. 5º, a pessoa jurídica cedente, a qualquer título, do direito de compensação do prejuízo fiscal ou de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido deverá:

I – registrar, em sua escrituração contábil, o valor do direito cedido, determinado na forma do inciso IV do § 6º do art. 5º, em contrapartida a conta de patrimônio líquido;

II – dar baixa, em sua escrituração fiscal, do montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa da contribuição social cedida, pelo montante que serviu de base para a determinação do direito registrado na forma do inciso anterior.

§ 1º As perdas porventura apuradas em decorrência da cessão não serão dedutíveis para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 2º A cessão de direitos a que se refere este artigo será definitiva, não podendo, a cedente, sob qualquer forma e a qualquer tempo, utilizá-los em seu favor.

§ 3º Na hipótese de constatação, na pessoa jurídica cedente, de irregularidade que implique redução, total ou parcial, dos valores de prejuízo ou de base de cálculo negativa cedidos, bem assim nos casos de cessão de valores já compensados:

I – os juros e multas liquidados mediante utilização destes valores serão restabelecidos e incluídos no débito consolidado remanescente;

II – a pessoa jurídica adquirente não será excluída do REFIS.

§ 4º O disposto no parágrafo anterior:

I – não exclui a responsabilidade da pessoa jurídica cedente, relativamente aos tributos e contribuições devidos em decorrência da referida constação, inclusive quanto às sanções aplicáveis;

III – não se aplica à hipótese de cessão de prejuízo fiscal ou de base de cálculo negativa inexistente, assim entendida a que desatender ao disposto na alínea c do inciso II do § 6º do art. 5º, que será considerada utilização indevida, implicando exclusão da pessoa jurídica adquirente do REFIS.

Obrigações da Pessoa Jurídica Optante

Art. 8º A opção pelo REFIS sujeita a pessoa jurídica a:

I – confissão irrevogável e irretroatável da totalidade dos débitos incluídos no Programa, inclusive os confessados na forma do § 3º do art. 4º

II – autorização, no ato da opção, de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida durante o período em que a optante estiver submetida ao Programa;

III – acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas;

IV – aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no Programa;

V – cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e o ITR;

VI – pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e contribuições decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de outubro de 1999, inclusive os impostos de competência estadual e municipal devidos pelo optantes pelo Simples.

§ 1º O acompanhamento fiscal específico de que trata o inciso III será aplicado, exclusivamente, durante o período em que a pessoa jurídica permanecer no REFIS e implementado em conjunto pela Secretaria da Receita Federal e INSS, mediante análise sistemática das informações prestadas em confronto com os valores recolhidos a título de pagamento dos débitos parcelados no âmbito do REFIS e os correspondentes às obrigações fiscais decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir de 1º de novembro de 1999.

§ 2º O Comitê Gestor definirá as informações a serem prestadas e a periodicidade de sua prestação, observado que, no caso de pessoas jurídicas optantes pelo Simples, a periodicidade será anual.

Art. 9º As pessoas jurídicas de que tratam os incisos I e III a V do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, poderão optar, durante o período em que submetidas ao Refis, pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, as pessoas jurídicas referidas no inciso III do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, deverão adicionar os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos do exterior ao lucro presumido e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

Da Homologação da Opção

Art. 10. A homologação da opção pelo Refis será efetivada pelo Comitê Gestor, produzindo efeitos a partir da data da formalização da opção.

§ 1º A opção implica manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, cabendo à Procurado-

ria-Geral da Fazenda Nacional e ao INSS, no âmbito de suas respectivas competências, promoverem as ações necessárias a assegurar o cumprimento dessa exigência.

§ 2º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a homologação da opção pelo Refis é condicionada à prestação de garantia ou, a critério da pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 3º Ficam dispensadas das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas:

I – optantes pelo Simples;

II – cujo débito consolidado seja inferior a quinhentos mil reais.

§ 4º A exigência referida no § 2º deverá ser atendida no prazo fixado no § 3º do art. 4º.

Garantias

Art. 11. Para os fins do disposto no § 2º do artigo anterior poderão ser aceitas as seguintes modalidades de garantia:

I – fiança;

II – hipoteca;

III – penhor;

IV – anticrese;

V – seguro

§ 1º Deverão ser apresentados, no caso de

I – fiança:

a) se bancária, proposta aprovada por instituição financeira, que deverá ser renovada, caso necessária, até a quitação do débito;

b) nos demais casos, relação de bens do fiador acompanhada de certidões dos cartórios de protesto e distribuição;

II – hipoteca, escritura do imóvel e respectiva certidão do cartório de registro de imóvel devidamente atualizada, bem assim documento de notificação ou cobrança do imposto predial territorial urbano (IPTU) ou do imposto territorial rural (ITR) acompanhado da respectiva prova de quitação;

III – penhor ou anticrese:

a) prova da propriedade dos bens, acompanhada de certidão de inexistência de ônus reais;

b) para frutos e rendimentos de bem imóvel, laudo circunstanciado relativo à produtividade, elaborado por empresa ou profissional legalmente habilitado;

IV – seguro, a respectiva apólice.

§ 2º Vindo o objeto da garantia a parecer ou a se desvalorizar no curso do parcelamento, o devedor será intimado para providenciar a sua reposição ou reforço, sob pena de rescisão do acordo e vencimento antecipado das parcelas restantes.

§ 3º A garantia deverá ter valor mínimo igual ao total da dívida parcelada, observado em qualquer caso, o valor de mercado dos bens indicados, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Comitê Gestor.

§ 4º O Comitê Gestor expedirá as normas necessárias à formalização das garantias oferecidas, observando que estão dispensadas de nova formalização as pessoas jurídicas que já o fizeram, desde que o valor não seja inferior ao estabelecido no § 3º.

Art. 12. A adesão ao REFIS não implica desconstituição da penhora, arresto de bens ou outras garantias efetivadas nos autos da ação de execução fiscal, que integrarão a garantia oferecida no âmbito do Programa.

§ 1º A execução fiscal, e qualquer de seus atos, somente será suspensa após a homologação da opção de ingresso no REFIS, ressalvadas as disposições legais em sentido contrário.

§ 2º Será examinada pelo Comitê de Gestor, com preferência, a opção que contiver débito em execução fiscal.

Art. 13. Relativamente a opções que contenham débitos ajuizados não garantidos, a expedição da certidão prevista no art. 206 do CTN e a suspensão no registro no CADIN somente ocorrerão após a homologação da opção.

Parágrafo único. Exclusivamente para os fins deste artigo e do § 5º do art. 4º, considerar-se-á tacitamente homologada a opção após transcorrido setenta e cinco dias da sua formalização sem que haja expressa manifestação por parte do Comitê Gestor.

Arrolamento

Art. 14. O arrolamento de bens será efetivado pela autoridade administrativa, considerando o valor contábil dos bens integrantes de seu patrimônio.

§ 1º Deverão ser arrolados os bens imóveis da pessoa jurídica optante, integrantes de seu patrimônio em 31 de dezembro de 1999, limitado ao valor do débito consolidado.

§ 2º O arrolamento de bens poderá ser adotado em conjunto com a garantia, inclusive para fins de satisfação do valor mínimo a que se refere o § 3º do art. 11.

§ 3º Para os fins do disposto no § 5º do art. 64 da Lei nº 9.532, de 1997, a pessoa jurídica optante deverá informar o número de inscrição no CNPJ dos cartórios onde se encontrarem registrados os imóveis arrolados.

Da Exclusão do REFIS

Art. 15. A pessoa jurídica optante pelo REFIS será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor.

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nos incisos I a V do **caput** do art. 8º;

II – inadimplemento, por três meses, consecutivos ou não, relativamente a qualquer dos tributos e contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de outubro de 1999;

III – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangido pelo REFIS e não incluído na confissão a que se refere o inciso I do **caput** do artigo anterior, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV – compensação ou utilização indevida de créditos, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa, referidos nos §§ 5º e 6º do art. 5º;

V – decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

VI – concessão de medida cautelar fiscal;

VII – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

VIII – declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

IX – decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa jurídica, relativa a débito referido no § 2º do art. 5º e não incluído no REFIS, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência da referida decisão;

X – arbitramento do lucro da pessoa jurídica, nos casos de determinação da base de cálculo do imposto de renda por critério diferente ao da receita bruta.

§ 1º A exclusão da pessoa jurídica do REFIS implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A exclusão produzirá efeitos:

I – nas hipóteses dos incisos I, II e III do **caput**, a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte do ato que o exclui do Programa;

II – na hipótese do inciso X do **caput**, a partir do mês subsequente àquele em que a pessoa jurídica não houver apurado sua receita bruta ou não puder demonstrá-la e comprová-la;

III – nas demais hipóteses, a partir do mês em que ocorrido o fato que ensejar a exclusão.

§ 3º Na hipótese do inciso III do **caput**, e observado o disposto no inciso I do Parágrafo anterior, a exclusão dar-se-á na data da ciência, pela pessoa jurídica, da decisão definitiva, na esfera administrativa ou judicial, quando houver sido contestado o lançamento.

§ 4º O disposto no inciso III do **caput** e no parágrafo anterior aplica-se aos lançamentos de ofício:

I – efetuados antes da data de opção pelo REFIS;

II – relacionados a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de novembro de 1999, salvo se da infração resultar redução da base de cálculo das parcelas devidas no âmbito do REFIS, hipótese em que será aplicado o disposto no inciso I do § 2º.

§ 5º A exclusão será precedida de representação fundamentada da Secretaria da Receita Federal, do INSS ou da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 16. A liquidação dos valores correspondentes a multa e juros, nos termos do inciso II do § 5º do art. 5º, será definitiva, ainda que a pessoa jurídica seja excluída do REFIS, exceto na hipótese de que trata o inciso IV do artigo anterior, relativamente à parcela considerada indevida.

Da Alocação, da Apropriação e da Transferência dos Valores Arrecadados

Art. 17. Os pagamentos efetuados no âmbito do REFIS serão alocados proporcionalmente, para fins de amortização do débito consolidado, tendo por base a relação existente, na data-base da consolidação, entre o valor consolidado de cada tributo e contribuição incluído no Programa e o valor total parcelado.

Art. 18. A apropriação e a transferência dos recolhimentos efetuados no âmbito do REFIS serão efetuadas até o último dia útil do mês seguinte ao da arrecadação.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal informará mensalmente, ao INSS e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o montante dos valores arrecadados das empresas, individualizando-os pelos respectivos números de inscrição no CNPJ.

§ 2º A consolidação e o processamento referidos neste artigo serão realizados no prazo máximo de cento e oitenta dias, contado da vigência desse Decreto.

§ 3º Enquanto não consolidados e processados os débitos submetidos ao REFIS, a apropriação e transferência referidas no **caput** serão realizadas com base no total dos débitos existentes no âmbito de cada órgão, inclusive da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Das Outras Formas de Parcelamento

Art. 19. Observado o prazo a que se refere o **caput** do art. 4º e demais normas e condições estabelecidas neste decreto, a pessoa jurídica poderá, alternativamente ao disposto no inciso II do art. 6º, proceder ao pagamento do débito consolidado em até sessenta parcelas mensais, iguais e sucessivas.

§ 1º Na hipótese deste artigo, valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I – trezentos reais, no caso de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES;

II – mil reais, no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

III – três mil reais, nos demais casos.

§ 2º O pagamento dos débitos parcelados na forma deste artigo será devido a partir do próprio mês da opção.

§ 3º Enquanto não comunicado, pelo Comitê Gestor, nos termos do § 7º do art. 5º, o valor total do débito consolidado, a pessoa jurídica deverá determinar o valor das parcelas mensais com base no montante do débito que lhe for informado pela Secretaria da Receita Federal, INSS e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ainda que parcial, ou, na sua falta, no valor por ela conhecido, observado, em qualquer caso, o disposto no § 1º.

§ 4º A quantidade de parcelas será definida quando efetivada a consolidação dos débitos, observados os valores mínimos estabelecidos no § 1º, podendo a pessoa jurídica, a qualquer tempo, solicitar a redução do prazo, hipótese em que os valores das parcelas serão recalculados.

§ 5º O parcelamento na forma estabelecida neste artigo ficará sujeito à administração do Comitê Gestor a que se refere o art. 2º

Parcelamento do ITR

Art. 20. Os débitos do ITR poderão ser parcelados na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. O parcelamento de que trata este artigo será concedido mediante processo específico, não sendo seus valores incluídos na consolidação.

Das Disposições Finais

Art. 21. A Secretaria da Receita Federal, o INSS e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional expedirão, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, as instruções complementares necessárias à implementação do disposto neste Decreto.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de janeiro de 2000, 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** –
Pedro Malan – **Francisco Dornelles** – **Waldeck Ornêlas**.

Adesão ao Refis vai até o final de março, diz Receita

da Sucursal de Brasília

As empresas que devem à Receita Federal e ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) terão prazo até 31 de março deste ano para aderir ao Refis (Programa de Recuperação Fiscal).

A inscrição, entretanto, deverá começar somente depois de criada uma comissão dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, que vai elaborar o termo de adesão e colocá-lo na internet. Criado em 99, o Refis ainda não foi implementado pelo governo.

O programa resultou da pressão de grupos empresariais interessados em quitar seus débitos com a União e, assim, escapar do registro no Cadin (Cadastro Nacional de Inadimplentes) —que restringe o acesso a créditos de bancos oficiais, por exemplo. Mas interessa particularmente ao governo. A esumativa da Receita é que os impostos e contribuições federais não pagos somem R\$ 100 bi-

lhões. O INSS calcula que a contribuição previdenciária devida pelas empresas está entre R\$ 55 bilhões e R\$ 58 bilhões.

Decreto que traz as regras detalhadas do Refis deverá constar da edição de hoje do "Diário Oficial" da União. O texto prevê que poderão ser incluídas dívidas que não tenham sido pagas até novembro do ano passado, incluindo aquelas questionadas na Justiça.

A principal diferença com os programas anteriores está na forma de pagamento da dívida. Em vez de adotar um número fixo de parcelas, com valores igualmente definidos, o Refis vai comprometer uma parcela do faturamento mensal das empresas que aderirem. Portanto, será ajustado a cada caso e terá validade indefinida.

O programa prevê que as dívidas —bem como as parcelas correspondentes aos juros e as multas— serão corrigidas pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), hoje fixada em 12% ao ano (há alteração a cada trimestre).

O percentual é bem inferior ao de mercado e ao da Selic, a taxa média de remuneração dos títulos públicos, que era usada também na correção dos programas anteriores de parcelamento de dívidas. A Selic está em 19% ao ano.

Além da correção menor, as empresas poderão abater da parcela correspondente aos juros e multas os créditos que tenham com o fisco e o INSS —e também aqueles que eventualmente comprarem de outras firmas.

Os prejuízos fiscais também poderão ser abatidos.

Para entrar no programa a empresa terá de abrir mão do sigilo bancário e concordar em fornecer dados fiscais periodicamente. Segundo o secretário da Receita, Everardo Maciel, essa regra diminui o risco de as empresas fraudarem o faturamento para deixarem de pagar sua cota mensal.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.004-4
DE 13 DE JANEIRO DE 2000

Institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal e pelo Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1999, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.

§ 1º O REFIS será administrado por um Comitê Gestor, com competência para implementar os procedimentos necessários à execução do Programa, observado o disposto no regulamento.

§ 2º O Comitê Gestor será integrado por um representante de cada órgão a seguir indicado, designados por seus respectivos titulares:

I – Ministério da Fazenda:

a) Secretaria da Receita Federal, que o presidirá;

b) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II – Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

§ 3º O REFIS não alcança débitos:

I – de órgãos da administração pública direta, das fundações instituídas e mantidas pelo poder público e das autarquias;

II – relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR;

III – relativos a pessoa jurídica criada a partir de 1º de outubro de 1999.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por opção de pessoa jurídica, que fará jus a regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos fiscais a que se refere o artigo anterior.

§ 1º A opção poderá ser formalizada até o último dia do segundo mês subsequente ao da regulamentação de que trata o § 1º do artigo anterior.

§ 2º Os débitos existentes em nome da optante serão consolidados tendo por base a data da formalização do pedido de ingresso no REFIS.

§ 3º A consolidação abrangerá todos os débitos existente em nome da pessoa jurídica, na condição de contribuinte ou responsável constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 4º O débito consolidado na forma deste artigo:

I – sujeitar-se-á, a partir da data da consolidação, a juros correspondente à variação mensal da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, vedada a imposição de qualquer outro acréscimo;

II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, vencíveis no último dia útil de cada mês, sendo o valor de cada parcela determinado em função de percentual da receita bruta do mês imediatamente anterior, apurado na forma do art. 31 e parágrafo único da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, não inferior:

a) 0,3% no caso de pessoa jurídica optante pelo Simples e de entidade imune ou isenta por finalidade ou objeto;

b) 0,6% no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

c) 1,2% no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro real, relativamente às receitas

decorrentes das atividades comerciais, industriais, médico-hospitalares, de transporte, de ensino e de construção civil;

d) 1,5% nos demais casos.

§ 5º No caso de sociedade em conta de participação, os débitos e as receitas brutas serão considerados individualizadamente, por sociedade.

§ 6º Na hipótese de crédito com exigibilidade suspensa por força do disposto no inciso IV do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a inclusão, no REFIS, dos respectivos débitos implicará dispensa do juros de mora incidentes até a data de opção, condicionada ao encerramento do feito por desistência expressa e irrevogável da respectiva ação judicial e de qualquer outra, bem assim à renúncia do direito, sobre os mesmos débitos sobre o qual se funda a ação.

§ 7º Os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, exclusivas as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, poderão ser liquidados observados as normas constitucionais referentes à vinculação e à partilha de receitas mediante:

I – compensação de créditos, próprios ou de terceiros a tributo ou contribuição incluído no âmbito do REFIS;

II – utilização de prejuízos fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido, próprios ou de terceiros.

§ 8º Na hipótese do inciso II do parágrafo anterior, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação, sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa, das alíquotas de quinze por cento e de oito por cento, respectivamente.

§ 9º Ao disposto neste artigo aplicam-se as normas legais vigentes que admitem redução de multa no caso de pagamento parcelado.

Art. 3º opção pelo REFIS sujeita a pessoa jurídica a:

I – confissão irrevogável e irretroatável dos débitos referidos no artigo anterior;

II – autorização de acesso irrestrito, pela Secretaria da Receita Federal, às informações relativas à sua movimentação financeira, ocorrida a partir da data de opção pelo REFIS

III – acompanhamento fiscal específico, com fornecimento periódico, em meio magnético, de dados, inclusive os indiciários de receitas;

IV – aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas;

V – cumprimento regular das obrigações para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e para com o ITR.

VI – pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos e das contribuições decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de outubro de 1999.

§ 1º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos e às contribuições referidos no art. 1º.

§ 2º O disposto nos incisos II e III do caput aplica-se, exclusivamente, ao período em que a pessoa jurídica permanecer no REFIS.

§ 3º A opção implica manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

§ 4º Ressalvado o disposto no parágrafo anterior, a homologação da opção pelo REFIS é condicionada à prestação de garantia ou, à critério de pessoa jurídica, ao arrolamento dos bens integrantes do seu patrimônio, na forma do art. 64 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 5º Ficam dispensados das exigências referidas no parágrafo anterior as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES e

aquelas cujo débito consolidado seja inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais)

§ 6º Não poderão optar pelo REFIS as pessoas jurídicas de que tratam os incisos II e VI do art. 14 da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

Art. 4º As pessoas jurídicas de que tratam, os incisos I e III a V do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, poderão optar, durante o período em que submetidas ao REFIS, pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, as pessoas jurídicas referidas no inciso III do art. 14 da Lei nº 9.718, de 1998, deverão adicionar os lucros, rendimentos e ganhos de capital oriundos no exterior ao lucro presumido e à base de cálculo de contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 5º A pessoa jurídica optante pelo REFIS será dele excluída nas seguintes hipóteses, mediante ato do Comitê Gestor;

I – inobservância de qualquer das exigências estabelecidas nos incisos I a V do **caput** do artigo anterior.

II – inadimplência, por três meses consecutivos ou não, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive os decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente a 31 de outubro de 1999;

III – constatação, caracterizada por lançamento de ofício, de débito correspondente a tributo ou contribuição abrangido pelo Refis e não incluído na confissão a que se refere o inciso I do **caput** do artigo anterior, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV – compensação ou utilização indevida de créditos, prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa referido nos §§ 6º e 7º do art. 2º;

V – decretação de falência, extinção, pela liquidação, ou cisão da pessoa jurídica;

VI – concessão de medida cautelar fiscal;

VII – prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita da optante, mediante simulação de ato;

VIII – declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, nos termos dos arts. 80 e 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

IX – decisão definitiva, na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável à pessoa jurídica, relativa a débito referido no § 5º do art. 2º e não incluído no Refis, salvo se integralmente pago no prazo de trinta dias, contado da ciência da referida decisão.

X – arbitramento do lucro da pessoa jurídica, nos casos de determinação da base de cálculo do imposto de renda por critério diferente ao da receita bruta.

§ 1º A exclusão da pessoa jurídica do Refis implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A exclusão, nas hipóteses dos incisos I, II e III deste artigo produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for identificado o contribuinte.

§ 3º Na hipótese do inciso III, e observado o disposto no parágrafo anterior, a exclusão dar-se-á na data da decisão definitiva, na esfera administrativa ou judicial, quando houver sido contestado o lançamento.

Art. 6º O art. 22 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. O empregador que não realizar os depósitos previstos nesta Lei, no prazo fixado no art.

15, responderá pela incidência da Taxa Referencial – TR sobre a importância correspondente.

§ 1º Sobre o valor dos depósitos, acrescidos da TR, incidirão, ainda, juros de mora de meio por cento ao mês ou fração e multa, sujeitando-se, também, às obrigações e sanções previstas no Decreto-Lei nº 368, de 19 de dezembro de 1968.

§ 2º A incidência da TR de que trata o **caput** deste artigo será cobrada por dia de atraso, tomando-se por base o índice de atualização das contas vinculadas do FGTS.

§ 3º A multa referida no § 1º deste artigo será cobrada nas condições que se seguem:

I – cinco por cento, no mês de vencimento da obrigação;

II – dez por cento, a partir do mês seguinte ao do vencimento da obrigação.

§ 4º Para efeito de levantamento de débito para com o FGTS, o percentual de oito por cento incidirá sobre o valor acrescido da TR até a data da respectiva operação.” (NR)

Art. 7º Na hipótese de quitação integral dos débitos para com o FGTS, referente a competência anteriores a janeiro de 2000, incidirá, sobre o valor acrescido da TR, o percentual de multa de cinco por cento e de juros de mora de 0,25%, por mês de atraso, desde que o pagamento seja efetuado até 30 de junho de 2000.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos débitos em cobrança administrativa ou judicial, notificados ou não, ainda que amparados por acordo de parcelamento.

Art. 8º O § 4º do art. 2º da Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 4º Na cobrança judicial dos créditos do FGTS, incidirá encargo de dez por cento que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, o qual será reduzido para cinco por cento, se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.” (NR).

Art. 9º O Poder Executivo editará as normas regulamentares necessárias à execução do REFIS, especialmente em relação:

I – às modalidades de garantia passíveis de aceitação;

II – à fixação do percentual da receita bruta a ser utilizado para determinação das parcelas mensais, que poderá ser diferenciado em função da atividade econômica desenvolvida pela pessoa jurídica;

III – às formas de homologação da opção e de exclusão da pessoa jurídica do REFIS, bem assim às suas consequências;

IV – à forma de realização do acompanhamento fiscal específico;

V – às exigências para fins de liquidação na forma prevista nos §§ 5º e 6º do art. 2º

Art. 10. O tratamento tributário simplificado e favorecido das microempresas e das empresas de pequeno porte é o estabelecido pela Lei nº 9.317, de 1996, e alterações posteriores, não se aplicando, para esse efeito, as normas constantes da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999.

Art. 11. Os pagamentos efetuados no âmbito do REFIS serão alocados proporcionalmente, para fins de amortização do débito consolidado, tendo por base a relação existente, na data-base da consolidação, entre o valor consolidado de cada tributo e contribuição, incluído no Programa, e o valor total parcelado.

Art. 12. Alternativamente ao ingresso no REFIS, a pessoa jurídica poderá optar pelo parcelamento, em até sessenta

parcelas mensais, iguais e sucessivas, dos débitos referidos no Art. 1º, observadas todas as demais regras aplicáveis àquele Programa.

§ 1º O valor de cada parcela não poderá ser inferior a:

I – R\$300,00 (trezentos reais), no caso de pessoa jurídica optante pelo SIMPLES;

II – R\$1.000,00 (mil reais), no caso de pessoa jurídica submetida ao regime de tributação com base no lucro presumido;

III – R\$3.000,00 (três mil reais), nos demais casos.

§ 2º Ao disposto neste artigo não se aplica a restrição de que trata o inciso II do § 3º do art. 1º

Art. 13. ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.004-3, de 14 de dezembro de 1999.

Art. 14. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de janeiro de 2000; 179ª da Independência e 112ª da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – **Pedro Malan** – **Francisco Dornelles** – **Alcides Lopes Táplas** – **Waldeck Ornêlas**.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Ernandes Amorim, Eduardo Siqueira Campos, Amir Lando e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 19 de janeiro próximo passado, empresários, técnicos dos governos estadual e federal e políticos de cinco estados nordestinos reuniram-se no Congresso Nacional para discutir as atuais dificuldades do Agronegócio do Caju, sobretudo para ressaltar suas potencialidades como apoio ao esforço exportador do Brasil e para a geração de empregos. Foi solicitada a inclusão de recursos de 300 milhões no PPA da União e crédito do BNDES para modernização da cadeia produtiva, já que existem técnicas disponíveis e testadas a serem implementadas.

O primeiro expositor, Paulo de Tarso Ferreira, presidente do Sincaju, do Ceará, ressaltou que 350 milhões de dólares foram investidos principalmente através de incentivos fiscais, para implantar quase 700 mil hectares de cajueirais. Este patrimônio do Nordeste não pode ser irresponsavelmente abandonado, o que na prática está ocorrendo, devido à baixíssima produtividade dos cajueirais, com 240 kg de castanha por hectare, rendimento que pode aumentar de três a mais de quinze vezes, através da tecnologia de substituição de copas e plantio de clones de cajueiro anão precoce cultivados sob dependência de chuvas ou sob irrigação. O Presidente do Sincaju ressaltou que enquanto a exportação de todos os frutos da região atinge a 110 milhões de dólares, somente as divisas geradas com produtos do cajueiro alcança-

ram os 50 milhões de dólares, isso no ano seco de 1999.

João Hudson Saraiva afirmou que foram investidos na montagem de 26 fábricas, no Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, 160 milhões de dólares, com capacidade ociosa por escassez de matéria prima. Na safra 99/98 só funcionaram sete fábricas e importaram-se castanhas da África, beneficiando a agricultores daquele continente. Disse ser estratégico para o Brasil aumentar a oferta de castanha nacional, pois a Índia além de produzir 230.000 toneladas, importa mais 200 mil e países asiáticos estão plantando agressivamente. Informou que a produção brasileira de castanha tem ficado entre 180 a 230.000 toneladas. Com o Plano de Desenvolvimento elaborado pelos componentes da cadeia produtiva do Agronegócio do Caju implantado, poderemos, de forma rápida, chegar às 400 mil toneladas e alcançar exportações de 300 milhões de dólares. A descapitalização dos industriais-exportadores é devido ao longo período de sobrevalorização do real perante ao dólar.

O representante do Consórcio Intermunicipal do Maranhão, Ariedes da Costa, referiu-se que seu estado é emergente na produção de caju, possuindo a maior área de aptidão para cajueiros no Nordeste do Brasil, segundo a Embrapa. O consórcio produziu 50.000 mudas de clones do cajueiro anão precoce e para 2000 estão previstas 300 mil mudas para distribuição em 15 municípios.

O Dr. Estélio Prado, da Associação das Indústrias Produtoras de Frutas Tropicais, abordou dificuldades atravessadas pelo setor, que tem 22 fábricas paralisadas devido à escassez de matéria prima. Taxou de lamentável o desperdício dos pedúnculos, cujos produtos deveriam fazer parte da merenda escolar e ser objeto de promoção comercial no exterior.

O Dr. Francisco Ferrer, chefe da Agroindústria Tropical da Embrapa, no Ceará, afirmou que temos tecnologias agrícolas testadas e viáveis, que podem ser imediatamente colocadas à disposição dos cajucultores, inicialmente nas áreas mais favoráveis, diminuindo os riscos. Ressaltou a necessidade da instalação de campos demonstrativos.

O empresário Ronaldo Fontenele, Gerente Setorial da Camex – Caju, um dos organizadores do Seminário, fez ampla exposição ressaltando que os produtores e industriais dos estados tradicionais, estão se unindo aos do Maranhão, Bahia, Tocantins e Pará, que possuem plantios de cajueiros. Falou que em setembro de 1998 foi lançado o PEE – patrocinado pela Camex, com o objetivo de alavancar 59 setores exportadores, responsáveis por 90% do total. Se tudo o

que o Plano Estratégico prevê for implantado, em 2007 estaremos exportando 425 milhões de dólares em amêndoas e 15 milhões do LCC. Há amplas perspectivas para o suco do pedúnculo, que deverá se beneficiar de várias medidas propostas.

O Dr. Ailton Barcelos, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento apontou para a linha de ação da Camex, que se baseia em análises de competitividade de nossos produtos, seminários de promoção internacional, valorização do ponto de vista mercadológico e criação de uma Marca Brasil. Se o Plano de Promoção da Cajucultura for viabilizado, teremos condições de dobrar a cajucultura no Brasil num período que vai de 5 a 8 anos. O mercado de nozes atingiu 5,5 bilhões de dólares, com a amêndoa do caju – a mais cara – participando com 725 milhões. Barcelos afirmou que o Brasil exporta sobras, o que não é correto. Temos de tratar a fruticultura como produto exportável.

Também do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Benedito Rosa falou dos problemas de comercialização enfrentados pelos produtores em geral, sujeitos a ação de atravessadores, ressaltando a necessidade de créditos.

O Secretário de Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Piauí, Marcelo Costa e Castro e o Secretário de Desenvolvimento Rural do Ceará, Pedro Sisanando, reconheceram o tempo perdido na modernização da cultura, mas afirmaram que no momento existe uma consciência coletiva de que o caju é uma vocação e oportunidade econômica do Nordeste, sendo necessário a implementação imediata da modernização do setor.

Eu, na qualidade de Senador que, há longo tempo, tenho me envolvido com o assunto, deixei claro o trabalho conjunto que tenho praticado com parlamentares de vários estados para viabilizar a emenda do PPA deste ano, pois finalmente temos toda a cadeia produtiva trabalhando unida.

O Deputado Renato Viana, relator do PPA no Congresso Nacional, mostrou-se sensibilizado com o pleito dos integrantes do negócio do caju, sendo convidado a viabilizar uma audiência pública para tratar do assunto.

Por todo o exposto, quero registrar o grande esforço do Deputado Inácio Arruda, que promoveu essa discussão através da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o presidente Fernando Henrique lançou o programa "Brasil Empreendedor Rural", composto por um elenco de ações destinadas a estimular o plantio e aumentar a renda dos produtores. A renovação da isenção do imposto sobre Produtos industrializados (IPI), na compra de máquinas e implementos agrícolas esperada pelos agricultores, não veio.

Em lugar da redução do imposto, o governo preferiu anunciar uma linha de crédito para a aquisição de tratores e colheitadeiras com juros reduzidos através do BNDES. O Presidente Fernando Henrique acenou, durante seu discurso na cerimônia de lançamento do pacote agrícola, com a possibilidade de renovar a isenção do IPI desde que os governos estaduais também participem desse esforço com a isenção do ICMS. "Se os governos estaduais se juntarem a nós será um impulso a mais para o barateamento da produção agrícola", disse em tom de desafio, numa tentativa de sangrar mais ainda os pobres cofres dos governos estaduais.

Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, registre-se ainda a manifestação do Ministro-Chefe da Casa Civil, Pedro Parente, que afirmou que só a isenção do IPI seria insuficiente, por isso o Presidente estava conclamando os Estados a participarem do mesmo esforço com a isenção do ICMS.

Disse ainda que tudo acaba tendo um custo fiscal, por isso o governo preferiu ter um custo concentrado através da redução dos juros e aumento dos prazos no crédito concedido pelo BNDES. O Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, informou na oportunidade que a isenção do imposto para máquinas e implementos ainda está sendo analisada dentro do Governo. Mas admitiu que a idéia lançada pelo Presidente Fernando Henrique é excelente. "Afim, não é só a União que deve estimular a agricultura, os Estados também devem", disse o Ministro da Agricultura.

Sr. Presidente, Sr^{es}. e Srs. Senadores, ao avaliarmos o programa lançado pelo Governo Federal, intitulado "Brasil Empreendedor Rural", observamos que não existe nada de novo para a agricultura brasileira a não ser a proposta de modernização da legislação agrícola vigente desde 1903 e que já passava da hora de ser revisada. Imaginem os Senhores Senadores, uma legislação do início daquele século valendo para os dias atuais? Mas justiça seja feita, essa medida desburocratiza o setor no que diz respeito aos critérios adotados no armazenamento e na classificação dos produtos.

De resto, baixar os encargos financeiros de 11,95% para 8,75% e 10,75%, respectivamente para pequenos médios e grandes produtores nos financiamentos de tratores e colheitadeiras, com o intuito de modernizar o parque de máquinas e implementos agrícolas, não vejo nada para ser anunciado como inédito.

A Cédula de Produto Rural já existe desde 1994 e o que o Governo Federal fez foi criar a sua liquidação financeira; a internacionalização do mercado de futuros, o Governo apenas autorizou um instrumento que está sendo implementado pela Bolsa de Mercadorias e Futuros; quanto às medidas relativas aos seguros, a bem da verdade, o que o governo quer é abrir mão do seguro estatal que praticamente não existe com o pouco incentivo dado ao PROAGRO, extinguindo o monopólio do resseguro e privatizando o IRB – Instituto de Resseguros do Brasil – a isenção de certidões negativas de débitos com tributos ou contribuições federais para mini e pequenos produtores, inclusive o agricultor familiar para habilitação no crédito rural é uma medida que pouco representa, pois na minha opinião como agricultor, são medidas tímidas e que mexem mais com as grandes empresas do setor do que com o produtor rural que está no campo querendo produzir.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, talvez com a carência do produtor em receber algum apoio do Governo Federal essas decisões possam até ser consideradas como um bom sinal.

Pois na nossa opinião, faltou ao Governo Federal medidas mais palpáveis, orientadas para a produção. Preocupa-nos o fato do Governo estar direcionando suas atividades somente para a comercialização de commodities exportáveis. É de fundamental importância que o comércio internacional seja também incentivado; é bom para o País. Porém deixar de lado medidas que possam efetivamente contribuir para a produção e melhoria de renda no campo poderá comprometer safras futuras.

Os tecnocratas do Governo esquecem, ou não sabem, que para exportar precisa produzir e para produzir com esse modelo que aí está, fica cada vez mais difícil; seria de bom tamanho se fosse anunciado juros mais atraentes para o crédito agrícola, fundos de avais para que pequenos e médios produtores possam ter acesso ao crédito rural, políticas mais atraentes a respeito dos Fundos Constitucionais, que hoje não interessam a ninguém. Mas que, em boa hora, já está sendo discutido na Comissão Mista, presidida com competência pelo nosso colega, Senador Jonas Pinheiro, a Medida Provisória Nº 1.988, que

"Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro Oeste".

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, atualmente o setor agrícola brasileiro vive em guerra: e guerra com o Governo, clamando por políticas definitivas que atendam o nosso setor, e não taxas de juros que podem ser mudadas a qualquer instante pelos tecnocratas do Governo, conforme prevê a Medida Provisória, que estamos discutindo na Comissão Mista.

Queremos taxas realistas, e não o que ocorre com o art. 10 da Lei Nº 9.126, que passa a vigorar com a MP, onde se elimina a TJLP, e se aplica a taxa Selic, que é um convite para as instituições de créditos a usarem a maioria dos recursos em aplicações no Mercado Financeiro e não na produção.

Acrescido da guerra com os bancos para regularização de débitos, guerra para vender, é guerra para produzir, é guerra para comprar, e a maior guerra para continuar sobrevivendo.

Verdadeiramente, o produtor rural brasileiro pode ser considerado um soldado que luta para sobreviver no meio, e o pior, luta em uma guerra que não foi ele quem iniciou, porque não é agricultura responsável pelos sucessivos planos econômicos dos incompetentes tecnocratas da área econômica, não é o agricultor responsável pela má administração dos recursos públicos, ao contrário, tudo o que se tem feito é produzir, e produzir cada vez mais, sempre atendendo a uma necessidade de safra recorde almejada pelo Governo Federal.

Será que já não é hora do produtor rural receber sua recompensa por atender sempre os apelos do Governo federal, mesmo sem as condições favoráveis? E fica cada vez mais claro qual é o papel do Governo. E qual é o papel do produtor?

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os estudos referentes ao Tocantins apontam sempre, como uma de suas vantagens, o fato de que o Estado chegou antes da efetiva ocupação do território, não só sob o aspecto demográfico, mas especialmente sob o aspecto econômico.

Esta vantagem consiste em que, tendo chegado antes, o Estado vem tendo condições de ordenar o próprio território, orientar e promover migrações, definir áreas produtivas, detectando vocações locais e regionais, organizar, enfim, a própria estrutura administrativa de modo a evitar os excessos de concentra-

ção, atender melhor às demandas regionais, e promover, conseqüentemente, um processo de desenvolvimento mais equilibrado e sustentável.

Neste contexto, a questão ambiental tem sido uma preocupação básica do Estado desde sua origem, questão que se reveste de especial significado por ser o Tocantins um território de características ecotonais, onde se encontram e representam os grandes ecossistemas brasileiros: A Amazônia, o Semi-árido, os Cerrados, o Pantanal.

Os próprios órgãos internacionais têm elogiado os esforços do Estado na linha de definir políticas ambientais adequadas e de dar sustentabilidade ambiental a seu processo de desenvolvimento.

Assim é que o Estado vem continuamente aperfeiçoando sua legislação ambiental, fazendo antecipar a execução de seus projetos de infra-estrutura, e outros projetos, de estudos de impacto ambiental e possuindo em sua universidade, mecanismo específico voltado aos estudos ambientais e à formação de recursos humanos de alto nível neste setor: o Curso de Engenharia Ambiental aliás, o primeiro a funcionar no Brasil.

De outra parte, tem surpreendido o acelerado processo de desenvolvimento que vem caracterizando o Estado do Tocantins, cujos índices de crescimento vem se mantendo durante toda esta década, bem acima dos índices nacionais. Assinale-se que este processo vem ocorrendo sem manifestações significativas de conflitos de terra, como geralmente tem ocorrido, em outras regiões pioneiras bem como com adequado equilíbrio financeiro como o demonstram as análises dos orçamentos estaduais e da capacidade de endividamento do Estado.

Faço estas considerações, Sr. Presidente, no momento em que a sociedade tocaninense, sob a coordenação do Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente – Seplan, e da Fundação Natureza do Tocantins – Naturatins conclui seus trabalhos de elaboração da *Agenda Positiva do Tocantins*, um alentado relatório que detalha ações referentes à legislação e normas ambientais, políticas públicas, unidades de conservação, desenvolvimento sustentável, e ainda um conjunto de questões setoriais, como agricultura familiar, agropecuária, capacitação de recursos humanos, ciência e tecnologia, extrativismo, financiamento de projetos, gestão ambiental, política fundiária, energia, pesca, mineração e política indígena.

Devo realçar, Sr. Presidente, que esta visão ampla, que poderia denominar como uma visão holística e integrada do processo de desenvolvimento, contou com expressiva participação da sociedade tocani-

nense em sua formulação, através de seus órgãos mais expressivos, tais como a Unitins, o Ibama, o Inbra, a Embrapa, o Basa, Associação de Municípios, Federação da Agricultura, representantes dos setores extrativistas, da pesca, da agricultura, Fórum das Organizações Não-Governamentais, Ministério Público e empresas do porte da Investco (Usina Hidrelétrica do Lajeado), Celtins e outras.

Desta forma, os estudos conjuntos e articulados permitiram levar o consenso da sociedade para as ações governamentais, dando-lhe muito mais legitimidade e eficácia.

Desejo, Sr. Presidente, que o documento resultante deste esforço seja integrado a este pronunciamento, como anexo, e seja registrado nos Anais desta Casa.

Na pessoa do Prof. Lívio William Reis de Carvalho e suas equipes da Seplan e Naturatins, quero parabenizar a sociedade tocaninense através das instituições citadas e de todos segmentos que, da mesma forma, vem contribuindo para que o Estado do Tocantins continue se desenvolvendo como um exemplo de Estado sustentável, justo, participativo e solidário.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
AGENDA POSITIVA DO ESTADO DO TOCANTINS
24 e 25 de novembro de 1999

I – Introdução

Nos dias 24 e 25 de novembro de 1999 realizou-se, em Palmas, o Seminário para elaboração da Agenda Positiva do Estado do Tocantins, com a presença de representação dos níveis de Governo Federal, estadual e municipal, setores produtivos, sociedade civil, ministério público e pessoas interessadas.

O Estado do Tocantins abriga diferentes ambientes, compreendendo grandes áreas de cerrado, regiões inundáveis do rio Araguaia e áreas de transição para o semi-árido nordestino e a floresta tropical úmida da Amazônia. Entre os anos 70 e 80 apresentou uma taxa de crescimento populacional superior, em média, a 4% ao ano, com forte concentração urbana (cerca de 70% da população), apesar de apresentar uma densidade demográfica baixa. Sua ocupação, lenta durante o ciclo da mineração, se acelerou após a construção da rodovia Belém-Brasília e, mais recentemente, com a criação do Estado. Este último fator, implicando a construção da nova capital, acelerou ainda mais o fenômeno da urbanização. Sua economia está fortemente centrada na pecuária, com tendência, devido às vastas áreas de cerrado, de expandir o setor de produção de grãos.

O crescimento populacional exponencial apontado acima, aliado à dificuldade do aparato estatal em acompanhar esse crescimento nos setores social e ambiental, em contraste com os investimentos em infra-estrutura previstos pelo Governo Federal para o próximo quadriênio, apontam para uma situação preocupante no que se refere à capacidade da sociedade brasileira ga-

rantir para o Estado um desenvolvimento sustentável. Neste contexto, a realização da Agenda Positiva com representação expressiva dos órgãos de Governo, do setor produtivo e da sociedade civil, é um fator importante para o fortalecimento da política estadual ambiental, no sentido de materializar um esforço coletivo que compatibilize o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

Neste contexto a Agenda Positiva do Tocantins contou com a participação de diversos setores do Governo e da sociedade. O Governo do Estado através da consolidação das propostas de suas Secretarias de Estado e Autarquias que juntamente com os seguintes setores: Ibama, Incra, Embrapa, Basa, Associação dos Municípios do Bico do Papagaio, Federação da Agricultura do Tocantins, Setor Extrativista, Federação dos Apicultores do Tocantins, Colônias de Pescadores, Investco, Celtins, Fórum das ONG, GTA/TO, Unitins, setor Agricultura Familiar, Ministério Público Federal e Estadual, Brigadas Cíveis de Combate a Queimadas, discutiram suas propostas negociando os acordos aqui estabelecidos e se dispondo a dar continuidade na reflexão sobre os conflitos, como meio de encontrar soluções viáveis e compatíveis com a realidade do Estado do Tocantins.

2 - Questões Gerais

2.1 Legislação e normas

- Criar mecanismos legais que possibilitem a terceirização do processo de cobrança das multas aplicadas e mecanismos de vistorias para averbação de reserva legal.
- Regulamentar a medida provisória nº 1885-42 que estabelece reserva legal de 20% em áreas de campos gerais e cerrado e 50% em área de floresta.
- Recomendar a não incorporação das áreas de preservação permanente à reserva legal.
- Recomendar que o proprietário de imóvel rural com área de reserva legal comprometida possa optar pela compensação da área por outra localizada na mesma bacia hidrográfica ou em outra bacia dentro do mesmo Estado.
- Criar, em caráter de urgência, novos cargos de promotor de justiça especializados na área ambiental, que abranja todo Estado.
- Criar e implantar, em caráter de urgência, promotorias ambientais móveis.
- Criar dispositivos legal estadual que obrigue a imprensa regional a veicular serviço de utilidade pública para o setor ambiental.
- Rever dispositivo legal que regulamenta a pesca profissional.
- Criar dispositivo legal para isentar os proprietários rurais quanto as custas processuais para a averbação de reserva legal em cartório e respectivas taxas decorrentes da regularização junto aos órgãos licenciadores para agricultores familiares.
- Criar comissão exclusiva para meio ambiente na Assembléia Legislativa do Estado.
- Estabelecer normas para o financiamento de atividades enquadradas na resolução 237/97 do Conama.
- Avaliar a política estadual de meio ambiente.
- Criar incentivos e benefícios fiscais para empresários e proprietários rurais e urbanos que atendam a normatização sobre destinação final de resíduos, protegendo os mananciais.
- Instituir mecanismos de medidas compensatórias ao Estado e municípios que possuam unidades de conservação.
- Ampliar incentivos de benefícios fiscais para proprietários de RPPN.
- Elaborar normas para o licenciamento de empreendimento ecoturísticos.
- Criar lei estadual de acesso a recursos genéticos, implantando sistema de conservação de germoplasma.
- Reduzir o Imposto Territorial Rural para propriedades onde se evita e não se utiliza a prática de queimadas, e para aquelas que preservem as áreas de preservação permanente.
- Criar selo verde para setores que utilizam recursos naturais com base no estabelecimento de um padrão de qualidade para o recurso explorado.

2.2 Políticas públicas

a) Ambiental

- Estimular a negociação com vistas a firmar o Pacto Federativo, resguardando as atribuições legais e constitucionais da União e tendo como condicionante a capacidade de execução do poder público estadual.
- Dar cumprimento à legislação que prevê a educação ambiental como matéria obrigatória nos currículos escolares.
- Formular a política e o programa estadual de educação ambiental.
- Formular um plano de gestão ambiental descentralizada para o Estado.
- Incentivar a integração dos órgãos estaduais e federais responsáveis pelas políticas de meio ambiente, fundiária e extensão rural.
- Formular política e elaborar programa estadual de pesquisa, conservação e aproveitamento da biodiversidade.
- Formular política e elaborar plano estadual de gerenciamento dos resíduos sólidos.
- Elaborar programa e implementar projetos de combate à desertificação.
- Formular a política, elaborar e executar o plano estadual de recursos hídricos.
- Elaborar política e planos estadual de ecoturismo.
- Implementar programa de saneamento básico nos pequenos municípios do Estado.
- Desenvolver política regional de recuperação de áreas degradadas de forma participativa com todos os setores da sociedade organizada.
- Apoiar com recursos materiais, humanos e financeiros, as entidades não governamentais que atuam na questão ambiental.
- Incentivar a apicultura e o uso dos seus derivados.
- Alocar recursos para o programa internacional de Pesquisa e Desenvolvimento dos Ecótonos Brasileiros (PIEB) proposto em parceria Unitins/unesco/MMA.

b) Agrícola

- Ampliar o número de municípios que poderão ser beneficiados pelo PRONAF - infra-estrutura e serviços.
- Propor o aumento de recursos para apoio às ações da secretaria-executiva estadual do Pronaf.
- Promover o desenvolvimento agroindustrial.
- Promover a criação e estruturação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural nos municípios contemplados pelo PRONAF, disponibilizando infra-estrutura básica e serviços.
- Promover a difusão das atividades agrosilvopastoris, como forma de amenizar os efeitos impactantes do desmatamento.

- E Garantir a prioridade da assistência técnica e extensão rural pública para a agricultura familiar.
- E Criar um departamento no Ruraltins específico para apoiar a comercialização da agricultura familiar através de banco de dados de informações e criação de mecanismos de comercialização, por meio de cooperativas e associações.

c) Planejamento Estratégico.

- Recomendar a adoção de bacia hidrográfica como unidade de planejamento.
- Implementar o zoneamento ecológico-econômico como forma de ordenamento territorial.
- Realizar o zoneamento participativo ecológico-econômico das regiões Javaés, Jalapão e sudeste do Estado.
- Utilizar os indicadores socioambientais para tomada de decisão dos gestores públicos e privados.
- Estimular a prática do planejamento no âmbito regional e municipal.
- Elaborar a agenda 21 do Estado.
- Elaborar plano diretor de aproveitamento múltiplo do lago do reservatório UHE Luís Eduardo Magalhães.
- Elaborar planos diretores de desenvolvimento sustentável, priorizando os municípios com mais de 5.000 habitantes.

d) Órgãos Colegiados.

- Revitalizar e reestruturar o Conselho Estadual do Meio Ambiente, dando-se caráter consultivo e deliberativo, com maior participação da sociedade civil.
- Fortalecer o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, revendo a forma de participação da sociedade civil.
- Recomendar a criação de Câmara Técnica no Coema para o monitoramento das operações de crédito de projetos agropecuários.
- Estimular a criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente, garantindo a participação da sociedade na tomada de decisões.
- Responsabilizar o Conselho Estadual de desenvolvimento rural pelo direcionamento dos recursos para o fomento agrícola.

2.3 Unidades de conservação

- Implantar o parque estadual do Cantão na região da bacia hidrográfica do Coco/Javaés.
- Viabilizar recursos para implementação do plano de manejo do Parque Nacional do Araguaia.
- Fortalecer a gestão do sistema de unidade de conservação e criar novas unidades que representem os diferentes biomas do Estado.
- Incentivar o programa de criação de RPPN.
- Implantar infra-estrutura de visitação nas unidades de conservação.
- Estudar a possibilidade de criação da reserva extrativista de babaçu em Carrasco Bonito ou em outra área com potencial para este fim.

2.4 Desenvolvimento Sustentável

- Criar fundo estadual de financiamento com acesso facilitado, para o desenvolvimento de atividades sustentáveis.
- Promover o aproveitamento racional e sustentado dos cerrados e das várzeas.
- Promover o desenvolvimento do turismo sustentável; garantindo a participação das comunidades locais.
- Promover o desenvolvimento sustentável do Jalapão.

- Divulgar os pólos ecoturísticos.
- Ampliar a política de preservação ambiental apresentando alternativas de geração de emprego e renda compatíveis com a preservação dos recursos naturais.
- Estimular o desenvolvimento da apicultura nas áreas de preservação permanente e reserva legal como atividade econômica sustentável.
- Ampliar o número de técnicos para elaboração de projetos do PD/A em parceria com o GTA e CNS.

3 – Questões Setoriais

3.1 Agricultura familiar

- Recomendar a participação dos técnicos dos escritórios locais do Ruraltins nas atividades dos Conselhos Municipais do Desenvolvimento Rural.
- Garantir condições financeiras à assistência técnica e extensão rural para que seus técnicos atuem junto aos agricultores familiares.
- Fortalecer as organizações compromissadas com a agricultura familiar.
- Garantir alternativas às práticas de derrubadas e arrastões.

3.2 Agropecuária

- Adotar as indicações de uso da terra propostas pelo Estado, conforme indicado pelos zoneamentos agro-ecológico e ecológico-econômico.
- Priorizar as áreas antropizadas para o plantio de grãos e atividades pecuárias.
- Promover a recuperação de áreas degradadas com vegetação nativa.

3.3 Capacitação

- Capacitar e qualificar recursos humanos para a gestão ambiental.
- Realizar no Tocantins curso de mestrado na área de planejamento ambiental e desenvolvimento sustentável.
- Implantar centro de treinamento de mão-de-obra, capacitando recursos humanos para o ecoturismo.
- Capacitar e qualificar técnicos e agricultores em metodologias participativas e em técnicas ambiental, social e economicamente sustentáveis.
- Promover cursos de formação de brigadistas.
- Efetivar treinamentos tecnológicos aos extensionistas, envolvendo técnicas mitigadoras dos impactos ambientais, resultantes das práticas convencionais.
- Capacitar e qualificar técnicos do Incra, Lumiar, Itertins e Ruraltins para planejarem os assentamentos com as comunidades, dentro da ótica da proteção ambiental.
- Apoiar a implantação de um curso de especialização em ecoturismo.
- Incentivar a criação de cursos técnicos profissionalizantes na área ambiental.
- Incentivar a criação de escolas família agrícola.
- Criar um programa de capacitação sobre a legislação ambiental, envolvendo as associações de trabalhadores, técnicos da ATER, fiscais ambientais e policiais militares que atuam no cumprimento da legislação ambiental.
- Criar programa de formação de técnicos e lideranças em desenvolvimento local, com recursos do Estado e geridos por uma comissão paritária.
- Criar Programa de Formação permanente na área de alternativas econômicas sustentáveis para os agricultores familiares e suas organizações.

3.4 Ciência e tecnologia

- Fortalecimento e operacionalização institucional do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CECT)
- Fomentar a cooperação e o desenvolvimento científico e tecnológico
- Priorizar as seguintes linhas de pesquisa: agricultura familiar, recuperação de áreas degradadas, espécies ameaçadas de extinção, tecnologias alternativas para aproveitamento de recursos naturais, sequestro de carbono e ecótonos.

3.5 Extrativismo

- Promover um manejo adequado dos babaquais, evitando o uso discriminado de agrotóxicos.
- Incentivar e alocar recursos, suficientes para financiar projetos de geração de renda para famílias que vivem do extrativismo.
- Apoiar as organizações na elaboração de projetos voltados para populações extrativistas, para obtenção de recursos do PD/A-PPG – 7
- Priorizar os projetos agroextrativistas nas regiões de florestas, como forma de diminuir o desmatamento.

3.6 Financiamento

- Propor redução das taxas de juros do Pronaf – crédito rural, financiamento e custeio além da renegociação das dívidas do Pronaf, junto aos agentes financeiros.
- Manter fluxo constantes dos recursos do Pronaf, definindo um calendário de liberação dos recursos pelos bancos.
- Criar fundo de aval para acesso dos recursos do Pronaf.
- Adotar, como referência, o zoneamento agro-ecológico, para a aprovação de financiamentos.
- Incentivar o financiamento de empreendimentos ecoturísticos.
- Fortalecer parcerias entre os órgãos de meio ambiente, pesquisa e assistência técnica, com os agentes financeiros signatários do protocolo verde, como forma de apoiar a implantação de projetos econômicos sustentáveis.
- Definir uma política para o extrativismo vegetal que o oriente melhor para as aplicações do FNO (Prodex) para este setor.
- Garantir a definição dos beneficiários do Programa Bacia Leiteira pelos Conselhos Estaduais e Municipais de desenvolvimento rural.
- Criar Conselho Paritário, com participação da sociedade civil, na definição dos beneficiários do Prodívino.
- Garantir 50% dos recursos do Banco da Gente para a agricultura familiar.
- Criar cooperativas de crédito através de discussão efetiva com associados e envolvimento de sindicatos de trabalhadores rurais.
- Promover a divulgação das linhas de crédito através de um programa de informações aos agricultores.
- Disponibilizar maior quantidade de recursos financeiros para a agricultura familiar.
- Desenvolver mecanismos que garantam para as organizações da sociedade civil acesso aos recursos da Sudam e do BNDES.

3.7 Gestão ambiental**a) Ordenamento florestal**

- Promover o ordenamento florestal do Estado, com base em informações georeferenciadas.
- Reforçar a fiscalização em áreas de preservação permanente conforme legislação ambiental.

- Melhorar a realização cadastros de consumidores de produtos e subprodutos florestais.
- Formular um programa de fomento florestal destinado aos produtores rurais.
- Garantir o repasse ao Estado dos recursos oriundos da reposição florestal obrigatória.
- Instituir o instrumento do selo verde para atividades florestais.
- Ampliar os meios de divulgação das informações do material informativo sobre sistema de obtenção de autorizações de desmatamento, adequadas ao público alvo.
- **b) Monitoramento ambiental**
- Viabilizar a implantação do Centro de Sensoriamento Remoto do Ibama/TO
- Promover inventário, monitoramento e uso racional dos recursos faunísticos do Estado.
- Monitorar a cobertura vegetal, uso da terra e suas dinâmicas e qualidade da água.
- Intensificar as relações entre os diversos órgãos responsáveis pelo programa de monitoramento de queimadas e de desflorestamento.
- Apoiar a implantação de bosques nas escolas e comunidades, incentivando ainda a criação de hortas caseiras e comunitárias.
- Estabelecer sistema de monitoramento da ictiofauna, com participação da sociedade civil.

c) Controle e fiscalização.

- Viabilizar o repasse dos recursos arrecadados pelo IBAMA no Estado.
- Operacionalizar, em articulação entre os governos federal e estadual, o projeto Amazônia Fique Legal.
- Criar centro de reabilitação e reintrodução de animais silvestres.
- Criar e melhorar a estrutura dos núcleos de fiscalização nas micro-regiões do Estado.
- Melhorar a estrutura de funcionamento da promotoria ambiental móvel.
- Fortalecer as ações de fiscalização integrada nas áreas de fronteira.
- Promover a articulação entre as polícias militar, civil e federal nas ações de combate aos crimes ambientais, especialmente ao tráfico de animais silvestres, pescado e madeira.
- Firmar e fortalecer parcerias com os municípios e Ministério Público, visando o cumprimento da legislação vigente.
- Criar Conselho Regional de fiscalização ambiental, com a participação da sociedade civil, como meio de estabelecer diretrizes para sua execução.
- Fomentar a participação da sociedade na vigilância ambiental, remunerando fiscais comunitárias para este serviço.

d) Educação ambiental.

- Apoiar a produção e veiculação de programas de educação ambiental nos meios de comunicação.
- Implantar programas de educação ambiental, segmentados por públicos alvos específicos.

e) Zoneamento ecológico-econômico e informações ambientais.

- Operacionalizar o sistema de informação ambiental.
- Difundir a utilização pelas diversas instituições estaduais, especialmente de extensão rural, pesquisa, planejamento, política fundiária e meio ambiente, dos

produtos elaborados pelo ZEE e informações ambientais.

- Consolidar o acervo de informações sobre o meio ambiente, disponibilizando-o aos investidores como meio de garantir a integração e continuidade dos programas ambientais em curso.
- Aperfeiçoar sistema de informação ao público sobre procedimentos para obtenção de atestados de enquadramento.
- Criar grupo de trabalho com a participação da sociedade civil no sentido de viabilizar a divulgação das informações já consolidadas pelo ZEE.

f) Recursos hídricos.

- Criar sistema de gerenciamento e informação dos recursos hídricos.
- Implementar planos diretores nas bacias prioritárias.
- Realizar o cadastramento de usuários de recursos hídricos e implantar comitês de bacias hidrográficas.
- Subsidiar o processo de enquadramento de corpos d'água.

g) Licenciamento ambiental.

- Modernizar e fortalecer os procedimentos para o licenciamento ambiental.
- Estimular a sociedade civil a participar das audiências públicas referentes ao licenciamento ambiental.
- Articular parcerias entre investidores, ONGs e poder público, no desenvolvimento e implantação de programas ambientais.
- Estabelecer indicadores e parâmetros ambientais como meio de certificar a conclusão e finalização de programas ambientais mitigadores de impactos gerados por grandes empreendimentos.
- Fortalecer as condições para realização da inspeção industrial na utilização dos recursos naturais, evitando seu uso inadequado com perdas financeiras e ambientais.
- Criar meios para que a sociedade civil participe do monitoramento das ações previstas nos EIA-RIMA e PBAs.

h) Queimadas.

- Incentivar alternativas à prática de queimadas, através do manejo de solo e controle de pragas e o uso racional do fogo.
- Fomentar o aumento do número de brigadas civis em todos os municípios, com o objetivo de diminuir os incêndios florestais no Estado.
- Realizar trabalho educativo com o propósito de levar à comunidade rural maiores conhecimentos sobre os problemas causados pelas queimadas, e formas legais de fazê-las, incentivando o uso de tecnologias alternativas ao processo de derrubada e queimada.
- Incentivar a população local para assumirem o programa "Adote um Brigadista".
- Criar brigadas de combate a incêndio junto às associações de trabalhadores rurais do Estado.
- Criar programa de intercâmbio que dissemine experiências de alternativas ao uso do fogo.
- Garantir o financiamento do Proteger II.
- Divulgar e orientar o sistema de queimada controlada, sobretudo de forma comunitária.

i) Saneamento

- Implantar nos municípios sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, programas de coleta seletiva, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos.

3.8 Política fundiária

- Propor a ampliação dos recursos não reembolsáveis do Pronaf, de R\$150.000 para R\$200.000, por município, da linha de ação infra-estrutura e serviços.
- Discutir com o Incra e Itertins a priorização das ações para os assentamentos em áreas de elevado índice de degradação ambiental, integrando-as à política de recuperação de áreas degradadas por intermédio dos sistemas agroflorestais.
- E Criar nos assentamentos reservas legais comunitárias, no lugar de reservas individuais, como forma de garantir a preservação do ecossistema local.
- E Diagnosticar o nível de degradação dos projetos de assentamento para que o INCRA e ITERTINS juntamente com os parceiros assentados elaborem metodologia de recuperação e regeneração, garantindo os recursos necessários para tal fim.
- E Discutir e definir junto com as comunidades e órgãos ambientais alternativas na seleção de área de reserva legal de acordo com a realidade de cada projeto de assentamento, considerando a possibilidade de utilizar o sistema de reserva comunitária.
- E Garantir recursos para atualização dos contratos atuais do projeto Lumiar e novos contratos para atender todos os projetos de assentamentos de reforma agrária.
- E Garantir recursos do poder público municipal, estadual e federal para as estradas vicinais dos assentamentos do Incra e Itertins.
- E Ampliar o orçamento do Ministério de Política Fundiária para crédito à assistência social e infra-estrutura básica.
- E Proibir a instalação de projetos de assentamentos agrícolas em áreas indicadas pelo ZEE como potenciais para unidades de conservação.

3.9 Setor energético

- E Reconhecer a vocação hidroenergética do Estado do Tocantins como prioridade de governo, conciliando o desenvolvimento sustentável com a geração de energia elétrica, promovendo o desenvolvimento social e econômico.
- E Priorizar a hidroeletricidade como matriz energética do país em contraposição à termoeletricidade.
- E Desenvolver política de assentamento das populações afetadas pela construção de grandes barragens.
- E Formular política energética para o país, levando em consideração a participação da sociedade, questões sociais e ambientais, pesquisa de novas fontes de energia, linhas de financiamento e acesso à energia por todas as famílias.
- E Garantir a construção de mecanismos para o livre trânsito de espécies da ictiofauna na construção de hidrelétrica.
- E Realizar desmatamento antecipado das áreas a serem inundadas.
- E Garantir espaço de discussão com a sociedade, a partir da fase de planejamento de novos projetos energéticos.

3.10 Setor pesqueiro

- E Incentivar a busca do conhecimento detalhado sobre a biologia de peixes dos rios Araguaia e Tocantins objetivando decidir a curto prazo medidas que garantam a recuperação dos recursos pesqueiros, assegurando a sobrevivência dos pescadores.

- E Implantar laboratório de alevinos e outras espécies de água doce regionais para repovoamento dos rios e lagos naturais.
- E Garantir a participação do setor pesqueiro referente a tomada de decisão para o setor.
- Viabilizar o adensamento de pescado por meio da utilização da reprodução em cativeiro e/ou resgate natural, com participação da comunidade de pescadores.
- Estabelecer parceria para fiscalização eficiente dos recursos pesqueiros com os órgãos ambientais e colônias de pescadores.
- Criar condições físico-financeira para desenvolvimento de projetos de piscicultura consorciada ao setor pesqueiro.
- Garantir recursos para programas e beneficiamento e industrialização de pescados nas áreas das colônias de pescadores legalizadas.
- Garantir parcerias entre União, Estado, Municípios e colônias de pescadores para discutir assuntos ligados à pesca.
- Promover reposição de pescado na bacia dos rios Araguaia e Tocantins.

3.11 Setor Indígena

- Promover projetos sustentáveis em comunidades indígenas.
- Promover cursos de capacitação de lideranças e agentes multiplicadores indígenas em educação ambiental, métodos e formas de analisar os impactos das obras que afetam seus territórios e projetos de manejo de recursos naturais.
- Reformular a política de fiscalização ambiental dentro das áreas indígenas.
- Estimular a prática de etnomedicina.

3.12 Setor Mineral

- Criar o núcleo de estudos de impacto ambiental, decorrente da mineração com relação à contaminação por mercúrio e lixiviação com utilização de cianureto, envolvendo técnicos da Secretaria da Saúde, do Naturatins, Ad-Tocantins, Seplan, Ibama, DNPM sob coordenação do Naturatins.
- Desenvolver programa de parceria entre o Naturatins/DNPM/Ibama/MP, contemplando ações de licenciamento, monitoramento e educação ambiental para o setor mineral.

O SR. AMIR LANDO (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senhor Presidente, muitas vezes, invade-me a necessidade de falar unicamente para a história. Um registro, menos para os historiadores do futuro, mais para as gerações do amanhã. Um lamento triste sobre um país à imagem e semelhança dos desejos do próprio Criador e que se entregou, neste final de milênio, à tentação da ganância de alguns, em detrimento da miséria de milhões.

Não tenho o poder de antecipar o pensamento dos brasileiros que virão. Não sei que sonhos de país eles terão. Mais do que isso, sobre o meu discurso de hoje, embora os olhos pregados no porvir, borrija-se, cada vez mais, fragrâncias de passado, como se a defesa em defesa de seus valores maiores constituís-

sem modas ultrapassadas, próprias, unicamente, para figurinos de época.

Não importa. Sou daqueles que ainda acreditam que o único império do futuro será o da solidariedade humana, exatamente no dia em que o homem retroceder nos seus pensamentos e atitudes e voltar-se para os princípios que nortearam a sua própria criação. Para se atingir, portanto, o mais sonhado futuro, o da igualdade universal, há que se voltar para o mais remoto passado, o da criação do Universo.

Não espero grandes repercussões deste meu reiterado discurso em defesa da soberania nacional. E, eu também não sei se, no desenrolar da sua história, os brasileiros manterão a sua atual geografia. Assombra-me a idéia de, um dia, nossos descendentes se perfilarem como uma estrela a mais numa bandeira de outrem, mesmo que se mantenham o azul mais azul do nosso céu e o branco mais branco da nossa índole de paz, mas se percam o verde mais verde de nossas florestas e o amarelo mais ouro das nossas riquezas.

Senhores brasileiros do amanhã: nesta virada de século, ainda ostentamos, nos limites da nossa atual geografia, os recursos minerais projetados como os mais estratégicos para a época de vocês. Mas, nesta nossa época, estão eles sendo transferidos, a preços vis, para as mesmas mãos que nos moldam, contraditoriamente, como o país de maior disparidade de distribuição de renda de todo o planeta. Sabemos que o tempo de vocês poderá ser de grandes disputas pela água, cada vez mais escassa. Espero que estejam erradas as previsões de guerra por esse recurso vital. Pois saibam que, hoje, um quinto de toda a água doce do planeta jorra nos leitos dos rios brasileiros. Mas, saibam, também, que estamos na iminência de transferir o poder sobre essas mesmas águas para mãos alheias. Destino idêntico ao dos nossos bancos e das nossas melhores empresas, construídas com o suor e o sangue dos brasileiros da nossa época. Peço-lhes, entretanto, que, aos mercadores de hoje, não guardem qualquer rancor, pois deste sentimento parecem imunes: reserve-lhes o que, para eles, parece ser o maior castigo: o silêncio da história.

Nossa moeda ainda traz cunhados personagens da nossa melhor história. Heróis e mártires que por ela serão eternizados. Mas, ronda-nos o perigo de sermos retribuídos, pelo nosso suor, em moedas com figuras que não nos dizem respeito. Heróis e mártires de outros povos, muitas vezes consagrados sob pena do nosso próprio sacrifício. É bem verdade que, nestes nossos tempos, já não proliferam figuras que se confundam com o conceito de Nação. É que já não é tão nossa,

também, a liberdade de pensar e, muito menos, a nossa capacidade de liderar.

A nossa produção anual de bens e serviços passa de um trilhão, na moeda atual. Mas, a dívida líquida da União, dos Municípios e das empresas estatais já alcança a metade da nossa geração de riqueza, em um ano. Qualquer projeção não nos levaria além da nossa própria geração. Em 1994, devíamos 18,5% do nosso Produto Interno Bruto. Em 1995, 29,9%. Em 1996, 33,3%. Em 1997, 34,5%. Em 1998, 42,6%. Se mais que dobramos o comprometimento de tudo o que geramos, sob duras penas, em menos de uma década, e se já devemos a metade do que produzimos, não nos acalenta o futuro.

A metade dos ativos do nosso sistema financeiro privado já se encontra nas mãos de banqueiros estrangeiros. Ainda é do povo brasileiro uma Caixa Econômica Federal, responsável pelo financiamento da construção de moradias e do saneamento básico. Ainda temos um Banco do Brasil. Considerados, também, esses bancos públicos, alcançam 23% os ativos bancários estrangeiros, no Brasil. Símbolos como a nossa moeda e a nossa bandeira, a Caixa Econômica Federal sofre pressão pela privatização e, como soe acontecer, ser vendida, a preço vil, para investidores estrangeiros, e o Banco do Brasil também corre o risco de não permanecer, por muito tempo, do Brasil. Também aí o futuro parece bem próximo. Se, nos últimos cinco anos, dobrou a participação dos bancos estrangeiros nos ativos dos agentes financeiros do país, também aí não parece haver alento no nosso futuro. É que, nestes tempos de domínio do capital financeiro, abrir mão destes ativos, não se torna, somente, um negócio de retorno duvidoso, mas a renúncia de um assento na mesa das grandes decisões.

Quando afirmo que produzimos algo como um trilhão, nesta ainda nossa moeda, não significa dizer que os agentes produtores sejam brasileiros ou que reinvestam, aqui, os seus lucros. Ao contrário, as empresas privadas brasileiras estão sendo, cada vez mais, incorporadas a multinacionais. Em 1990, foram, apenas, 56 fusões. Em 1999, esse número subiu para 341, impulsionado por uma tardia desvalorização cambial que tornou as empresas brasileiras mais baratas, em dólar. Em, apenas, cinco anos, o número de fusões de empresas brasileiras a capitais internacionais mais que triplicou.

Some-se a essas fusões de empresas privadas brasileiras ao capital internacional, a privatização de empresas estatais, com a participação marcante de adquirentes multinacionais. Ainda não se tem a idéia exata da desnacionalização daí decorrente, porque não se sabe, com certeza, quem, efetivamente,

adquiriu as estatais, ou até quando elas permanecerão nas mãos da iniciativa privada brasileira. Alguns segmentos estratégicos já foram transferidos para o comando internacional. É o caso, por exemplo, de parte significativa dos serviços de telefonia.

Além da brutal remessa de lucros para o exterior, que antes eram reinvestidos no próprio País, as empresas brasileiras tornar-se-ão meras subsidiárias das multinacionais, com comandos unicamente externos, em mais um golpe na nossa já frágil soberania.

Ouve-se, hoje, no Governo Federal, propostas no sentido de um chamado neonacionalismo, neologismo imaginado para contrapor-se ao neoliberalismo assumido e cultuado nos últimos cinco anos. Prega-se, agora, a associação de agentes financeiros-estatais a grupos nacionais, para inverter o caminho da desnacionalização. Falso discurso, porque foram esses mesmos agentes financeiros que financiaram a desnacionalização do país, com subsídios que atingiram, em nossa moeda, a, aproximadamente, 45 bilhões, para uma venda de ativos, segundo a soma dos respectivos balanços, que não ultrapassam 38 bilhões. Tudo indica que se trata de mais um mote para repassar mais recursos para empresas que, mesmo adquirindo as estatais a preços abaixo do devido, encontram-se em má situação financeira.

De repente, um discurso imaginado para reflexão das gerações futuras adquiriu, no seu desenrolar, feições que carregam o perfil da geração presente. A perda de soberania nacional não é mais um exercício de projeção, mas de pura constatação. Se isso é grave porque antecipa uma situação inimaginável para a geração que nos antecedeu, chama-nos, por outro lado, à responsabilidade, ao mostrar possível reverter, nós mesmos, esse quadro indesejável aos olhos de todos aqueles que ainda sonham com um país soberano e independente.

Não há que se esperar as gerações futuras para resgatar um projeto de país com os traços inconfundíveis dos brasileiros. Na verdade, o temido silêncio da história há que deixar de ser um castigo, para se constituir numa praga. Que ela recaia sobre a geração de hoje que, mesmo com os instrumentos necessários para mudar a nossa história, não se importam com que as gerações futuras não venham a ter qualquer projeto, porque poderá lhe faltar, até mesmo, o país.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que me traz à tribuna do Senado Federal está incluso no rol de minhas preocupações desde o final da sessão legislativa finda, carecendo, porém, da oportunidade para discutir o tema com meus ilustres

pares. Trata-se de medida que vem sendo adotada, ainda de forma tênue pela Caixa Econômica Federal, no sentido de promover convênios com órgãos da administração federal para financiamento de habitação residencial a funcionários públicos.

No segundo semestre de 1999, ocorreu a primeira celebração de um convênio, no âmbito do Programa de Financiamento ao Trabalhador, entre a CEF e a Associação dos Juizes Federais do Brasil, que permitiu aos associados daquela entidade a consecução de empréstimos de forma mais favorecida que os financiamentos normais concedidos, principalmente na redução dos juros praticados, além de uma série de simplificações na burocracia de liberação dos valores.

Os financiamentos habitacionais constituem, em nosso País, uma das formas mais importantes de ação política, econômica e social.

A ação política se manifesta quando se verifica, nos programas de governo, sejam federais, sejam estaduais ou municipais, a permanente presença do discurso de que prover habitação é meta primordial de todos os candidatos, não como uma vã promessa de campanha, mas de forma séria e conseqüente à análise de uma das maiores carências de nosso povo.

A ação econômica é intrínseca ao financiamento habitacional, pois a teoria e a prática mostram sua significativa influência na formação de poupança interna, na geração de empregos e de riqueza, além de se constituir o setor da construção civil em um daqueles de maior velocidade de retorno dos valores investidos.

A ação social, das três a mais importante, é decorrente da finalidade mais nobre e profunda do modelo, que é a de conceder um teto a qualquer dos brasileiros, em condições compatíveis com a dignidade que é direito inalienável de nossos irmãos.

Sr. Presidente, a alusão ao procedimento especial de convênio, efetuado ao início de meu pronunciamento, não se configura como uma defesa de privilégios para um segmento de nossa sociedade: os funcionários públicos.

Ao contrário, a difusão de tal metodologia vai representar uma significativa melhoria nas condições de adimplência de tais financiamentos, já que a liquidação das prestações está vinculada ao desconto na folha de pagamento, com o decorrente acréscimo nas possibilidades orçamentárias e financeiras da Caixa Econômica Federal (e eventualmente de outros agentes de financiamento) para novos empreendimentos no setor habitacional.

A Caixa Econômica Federal poderia, ainda, promover novos convênios com diversos órgãos da administração pública, com a finalidade de atender

também aos funcionários que já contraíram empréstimos e aceitem que o seu débito seja automaticamente descontado, oferecendo a instituição, como contra partida, a isenção ou até mesmo a redução do valor de determinadas taxas.

Sras. e Srs. Senadores, o modelo que se configura com os convênios citados apresenta vantagens para todos os envolvidos. Para os mutuários, os valores financiados, os saldos devedores e o comprometimento de renda para pagamento das prestações serão reduzidos, o que irá viabilizar a consecução do anseio da casa própria por um maior número de brasileiros.

Para os agentes financeiros, o planejamento econômico e financeiro de suas atividades terá significativo ganho de qualidade e sensível redução das incertezas dos fluxos de caixa que ora ocorrem no setor.

Para os empreendedores do setor habitacional, o acréscimo do número de financiamentos e a melhor qualificação do mercado vão aumentar a viabilidade de suas atividades empresariais.

Enfim, trata-se de um passo sério que deve ser apoiado e difundido em todas as esferas de governo, uma vez que a disseminação dessa nova modalidade vai permitir subir um degrau na política habitacional brasileira.

Assim, permito-me estender à Caixa Econômica Federal os meus sinceros cumprimentos, desejando sinceramente que se multipliquem os convênios como aquele a que me referi, pela convicção que possuo e procurei transmitir, de que é um caminho correto e favorável à Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}. e os Srs. Senadores que constará da sessão ordinária de amanhã, dia 27, a realizar-se às 10 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15-A, DE 1998

Primeiro dia de discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera o inciso VII do artigo 29 da Constituição Federal. (Gastos com legislativos municipais), tendo

Parecer sob nº 12, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador

Jefferson Peres, oferecendo a Redação para o segundo turno.

- 2 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2000

(Em regime de urgência-art. 336, II do Regimento Interno, nos termos do Requerimento nº 30, de 2000)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5, de 2000 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 29, de 2000, Relator: Senador Jefferson Peres, com voto contrário do Senador Lauro Campos), que autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 11,000,000.00

(onze milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Desenvolvimento do Turismo na Amazônia Legal, cuja execução compete à Secretaria de Coordenação da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.

À matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

(OS 10550/00)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE – SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

19/01/2000

QUARTA-FEIRA

(Publicada no DSF de 20 de janeiro de 1999)

RETIFICAÇÃO

Na página 608, segunda coluna:

Onde se lê:

“11h – Cerimônia de lançamento do Programa de Reforma Agrária

15h – Cerimônia de lançamento do Programa de Reforma Agrária

Salão Nobre do Palácio do Planalto

15h30 – Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal.”

Leia-se:

“11h – Senhor Hélio Bicudo, Membro da C.I.D.H., Senhor Paulo José Bisol, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Senhor Benedito Domingos Mariano, Coordenador Executivo do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia

15h – Cerimônia de lançamento do Programa de Ações para o Fortalecimento da Agricultura e Reforma Agrária

Salão Nobre do Palácio do Planalto

15h30 Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 86, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

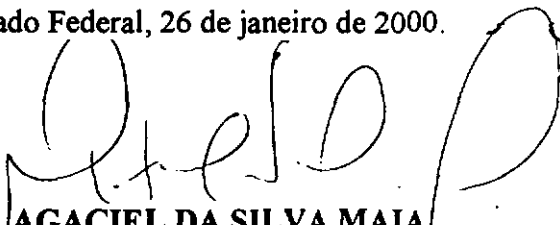
EM 26/01/2000

Diretor do SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000652/00-8,

RESOLVE designar o servidor MARCELO AUGUSTO BERNARDES NORMANDO, matrícula 3038, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Liderança do PMDB, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 87, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

EM 28/01/2000

Diretor do SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000343/00-5,

RESOLVE dispensar o servidor PEDRO ROCHA FORTES, matrícula 3736, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do

Senador Francelino Pereira, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete. Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PDT, com efeitos financeiros a partir de 10 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 88, DE 2000

PUBLIQUE-SE
EM 26/01/2000

Diretor da SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000819/00-0,

RESOLVE dispensar a servidora VALERIA MAIA E SOUZA, matrícula 3263, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Quarta Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete. Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1999.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 89, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

Em

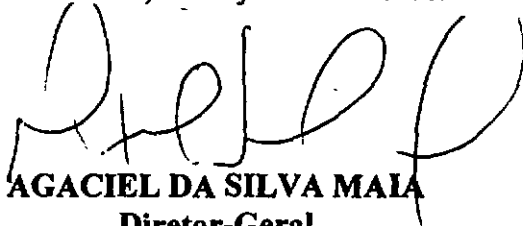
26/01/2000

Diretor do SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000809/00-4,

RESOLVE designar a servidora VALDELICE DE ALMEIDA PEREIRA, matrícula 4412, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PSDB, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 90, DE 2000**

PUBLIQUE-SE

Em


26/01/2000

Diretor do SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000808/00-8,

RESOLVE dispensar o servidor FERNANDO BASSIT LAMEIRO COSTA, matrícula 4584, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Liderança do PSDB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Sergio Machado, com efeitos financeiros a partir de 17 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 91, DE 2000

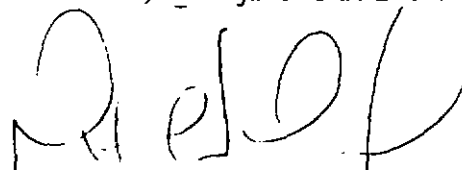
PUBLIQUE-SE
EM 26/01/2000
Diretor L. APES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000811/00-9,

RESOLVE designar o servidor RONALDO FERREIRA DA SILVA, matrícula 1519, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-5, da Secretaria de

Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 19 de janeiro de 2000.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 92, DE 2000


PUBLIQUE-SE
EM 26/01/2000


Diretor de SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 000820/00-8,

RESOLVE dispensar a servidora **CRISTINA MARIA DA FONSECA SOLA**, matrícula 3282, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Quarta Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de novembro de 1999.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 93, DE 2000****PUBLIQUE-SE**

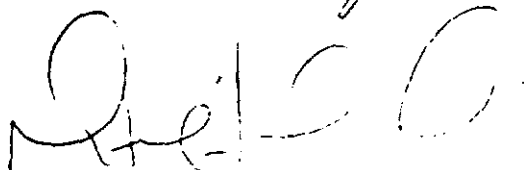
EM 26/01/2000

Diretor da SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1.997, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 001086/00-6,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **MARISTELA BEZERRA BERNARDO**, matrícula 31354, do cargo, em comissão, Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 94, DE 2000****PUBLIQUE-SE**

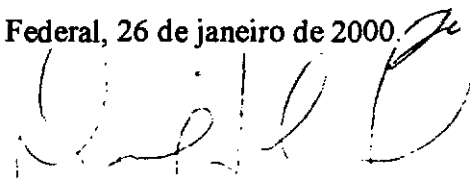
EM 26/01/2000

Diretor da SSAPES

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado, n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. n.º 001086/00-6,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112. de 1990, **LÚCIA VALENA BARROSO PEREIRA CARNEIRO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir-Andrade.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2000.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**COMISSÃO REPRESENTATIVA
DO
CONGRESSO NACIONAL**
(PERÍODO DE 16 DE DEZEMBRO DE 1999 A 14 DE FEVEREIRO DE 2000)

SENADO FEDERAL

Titulares

PMDB

1. Nabor Júnior
2. Renan Calheiros
3. Iris Rezende

PFL

1. Carlos Patrocínio
2. Bello Parga

BLOCO DE OPOSIÇÃO

1. Roberto Saturnino

PSDB

1. Geraldo Melo

Suplentes

1. Casildo Maldaner
2. Mauro Miranda
3. Maguito Vilela

1. Edison Lobão
2. Francelino Pereira

1. Geraldo Cândido

1. Lúdio Coelho

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares

PFL

1. Darci Coelho
2. Paes Landim
3. Vilmar Rocha

PMDB

1. Eunício Oliveira
2. Jorge Pinheiro
3. Ricardo Noronha

PSDB

1. Julio Semeghini
2. Lúcia Vânia
3. Maria Abadia

PT

1. Geraldo Magela
2. Pedro Celso

PPB

1. Márcio Reinaldo Moreira

PTB

1. Luiz Antônio Fleury

PDT

1. Celso Jacob

1. José Antonio

1. Clementino Coelho

BLOCO, PSB, PC do B

PPS

Suplentes

1. Aracely de Paula
2. Paulo Braga
3. Paulo Octávio

1. Alberto Fraga
2. Euler Moraes
3. Pedro Chaves

1. Danilo de Castro
2. Dr. Heleno
3. Juquinha

1. João Fassarella
2. Pedro Wilson

1. Roberto Balestra

1. Magno Malta

1. Fernando Coruja

1. Agnelo Queiroz

1. Márcio Bittar

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

RMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552
Chefe: Marcello Varella

SENADO FEDERAL
SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO
Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS
Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)

CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)

CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4821	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNADES AMORIM	RO	2251/2257

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Parlamentares
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB	
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65

PFL	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57

PSDB	
OSMAR DIAS	PR-2121/25

(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT-PSB)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3)- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Presidente: JOSÉ AGRIPINO****Vice-Presidente: RAMEZ TEBET****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPICY - PT	SP	3215/3217

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:
Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PLF - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(4) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32

DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57

ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ-2431/37

GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES)

TITULARES

JOSÉ FOÇAÇA RS- 1207/1607
MAGUITO VILELA GO- 3149/50

FRANCELINO PEREIRA MG- 2414/17

TEOTÔNIO VILELA (3) AL- 4093/95

ROBERTO SATURNINO - PSB RJ- 4229/30

LUIZ OTÁVIO (2) PA-3050/4393

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado em 20.01.2000

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COST
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Presidente: JOSÉ SARNEY****Vice-Presidente: CARLOS WILSON****(19 titulares e 19 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CÂBRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA (2)	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Desfilou-se do PSDB, em 17/8/1999.

(3) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: ALBERTO SILVA

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) PPS retira-se do Bloco, em 05/10/1999.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) PPS retira-se do Bloco, em 5/10/1999.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@ 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOÃO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



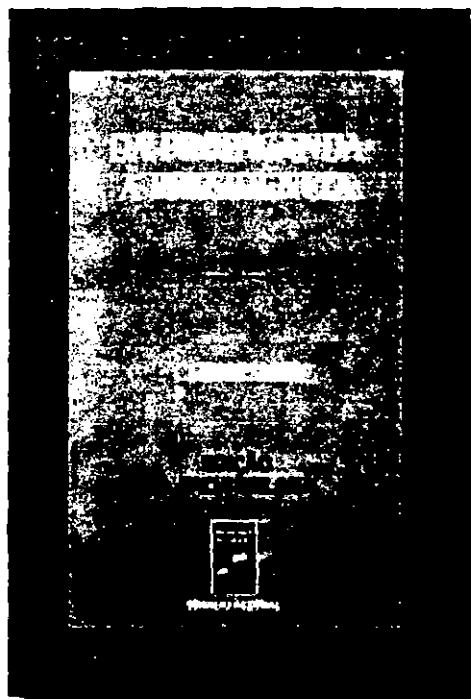
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Da Propaganda à Presidência

Coleção Memória Brasileira

Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contem narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Catálogo da Exposição de História do Brasil

Coleção Brasil 500 Anos

Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

CD-ROM Legislação Brasileira e Bibliografia Brasileira de Direito

Referências à Legislação Federal de hierarquia superior, emanadas entre 1946 e 30 de junho de 1998. Traz, a partir de 1982, texto integral da Constituição Federal, Emendas Constitucionais, Emendas Constitucionais de Revisão, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Medidas Provisórias, Resoluções do Senado Federal e Decretos-Executivos. A Bibliografia Brasileira de Direito é composta de referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos, em português e outros idiomas, editados no Brasil desde 1980.



Preço por exemplar: R\$ 65,00

Taxa de Postagem: R\$ 5,00

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir esse CD-ROM:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **PRODASEN**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000302903001-7** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

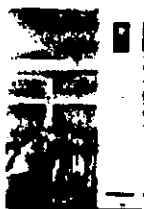
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



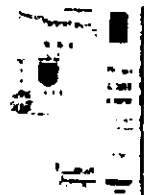
Oito Anos de Parlamento – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Relato da experiência de Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior como Deputado na Câmara dos Deputados, representando a província de Minas Gerais de dezembro de 1881 a novembro de 1889. Com 163 páginas e introdução do Senador Lúcio Alcântara.

Preço por exemplar: R\$ 15,00

O Brasil no Pensamento Brasileiro – Coleção Brasil 500 Anos – “Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso”. Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.



Preço por exemplar: R\$ 30,00



A Política Exterior do Império – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo “depósito identificado (código dv)/finalidade” com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenario da morte do autor, com 278 páginas.

Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

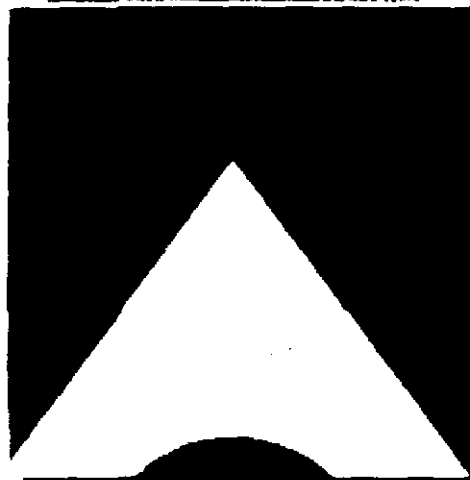
Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.
Contém o texto constitucional de 5 de
outubro de 1988 com as alterações
introduzidas pelas Emendas Constitucionais
de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00


**CONSTITUIÇÃO
1988**

Republicação da Lei nº 1.040, de 10 de outubro de 1968, com as alterações introduzidas pelas Emendas Constitucionais de Revisão, de nº 1 a 6, e demais emendas constitucionais.



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP, conta nº 920001-2, Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadoros abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 240 PÁGINAS